

ABRIL de 2012

Extractos da
imprensa Angolana
sobre questões sociais
e de desenvolvimento

CEDOC Development Workshop - Angola

DW CEDOC

Centro de Documentação e Informação
Development Workshop
Luanda - Angola



DEVELOPMENT WORKSHOP CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO

O Extracto de notícias é um serviço do Centro de Documentação da DW (CEDOC) situado nas instalações da DW em Luanda. O Centro foi criado em Janeiro de 2001 com o objectivo de facilitar a recolha, armazenamento, acesso e disseminação de informação sobre desenvolvimento socio-económico do País.

Através da monitoria dos projectos da DW, estudos, pesquisas e outras formas de recolha de informação, o Centro armazena uma quantidade considerável de documentos entre relatórios, artigos, mapas e livros. A informação é arquivada física e eletronicamente, e está disponível para consulta para as entidades interessadas. Além da recolha e armazenamento de informação, o Centro tem a missão da disseminação de informação por vários meios. Um dos produtos principais do Centro é o Extracto de notícias. Este Jornal monitora a imprensa nacional e extrai artigos de interesse para os leitores com actividades de interesse no âmbito do desenvolvimento do País. O jornal traz artigos categorizados nos seguintes grupos principais.

1. [Redução da Pobreza e Economia](#)
2. [Microfinanças](#)
3. [Mercado Informal](#)
4. [OGE investimens públicos e transparência](#)
5. [Governança descentralização e cidadania](#)
6. [Urbanismo e habitação](#)
7. [Terra](#)
8. [Serviços básicos](#)
9. [Género e Violência](#)
10. [Ambiente](#)

As fontes monitoradas são:

- Jornais: Jornal de Angola, Agora, Semanário, Angolense, Folha 8, Terra Angolana, Actual, A Capital, Chela Press, O Independente, Angolense, e o Semanário Africa.
- Websites: ANGOP, Angonoticias, Radio Nacional de Angola, Ibinda.
- Publicações Comunitárias como ONDAKA, Ecos da Henda, InfoSambila, Voz de Cacuaco e Jornal Vida Kilamba e Chella.

O Corpo das notícias não é alterado. Esperamos que o jornal seja informativo e útil para o seu trabalho. No âmbito de sempre melhorar os nossos serviços agradecemos comentários e sugestões.

Grato pela atenção.

A Redação

Redação

Helga Silveira

Conselho de Edição

Allan Cain, Jose Tiago
e Massomba Dominique

Editado por

Development Workshop Angola

Endereço

Rua Rei Katyavala 113,
C. P. 3360, Luanda — Angola

Telefone +(244 2) 448371 / 77 / 66

Email cedoc.dwang@angonet.org

Com apoio de

Development Workshop
OXFAM Novib
Fundação Bill & Melinda Gates
International Development Research Centre
Civil Society Challenge Fund
Norwegian & The Netherlands Embassies
European Union

Disclaimer

1. Content

DW – CEDOC provides this service solely for academic and research purposes. The articles are displayed as originally published, with reference to the source and date. DW – CEDOC does not give any guarantee for the accuracy of the transcription or its completeness.

2. References and Links

The content of the articles do not necessarily represent the views or opinions of DW-CEDOC. DW-CEDOC reserves the right to change, complete or delete parts or the whole website without prior announcement.

3. References to Articles

DW-CEDOC facilitates this information library service and sets an example to mention the original source and date of the articles. If (parts of) articles are referred to in other documents, original sources should be cited.

INDÍCE

I. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA	7
1.1 Poder de Compra, Desemprego e Pobreza com Fracos Registos	7
1.2 Um desempenho excecional mas ainda dependente do petróleo	8
1.3 Conferência sobre combate à pobreza	9
1.4 Angolano ainda vive como refugiado	9
1.5 Combater a pobreza	10
1.6 Políticas de crédito e emprego	11
1.7 Performance da economia Angolana(2002-2012)	12
1.8 Incentivos empresariais muito arriscados	13
1.9 Mais de 40% da população Angolana sofre de anemia	15
1.10 Trezentos mil Angolanos em situação de fome	16
1.11 Salários que não compram nada	16
1.12 PIB de Angola pode crescer 9,7 por cento em 2012	17
1.13 Ajustamento á vista para equilibrar o poder de compra	18
1.14 Os números e os programas (não) cumpridos.	19
1.15 Empregadores furtam-se em contribuir a Segurança social	21
1.16 Segurança no trabalho debatida em palestras	23
2. MICROFINANÇAS	24
2.1 Banco inaugura agência feminina	24
2.2 BPC só para mulher	24
2.3 Banco ético: uma alternativa às finanças predatórias	24
2.4 Apoio aos pequenos empresários contra a pobreza	26
2.5 Decreto presidencial dá sustentabilidade á ecomia	26
2.6 Governador do Moxico elogia Executivo por apoios ao pequeno e médio negócio	27
2.7 O brilho dos micros e médios negócios	28
2.8 Taxa de mortalidade das MPME em Angola é de 85%	29
2.9 O Crédito agrícola de campanha	30
2.10 Jovens aprendem técnicas para gerir bem os negócios	30
2.11 Decreto presidencial dá sustentabilidade á economia	31
2.12 Cooperativas em Cabinda recebem crédito bonificado	32
2.13 Programa de educação financeira é lançado no Huambo e Malange	32
3. MERCADO INFORMAL	33
3.1 Negócio torna-se rentável	33
3.2 Venda de chandula facilita pequeno-almoço dos luandenses	33
3.3 Os clientes não param de crescer	34
3.4 Zunga provoca conflitos nos lares	35
3.5 Rede viária liga o Huambo ás províncias vizinhas	36
3.6 Província de Luanda com novos mercados	36
3.7 Objectivo: Alargar a base tributária	37
3.8 Obrigações fiscais chegam ao mercado informal	38
3.9 As iniciativas que este ano vão mudar Luanda	38
3.10 Lotadores contra roboteiros	40
3.11 Mercado Cantinton provoca acusação de desvios	40
3.12 Zungueiras ganham mais à noite	41
3.13 Estrangeiros ditam as regras do jogo	42

3.14	Medicamentos da morte vendidos nos mercados informais	43
3.15	Negócio ambulante	44
3.16	Mercados improvisados preocupam as autoridades	45
3.17	Jornal versus informal	45
3.18	Privatização de bens não reduz presença de vendedores	46
3.19	Pescado e frescos á venda a ceu aberto	47
3.20	Administrações recebem 25 por cento das receitas	48
3.21	São os zungueiros que no dia-dia despertam a cidade	48
3.22	Vendedores ilegais de livros são presos na Lunda-Norte	50
3.23	Moto-taxistas do Zaire recebem novos capacetes	50
3.24	GPL vai construir 112 mercados	50
3.25	Onde pára o dinheiro arrecadado?	51
3.26	Venda Ambulante preocupa administração dos distritos urbanos	52
3.27	É uma exigência de adultos para crianças	52
3.28	Em 2013 GPL contará com Comando de Polícia Fiscal	53
3.29	Luanda cria unidade de Polícia Fiscal	54
3.30	Médicos advertem perigos	54
3.31	Moto-taxistas do Zaire recebem novos capacetes	55

4. OGE, INVESTIMENOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA 56

4.1	Angola necessita de investir ainda mais construção de infra-estruturas básicos	56
4.2	AIA pede descentralização dos investimentos públicos	56
4.3	Angola vai justificar discrepâncias em relatório	57
4.4	AJPD-Relatório revela meandros da corrupção em Angola	58
4.5	Angola vai justificar discrepâncias em relatório	59
4.6	A divisão administrativa não tem relevância na formação da receita	59
4.7	As repercursões económicas da divisão administrativa de Luanda	61
4.8	PGR recusa investigar contas de José Eduardo Dos Santos	64

5. GOVERNAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA 66

5.1	AJPD preocupado com a corrupção	66
5.2	Censo populacional está marcado para o mês de Julho do próximo ano	66
5.3	Papel de sobas e seculos foi destacado no Cubal	67
5.4	Conselho de Consertação Social aprecia relatório do grupo técnico	67
5.5	Administrações municipais e governo Provincial com paralisação garantida	68
5.6	Formação no IFAL para inspectores	69
5.7	Por Alegada má governação Mawete João Baptista chamado no ``Kremilin``	69
5.8	Crescimento demográfico exige mais transportes públicos	70
5.9	Ministério forma polícias para os municípios do país	71
5.10	Planos directores para os municípios exigem o envolvimento dos cidadãos	72
5.11	Administração do Território lança sistema de informação	72

6. URBANISMO E HABITAÇÃO 73

6.1	Autoridades da província do Bié apostam na construção de casas	73
6.2	Bairro da Luz no Lobito em fase de requalificação	73
6.3	Governo Constrói milhares de casas	74
6.4	Mais casas no lar do Patriota	74
6.5	Amenta o número de maridos com medo de construir	75
6.6	Lançado projecto para construção de casas sociais nos municípios	76
6.7	Nova zona habitacional em Capenda-Camulemba	76
6.8	Governador deu início à construção de três mil fogos	77
6.9	Lançada a primeira pedra para construção de moradias	78

6.10	10 mil casas Serão construídas pela empresa de origem chinesa Citic	78
6.11	Dignidade é o que falta	78
6.12	Autóctones beneficiam do projecto 1 milhão de casas	79
6.13	Construtoras portuguesas têm projectos na vila do Soyo	80
6.14	Governador efetuou remodelação	81
6.15	Moradias em construção prontas dentro do prazo	81
6.16	População terá casas com melhores condições de saúde pública	81
6.17	Bento Bento garante solução aos irmãos Gorita	82
6.18	Famílias realojadas no Zango III	83
6.19	Alto aí! Afinal a cidade do Kilamba foi construída para mostuário	84
6.20	Centralidade do Kilamba “museu para visitantes”	85
6.21	Casas económicas na aldeia do Senga	86
6.22	Habitação Social	87

7. TERRA 88

7.1	Cadastro e regularização de terras	88
7.2	Ocupação ilegal de terrenos tem implicações de foro técnico	88
7.3	Moradores da lixeira Golf II com destino Incerto	88
7.4	Mais famílias em zonas de risco são realojadas no bairro Zango	90
7.5	Os despejados da vivenda 173	90
7.6	São novas Centralidades?	92
7.7	Levou o caso à justiça	93
7.8	Oficial da Polícia Nacional desafia autoridades no Kifica	94
7.9	Bento Bento garante solução aos irmãos Gorita	95
7.10	Falta de patrulhamento nocturno facilita meliantes	96
7.11	Martelo demolidor actua na Marconi	97
7.12	Antigo GPL no centro	97
7.13	Guerra das terras assola província do Huambo	98

8. SERVIÇOS BÁSICOS 99

8.1	Estradas em péssimas condições frustram os Automobilistas	99
8.2	Veículo a hidrogénio passa no teste das ruas	99
8.3	Construção de latrinas nos arredores do Lubango	100
8.4	O fardo dos catadores de lixo	100
8.5	Aterro condiciona remoção	101
8.6	Barões do lixo	102
8.7	A recolha de resíduos sólidos urbanos e a fiscalização	102
8.8	Risco para a Saúde Pública	103
8.9	Vala de drenagem ameaça populares	104
8.10	Lixo: O negócio do momento	105
8.11	WC em escolas públicas	106
8.12	EX-habitantes do lixo vivem da reciclagem	107
8.13	Vala de drenagem no Prenda: Odebrecht citada independente	108
8.14	Programa económico e social de Luanda começa a ser executado no mês de Maio	108
8.15	Descarga de excrementos próximo de residências	109

9. GÉNERO E VIOLENCIA 110

9.1	Casos de violência no lar aumentaram no Huambo	110
9.2	Reconhecidos nomes e rostos	110
9.3	Até a paz foi quebrada.	110
9.4	Violência doméstica foi tema de palestra	111
9.5	Batalha campal na fronteira	111

9.6	Aumento de criminalidade dificulta rapidez processual	112
9.7	Polícia detém mais de 100 suspeitos	113
9.8	Delinquência soma e segue no bairro da Estalagem	114
9.9	Contestada presença da Pir em tribunal	115
9.10	Polícia Nacional apresenta 102 elementos acusados de crimes	116
9.11	Polícia detém cerca de 20 indivíduos	116
9.12	Violência Palestra	117
9.13	Mulher: Fardo na economia?	117
9.14	Homicídios e violações preocupam magistrado	119
9.15	CPL tem três meses para diminuir o crime em Luanda	119
9.16	Cresce o numero de mulheres envolvidas em crimes	119
9.17	Autores admitem `` Violamos a jovem e não pagamos o combinado ``	121
9.18	Aconselhamento familiar diminui a violência no lar	121
9.19	Programa integrado apoia a mulher rural	122
9.20	Desarmamento das empresas de segurança será gradual	123
9.21	Guardas desconhecem	124
9.22	Kinguilas assaltadas	125
9.23	Recolhidas 86 mil armas desde 2008	125

10. AMBIENTE

126

10.1	Falta prolongada de chuva compromete a agricultura	126
10.2	Centro de estudos das alterações climáticas é instalado este ano na cidade do Huambo	126
10.3	Chuva destrói casas no Kwanza-Norte	127
10.4	Plano estratégico ambiental do executivo necessita de verbas para a sua execução	127
10.5	Estado do meio ambiente divulgado no final do ano	128
10.6	Consequências da chuva em Luanda	129
10.7	Foi só um espirro de São Pedro	129
10.8	Angola assina declaração para criação de um centro	130
10.9	Chuvas alarmam famílias	130
10.10	Abril das chuvas e problemas mil	130
10.11	A gestão ambiental	132
10.12	Estiagem afecta a produção e provoca perda de colheitas	133
10.13	Venda de « Area do Bungo» Camiões com fundo falso.	133

1. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA

1.1 Poder de Compra, Desemprego e Pobreza com Fracos Registos

O País

04 de Abril de 2012

Os dez últimos anos a economia angolana registou progressos em praticamente todos os indicadores, embora alguns desses progressos não sejam substanciais e subsistam ou mesmo se tenham agravado alguns entraves ao desenvolvimento económico, como é o caso da excessiva concentração populacional em Luanda, onde, em 2010, residia a quarta parte da população do país, bem mais que os 19,6 % da população total que nela vivia em 2002. E embora a riqueza do país tenha evoluído anualmente muito acima da taxa de crescimento da população, o poder de compra não acompanhou a taxa de crescimento do PIB, o que se fica a dever a factores monetários, designadamente a inflação, mas sobretudo a fatores estruturais, com relevo para o problema da produtividade.

O Orçamento Geral do Estado (OGE) vem reforçando as verbas afectas às funções sociais, que ultra-passam, nos últimos anos, os 30% do total da despesa. Vêm sendo efetuados investimento significativos nas áreas da saúde e da educação, com o alargamento da rede de saúde, apetrechamento de hospitais e centros de saúde, combate a doenças endémicas e melhoria do sistema de ensino. Assim como têm sido desenvolvidos esforços avultados para a erradicação da pobreza.

Todavia, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) atribuído a Angola apenas registou, entre 2002 e 2010 uma variação percentual de 5,8%. O IDH é publicado no Relatório anual do Desenvolvimento Humano do Programa das ações Unidas para o Desenvolvimento. O IDH projetado para Angola em 2012 situava-se em 0,48% (o que reflecte uma ligeira melhoria em relação a 2011 expressa em 0,004 pontos), colocando o país, entre as nações de 'baixo IDH', no 148º lugar entre os 187 países listados. o que respeita ao Índice de Desenvolvimento Humano, Angola inclui-se entre os países africanos de 'IDH médio'. De acordo com o Relatório do Desenvolvimento Humano, em Angola a esperança de vida à nascença é de 51 anos, a média de

escolaridade é de 4,4 anos, a escolaridade esperada é de 9,1 anos e o rendimento por habitante, aferido em paridade do poder de compra a preços constantes, é de USD 4.874. Estes valores traduzem, mesmo assim, progressos. A esperança de vida à nascença era, por exemplo, de 47 anos em 2002 tendo estacionado nos 49 anos entre 2005 e 2007. Outro exemplo. Em 2001 a taxa de literacia, entre os maiores de 15 anos, era de 67% mas em 2009 já se situava em 70%. Mais um exemplo. São conhecidos os constrangimentos prevalentes no que respeita ao acesso a energia elétrica. No entanto se, em 2002, o consumo de eletricidade por habitante era de 101 Kwh, em 2009 já se cifrava em 202 Kwh, de acordo com números do Banco Mundial, que assinala que, em 2009, 26,2% da população tinha acesso a energia elétrica. No que respeita ao acesso a água potável, se em 2005.

Apenas 54% da população urbana acedia a água potável, em 20(60% dos habitantes das cidades desfrutavam desse benefício. Já entre a população rural, de acordo com o Banco Mundial, não se registaram progressos. Também é interessante acompanhar a evolução de outros indicadores, como o acesso à Internet. Ainda segundo o Banco Mundial, em 2002 eram 40.260 os angolanos os que utilizavam a Internet, ao passo que em 2010 já se contavam por 744.1 os angolanos que acediam à Internet. Ainda no plano das comunicação também a utilização de telemóvel apresenta acréscimos muito relevante teso Em 2003, apenas duas pessoas em cada 100 tinham telemóvel. 2010, já possuíam telemóvel 46 em cada 100 pessoas.

De registar avanços no sistema saúde, nomeadamente no combate malária, muito embora outras doenças como o HIV /SIDA e a tuberculose tenham aumentado a sua taxa incidência. Se em 2002 o HIV/SII abarcava 1,9% a população com idade compreendida entre 15 e 49 anos, em 2009, a doença não tinha regredido; afetava 2% da população daquela faixa etária, uma faixa que é em todos os casos uma das mais baixa do continente Africano, no que respeita a tuberculose, refira-se que em 2002, 260 em cada 100 mil pessoas eram afetadas pela tuberculose. Em 2010 eram 304 em cada 100 mil as pessoas atingidas pela doença.

Poder de compra, desemprego e pobreza

Se o rendimento 'per capita' dos angolanos melhorou sensivelmente, passando. de USD 610 em 2002 para USD 3.940 em 2010, o poder de compra dos salários terá regredido, a aferir pela evolução dos salários da função pública. Entre 2003 e 2010, os salários da função pública perderam, em termos acumulados, 37,08% do seu poder de compra, segundo os cálculos efetuados pelo Centro de

Estudos e Investigação Científica (CEIC) da Universidade Católica. De registar que, ao longo do período referido, só em 2007 os salários dos funcionários públicos registaram ganhos, mesmo assim praticamente insignificantes (0,801%). Os anos em que os salários dos funcionários públicos sofreram um maior 'rombo' foram 2003, quando a perda anual do poder de compra atingiu 24,15% e 2010 (menos 8,451%). O que significa que o salário real mensal médio da função pública, que se situava em Kz 9.759,5 (USD 123,41 à taxa de câmbio média de referência de USD 79,08), se quedava, em 2010, por Kz 8.550,3 (USD 90,9 à taxa de média de câmbio de referência de USD 94,06). Mas um dos problemas que mais afectam o tecido social e a economia angolana é o elevado nível de desemprego prevaiente, muito embora a taxa de desemprego tenha caído significativamente entre 2002 e 2008 (de 43% para 25%), registando uma nova, ainda que ligeira' subida em 2010 (26% da população activa). O CEIC estima em 52% a taxa de pobreza em Angola em 2010 (37% segundo o IBEP). As Nações Unidas fixam como limiar de pobreza os USD 1,25 de rendimento diário.

1.2 Um desempenho excepcional mas ainda dependente do petróleo

O País

04 de Abril de 2012

As elevadas taxas de crescimento do produto interno bruto verificadas na última década é o que mais 'enche a vista' quando se olha de relance para a economia angolana. E, com efeito, a 'performance' é notável. Tomando como base os valores averbados pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) a economia angolana registou na década um crescimento médio superior a 11,55%. Isto, mau grado os difíceis anos da crise, em que a economia nacional logrou, mesmo assim, escapar á recessão. Os 'anos dourados' são inequivocamente os compreendidos entre 2005 e 2008, período em que a taxa de crescimento da economia chegou a ultrapassar os 22,5 %. Mas em 2002 ela já era de dois dígitos, apesar de, no ano seguinte, se ter verificado uma quebra abrupta para 3,308%. Todavia os crescimentos elevados não são um exclusivo da 'primeira década da paz'. Já em 1995 e 1996 o país registara crescimentos de dois dígitos, na sequência da recessão que atingiu o seu ponto culminante em 1993 e antecedendo uma década de declínio da variação anual do PIE, que se quedou por 3,1 % em 2001. Como afirmou Alves da Rocha na apresentação do Relatório Económico 2010 do Centro de Estudos e Investigação Científica (CEIC) da Universidade

Católica 'Angola tem sido "invadida" por muito crescimento depois de 2002, um marco . da independência de Angola, depois de 27 anos de guerra civil. Dir-se-ia que se acumularam energias durante o longo período do conflito militar e que foram subitamente libertadas depois de os angolanos se terem reencontrado consigo próprios e com o seu futuro". O ciclo de elevado crescimento que se verificou entre 2005 e 2008 é o mais representativo após a independência do país. Todavia, a estrutura da economia não se modificou substantivamente, continuando a preponderar a dependência da produção, do preço do barril e correlativa receita petrolíferas. Tirámos a fotografia a dois anos da década, 2005 e 2010 (ver gráfico) importações, tem um peso significativo) o panorama não se alterou de facto significativamente em termos de partição do produto interno pelos diferentes sectores de actividade (ver quadro). O índice de diversificação da economia publicado pelo CEIC demonstra-o: O que também é inegável é que só as condições decorrentes da paz possibilitaram este desempenho, que se traduziu numa elevação do nível de vida dos angolanos, quando se distribui a riqueza produzida em cada ano pelo conjunto da população. Com efeito, se atentarmos à evolução do PIE 'per capita' verificamos que se o mesmo, ou seja, a porção da riqueza nacional que cabia a cada habitante, era de USD 871,4 em 2003, tinha passado para USD 4.266,8 em 2010, ou seja, quase cinco vezes mais. O que não significa que o poder aquisitivo dos angolanos se tenha apreciado expressivamente' como se dá nota nesta edição.

Mas o que importa reter é que a sustentabilidade de um ritmo elevado de crescimento depende, no imediato, da evolução do preço do petróleo e, a prazo, dos ganhos que se vierem a obter no domínio da produtividade, indispensáveis a que Angola reforce a sua posição competitiva.

Posição regional

Angola não só rivalizou com o crescimento das novas vedetas da economia global, os países emergentes, afirmando-se, aos olhos de muitos observadores também como uma economia emergente, como ultrapassou o ritmo de crescimento do seu vizinho mais poderoso no espaço regional em que se insere: a África do Sul. É na SADC, onde se encontram outras economias que apresentam um apreciável desempenho, mais que na CEEAC, a comunidade económica dos Estados da África Central' que Angola terá de afirmar. Sobretudo

tendo em tenção o peso que o sector petrolífero tem no produto interno e que uma quebra de 10% no

preço do petróleo pode traduzir-se numa quebra de 2,7% no PIE, de acordo com cálculos do Banco Mundial.

1.3 Conferência sobre combate à pobreza

Jornal de Angola
05 de Abril de 2012

A organização não-governamental Ação para a Luta contra a Pobreza em Angola (ALCOPA) realiza entre os dias 12 e 13 deste mês, no Centro de Conferências de Belas, em Luanda, uma conferência sobre as quatro estratégias principais de combate à pobreza.

Os conferencistas são a secretária do Presidente da República para os Assuntos Sociais, Rosa Pacavira, os ministros da Energia e Águas, João Baptista Borges, e da Administração do Território, Bornito de Sousa. Rosa Pacavira disserta sobre o tema "combate à pobreza, um compromisso pessoal do Presidente da República", João Baptista Borges fala sobre "o programa da água para todos no contexto da luta contra a pobreza", enquanto Bornito de Sousa orienta o tema "o processo de descentralização administrativa do Governo e a sua influência na luta contra a pobreza e no desenvolvimento das novas autarquias". Na conferência, que conta com a presença da Primeira-Dama da República, Ana Paula dos Santos, devem ser ainda discutidos temas como o "papel do INEFOP no fomento de micro empresas e do associativismo no sector do trabalho", "o papel da Igreja no contexto da luta contra a pobreza" e "a política de descentralização da merenda escolar e a sua importância no processo educativo e na luta contra a pobreza".

1.4 Angolano ainda vive como refugiado

Semanário Angolense
06 de Abril de 2012

As periferias nas grandes e médias cidades são núcleos de moradias que geralmente ocupam áreas inabitáveis, por natureza ou por lei. De facto, as áreas que, pela sua natureza, não deveriam receber nenhuma ocupação humana são as encostas, morros e margens de rios, sendo assim, as que não devem ser ocupadas por força de lei são as áreas públicas, como praças, ruas, áreas verdes e institucionais. Portanto, as áreas cuja natureza não comporta a ocupação urbana são as chamadas áreas de risco. E são assim chamadas justamente porque oferecem o risco tanto

à integridade física dos ocupantes quanto à preservação do meio ambiente.

As áreas da Madeira e Pedreira localizados nas montanhas da Boavista são exemplos de áreas que não comportam nenhuma espécie de ocupação pelo homem. Apesar de tudo, o bairro tem crescido de maneira considerável, esse crescimento está ligado a vários factores, o passado trágico que o país viveu, mais concretamente, a guerra, a falta de uma política de habitação.

O bairro da Madeira situa-se numa zona de alto risco e nos últimos tempos assistiu vários deslizamentos de terra. O bairro é habitado na sua maioria por cidadãos de vários pontos do país, que, por força maior, decidiram vir a capital à procura de vida melhor.

Há aqui, portanto, uma dupla degradação da dignidade dos "favelados" e da natureza. A degradação da dignidade se dá pela moradia em condições insalubres e miseráveis, como disse Rodrigues Manjata.

A presença de casas feitas de chapas de zinco, vulgo batechapa, e até mesmo de papelão, com péssimas condições de habitabilidade e sem saneamento básico, também fazem eco naquelas paragens. Para os moradores, a falta de saneamento básico, além de significar verdadeira degradação do meio ambiente, impede a regeneração da vegetação natural, o que no entender dos mesmos, representa um risco para a saúde das pessoas. "Trata-se, pois, de uma situação que ameaça tanto o equilíbrio do meio ambiente quanto a qualidade de vida da população aqui. Se o senhor jornalista visitar a maior parte das casas não possuem WC com latrinas, sendo que as pessoas o fazem no ar livre", lamentou o nosso interlocutor.

Para Rodrigues Manjata, as construções irregulares, a deposição de lixo e entulho decorrente das práticas dos moradores que residem na rua Luenji Ankonda, distrito do Sam-bizanga. Rodrigues entende que a presença de bairros em áreas de risco de são provas mais evidentes de que há uma criminoso omissão dos poderes públicos em matéria de política urbana e habitacional.

Fome e pobreza

A nossa equipa de reportagem se deparou com a família de Vera Guedes. Ela é uma das vítimas desta situação de total abandono. Aos 30 anos, Vera é desempregada, vive sob o teto de um casebre improvisado com quatro filhos e está grávida.

"À noite, muitas vezes, as crianças querem comer alguma coisa e não tenho nada. Quando isso acontece

vou pedir as pessoas de boa-fé e trago alguma coisa para elas", afirma.

Disse que o actual companheiro, pai dos filhos, trabalha como sapateiro e o que ganha não dá para nada.

A filha mais velha de Vera Lúcia tem 13 anos e vive com a avó.

"Só tenho um filho que não vive comigo. Não tenho coragem de dar nenhum deles", afirma. Durante a conversa com Vera, um dos filhos mais novos chegou junto da mãe e tentou chamar a atenção. A criança, na verdade, estava com fome, só não sabia dizer o que sentia. A prova foi quando a equipa de reportagem menos esperou, percebeu que o menino começou a comer um resto de pasta de dente, vulgarmente chamado de "pepsodente" que se encontrava numa madeira fixada no chão da casa. Inconformada com atitude do petiz, Vera ordenou: "tira o "pepsodente" da boca, miúdo", alertando que isto faz mal a saúde.

Como toda mãe, Vera também diz que sonha com um futuro melhor para os filhos. "Queria sair daqui e ir para uma casa de verdade. Tenho medo da violência, de alguém fazer mal aos meus filhos.

1.5 Combater a pobreza

Semanário Factual
de 07 á 14 de Abril de 2012

Dez anos após a conquista da paz, a 4 de Abril de 2002, cabe agora aos angolanos unirem esforços para a batalha contra a pobreza e subdesenvolvimento económico e tecnológico.

Mas, para se combater a pobreza, é fundamental apostar na educação e no ensino técnico-profissional com vista a dotar o País de quadros, capazes de lidarem com as inovações do século XXI.

Porém, para se atingir esse desiderato, é importante que se explique aos jovens as vantagens dos cursos técnicos e profissionais, porque são estes que vão montar as fábricas e garantir a manutenção das mesmas.

E por falta desses técnicos que hoje se registam graves anomalias na produção e na distribuição de energia eléctrica e de água potável. A ausência desses bens cria sérios problemas na vida das pessoas e, sobretudo nos sectores fabril e empresarial. Sem água nem luz, não pode haver desenvolvimento harmonioso.

Por isso, cabe ao Ministério da Educação reforma sistema de ensino, de forma a adequá-lo às necessidades de desenvolvimento do País. Quem constrói estradas, pontes, prédios e fábricas são os operários qualificados, sob supervisão de meia dúzia de engenheiros.

Convém admitir que, atualmente, a pirâmide está invertida, porque se formam mais advogados e sociólogos do que engenheiros, porque os jovens optam por cursos fáceis e, por coincidência, os menos importantes para o desenvolvimento do país. Segundo projeções oficiais, Angola carece de cerca de três mil engenheiros de diversas especialidades, para fazer face à procura do mercado de emprego.

Ciente deste problema, o secretário de Estado para o Ensino Superior, Adão do Nascimento, anunciou que Angola vai atingir a faixa de 500 licenciados por ano, em 2013, contra os actuais 100.

Na ocasião, o governante disse Angola ter marcado passos firmes na edificação das suas instituições, procurando afirmar uma visão estratégica que aposte nos quadros comprometidos com qualidade, criando um ambiente propício de promoção permanente da actividade pedagógica e académica.

E, como se pode constatar, sem técnicos nem especialistas para as distintas áreas do saber, o País vai levar muito tempo para atingir o desenvolvimento e, conseqüentemente, o combate à pobreza será lento e tímido.

Segundo experiências de outros Estados, o combate à pobreza passa pela auto-suficiência alimentar, bem como pela elevação da oferta dos principais serviços sociais básicos e pela melhoria das condições de vida das famílias.

As experiências do Brasil e do Chile no combate a pobreza estão a ser analisadas por peritos angolanos, a fim de avaliarem os benefícios dessa política no País. O interesse está direccionado às políticas compensatórias do Estado, nos domínios da saúde e da educação, para regiões menos desenvolvidas.

1.6 Políticas de crédito e emprego

Jornal de Angola

10 de Abril de 2012

Os especuladores financeiros criaram uma crise mundial sem precedentes e o remédio que está a ser adoptado é mais especulação e mais jogos financeiros numa engenharia que tem tanto de perigosa como de injusta. O capitalismo afasta-se cada vez mais de Keynes e em vez de caminhar para uma sociedade onde prevalece o pleno emprego, está a criar todas as condições para criar o pleno desemprego, na justa medida em que os especuladores enriquecem sem conta nem medida.

Angola sofreu e continua a sofrer com a chamada crise internacional, essa aventura irresponsável que começou em Wall Street e tem como actores as grandes instituições financeiras de referência mundial. As políticas adoptadas no chamado mundo ocidental consistem no empobrecimento dos cidadãos e no desemprego, que atinge sobretudo a juventude. Na Europa já se fala numa geração perdida de jovens altamente qualificados, com licenciaturas, mestrados e doutoramentos. Em comparação com o caos que alastra na Europa e nos EUA, Angola é uma espécie de paraíso social.

Os investimentos públicos no sector social, sobretudo na Saúde e Educação, aumentam de ano para ano. Nenhum Estado tem hoje a coragem de fazer tão avultados investimentos públicos. Ninguém no mundo lança políticas de crédito para financiar as micro, pequenas e médias empresas "com juros generosos da banca comercial", como anunciou no seu discurso do Luena, o Presidente José Eduardo Santos. A ordem mundial está transformada na desordem das "políticas de austeridade" e o desemprego em alta escala, pondo em risco a coesão social a uma escala planetária.

O Direito ao Trabalho é uma condição imprescindível da liberdade. Por isso, os investimentos do Executivo no sector social são um compromisso sério com a democracia. É preciso qualificar os angolanos para que eles consigam empregos com remunerações justas. Onde há desemprego, é preciso criar condições para que todos tenham trabalho, porque só com o suor do nosso rosto temos direito ao pedaço de pão de cada dia. Neste quadro é quase proibido olhar para o tecido económico e social na perspectiva do lucro, da rentabilidade do capital investido.

Num momento em que os países desenvolvidos vivem atolados em dívidas e pagam aos especuladores financeiros (ditos mercados) juros agiotas, alguém

tem de apresentar soluções lúcidas para que seja travada a lógica do empobrecimento e do desemprego em alta escala. Angola está a remar contra essa maré com muito sucesso. Todos os dias são criados milhares de postos de trabalho. São investidas somas astronómicas em equipamentos sociais, sobretudo escolas e hospitais. Mas também nos transportes e comunicações, na agricultura, no comércio, na indústria. Vamos reabrir as grandes fábricas têxteis do passado, para produzir em Angola fio e tecidos. E paralelamente relançar a cultura do algodão. O nosso país tem condições excepcionais para cultivar algodão. Antes da independência, produzíamos para alimentar as nossas fábricas e ainda exportávamos. Temos de regressar rapidamente a esses tempos.

No passado a indústria têxtil trabalhava à base de mão-de-obra barata e protegida pelo Estado. Só podia dar lucro. Os nossos campos de algodão eram cultivados por camponeses paupérrimos que de colheita em colheita empobreciam mais. Esse quadro só mudou fruto da revolta dos heróis da Baixa de Cassange. Esse passado está enterrado e nunca mais volta, nem sequer os seus fantasmas. E a cultura do algodão vai dar emprego a centenas de milhares de angolanos no mundo rural. Mais outros milhares nas fábricas. E muitos mais ainda a montante e ajusante dessa fileira. Dizem os especialistas que a China consegue colocar em qualquer parte do mundo tecidos a preços mais baixos do que custa o fio de algodão produzido nas fábricas de Angola. Que seja. Keynes tem razão. É dever do Estado criar uma sociedade com pleno emprego. Porque quem não tem trabalho não é livre e nas veias da democracia corre pujante a seiva da liberdade. Nenhum ser humano é livre se depender da protecção social pública ou da caridade privada. O direito ao emprego tem que estar garantido a todos, em pé de igualdade com a saúde, a educação, a habitação. Os tecidos fabricados em Angola podem ficar mais caros do que os importados. Mas os importados não dão emprego a milhares de angolanos. E na ponderação de interesses, ganha claramente o emprego. As sociedades democráticas têm o seu ponto de equilíbrio na solidariedade e nunca no lucro.

A economia angolana ainda está marcada por algumas dificuldades que provocam um aumento dos custos de produção. Mas nem por isso podemos deixar de produzir. Porque no horizonte tem de estar sempre o factor emprego. Nem que para escoar a produção nacional seja necessário subvencionar preços ou proibir a importação de bens de consumo que são produzidos pela indústria nacional. Tudo é preferível ao encerramento de unidades fabris por falta de rentabilidade. A factura dessa política é paga

por todos nós, com as taxas e impostos. Se todos vivermos com um pouco menos, garantimos um salário digno a milhões de angolanos.

1.7 Performance da economia Angolana(2002-2012)

Jornal Expansão
13 de Abril de 2012

O ano 1975 é o marco, não só do acontecimento feliz da Independência de Angola, mas também da grande desgraça que foi a metamorfose da guerra de Libertação Nacional em guerra civil. O ano 1987 é o marco do início da transição da economia angolana, a partir do modelo da planificação, para

o modelo de mercado tendencialmente capitalista. Esta transição finalizou no período curto 1990-1992, período durante o qual também ocorreu a interrupção da guerra civil. A retomada desta guerra em 1992 prolongou-a mais uma década. O dia 4 de Abril de 2002 tornou finalmente este ano no marco da reconciliação nacional concretizada com a paz durável. É por causa do percurso muito sinuoso e acidentado da história moderna de Angola que só no período 2002-2012 decorreu, num clima de paz, a primeira década

de performance capitalista da economia angolana. Como vamos ver, a economia angolana revelou nesse período a conjugação de grande vitalidade de crescimento com grande fragilidade de exposição a crises.

A vitalidade do crescimento económico de Angola

O PIB de Angola poderá atingir em 2012, mais ou menos, o fluxo redondo de 100 mil milhões USD. Se a população ascende actualmente a 18 milhões de indivíduos, o PIB per capita anual de Angola lá rondará presentemente 5555 USD, correspondente a 15,2 USD/dia. Apesar de ser pequeno, este poder de compra encontra-se bastante acima da linha internacional da pobreza, situada geralmente em 2 USD/dia. A margem elevada de 30% da população pobre implica, de certo modo, uma pronunciada desigualdade na repartição da riqueza.

O nível actual de desenvolvimento de Angola foi atingido num processo de crescimento estupendo registado nas duas últimas décadas. O crescimento económico é a progressão do poder de compra médio da população. Ao longo dos 20 anos precedentes de 2010, o PIB per capita de Angola subiu à taxa anual de 8,4% ao ano. De uma maneira geral, as fontes de crescimento económica numa

economia aberta são: a evolução dos termos de troca internacional, o progresso técnico e o multiplicador do investimento. A análise das estatísticas da economia angolana mostra que a taxa de crescimento de 8,4% é decomposta nas margens correspondentes às três fontes de crescimento segundo a chave seguinte: a valorização dos termos de troca origina a margem 3,36%, o progresso técnico origina a margem 0,84%, e o multiplicador do investimento origina a margem 4,2%. (As três margens totalizam obviamente a taxa de crescimento 8,4%). Estas tendências de crescimento apresentam uma coincidência curiosa: a taxa de crescimento da economia angolana decorreu ao ritmo de cerca de 8,4%, tanto na última década 1992-2002 do clima de guerra, quanto na primeira década 2002-2012 do clima da paz. A coincidência curiosa tem que ver com a evolução dos termos de troca. A onda, que vigorara desde 1992, de valorização do petróleo foi subitamente revertida em 2007 na sequência da recessão mundial iniciada nos Estados Unidos. O preço do petróleo desceu em 2007 cerca de 70% desde o pico histórico, e manteve-se depois baixo até 2009. A recuperação desse preço, iniciada em 2009, tem sido consistente, embora seu nível actual ainda se encontre 20% abaixo do pico histórico de 2007. Durante o período 2002-2012, as forças reunidas do progresso técnico e do multiplicador do investimento impactaram portanto, aproximadamente, o crescimento absolutamente igual ao decréscimo causado pela depreciação do petróleo no período curto 2007-2009. E note-se como isto aconteceu não obstante a depreciação do petróleo ter tido como efeito colateral a diminuição do investimento líquido, o que se traduz na diminuição do crescimento associada à força negativa do multiplicador do investimento.'

A fragilidade da economia angolana

A associação da depreciação de termos de troca com a contracção do investimento interior é precisamente o fenómeno anormal que revela a fragilidade da economia angolana. Nas condições concretas de Angola, o investimento público é sensível ao preço internacional do petróleo e o investimento privado é sensível à taxa de juro da moeda angolana. É neste contexto que a redução de receitas fiscais do petróleo impactou a redução do investimento público. Mas isso não é normal! O normal seria que a valorização do petróleo, no longo período anterior 2002-2007, tivesse dado folga para a constituição de reservas de dólares cuja mobilização poderia atenuar significativamente a diminuição de receitas fiscais responsável pelo decréscimo do investimento público no curto período 2007-2009. O investimento privado, de seu lado, foi incapaz de aumentar de modo a fazer

a contrabalançar, no seio da procura efectiva, o decréscimo do investimento público.

O investimento privado de Angola é bastante estacionário em Angola porque a taxa de juro encontra-se estacionária a níveis elevados, devido à incessante elevada taxa de inflação. E contudo também não é normal que a taxa de inflação estacione num nível elevado, sobretudo se tivermos em conta como esse estacionamento não deixou de acontecer mesmo no curto período 2007-2009, no contexto depressivo irradiante da depreciação da exportação de petróleo!

A retomada da tendência de valorização dos termos de troca no período 2009-2012 está a projectar a economia angolana progressivamente para o patamar 8,4%, num processo que poderá demorar ainda mais dois ou três anos. Isso reflecte a retomada da onda longa de valorização dos termos de troca do petróleo. A maximização de crescimento implica, no entanto, o funcionamento a todo o gás de mais dois motores: o investimento privado e a produtividade do trabalho.

A estabilização monetária da economia angolana é o pano de fundo à frente do qual terá lugar o rebaixamento da taxa de juro.

O melhoramento da política monetária passa pela explicação original da verdadeira causa da elevada inflação que ainda existe na economia angolana. Paralelamente terá de haver lugar a uma reflexão profunda, igualmente original, acerca da reforma de política fiscal que será necessário levar a cabo para pôr termo à fraca margem de crescimento, menos de 1%, oriunda da fonte da produtividade do trabalho. Esta reflexão é muito importante, sobretudo porque o progresso técnico é a única força perene de crescimento económico. O multiplicador do investimento deixará de funcionar quando a economia angolana atingir patamar de crescimento do pleno emprego, o que poderá acontecer durante 10 anos, contados a partir da estabilização monetária. E a valorização dos termos de troca também deixará de funcionar quando acabarem as reservas de petróleo de Angola, o que acontecerá aproximadamente dentro de 30 anos, contados a partir de hoje.

O sucesso da política de estabilização monetária e da política fiscal de crescimento da economia é a garantia da durabilidade do clima de paz em Angola.

1.8 Incentivos empresariais muito arriscados

Agora

14 de Abril de 2012

Fracassado que está o programa de construção de 1 milhão de fogos habitacionais e falhadas quase todas as promessas eleitorais de 2008, muitas delas assumidas publicamente pelo PR, as baterias do Executivo, viraram-se agora para o aliciamento da massa carente, com projectos insustentáveis, do ponto de vista administrativo.

A menos de seis meses das eleições, muitos já se aperceberam que nem metade das habitações prometidas foram erguidas e o Chefe do Executivo, no Moxico garantiu que a reconstrução do país termina no próximo ano, um horizonte que antecipa em dois anos o período definido que era 2015, ficando-se apenas com a reabilitação de vias rodoviárias e ferroviárias.

Porém é deveras irrealista, assumir mais compromissos públicos quando ainda não foram cumpridos os objectivos do programa eleitoral de 2008. Estamos lembrados de que nem todos os que não tiveram acesso às habitações da centralidade do Kilamba continuarão a alimentar a esperança de ganhar uma casa com menos custos nos próximos meses e nem foram identificados os beneficiários do primeiro milhão de fogos.

A grande dificuldade reside em saber quais os objectivos que se pretendem alcançar com as campanhas da actual febre do apoio às Micros, Pequenas e Médias Empresas e quais, na verdade, os critérios de acesso ao crédito disponível para a redução da pobreza e combate à fome.

Não será mais um adro de tráfico de interesses? Até agora todos os programas ainda não deram os frutos desejados, mesmo assim, o ministro da Economia apregoa, 'aos quatro ventos', que o plano de luta contra a pobreza terá grande impacto e um orçamento de 220 milhões de dólares, dos quais 131 milhões para as empresas de Luanda.

Entre os beneficiários directos do tão ambicioso projecto, Abraão Gourgel, também não especificou o escalão ou melhor o perfil de empresários a potenciar para responder a mais este 'nobre' desafio que pelos vistos, aumentará as carências no seio das famílias, apesar de ser fundamental que nesta altura todos saibam que não se subscreve apenas ao empresariado com as cores do MPLA.

Incentivo. O lançamento, esta semana, do 'Balcão Único do Empreendedor', terá marcado, o arranque de todo o projecto. Este órgão garantirá maior celeridade no processo da criação de Mpme, que serão certificadas pelo Instituto Nacional de Apoio às Pequenas Empresas (Inapem), mesmo assim não dissipa as dúvidas:

Se o objectivo é fazer com que as regiões afastadas do litoral sejam capazes de oferecer oportunidades de vida melhor aos seus habitantes, evitando assimetrias, não seria viável esclarecer primeiro quem são os que podem constituir as Mpme, visto que em termos de padrão são várias as firmas que se enquadram no perfil desejado.

A postura do Ministério da Economia em patrocinar estas iniciativas, no sentido de garantir sustentabilidade da população, promovendo a produção interna, evoca outro pressuposto, o tipo de empreender que pode ter acesso ao crédito, taxa de juro e o tempo de carência.

Sabemos que a agricultura é um dos sectores que merecerá maior atenção. Mas isto faz reviver o falido projecto Caixa AgroPecuária, em que muitos dos que receberam os empréstimos não apareceram para devolver os montantes. Para agravar a situação, nem mesmo o Ministério das Finanças na altura foi capaz de esclarecer as razões do fiasco do projecto e os empreendedores que tiveram acesso aos empréstimos.

Dúvidas. Daí o nosso apelo de que este projecto não se torne em mais um compromisso eleitoral, visto que seria prático reforçar o capital das empresas que já existem em vez de criar algo novo, ou então, explicar melhor as modalidades.

O pequeno negócio é, entre todas as iniciativas, o que mais se enquadra para o país. Luanda limpa, mercados populares, equipamentos sociais, são outras actividades que dentro do programa não se enquadram no perfil empresarial estabelecido e a nossa preocupação reside na capacidade e idoneidade daquele a quem será atribuída tamanha responsabilidade de gestão do dinheiro público. Até agora, o combate ao lixo já consumiu milhões de dólares e nada resultou, alias, apenas dívidas para com as operadoras.

No início do mês já foi lançado o plano de incentivos ao comércio na comunidade rural, elaborado em 2010 no âmbito do Programa de Combate à Fome e à Pobreza que prevê a edificação de infra-estruturas para os comerciantes que operam em ambiente deficiente, enfrentando carências de financiamento e capital de longo prazo.

Segundo a comissão executora do Plano Integrado de Desenvolvimento do Comércio Rural e Empreendedorismo (Plaidencor), a estratégia visa impulsionar o crescimento económico sustentável e aumentar a produção interna, consubstanciando-se nas Mpme em todo o país.

Conflito. Esta semana o Ministério da Economia não fez nenhuma referência ao Plaidencor, mas sabe-se que os empresários deste ambicioso projecto, servirão de viveiro para a inovação do comércio rural. O Executivo desenvolveu tal empreitada, no âmbito da inclusão produtiva da população, principalmente para os jovens e as mulheres que têm a sua actividade comercial assente na formalidade.

Ainda assim como ficará, a anunciada criação de 5 mil novas micro-empresas que se pressupõe que garantirão seis mil novos empregos, para o próximo ano dentro do Plaidencor.

Relativamente, o combate à fome e à pobreza, em curso desde 2010, não se pode resumir nos discursos de construção de infraestruturas sociais nos sectores da educação, saúde, habitação, desporto, agricultura e fornecimento de água, mas assentar na vida da população, com um financiamento transparente do Estado.

Mesmo que o PR tenha chamado de 'dinheiro barato, em função da taxa de juro aplicada e o tempo de carência do crédito, ainda assistiremos ao conflito de interesses em função do oportunismo a que os gestores públicos nos habituaram e não será surpreendente que os beneficiários de direitos estarão ligados aos titulares de cargos públicos.

Intenção. No âmbito do apoio às Mpme, é importante salientar a atracção para o tecido empresarial formal todos os que, de forma informal, exercem a sua actividade e são fontes de criação de riqueza, combatendo-se, também, a economia paralela.

É pretensão do Estado levar, progressivamente, a economia informal para o sector formal com incentivos e estímulos constantes, através de instrumentos normativos, como a Lei das Micro, Pequenas e Médias Empresas, o programa de apoio aos pequenos negócios e o reajuste do regime jurídico do Inapem.

O comércio paralelo ocupa uma percentagem maioritária da população activa no país, sendo um dos principais desafios do Executivo, uma vez que tributar o segmento informal, implica formalizar, pelo menos, alguns aspectos da sua acção.

A par destas medidas, lembramos que ainda não foi feito nenhum balanço sobre o 'Crédito Jovem', tão propalado que acabamos de duvidar da idoneidade das diversas iniciativas lançadas pelas autoridades, alegadamente em benefício da população.

Para consagrar a dissimulação e atrair os menos atentos, será instituído o estatuto orgânico do Instituto Nacional da Juventude, órgão que passará a executar as políticas para apoiar esta população. Já se sabe que terá como incumbência velar pela política de habitação, formação, emprego, ocupação dos tempos livres e desporto. São muitas manobras que já evidenciam a caça ao voto, mas mesmo assim, através do asfalto vão brotando flores .

1.9 Mais de 40% da população Angolana sofre de anemia

Folha 8

14 de Abril de 2012

Um estudo desenvolvido em Angola por investigadores lusófonos e publicado no 06.04 na revista PLoS one conclui que mais de 40 por cento da população estudada tem anemia e quase um terço das crianças sofre de malnutrição crónica.

"No global, os níveis [de anemia] encontrados foram significativos e preocupantes. [O resultado] deverá ser olhado com mais atenção para que sejam pensadas estratégias", disse a coordenadora científica, Susana Nery. O estudo resulta do trabalho científico desenvolvido no município do Dande, 60 quilómetros a norte de Luanda, pelo projeto CISA (Centro de Investigação em Saúde de Angola) e incide sobre uma amostra de mais de 3.000 pessoas, 1.000 mulheres e mais de 2.000 crianças.

"A ideia é perceber a dimensão dos principais problemas de saúde que afetam estas populações de risco", explicou Susana Nery, acrescentando que as doenças estudadas foram a malária, a shistosomíase urinária (sangue na urina), os parasitas intestinais (nomeadamente ténias), bem como as comorbilidades associadas (desnutrição e anemia), em crianças dos seis meses aos 15 anos e nas suas mães.

O estudo epidemiológico e comunitário, "o primeiro desta envergadura", conclui que as três doenças estudadas são endémicas na população em causa.

No caso da malária, a prevalência foi de 18 por cento entre as crianças e de 9,6 por cento nas mães.

O inquérito nacional de malária de 2011 reportou uma prevalência de 10,1 por cento em crianças menores de cinco anos.

A prevalência de shistosomíase urinária em crianças foi de 16,6 por cento e nas mães de 21,7 por cento, valores inferiores à média nacional (28 por cento em 2005). No caso das parasitoses intestinais são mais frequentes entre as crianças em idade escolar (22 por cento), embora com valores inferiores à média nacional (40 por cento em 2005).

"Os níveis de prevalência encontrados não são exatamente iguais às médias nacionais anteriormente descritas pelo Ministério da Saúde, o que é natural, porque uma média para um país como Angola implica uma grande variação geográfica", explicou Susana Nery. Para a investigadora, os valores encontrados nas três doenças não surpreendem: "O que foi mais surpreendente foram os níveis de anemia encontrados. E de malnutrição crónica".

As conclusões indicam que 40 por cento da população estudada sofre de anemia, enquanto 23 por cento das crianças têm baixo peso e 32 por cento sofrem de malnutrição crónica.

Apesar de admitir que os números são semelhantes aos de outros países na África subsaariana, a cientista considera-os preocupantes.

Recordando que a anemia está associada a várias infeções, nomeadamente a malária, e à malnutrição, Susana Nery defende que o seu combate passa por "diminuir a malária, melhorar as condições nutricionais das crianças e reduzir as parasitoses".

O próximo passo do projeto será aliás "testar uma estratégia para reduzir os níveis de anemia e das doenças identificadas nas crianças em idade escolar", afirmou a cientista, explicando que a ideia é "comparar dois métodos diferentes" para verificar "qual a maneira mais eficaz de responder ao problema".

O estudo foi desenvolvido pelo projeto CISA e envolveu o Governo angolano, o Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento e a Fundação Calouste Gulbenkian.

O projeto nasceu de uma colaboração entre o CISA e o investigador lusoangolano José Figueiredo, que estava em Londres a fazer doutoramento. No terreno, os autores do estudo são mais quatro investigadores seniores: uma angolana, dois portugueses e um Moçambicano.

1.10 Trezentos mil Angolanos em situação de fome

Angolense

20 de Abril de 2012

Segundo o director do gabinete de Segurança Alimentar do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e Pescas, David Punga, as autoridades chegaram a pensar que Angola iria experimentar "uma situação difícil em termos de segurança alimentar".

Todavia, o reinício das chuvas e a rápida distribuição de instrumentos agrícolas e sementes reverteu a situação.

"Acreditamos que as produções a serem obtidas não estarão ao nível daquilo que seria se na primeira época da campanha agrícola tivesse tido os resultados esperados, mas pensamos que a segurança alimentar não será abalada em níveis que seja preocupantes referiu o responsável.

A seca que afectou quase todo o país levou o Governo a realizar uma avaliação de emergência do impacto da estiagem.

A referida avaliação aconteceu de 27 de Fevereiro a 7 de Março, em onze das 18 províncias de Angola.

O relatório refere que das onze províncias avaliadas, cinco delas estão em situação crítica, nomeadamente o Bengo (8.670 pessoas), Benguela (87.280), Huíla (101.290) e Namibe (11.700), com numerosas pessoas a necessitarem de assistência alimentar.

O plano de ajuda que custou ao Estado 4,7 mil milhões de kwanzas (cerca de 4 milhões de dólares). O referido plano contemplou ainda a entrega de sementes de hortícolas, cereais, milho, raiz de mandioca, batata-doce, bem como 700 motobombas.

O documento recomendava o accionamento de um Plano de Ajuda Alimentar de Emergência para as populações "em estado de vulnerabilidade, afectadas pela estiagem, através da aquisição de produtos alimentares básicos", que já foi aprovado pelo Governo.

Para o município do Porto Amboim, na província do Kwanza Sul, foi solicitado o fornecimento de água potável.

O relatório recomenda, iguais esquemas de regadio tradicional (valas de irrigação, represas e furos).

Como medidas de sustentabilidade, o documento sugere a criação de um Fundo de Contingência, que

permita uma "rápida, pontual e coordenada" intervenção em situações semelhantes.

Segundo David Punga, é objectivo do Governo aumentar a quantidade de fazendas de maior porte, para que o país passe a ter "uma reserva estratégica", com vista a colmatar situações de emergência, para além de ajudar a estabilizar os preços.

1.11 Salários que não compram nada

A Capital

21 de Abril de 2012

Com o que aufere enquanto auxiliar de limpeza numa das empresas prestadora de serviços na cidade de Luanda, Engrácia Teles vê-se incapaz de fazer face às necessidades diárias ao longo de todo o mês.

Essa funcionária refere-se apenas a cobertura de necessidades mais básicas como a alimentação, porque, segundo ela, não sabe com que milagre consegue encarar, por exemplo, as despesas com o transporte, saúde e educação para os filhos.

É que são apenas 13 mil kwanzas que Engrácia Teles recebe como salário ao cabo dos trinta dias de cada mês.

"Não dá para viver com este salário", manifestou a funcionária, para se referir ao exíguo poder de compra desses 13 mil kwanzas apresentados como ordenado que o seu empregador paga a ela e aos demais colegas enquadrados na mesma categoria.

A lamentação de Engrácia decorre do facto de estar a auferir tal salário num mercado em que o custo de vida é bastante elevado, obrigando o recurso a "uma gestão muito apertada daquilo que alguns apelidam ser "salário de miséria".

Mas nem com o recurso a este tipo de gestão doméstica ela consegue "arrastar-se" com tal salário até ao final do mês, porque, como disse, no final das contas, não lhe resta nada logo nas primeiras semanas, uma realidade que a levou a conclusão de que eles "apenas sobrevivem". Condição contra a qual lutam os trabalhadores da Promeclean, que já solicitou encontros com a sua direção, com o propósito de exigir melhorias salariais. Só que até aqui "nada resolvido".

E as consequências, estas, pesam mais em quem é responsável de famílias exigentes, como é o caso de Engrácia Teles, cujos filhos, ignorando a situação salarial da mãe, obrigam-na sempre a providenciar-lhes tudo quanto veem no corpo de amigos ou colegas de escola.

Mas essa não é a preocupação que transtorna tanto como as insónias decorrentes das dificuldades que tem em manter uma cesta básica alimentar para a família, servindo-se da "miséria" que são os 13 mil kwanzas de ordenado mensal.

Para já, é um exercício impossível alguém, como essa auxiliar de limpeza, 'adquirir a generalidade de produtos que conformam a cesta alimentar básica estabelecida em Angola, a julgar pelo facto do seu custo ser incorporável ao poder de compra do seu salário. Dados obtidos apartir da União Nacional dos Trabalhadores de Angola (UNTA), situa hoje em 25 mil kwanzas o custo do cabaz em alusão, sendo o dobro duque a Engracia aufere mensalmente, ``desta forma como é que vamos conseguir cumprir uma dieta alimentar saudável?´ questionou.

Engrácia não é a uma a queixar-se do baixo poder de compra do Salário situação semelhante está Janete André, que depois de olhar para os 16 mil kwanzas que recebe mensalmente, disse ela, também é impossível ir as compras e sair de lá com o cesto abastecido com o suficiente para alimentar a família num período de um mês, como seria normal por se tratar de um salário mensal. Mas não o seu ordenado permite ironicamente, assegurar apenas uma refeição traduzida em simples prato de arroz com feijão.

Mas como as necessidades são imensas e muitas delas inadiáveis, como as ligas a questões de saúde, Janete André acautela-se recorrendo as saídas alternativas, em que a adesão ao mecanismo ``kixikila´ é a que mais adeptos tem tido, por permitir trazer alguma estabilidade temporária ao orçamento doméstico.

Janete André é empregada numa empresa de construção civil, onde exerceu a função de secretária, auferindo como tal o salário de 16 mil kwanzas, diz entretanto ``o seu salário não é o mais baixo da empresa´´. Revela ter conhecimento de colegas seus auferindo ainda ordenados fixados em 8 mil kwanzas, valor baixo daquilo que esta estabelecido como salário mínimo em Angola.

Mas essa é a realidade naquela empresa de construção civil que, segundo Janete André, pode pagar mais duque aquilo a generalidade dos seus trabalhadores aufere.

Ela fala com conhecimento de causa, pelo seu contacto regular co a contabilidade da empresa, que, aos olhos desta funcionário, ilustra números que refletem boa produtividade, sem entretanto, traduzir-se na melhoria salarial do pessoal. ``É frustrante´´, desabafou.

Frustrante é o que também acontece com Clésia dos Santos, auxiliar de logística colocada numa empresa de prestação de serviços na área eletrónica, há quatro anos.

O que mais a indigna é o facto de a empresa mostrar-se esquecida com relação as condições salariais dos seus trabalhadores que, há muito, não beneficiam de aumento, tão pouco ajuntamentos compatíveis com a situação inflacionária do país. Pela actividade que exerce, Clésia dos Santos aufere 16 mil kwanzas mensais. Ela defende para si, pelo menos um aumento que possa elevar o seu salário a 25 mil kwanzas, algo como 200 dólares que acredita que estaria em condições mínimas de atender algumas necessidades que são suas necessidades mais prementes. Mas nada.

Segundo ela naquela empresa o aumento é só do volume de trabalho. ``se aumentam as tarefas o salário devia crescer juntos´´, rematou.

Telma Artur educadora social que também aufere um salario de 13 mil kwanzas, disse que acredita que pode ganhar um pouco mas duque o actual, atendendo a sua função que é educar as crianças.

``Nós garantimos a qualidade das pessoas que vão dirigir os pais no futuro´´, disse para acrescentar que nêem isto se tem em conta quando o assunto é dinheiro.

A sua família de 5 pessoas entre eles o esposo e a filhos tentam ao máximo chegar no fim do mês com alguns trocados para não ter que dever ao vizinho e parentes, mas segundo Telma, este exercício nêem sempre é possível se olharmos para os preços que se praticam nos mercados.

``é uma ginástica total´´, salientou. Para a manutenção do salário a educadora social diz que faz jus ao curso de pastelaria que fez a anos com isso ela fabrica bolos que vende na porta da sua casa, e, segundo contou, ``da algum jeito´´, sobretudo para garantir o dinheiro do táxi, meio que a leva e trás todos os dias em que tem atividade no centro em que trabalha.

1.12 PIB de Angola pode crescer 9,7 por cento em 2012

Semanário Factual

21 à 28 de Abril de 2012

O Fundo Monetário Internacional (FMI) reviu, em baixa, as perspectivas de crescimento de 2012 do Produto Interno Bruto (PIB) de Angola para 9,7

por cento contra 10,8 por cento avançado inicialmente pelo Fundo.

Uma tendência de crescimento que se situa muito acima da estimativa da economia mundial que se deverá situar, em 3,5 por cento e da África subsariana poderá fixar-se em 5,4 por cento.

Apesar da revisão em baixa do PIB de Angola, as expectativas para a economia nacional são animadoras, considerando a actual conjuntura internacional.

O Fundo prevê que a inflação em Angola poderá situar-se em 11,1 por cento no ano em curso e 8,3 em 2012, enquanto a expectativa quanto à conta corrente da balança de pagamento deverá fechar com saldo positivo de 9,7 por cento, em 2012 e de 6,2 por cento do PIB, em 2013.

Acredita-se que a entrada em funcionamento de novos poços petrolíferos deverão impulsionar o crescimento do PIB e da manutenção em alta do saldo da conta corrente.

O Executivo prevê que a economia deverá crescer em torno de 12,5 por cento em 2010 e que a inflação se situa em 10 por cento. Desta feita, espera-se que o sector petrolífero cresça 13,4 por cento e o não-petrolífero poderá crescer 12,5 por cento. As expectativas tanto do Executivo quanto do FMI são relativamente optimistas.

Mundo desacelera para 3,5 por cento em 2012

O FMI estima que a economia global deverá, este ano, crescer 3,5 por cento, mas lembra que existem riscos para este cenário, especialmente a crise financeira europeia e o aumento do preço do petróleo.

O Fundo espera que o mundo cresça a um ritmo ligeiramente mais lento que, em 2011, ou seja, 3,9 por cento, embora se espera por uma recuperação para 4,1 por cento em 2013.

A servir de lastro ao crescimento, estarão as economias avançadas, particularmente a Zona Euro, onde o Fundo prevê uma contracção de 0,3 por cento este ano, seguida por um crescimento de 0,9 por cento em 2013.

Pelo contrário, as nações emergentes do Oriente continuarão a ter taxas de crescimento robustas, nomeadamente os "gigantes" China e Índia. Realça-se que sobre este cenário pairam riscos substanciais, sendo que a "preocupação mais imediata" é um novo agravamento da crise financeira na Europa.

No cenário mais negativo do Fundo, um aumento significativo dos custos da dívida soberana nos países periféricos aliado a tensões adicionais sobre o sistema bancário europeu poderia levar a uma contracção de 3,5 por cento nos próximos dois anos no PIB da Zona Euro. O outro grande risco que o FMI assinala é que as "incertezas geopolíticas" façam os preços do petróleo subir muito acima do previsto.

O Fundo projecta que o preço do petróleo aumente 10,3 por cento em 2012, mas reduz-se 4,1 por cento no próximo ano.

Este cenário de uma tendência de redução dos preços do petróleo pode, em contrapartida, ser posto em causa por "uma potencial ou efectiva perturbação nos fornecimentos relacionados com a República Islâmica do Irão, terceiro maior exportador mundial".

O preço do petróleo deverá continuar a aumentar este ano e descer em 2013, mas os riscos geostratégicos ligados ao programa nuclear do Irão podem causar uma subida abrupta, prevê o FMI.

Nas projecções económicas de primavera (Outlook), divulgadas na terça-feira última, o FMI inclui previsões para os preços do petróleo, através de uma média simples das três principais referências do crude (Brent, West Texas e Dubai).

Por esta medida, o Fundo espera que o petróleo cresça este ano 10,3 por cento, uma taxa elevada, mas muito abaixo das que se registaram, 2010 (27,9 por cento), 2011 (31,6 por cento). Para 2013, o FMI prevê uma quebra nos preços (4,1 por cento).

1.13 Ajustamento á vista para equilibrar o poder de compra

A Capital

21 de Abril de 2012

A acompanhar a situação salarial da massa trabalhadora angolana está a UNTA Confederação Sindical. A organização diz ter noção da perda do poder de compra dos ordenados pagos no país, carecendo, por isso, de ajustamentos em função da taxa de inflação.

É isso que o secretário-geral da maior central sindical do país defendeu, na semana passada, em reunião de concertação com os seus parceiros sociais, de onde recebeu a garantia de que, em Maio, o Governo aprovaria um ajustamento, com vista atualizar o salário mínimo nacional.

O dirigente sindical não se conformou com isso. Tentou, naquele fórum, interceder no sentido do

Executivo provar, não apenas um ajustamento salarial, mas, também um aumento efetivo sobre o salário mínimo nacional.

Todavia, não foi bem-sucedido, segundo suas próprias palavras, pelo facto dos representantes do Governo no Conselho Nacional de Concertação Social (CNCS) terem argumentado que "os indicadores não indicaram produtividade que pudesse ser transformado em aumento dos rendimentos dos trabalhadores", razão pela qual, segundo ele, se privilegia ajustamentos a pensar na reposição do poder de compra aos salários.

Alguém poderá confundir ajustamento com aumento, mas Manuel Viage explica que só se estaria adiante desse último benefício "se sobre o valor percentual da taxa de inflação se acrescesse mais algum valor".

Tal operação, segundo o sindicalismo, não acontece há mais de três anos, muito por conta da crise financeira internacional, que teve consequências negativas na economia angolana.

Assim, em Maio, os trabalhadores conformarão com ajustamentos salariais, que devem estar na escala dos 12% a 10%, correspondentes as taxas de inflação registadas em 2011 e prevista para 2012.

A remuneração mínima no país varia atualmente entre os 10.796 e os 16 mil kwanzas, sendo o primeiro valor correspondente ao que se paga na agricultura e o segundo no sector extrativo, enquanto no comércio e indústria ronda nos 13 mil kwanzas, Estes são os diferentes valores nominais do salário mínimo nacional apresentados por Manuel Viage, ele que diz ter resultado de concertações anteriores.

Ocorre, entretanto, que tais salários já não cobrem o custo da cesta alimentar básica, atualmente valorizada em cerca de 25 mil kwanzas, de acordo com cálculos da UNTA.

"Se compararmos estes valores com a cesta básica veremos que qualquer um destes não faz cobertura", referiu, explicando com o facto de ano após ano se produz um aumento nos preços, sinónimo de erosão no poder aquisitivo dos salários.

E esta, segundo o sindicalista, continuará a ser um problema crónico, enquanto, como disse, não se estabelecer uma igualdade ou margem ínfima entre o custo da cesta básica alimentar e o SMN.

Consequências: continuar a ver pessoas jogadas numa condição social sensível, vivendo abaixo daquilo que está padronizado..

1.14 Os números e os programas (não) cumpridos.

Angolense

27 de Abril de 2012

Quando em 2008 o MPLA anunciou o seu manifesto eleitoral, que previa entre outras promessas a construção de cerca de 1000.000 de habitações, de renda resolúvel para os agregados de renda baixa e media, bem como a criação de um milhão de emprego, caso votassem nele, renascia a esperança de muitos angolanos que encararam no manifesto a "tábua da salvação" para realização do "sonho da casa própria", apenas para citar este, que de resto constituiu a bandeira eleitoral do partido no poder há cerca de 37 anos.

Volvidos quase quatro anos e há meses para mais uma disputa eleitoral, pode se dizer que as expectativas da população foram goradas. Até a presente data não se sabe ao certo quantas casas o governo construiu no País. Fontes não oficiais falam em apenas 400 mil residências, o que representa cerca de 40% da promessa. Contudo, se existem essas também não beneficiaram famílias de renda baixa, por quanto os preços rondam entre 65.000 e 200.000 mil dólares, considerado muito alto para um País onde o salário mínimo nacional não ultrapassa os 150 dólares.

O Executivo chefiado pelo presidente José Eduardo dos Santos apresenta agora um discurso diferente ao que apresentou em fase eleitoral. Numa reunião entre o então Vice-governador de Luanda, para área técnica, Bento Soito, e empresários ligados a imobiliária antecedida a Conferência Nacional sobre Habitação, o dirigente deixou claro que não será o governo a construir o um milhão de casas. Segundo o seu esclarecimento, o governo vai criar condições para os empresários privados da construção, tais como facilidade de isenção de imposto de transporte das matérias de construção vindos do exterior e distribuição de terrenos a populares para fazerem a sua casa de preferência. Na retificação que o governo ou os seus elementos fazem do discurso da promessa, invoca que nunca disseram que iriam construir os um milhão de casas mais sim irão apresentar um milhão de casas ou seja. Serão criadas condições para que os empresários e outros construam um milhão de casas em quatro anos que serão apresentadas como obras feitas pelo governo.

A construção de um milhão de casas foi uma promessa feita em campanha eleitoral apresentada pelo Presidente da República. Na altura surgiram várias vozes de especialistas sobretudo alertando que

se estava diante de um exagero. Analistas políticos punham também em causa a capacidade de o governo do MPLA construir a mesma tendo em conta o seu antecedente de prometer e cumprir em tempo indeterminado. Crescimento não se traduz em desenvolvimento o manifesto apresentado ao eleitorado em 2008, o MPLA defendia a inclusão social e a luta contra pobreza e ainda a valorização dos salários mais baixo bem como o aumento dos níveis de emprego. Contudo, economistas mais frontais, defendem que há um paradoxo na distribuição da renda nacional. Em 2010, o renomado professor universitário Alves da Rocha, chamado a dissertar no Fórum "Estratégia e Competitividade" considerou haver uma desigualdade muito grande entre "uma dúzia" de pessoas que ostenta sinais de riqueza e uma maioria da população a viver com quase nada.

A distribuição da renda analisada do detalhe ao pormenor, ainda é insuficiente para que haja um nível de vida satisfatório para com os cidadãos. Se por um lado, o Produto Interno Bruto (PIB) por habitante em 2008 foi de 4690, por outro lado, a cifra representa 12,8 dólares por dia. Em Abril de 2011 um estudo apresentado em Luanda pelo economista sénior do Banco Mundial, Ricardo Gazel, revelava que 36,6% dos angolanos continuava a viver abaixo da linha da pobreza (três anos depois das promessas), sendo 58% na zona rural e 18,7% na urbana. Quanto ao 1000.000 de emprego prometido, segundo o estudo do Banco Mundial, cerca de 53% dos angolanos trabalha por conta própria e apenas 17,4% trabalha por conta de outros.

O que até aqui retratamos é apenas a ponta do icebergue numa situação desoladora que afecta sobretudo a capital do país, mas que não deixa de parte as demais províncias. Porém, nos discursos oficiais, mais virados para o exterior do que para o cidadão nacional, "O país está a avançar e a vida dos angolanos também está a melhorar progressivamente. O Programa de Investimento Público triplicou em quatro anos, os índices de pobreza estão a baixar, o emprego está a aumentar, os índices de desenvolvimento humano estão a melhorar, o Produto Interno Bruto per capita subiu do equivalente em dólares a três mil e oitocentos em 2005 para e oito mil e trezentos em 2009", disse José Eduardo dos Santos, durante a cerimónia de cumprimentos de ano novo ao corpo diplomático acreditado em Angola.

Os dados oficiais do Programa Água para Todos", promovido pelo Executivo angolano, a partir de 2007, apresentados em balanço no final de 2011, dizem que o País possui atualmente uma taxa de

cobertura a nível de 45,5 por cento, o que representa três milhões e 400 mil beneficiários de água potável.

No entanto, como que a contrariar, o último Relatório de Desenvolvimento Humano elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) coloca Angola na 148ª posição entre os 166 países analisados.

Construção e transportes, os sectores que deram sinais de avanço

Se por um lado, grande parte das promessas não passou disso mesmo, por outro, alguma coisa foi feita, destaque para os sectores da construção e dos transportes.

No país foram construídas 476 pontes, entre provisórias, definitivas e metálicas, das quais se destacam as pontes sobre o rio Cunene, no Xangongo e a 4 de Abril sobre o rio Catumbela, em Benguela.

A última de grande porte construída no mandato do atual governo é a 17 de Setembro sobre o rio Kwanza, entre a comuna da Cabala e Muxima, na província de Luanda (anteriormente território do Bengo). No que diz respeito as estradas, Angola passaram de 322 quilómetros, em 2006, para mais de 6404 quilómetros de estradas reconstruídas, estando já oito capitais provinciais interligadas por estradas asfaltadas. O sector dos transportes mantém aqui um ritmo de materialização de ferroviários, rodoviários, aeroportuário e portuário assinalável, viabilizando o aumento da circulação de pessoas e bens no país. Por exemplo, o Ministério dos Transportes inaugurou a retomada da circulação ferroviária entre as províncias de Benguela e Huambo, paralisado desde 1993; o transporte ferroviário de passageiros e mercadorias entre Luanda e Malanje, meios e serviços que contribuem para o desenvolvimento socioeconómico do País.

Foram também merecedores de realça a inauguração do aeroporto Albano Machado (província do Huambo) e o aeródromo de Carianga na província do Kwanza norte. A título experimental o Comboio já chegou à cidade do Menongue.

A essas acções junta-se a restituição de centenas de viaturas às pessoas que perderam seus veículos automóveis, ao serviço do Estado, durante o conflito armado. Para o cumprimento deste programa, que se encerrou em Dezembro, o Governo entregou um total de mil e 500 viaturas às 18 províncias do País.

Apesar disso, o eleitorado exige mais e questionam as razões do não cumprimento das promessas.

Direito a informação continua limitado No capítulo do acesso a informação, o MPLA prometeu no seu manifesto (pagina 26) a criação de condições de uma imprensa isenta, independente e plural. Continuar a política de concurso público para abertura de novas rádios e televisão, todavia, durante o mandato que está prestes a terminar, apenas a RADIO MAIS é ouvida nas províncias de Benguela, Huambo, Huila e Luanda. A ECCLESIA, rádio mais antiga do que o próprio Estado angolano e com direitos adquiridos há 57 anos para emitir para todo País continua privada deste direito. Cidadãos com quem conversamos ao longo deste trabalho, manifestaram-se desanimados quanto aos anseios de verem os seus problemas resolvidos consideraram e questionam as razões do não cumprimento das promessas eleitorais.

1.15 Empregadores furtam-se em contribuir a Segurança social

Semanário Factual

28 à 05 de Maio de 201

O sindicalista lembrou que, no âmbito da legislação vigente, além da arrecadação para a SS proveniente dos descontos directos do salário de cada trabalhador (três por cento), a entidade empregadora é obrigada a contribuir com oito, perfazendo o total de 11 por cento.

"Não se trata apenas da parcela que deve sair do salário de cada trabalhador. Esta, de um modo geral, está assegurada porque se encontra descontada de maneira directa. O mais importante para a SS é a contribuição de oito por cento da entidade empregadora", alertou a fonte.

Manuel Viaje falou ao *Semanário Factual* em alusão ao 1 de Maio, Dia Internacional do Trabalhador, a ocorrer terça-feira, numa altura em que se celebra 10 anos de paz definitiva em Angola.

Segundo Manuel Viaje, os empregadores apresentam como desculpa, para a irregularidade, a eventual fraca rentabilidade das suas empresas.

De acordo com a denúncia, a maioria das entidades empregadoras, sobretudo do sector empresarial privado, faz o desconto dos três por cento do salário dos seus trabalhadores, mas, para se furtar da sua contribuição (oito por cento), acabam por nem sequer depositar nos Cofres de Estado, inclusive a parcela arrecadada dos empregados.

"Se, por um lado, os trabalhadores acabam por ser duplamente penalizados, porque descontados sem

contrapartida, os empregadores usam, por outro, de maneira indevida, o dinheiro arrecadado dos descontos, em benefício próprio", lamentou o con-sagrado sindicalista.

Para o secretário-geral da UNTA - CS, estas infracções à lei retiram dos Cofres de Estado importantes somas em dinheiro que serviriam para melhorar a situação dos pensionistas, articularmente, e dos trabalhadores, em geral.

Salário como meio para a distribuição da riqueza nacional

Manuel Viaje, fazendo alusão à relação entre o empregado, que representa o trabalho, e o empregador, o capital, defendeu que a riqueza do País é gerada pelas empresas.

"A riqueza do País é gerada pelas empresas e, nelas, estão os trabalhadores. Assim, partimos do princípio segundo o qual o melhor meio para a distribuição da riqueza nacional é, pelas empresas.

Este desiderato significa ter trabalhadores bem remunerados, com condições dignas, no sentido de podermos desenvolver as suas capacidades profissionais e que a paz social seja uma realidade", aconselhou Manuel Viaje.

Numa abordagem mais sucinta, o sindicalista explicou o quadro de produção actualmente existente ser do tipo capitalista, no qual, de um lado, estão os trabalhadores assalariados que representam o trabalho e, do outro, os detentores dos meios de produção, representando o capital.

"Entre o capital e o trabalho, os interesses nem sempre convergem, sendo que os donos das empresas buscam realizar mais lucro com menores custos, na lógica da gestão. Assim, a componente dos custos, que inclui a melhoria dos salários e das condições de trabalho, nem sempre tem a atenção desejável por parte dos detentores dos meios de produção", assinalou.

Para a fonte, esta situação leva a que se esteja quase sempre diante de um conflito latente entre o capital e o trabalho.

"Quando surgem reivindicações, elas estão direccionadas para a melhoria dos rendimentos, na medida em que as pessoas, enquanto trabalhadoras, produzem os bens, mas, depois, na condição de cidadãos, precisam de consumir. Daí, as pessoas necessitarem de mais dinheiro na qualidade de consumidores", descreveu Manuel Viaje, apontando o facto como uma das causas de conflito entre as partes.

Acrescentou, como segundo motivo, a necessidade que os trabalhadores têm de desenvolver em condições dignas a sua actividade profissional.

"Isso pressupõe condições de trabalho, condições sociais no trabalho e condições de segurança, para que o empregado se sinta motivado", enfatizou.

A terceira ordem de reivindicações, de acordo com a fonte, tem a ver com as condições de protecção social.

"Fazer que as empresas criem condições, a fim de que os trabalhadores estejam protegidos no caso de reforma por várias ordens, incluindo precoces ou antecipadas", explicou o sindicalista, acrescentando serem estas, de um modo geral, as três ordens de questões que, se colocam na relação entre empregador e empregado.

Para o secretário, isso faz com que vão surgindo, na nossa sociedade, de quando em vez, processos reivindicativos, à busca do equilíbrio entre o capital e o trabalho".

Conforme Manuel Viaje, lamentavelmente "muito poucas empresas têm mostrado abertura para estabelecer um diálogo social com os trabalhadores, no sentido de se irem resolvendo, a contento, os problemas que vão surgindo na relação em prol do equilíbrio de interesses".

"Infelizmente, a maioria escuda-se da desculpa de que as empresas não são rentáveis e, em virtude disso, sem condições para reajustes salariais ou outros benefícios aos trabalhadores, esquecendo-se de que são elas (as empresas) as responsáveis pela melhor repartição da riqueza que o País gera", lembrou, com veemência, o sindicalista.

"Com a paz, a situação dos trabalhadores melhorou"

Manuel Viaje revelou que, apesar de tudo, a situação dos trabalhadores melhorou, substancialmente, com o alcance da paz.

"O primeiro ganho, nos últimos 10 anos, é a paz de espírito que os angolanos desfrutam, de uma maneira geral, e os trabalhadores, em particular", declarou.

Em segundo plano, prosseguiu, o desempenho da economia proporciona maior oportunidade de empregos e, concomitantemente, melhores condições de trabalho, sociais e de formação, permitindo aos trabalhadores revelar todo o seu potencial profissional.

"Nota-se maior estabilidade do emprego. Os angolanos conseguem os rendimentos para a sua

sobrevivência, a partir do seu trabalho com mais tranquilidade, sem o risco de perderem o lugar em decorrência, não de má gestão, mas porque viram as infra-estruturas económicas e sociais destruídas por um ataque militar, deixando os trabalhadores sem eira, nem beira", argumentou.

Na sua opinião, os empregadores estão com mais possibilidades de fazer investimentos e de melhorar a qualidade das infra-estruturas, dos meios de produção ou outros, e, por via disso, relativamente melhores rendimentos para os assalariados.

Para o sindicalista, a relação entre o empregador e o empregado também melhorou substancialmente, nos últimos 10 anos, fruto da paz, se comparado ao período anterior da abertura democrática.

"Hoje, a relação entre as partes é mais forte e natural que no passado. Antes, a coberto da legislação vigente, todas as pessoas eram obrigadas a sindicalizar-se. Presentemente, depois dos anos 90, as leis dão a liberdade de associação a todos os assalariados", explicou recorrendo a história.

O sindicalista sustenta é justamente na condição de se ser assalariado, de se estabelecer uma relação contratual com o empregador e que, geralmente dela emergem sempre conflitos, que faz o trabalhador pensar na necessidade de estar associado sindicalmente, para, de forma colectiva, melhor defender os seus interesses.

"A Lei Geral do Trabalho, no seu artigo 6º, estabelece que o direito ao trabalho é conexo ao direito de associação sindical", sublinhou a fonte, acrescentando que, por via disso, a relação que existe actualmente é mais substantiva.

Manuel Viaje provou, com dados estatísticos, o melhoramento do interesse sindical por parte dos trabalhadores, assinalando que a UNTA tem, actualmente, mais de 423 associados, contra os cerca de 150 mil dos anos 90, com cada vez mais pedidos de filiação de sindicatos que eram independentes.

"Exemplo são os sindicatos dos bancários e dos trabalhadores da Saúde, antes independentes, mas que, sabiamente, se juntaram à UNTA - CS", destacou a fonte.

A concluir a interessante e longa conversa mantida com o Semanário Factual, Manuel Viaje enfatizou a necessidade de os trabalhadores estarem sindicalizados, como meio de defender os seus interesses, por via da legalidade.

Este ano, a Jornada do Dia do Trabalhador comemora-se sob lema "Trabalhadores Unidos,

Lutemos pela Estabilidade do Emprego", sendo a sua razão de ser o facto de que, à medida que a economia se vai estabilizando, as pessoas também estabilizem os seus rendimentos, o que só é possível se elas mantiverem os empregos.

"Que não haja mais despedimentos arbitrários, que apareçam novas oportunidades para os que estão à procura do primeiro emprego", augurou Manuel Viaje.

Actividades estão programadas tanto a nível central como nas restantes províncias do País.

Dada a importância de mais revelações na entrevista do secretário-geral da UNTA - CS, o Semanário promete retomar a outras abordagens na próxima edição.

1.16 Segurança no trabalho debatida em palestras

Jornal de Angola

29 de Abril de 2012

O Ministério da Administração Pública, Emprego e Segurança Social na província do Bié promove um ciclo de palestras sobre segurança e saúde no trabalho, dirigido a trabalhadores de empresas públicas e privadas na região.

Ao intervir, na quinta-feira, no acto de abertura, o inspector do Mapess, Isaac Justino, referiu que a iniciativa visa, sobretudo, prevenir as irregularidades verificadas em algumas empresas, fundamentalmente privadas, nas quais se verifica, com frequência, a falta do uso de equipamentos de protecção, como capacetes, luvas e máscaras.

De acordo com o responsável, durante o ciclo de palestras vão ser abordadas questões como o atraso salarial, a sobrecarga horária não subsidiada, despedimentos anárquicos, entre outras infracções que, às vezes, nem são comunicadas pelas vítimas.

Isaac Justino lembrou que há critérios estabelecidos para a segurança dos trabalhadores, como a aquisição por parte da empresa de equipamento de protecção individual e a criação de condições previstas na lei para o funcionamento normal da empresa.

2. MICROFINANÇAS

2.1 Banco inaugura agência feminina

Jornal de Angola
05 de Abril de 2012

O Banco de Poupança e Crédito (BPC) abriu ontem, em Luanda, uma agência feminina no município da Samba, no prosseguimento do seu programa de expansão da rede de balcões, aliada à política de inovação de serviços e produtos bancários.

A ministra da Família e Promoção da Mulher, Genoveva Lino, inaugurou a agência, que disse tratar-se de um reconhecimento das trabalhadoras femininas, de quem espera um bom desempenho e eficiência no serviço do atendimento público. "É um ganho da paz, significa um reconhecimento do papel da mulher como núcleo da família", disse.

A ministra referiu-se a outros aspetos ligados ao papel da mulher na sociedade angolana, admitindo que a recomendação de Pequim sobre a inclusão de 30 por cento de representação feminina em todos os sectores está bem encaminhada. "Até 2005, essa foi a meta, mas daí em diante houve uma grande 'explosão' em todos os campos. A representatividade feminina caminha para os 50 por cento", referiu. A agência tem 17 funcionárias, desde estafeta à gerente, e teve um custo total de três milhões de dólares americanos, de acordo com o presidente do Conselho de Administração, Paixão Júnior.

Segundo Paixão Júnior, a criação JS é da agência assinala a participação destacada da mulher na atividade xis- bancária, que totaliza 60 por cento dos trabalhadores do sector.

2.2 BPC só para mulher

Novo Jornal
06 de Abril de 2012

O BPC (Banco de Poupança e Crédito) abriu, durante a semana, o seu balcão número 269 (chamado Agência Feminina), em Luanda, no quadro do programa de expansão da rede de agências aliada à política de inovação de serviços e produtos bancários, de forma a satisfazer as 'necessidades dos seus clientes e do público em geral,

Esta unidade bancária tem a exclusividade de trabalharem só mulheres. Estarão disponíveis, a partir de segunda-feira, 09, cerca de 17 mulheres para atender os clientes do banco estatal.

A iniciativa, de acordo com o PCA, Paixão Júnior, visa homenagear a mulher uma vez que "60 por cento da mão-de-obra do BPC é representada por mulheres".

"Reconhecemos a mulher como um factor importante na vida da nação, enquanto força activa, pela sua eficiência e coragem. Tal como o homem a mulher pode perfeitamente gerir empresas e negócios", explicou, o presidente do BPC; O responsável avançou que esta primeira experiência feminina não se cingirá somente a Luanda, mas será institucionalizada noutras capitais provinciais.

Na ocasião, a Ministra da Família e promoção da Mulher, Genoveva Lino, agradeceu em nome das mulheres angolanas o facto do papel da mulher enquanto gestora do lar ser reconhecido e revelou que 'o pelouro que dirige em conjunto com o BPC tudo farão para poder beneficiar as famílias com microcréditos.

"O BPC é urna das instituições que está implementar a cedência de micro-crédito. Significa que as famílias estão a ser beneficiadas diretamente e entretanto tudo faremos para que os resultados continuem a ser positivos", finalizou a ministra.

A construção e materialização, do projeto foi orçada em três milhões de dólares amer

2.3 Banco ético: uma alternativa às finanças predatórias

Folha 8
07 de Abril de 2012

Os principais bancos, com esse novo tipo de preocupação, estão presentes em países que acumularam uma experiência e um conhecimento na área económica, social e financeira, o que tem permitido algum grau de adesão no seu projecto. Nos países escandinavos temos, por exemplo, a Cultura Bank (Noruega) o Merkurbank (Dinamarca) e o Ekobanken (Suécia). Na Suíça o mais importante é o Alternative Bank Schweiz. Na Itália, surge o Banca Etica e o Etimos. Há ainda bancos desse género na Alemanha, na Bélgica, na Espanha, na Eslováquia, na Inglaterra, entre outros.

Além disso, uma parcela expressiva desse tipo de iniciativa se baseia em preocupações com o micro - empreendedorismo e o micro - crédito, além de apoio a projectos voltados à geração de emprego decente, de preservação do meio - ambiente e de estímulos às actividades culturais e educacionais. Está sempre

presente também a marca da transparência em suas actividades e informações negociais.

O exemplo de maior sucesso até o momento parece ser o do Triodos Bank. A iniciativa começou na década de 1980 na Holanda e pouco a pouco foi ampliando seu espaço de acção para outros países europeus. Em 2011, esse banco contava com 355 mil clientes, um crescimento de 24% sobre o ano anterior. Seus activos totais registavam o equivalente a US\$ 9 bilhões, correspondendo a uma elevação de 23% sobre 2010. Seus lucros foram de US\$ 22 milhões, um aumento de 51% sobre o exercício anterior. Apesar das boas taxas de crescimento, os valores são ainda poucos expressivos quando comparados com os bancos tradicionais da realidade económica europeia.

OS DESAFIOS PARA A SUA IMPLANTAÇÃO

o grande desafio para a ampliação de tais números é de ordem cultural, política e económica. A participação percentual em relação ao conjunto do mercado financeiro ainda é irrisória. E isso reflecte a situação de toda a rede dos bancos éticos do planeta. O desafio cultural mais relevante é convencer a população a tornar-se cliente de um banco que não promete nenhum "milagre de multiplicação dos pães". Via de regra, a informação é límpida. O banco confirma que oferece rentabilidade menor do que a maioria dos bancos tradicionais, uma vez que não corre risco emprestando para actividades ilegais, empresas suspeitas ou projectos danosos ao meio ambiente, às populações ou aos trabalhadores. Empréstimo para projectos de longa maturação e que oferecem baixa rentabilidade relativa, exactamente pela preocupação social ambiental ou de comércio justo.

O desafio de natureza política é justamente o engajamento de seus clientes com os projectos nos quais o banco realiza seus empréstimos. Assim, é razoável supor que, para tornarem-se clientes da instituição, os indivíduos devam ter algum grau de informação e consciência a respeito das verdadeiras causas da crise internacional e das possíveis soluções a longo prazo. Depositar seus recursos em um banco ético é, de certa forma, um acto de compromisso político com uma visão bem distinta daquelas divulgadas pelos grandes órgãos de comunicação, a respeito do fenómeno económico e social em nosso mundo.

O desafio de ordem económica é conseguir maior penetração no mercado financeiro e atrair os clientes dos tradicionais para uma opção alternativa. Parece claro que a crise contribuí, de certa maneira, para que a população em geral fique cada vez mais desconfiada

do sistema financeiro tradicional. No entanto, tal postura não significa que qualquer outra opção seja considerada atraente - aí incluída a do banco ético. A falta de credibilidade actual vale para o conjunto das instituições financeiras, independente de seu discurso e por melhores que sejam suas intenções. Até porque as estratégias de marketing tentam vender imagens "bonitinhas e avançadas" de instituições que todos sabemos serem bastante nefastas e perigosas para a sociedade e para o planeta. Assim, o trabalho para consolidação de uma alternativa aos bancos tradicionais é lento.

A realidade brasileira parece estar um tanto distante de um grau razoável de aceitação de bancos éticos. A experiência das últimas décadas, em que a tendência à financeirização da sociedade foi a grande marca, tornou a maioria das pessoas e das organizações reféns da exigência de elevada rentabilidade nas actividades económicas. Estamos todos intoxicados e quimicamente dependentes das elevadas taxas de juros. O processo de libertação desse vício é lento e comporta elementos também da esfera cultural e comportamental.

No entanto, um bom exemplo deveria justamente surgir do Estado e de suas instituições. É necessário que as autoridades económicas cumpram também com seu papel pedagógico para as actuais e futuras gerações, abrindo horizontes para uma sociedade menos voltada para a ganância financeira pura e simples. Os bancos públicos deveriam actuar nessa linha e forçar os concorrentes do sector privado a trilhar o mesmo caminho. Os fundos de pensão deveriam redefinir seus padrões de exigência de aplicações e rentabilidade - afinal seus activos pertencem aos trabalhadores e não deveriam espelhar uma acção tão predatória quanto aquela do capital especulativo privado.

Por mais utópico que possa parecer, vejam que não se trata nem de uma pretensão de mudar, no curto prazo, o comportamento das corporações do mercado privado. Aqui estão listadas apenas as instituições de natureza pública e semi-sindical, que poderiam conviver sem problemas com a mentalidade e os princípios dos bancos éticos. Como sempre, os grandes obstáculos estão na dimensão da política. E imaginava-se que os primeiros passos para as transformações mais profundas e necessárias viriam dessa esfera, quando houve a mudança eleitoral em 2002. Triste ilusão.

2.4 Apoio aos pequenos empresários contra a pobreza

Jornal de Angola

11 de Abril de 2012

O Executivo promete reduzir a pobreza e causar grande impacto no desenvolvimento económico com o início, ainda este mês do programa de acesso ao crédito para as Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPME).

O Ministro da Economia, Abraão Gourgel, assegurou, ontem, em Luanda, que o programa tem grande impacto social e possui um orçamento global de 220 milhões de dólares, dos quais 131 milhões são investidos em projetos empresariais em Luanda.

Abraão Gourgel afirmou que o. "Programa de desenvolvimento das MPME, sob coordenação do Ministério da Economia, e executado pelos Governos Provinciais e Administrações Municipais, com o apoio de um grupo técnico que vai trabalhar no sentido de prestar informações aos empresários, no Balcão do Empreendedor.

Para o ministro da Economia, o balcão vai garantir maior celeridade no processo de criação de micro, pequenas e médias empresas, que são certificadas pelo Instituto Nacional de Apoio às Pequenas Empresas (INAPEM). "Com o funcionamento do Balcão do Empreende-

dor, os interessados legalizam a sua empresa em apenas uma semana. O prazo mais tarde vai ser reduzido para apenas um dia", esclareceu o ministro Abraão Gourgel. Está prevista para sábado a inauguração do primeiro Balcão do Empreendedor, a nível nacional, na província do Huambo. Este novo programa, referiu o ministro da Economia, vai garantir também facilidades de crédito bancário, apoio na formação aos empreendedores, através do INAPEM e da Incubadora de Empresas. Além das facilidades previstas no programa, os empreendedores do sector agrícola beneficiam de incentivos de apoio à produção. Para Luanda, está em curso a execução dos programas Luanda Limpa, Mercados Populares, Equipamentos Sociais e Apoio ao Pequeno Negócio, que vai abranger todo país.

O ministro afirmou que o projecto visa a distribuição de ferramentas para recolha do lixo, criação de brigadas de limpeza, criação de mercados populares municipais, específicos para peixe e uma rede de quiosques, com vista à realização organizada do comércio: "queremos que aumente a taxa de crescimento das empresas nacionais", disse Abraão Gourgel. O consultor do ministro, Licínio Vaz

Contreiras, informou que. a nível micro económico, 68 por cento das empresas utilizam produtos importados e apenas 32 por cento utilizam produtos nacionais O governador de Luanda, Bento Bento, afirmou ontem, em Luanda, que o programa de apoio ao desenvolvimento das micro, pequenas e médias empresas facilita o crédito e o negócio. Por isso, vai tirar milhares de famílias da pobreza, proporcionar empregos e facilitar crédito aos empreendedores.

2.5 Decreto presidencial dá sustentabilidade á ecomia

Jornal de Angola

11 de Abril de 2012

O governador da Huíla, Isaac dos Anjos, considerou que o Decreto Presidencial Especial de apoio às micro, pequenas e médias empresas, a Incrementar ao longo deste mês com a abertura de Balcões Únicos do Empreendedor, vai facilitar o desenvolvimento dos negócios e o crescimento sustentável da economia nacional.

Ao falar no fim-de-semana, no município da Chibia, sobre a importância e benefícios das políticas económicas a tomar, o governador disse que o Estado angolano vai disponibilizar 1.825 milhões de dólares para créditos destinados a empreendedores, para estimular a criação de pequenas e médias empresas, na base de uma legislação específica que dá facilidades ao crescimento empresarial e à criação de novos postos de trabalho.

Isaac dos Anjos garantiu também que com esta medida o Executivo cria um mecanismo para o desenvolvimento sustentável, uma vez que com esse dinheiro os empreendedores vão adquirir equipamentos, construir instalações e criar empregos.

"As micro, pequenas e médias empresas são a base de sustentação do desenvolvimento da economia de qualquer país em desenvolvimento e estes balcões vão conferir maior dignidade à atividade, por ser uma Ação que vai permitir que jovens e mulheres que vivem do mercado informal possam oficializar o seu negócio e, por via disso, beneficiar de apoios do Estado", sustentou o governador. Anunciou ainda que o seu governo vai divulgar, em especial junto das mulheres negociantes, o Programa de Apoio ao Pequeno Negócio, para que possam aderir ao processo.

Programa de Fomento.

O Programa de Fomento e Empreendedorismo foi apresentado na segunda-feira, no Lubango, pela

direção provincial da Família e Promoção da Mulher (Minfam), destinado a criar negócios para os cidadãos, numa iniciativa do Executivo que vai ser executada pelos bancos de Comércio e Indústria (BCI) e Millennium Angola.

A directora provincial do Minfam na Huíla, Maria Amélia Metódio, esclareceu que o programa está a ser incrementado para melhorar o nível de vida das populações, razão pela qual estão a ser levadas a cabo sessões de esclarecimento sobre o assunto. A gerente do BCI, Domingas Luísa, ao apresentar o pacote de microcrédito "Meu Negócio Minha Vida", destinado a microempresas, realçou ser um produto suportado por uma linha de microcrédito do governo, proveniente do Fundo Nacional de Desenvolvimento, que vai dar garantia financeira aos pequenos negócios, através das instituições financeiras participantes.

Domingas Luísa disse também o de microempresas e micro empreendedores ao crédito, para financiamento dos seus custos de exploração e investimento e vai contribuir para o alargamento do mercado nacional de bens e serviços.

No programa de desenvolvimento das micro, pequenas e médias empresas, a ser incrementado aos sectores da agricultura, pecuária, pescas, indústria transformadora e serviços de apoio ao sector produtivo. Na agricultura, vai ser dada grande importância à produção de milho, arroz, trigo e massambala, ao cultivo de feijão, mandioca e batata rena, enquanto na pecuária está na forja a dinamização da atividade de criação de aves, gado caprino, suíno e bovino de corte e leite.

No sector das pescas, a intenção é aumentar a captura de peixe, mariscos e crustáceos, enquanto na indústria transformadora a prioridade recai para o fabrico de varão de aço, tubos pretos e galvanizados, chapas de zinco e fibrocimento e gesso. Nos serviços de apoio ao sector produtivo, a atenção é dada à mecânica industrial e automóvel, eletricidade industrial e auto, aos transportes rodoviários de mercadorias e aos entrepostos logísticos de conservação e congelação.

Consta ainda do programa a construção de naves industriais, avícolas e pecuárias, projetos que têm como suporte o Fundo de Riscos de Capitais e o acesso ao crédito com o processo burocrático simplificado.

2.6 Governador do Moxico elogia Executivo por apoios ao pequeno e médio negócio

Jornal de Angola

13 de Abril de 2012

Os programas aprovados pelo Executivo angolano são instrumentos importantes para apoiar diversas iniciativas tendentes à realização de pequenos negócios, sobretudo de empreendedores jovens, mulheres e antigos combatentes, realçou ontem, no Luena, o governador do Moxico.

João Ernesto dos Santos, que discursava na sessão de abertura de um seminário sobre microcrédito, uma iniciativa do Ministério da Economia orientada pelo titular da pasta, Abraão Gougel, sublinhou que "é com iniciativas do género que o Executivo cria oportunidades de emprego, promove o surgimento de negócios e a criação de rendimentos familiares sustentáveis, que vão contribuir para fazer surgir e desenvolver pequenas e médias empresas e combater a pobreza nos municípios e comunas".

Depois de ter louvado a iniciativa do Ministério da Economia em realizar este seminário, o governador chamou especial atenção para a necessidade de se direccionarem investimentos para as actividades agrícolas, pecuária, de apicultura e de pesca continental, sectores que oferecem à população sustentabilidade, tendo em vista a manutenção de um comércio rural que atraia outros intervenientes no rápido escoamento dos produtos. "Qualquer iniciativa constitui, na província, fonte de arrecadação de receitas, tanto para a população como para o Estado, tendo em conta que o comércio rural é uma necessidade relevante e o factor de crescimento e bem-estar das famílias" salientou. Nesse sentido, solicitou aos participantes mais entrega nos debates dos temas propostos e que os objectivos preconizados sejam plenamente alcançados.

O Ministro da Economia considerou que encontros desta natureza procuram traçar uma retrospectiva das acções que foram executadas pelo governo, para que se possa operar importantes programas reservados ao empreendedorismo e à iniciativa privada.

Abraão Gorgel disse ainda que, em Janeiro de 2010, o Executivo orientou o Ministério da Economia no sentido de este fazer um diagnóstico sobre o sector empresarial e criar soluções para as principais dificuldades que o sector enfrenta. Acrescentou que no ano passado foi elaborada e discutida a Lei das Micro, Pequenas e Médias Empresas, que cria os instrumentos suficientes para a promoção de micro empresas por todo o país.

O seminário conta também com a participação da governadora da Lunda-Sul, Cândida Narciso, dos vice-governadores do Zaire, de membros do governo local, administradores municipais, empresários das três províncias, autoridades tradicionais e religiosas, entre outros convidados.

2.7 O brilho dos micros e médios negócios

Semanário Angolense

14 de Abril de 2012

Não há dúvidas de que no binómio composto pelo crescimento económico e erradicação da pobreza, conceitos relacionados no contexto do desenvolvimento de qualquer nação no mundo, encontra-se necessária e intrinsecamente o princípio da promoção e da valorização das micro, pequenas e médias empresas (MPME's).

São esses pequenos empreendimentos que constituem um dos factores determinantes de sucesso quando se lança um olhar sobre a história do crescimento e desenvolvimento dos países que hoje nos servem de exemplo - quer para adaptar aqueles modelos a nossa realidade, assim como para aprender com as suas experiências.

Desde já, sabe-se que o incentivo às micros, pequenas e médias empresas, no mais elementar dos planos, incide directamente no aumento do nível de bem-estar das populações, que, desse modo, trilharam O caminho que leva à diminuição das desigualdades sociais.

Já no plano mais expressivo, a importância dessas MPME's vai além do abastecimento popular que mata a fome, insere-se no âmbito de uma competitividade do livre comércio que atinge as raias de se poderem criar estruturas micro empreendedoras que são capazes de responder prontamente a uma demanda do mercado internacional.

Desde os de pequenos negócios aos empreendimentos de médio porte, a expressão do êxito do conjunto das MPME's reside justamente no facto de poderem dar a sua contribuição ao estabelecimento de um equilíbrio socioeconómico. É a partir desse equilíbrio que se pode considerar, com maior expressão, o alavanque de todo um processo de desenvolvimento económico.

O papel do Estado no palco da dinamização da economia, que consequentemente é um processo de promoção da própria cidadania através da erradicação da pobreza, mais do que traçar simplesmente as

regras e arbitrar o jogo, é também, e sobretudo, o de grande empreendedor. Essa grandeza não está somente na proporção da quantidade, mas também da qualidade do serviço que o Estado tem a obrigação moral de prestar ao cidadão.

Regra geral, as acções governamentais de apoio às micros, pequenas e médias empresas compreendem a abertura de linhas de crédito; a criação de programas especiais de assistência; o apoio aos programas concebidos para favorecer a criação dessas empresas; e, no mais, incentivar a criação de redes de co-operação entre as micro, pequenas e médias empresas, por um lado, e as grandes empresas propriamente ditas, por outro.

O Executivo angolano, como timoneiro do Estado, não se faz alheio a essas directrizes fundamentais da ciência económica. Ciente do seu papel na promoção da economia nacional e da sua responsabilidade no que toca ao combate da pobreza, promove, nos próximos dias, uma cruzada em torno do desenvolvimento das MPME's. O programa será executado pelos Governos Provinciais e pelas Administrações Municipais, sob a coordenação do Ministério da Economia.

Na quarta-feira, 11, em Luanda, no lançamento das medidas referentes à dinamização do referido programa, o ministro da Economia, Abraão Gourgel, disse que o orçamento global de 220 milhões de dólares a serem investidos nesse plano estão assegurados. Desse montante, 131 milhões são destinados a projectos empresariais da capital do país.

Aliás, a «Nguiimbi», pela sua condição de reduto motriz no actual mapa da economia do país e pelos problemas sociais crónicos que se agigantaram à sua volta nos anos que concentrou o «boom» do êxodo populacional recorrente dos tempos do conflito armado, parece ter merecido uma atenção especial no quadro do Programa das MPME's.

Assim, no campo dessa investida governamental, que se afigura de rompante, estarão garantidos o acesso ao crédito bancário, o apoio à formação dos empreendedores, através do Instituto Nacional de Apoio às Pequenas e Médias Empresas (INAPEM) e da Incubadora de Empresas, além de outras medidas de incentivo. A abertura dos Balcões Únicos do Empreendedor (BUE), para facilitar a constituição legal dos pequenos negócios promete ser uma realidade a partir dos próximos dias.

Todos os passos que vêm sendo dados nessa matéria mostram que o Executivo angolano está no bom caminho, pelo menos no que diz respeito à teoria que

deve guiar a prática do empreendedorismo, com vista ao desenvolvimento do país.

Oxalá o programa, que tem a seu favor as bases necessárias para que se estabeleça gradual e efectivamente, sem o afã de um certo interesse político que parece subjacente, em face do momento escolhido para o seu lançamento, não venha a arfar ao fim das eleições.

2.8 Taxa de mortalidade das MPME em Angola é de 85%

Jornal Expansão

20 de Abril de 2012

O tema escolhido para a última conferência do Expansão é justificado pelos sinais do Executivo na intenção de valorizar e colocar as micro, pequenas e médias empresas na cadeia de valores de desenvolvimento da economia nacional. A aprovação da lei das MPME e a criação de um programa que visa o incentivo deste segmento de empresas destacam-se entre os sinais e a compreensão destas e outras realidades que definiram o tema da conferência: "Os Novos Desafios para as Micro, Pequenas e Médias Empresas".

O professor universitário e decano da Faculdade de Economia da Universidade Agostinho Neto, Fausto Simões, foi um dos prelectores e socorreu-se do estudo da organização internacional Global Entrepreneurship Monitor (GEM) para demonstrar as características do empreendedorismo no País. Segundo este, baseando-se em dados de 2010, 31,9% da população activa angolana é empreendedora, enquanto no Brasil esta cifra é de 34% e de 24% em Portugal.

No entanto, o docente explicou que a comparação do nível de empreendedorismo apenas é possível para países do mesmo nível. "As empresas que constituem o tecido empresarial dos diversos países por consequência da diferença do desenvolvimento dos países também não têm o mesmo nível de desenvolvimento. Isso quer dizer que não se pode analisar o nível de empreendedorismo da mesma forma nos diversos países", explicou.

Continuando, disse que a GEM define três grupos de países. Os de economia orientada para factores de produção, os de economias orientadas para eficiência e, por último, os dos países com economias orientadas para a inovação.

Angola, explica, enquadra-se no primeiro grupo do qual Angola é o 5.º país mais empreendedor, com

31,9%, superado apenas por Vanuatu, com 52%; Bolívia (38%), Gana (33%) e Zâmbia (32%). Este grupo corresponde aos países em que o desenvolvimento económico e social ainda não é muito elevado, as empresas baseiam a sua actividade numa mão-de-obra muito intensiva.

Por seu turno, os países com as economias orientadas para eficiência têm um nível industrial mais elevado, enquanto as economias orientadas para a inovação são as que se preocupam também com o nível de exigência do consumidor de tal ordem que as empresas estão constantemente a inovar para satisfazer as exigências dos mesmos consumidores.

No entanto, o elevado nível de empreendedorismo no País é ofuscado pelo também elevado nível de mortalidade das empresas, sendo que, segundo os estudos, cerca de 85% destas empresas desaparecem antes de completar 3 meses de actividade.

Socorrendo-se ainda do estudo, o docente informou que, a juventude angolana dos 18 aos 24 anos tem défice em iniciativas, e a faixa etária com maior iniciativa é dos 35 aos 40 anos de idade, representando cerca de 40,5% dos empreendedores, seguindo imediatamente acima e abaixo numa percentagem mais ou menos idêntica com 35% e 36% a faixa dos 45 a 54 anos de idade e dos 25 a 34 anos de idade. Desta feita, justifica, entende-se o estímulo que a lei prevê para os jovens.

Outro dado destacado tem que ver com razões da aposta no empreendedorismo, e 42,3% foram provocados pelas necessidades, 16,5% por oportunidade de aumentar o rendimento e 14,1% pela intenção de obter independência, enquanto 27,1% por mistura das anteriores razões.

O estudo pelo qual o docente sustenta a sua apresentação confirma ainda que as micro, pequenas e médias empresas apostam mais na actividade comercial, com uma percentagem de 78,6%.

Um dos aspectos favoráveis a estas empresas no mercado destacado pelo docente tem que ver com as taxas de retorno de curto prazo, sublinhando tratar-se de "um ponto forte, uma vez que os apoios em termos de crédito ainda são deficientes".

A insuficiência de infra-estruturas básicas de apoio, a baixa internacionalização, os negócios com pequenos potenciais de crescimento e a taxa de mortalidade elevada dos pequenos negócios foram os pontos fracos do mercado para as MPME destacados pelo docente, salientando existir "condições estruturais a melhorar".

"A actividade [das MPME] é necessária, contudo o processo passa por uma nova mentalidade e exige mais apoios, e as infra-estruturas básicas devem ser melhoradas."

Implementação do programa

Carlos Rosado de Carvalho foi o outro prelector que destacou o conteúdo do programa de incentivo às MPME, sobretudo por ter as diversas fases devidamente cronometradas, o que espelha, argumenta, "coragem" dos intervenientes. Mas, acrescenta, o problema no País tem sido a implementação dos programas. "O problema principal é a implementação dos programas, e nesse caso esperemos o melhor, mas temos de estar preparados para o pior", argumentou.

A redução do prazo da taxa de reembolso do crédito é um dos aspectos realçados pelo economista em virtude de dificilmente ser possível conseguir crédito com taxa superior a 5 anos.

A necessidade de as empresas se certificarem é outra preocupação manifestada por Rosado de Carvalho, que também se manifestou concordante com a classificação da Lei das Micro, Pequenas e Médias Empresas.

Porém, apela, é necessário melhor esclarecimento sobre a necessidade de reembolso dos valores. Esta preocupação, no entanto, é de outros especialistas, sobretudo devido ao histórico do País no que diz respeito a programas do género.

Rosado de Carvalho, a propósito, considera que seria "interessante" antes da apresentação do novo programa fazer um "balanço dos similares anteriores para se analisar as razões do fracasso". Continuando, considera o programa de apoio às MPME uma cópia do apresentado no ano passado com "uma pequena diferença: é que o do ano passado incluía também as grandes empresas".

De resto, grande parte dos especialistas que têm tido contacto com programa de apoio e incentivo às MPME aplaudem o conteúdo do mesmo. Consideram que a sua implementação significaria o alcance de um dos principais objectivos perseguido com incentivos às MPME: o combate à pobreza. A facilidade de criação de emprego e, consequentemente, o combate à pobreza é apontada como um dos principais contributos das MPME para o desenvolvimento das economias.

Segundo estudos internacionais, os principais problemas das MPME têm que ver com a dificuldade de gestão, a condição financeira e a carga tributária

elevada, e o programa, assim como a lei, procura resolver estes constrangimentos.

2.9 O Crédito agrícola de campanha

Jornal de Angola

26 de Abril de 2012

AKz 6.540 milhões - Total de desembolsos segundo os indicadores do Programa do Crédito Agrícola de Campanha.

4178 beneficiários.

US\$ 120.000.000,00 - Os bancos operadores comprometeram-se a conceder créditos, com capital próprio, num volume total equivalente a US\$ 120.000.000,00.

O CRÉDITO AGRÍCOLA DE INVESTIMENTOS

US\$100 milhões - Dos 200 milhões de US\$ que constituíram a tranche até agora disponibilizada pelo Ministério das Finanças para o FND, US\$ 100 milhões foram reservados para o Crédito Agrícola de Investimento.

2.10 Jovens aprendem técnicas para gerir bem os negócios

Jornal de Angola

26 de Abril de 2012

Cerca de 200 candidatos ao Crédito Jovem, na província da Huíla, estão a receber formação em diversas áreas de pequenos negócios, no sentido de incrementarem com êxito os seus projectos.

A acção formativa tem por objectivo criar condições para que os jovens, organizados em 31 cooperativas, reembolsem o empréstimo bancário, dentro dos prazos estabelecidos. Os candidatos, que desenvolvem actividade nas áreas da recauchutagem, agropecuária, barbearia, mecânica, serralharia, informática, confecção de gelados, bolos, entre outras, aguardam apenas por financiamento para reforçarem os seus negócios.

A referida formação está a ser ministrada por técnicos do Instituto Nacional de Pequenas e Médias Empresas (INAPEM), no âmbito do programa "Angola Jovem".

O director provincial da Juventude e Desportos da Huíla, Francisco Barros, disse que o programa Crédito Jovem, iniciado, em 2008, já beneficiou dois mil jovens empreendedores, até ao momento.

Para financiamento desses projectos, o Banco de Poupança e Crédito (BPC) está a conceder um montante em kwanzas, equivalente a 200 mil dólares, que vai ser emprestados às cooperativas, num valor máximo de 12 mil dólares e mínimo de 500 dólares.

O crédito está aberto a todos os jovens desempregados, com idades compreendidas entre os 18 e os 35 anos, interessados em desenvolver um negócio nas áreas do comércio, prestação de serviços, agricultura e produção artística. Francisco Barros assegurou que não há qualquer discriminação religiosa, partidária ou étnica, bastando apenas que o jovem preencha os requisitos exigidos, incluindo a garantia de localização do sítio onde vai realizar o negócio.

O "Angola Jovem" é um programa alargado e liderado pelo Ministério da Juventude e Desportos, com o propósito de desenvolver um conjunto de acções para a melhoria das condições da juventude angolana. Além do crédito, o programa inclui a distribuição de kits profissionais diversos, a entrega de casas sociais, cedência de terrenos e de materiais para a autoconstrução dirigida.

Permitiu ainda a criação de um espaço de debate juvenil, a realização de campanhas de sensibilização sobre a sinistralidade rodoviária e educação patriótica, combate ao consumo excessivo de álcool, entre outras acções.

2.11 Decreto presidencial dá sustentabilidade á economia

Jornal de Angola

11 de Abril de 2012

O governador da Huíla, Isaac dos Anjos, considerou que o Decreto Presidencial Especial de apoio às micro, pequenas e médias empresas, a Incrementar ao longo deste mês com a abertura de Balcões Únicos do Empreendedor, vai facilitar o desenvolvimento dos negócios e o crescimento sustentável da economia nacional.

Ao falar no fim-de-semana, no município da Chibia, sobre a importância e benefícios das políticas económicas a tomar, o governador disse que o Estado angolano vai disponibilizar 1.825 milhões de dólares para créditos destinados a empreendedores, para estimular a criação de pequenas e médias empresas, na base de uma legislação específica que dá facilidades ao crescimento empresarial e à criação de novos postos de trabalho.

Isaac dos Anjos garantiu também que com esta medida o Executivo cria um mecanismo para o desenvolvimento sustentável, uma vez que com esse dinheiro os empreendedores vão adquirir equipamentos, construir instalações e criar empregos.

"As micro, pequenas e médias empresas são a base de sustentação do desenvolvimento da economia de qualquer país em desenvolvimento e estes balcões vão conferir maior dignidade à atividade, por ser uma Ação que vai permitir que jovens e mulheres que vivem do mercado informal possam oficializar o seu negócio e, por via disso, beneficiar de apoios do Estado", sustentou o governador. Anunciou ainda que o seu governo vai divulgar, em especial junto das mulheres negociantes, o Programa de Apoio ao Pequeno Negócio, para que possam aderir ao processo.

Programa de Fomento.

O Programa de Fomento e Empreendedorismo foi apresentado na segunda-feira, no Lubango, pela direção provincial da Família e Promoção da Mulher (Minfam), destinado a criar negócios para os cidadãos, numa iniciativa do Executivo que vai ser executada pelos bancos de Comércio e Indústria (BCI) e Millennium Angola.

A directora provincial do Minfam na Huíla, Maria Amélia Metódio, esclareceu que o programa está a ser incrementado para melhorar o nível de vida das populações, razão pela qual estão a ser levadas a cabo sessões de esclarecimento sobre o assunto. A gerente do BCI, Domingas Luísa, ao apresentar o pacote de microcrédito "Meu Negócio Minha Vida", destinado a microempresas, realçou ser um produto suportado por uma linha de microcrédito do governo, proveniente do Fundo Nacional de Desenvolvimento, que vai dar garantia financeira aos pequenos negócios, através das instituições financeiras participantes.

Domingas Luísa disse também o de microempresas e micro empreendedores ao crédito, para financiamento dos seus custos de exploração e investimento e vai contribuir para o alargamento do mercado nacional de bens e serviços.

No programa de desenvolvimento das micro, pequenas e médias empresas, a ser incrementado aos sectores da agricultura, pecuária, pescas, indústria transformadora e serviços de apoio ao sector produtivo. Na agricultura, vai ser dada grande importância à produção de milho, arroz, trigo e massambala, ao cultivo de feijão, mandioca e batata rena, enquanto na pecuária está na forja a

dinamização da atividade de criação de aves, gado caprino, suíno e bovino de corte e leite.

No sector das pescas, a intenção é aumentar a captura de peixe, mariscos e crustáceos, enquanto na indústria transformadora a prioridade recai para o fabrico de varão de aço, tubos pretos e galvanizados, chapas de zinco e fibrocimento e gesso. Nos serviços de apoio ao sector produtivo, a atenção é dada à mecânica industrial e automóvel, eletricidade industrial e auto, aos transportes rodoviários de mercadorias e aos entrepostos logísticos de conservação e congelação.

Consta ainda do programa a construção de naves industriais, avícolas e pecuárias, projetos que têm como suporte o Fundo de Riscos de Capitais e o acesso ao crédito com o processo burocrático simplificado.

2.12 Cooperativas em Cabinda recebem crédito bonificado

Jornal de Angola

27 de Abril de 2012

O secretário provincial da Juventude e Desportos de Cabinda, Óscar Dilo, afirmou segunda-feira nesta cidade que o "Crédito Jovem" já beneficiou, desde 2007, mais de 600 jovens filiados em 118 cooperativas.

O responsável, que não revelou o montante disponibilizado para o crédito, indicou vários projectos nas áreas de comércio, agricultura e de prestação de serviços pelos jovens empreendedores, nos municípios de Cabinda, Belize, Cacongo e Buco Zau.

Óscar Dilo recordou que esta acção, enquadrada no programa "Angola Jovem" é uma das estratégias criadas pelo Executivo para a erradicação da pobreza no seio de famílias angolanas, particularmente na juventude.

O responsável disse que o "Crédito Jovem" proporcionou aos beneficiários maior capacidade de dirigirem o seu próprio negócio, mas lamentou a "falta de honestidade" de alguns jovens no reembolso dos valores recebidos dentro de prazos acordados, para que outros sejam também contemplados.

"É preciso que os jovens empreendedores contemplados com o Crédito Jovem assumam o compromisso da devolução dos valores dentro do período de reembolso, para facilitar o acesso de outros interessados em ingressar no mundo dos negócios", alertou Oscar Dilo.

2.13 Programa de educação financeira é lançado no Huambo e Malange

Jornal de Angola

29 de Abril de 2012

O Banco Nacional de Angola (BNA) lançou esta semana o serviço de depósito Bankita, que prevê a abertura de contas em qualquer instituição com base num valor mínimo de 100 kwanzas, nas cidades de Huambo e Malange.

Em Malange, o acto de lançamento teve lugar no mercado da Chauande, enquanto no Huambo, semelhante cerimónia realizou-se no mercado da Quissala, com a participação de representantes do poder público e de instituições bancárias, e vendedores, que constituem o público-alvo deste programa de iniciativa do Executivo.

O programa implementado pelo BNA é tido como um mecanismo destinado a aumentar a adesão da população à banca, que pode fazer crescer o número de beneficiários dos produtos e serviços bancários.

O delegado regional do BNA em Malange, Luís Henriques da Silva, declarou que o programa visa incentivar a população a abrir contas nos bancos e desse modo facilitar as suas actividades financeiras quotidianas. De acordo com aquele responsável, a iniciativa visa, por outro lado, diminuir o risco de perda de dinheiro e retirar do mercado informal quantias elevadas de dinheiro que se encontram fora do sistema financeiro, estimada em 200 mil milhões de kwanzas, o equivalente a dois mil milhões de dólares americanos. O delegado regional do BNA no Huambo, Jerónimo Lara, considerou, por seu turno, que o Executivo pretende que a economia angolana fique "necessariamente nas mãos dos angolanos".

Para esse fim, prosseguiu o delegado Regional, os bancos têm vindo a criar condições para o aumento das condições de vida das populações, o que só é possível se estas corresponderem a esse esforço e aderirem ao processo de "bancarização" da economia. "O projecto é bemvindo e cada cidadão pode participar de acordo com a sua capacidade financeira", disse.

O programa envolve nove bancos comerciais, o BPC, Sol, BNI, BFA, BCA, BIC, Keve, BMF e BCI.

3. MERCADO INFORMAL

3.1 Negócio torna-se rentável

O País

04 de Abril de 2012

Os preços do aluguer de uma viatura para transportar os produtos agrícolas do campo para o mercado do 30 Tornaram-se bastante atrativos nos últimos anos, segundo o camionista, Miguel Ferreira, 37 anos.

O automobilista encontrava-se na manhã de Domingo com o seu veículo de cor vermelho carregado de frutas e verduras provenientes da cidade do Mbanza Congo.

Apesar do curto espaço para acomodação que o veículo possui, os três ocupantes procuravam acomodar-se da melhor maneira possível para recuperarem a energia perdida durante o trajecto de Mbanza Congo a Luanda.

" Fizemos mais tempo do que o previsto porque as estradas que ligam estas duas provinciais estão em obras", disse o camionista.

Miguel Ferreira contou que decidiu trocar o trabalho de serralheira pela camionagem um mês antes do anúncio da morte do Jonas Savimbi, líder fundador da UNITA, em Fevereiro, a convite de um amigo que exercia esta atividade durante a época de conflito.

"A primeira viagem que fiz como camionista foi da minha terra natal para a cidade de Mbanza Congo, não foi nada fácil porque éramos escoltados por militares para termos proteção em caso de emboscadas e le- vávamos uma ou duas semanas para chegarmos ao destino", recordou.

O nosso interlocutor disse que consegue viver com o dinheiro proveniente desta actividade e que não pensa voltar a trabalhar como serralheiro devido a escassez de clientes.

"Com o advento da paz, as estradas estão a ser reabilitadas e isso serve para nós, os profissionais deste ramo, Continuarmos com este tipo de actividade até quando a nossa condição física permitir", frisou.

O camião de Miguel Ferreira foi fretado por quatro senhoras que se dedicam a compra de produtos agrícolas

no interior do país para comercializa na cidade capital. Por falta de um posto de armazenamento dos produtos, os mesmos permanecem na carroceria até que forem entregues às pessoas que se dedicam à venda a retalho.

O processo dura em média dois dias e as clientes desembolsam um montante que varia de 10 a 50 mil Kwanzas, em função da quantidade de mercadoria. Depois disso, o condutor e os seus ajudantes tiram dois dias para descansar junto dos seus familiares.

3.2 Venda de chandula facilita pequeno-almoço dos luandenses

Semanário Angolense

06 de Abril de 2012

O corre-corre que a vida tem proporcionado diariamente tem levado os luandenses a tomar o pequeno-almoço fora de casa, sugeitando-se na maior parte das vezes a cosumir refrigerante com pão, o que de certo modo tem facilitado a vida de muitos, e para os comerciantes, o negócio é rentável.

O relógio marcava 7 horas quando a nossa equipa de reportagem chegou ao Mercado da Estalagem, no Km - 14, concretamente no município de Viana, para constatar a realidade das senhoras que fazem o seu ganha pão na venda da "chandula", ou "motorola", devido ao formato que possui.

A venda de "chandula" é feita num cenário rodeado de lixo onde as moscas também fazem morada nos alimentos, mas nem por isso os clientes deixam de aderir à compra, socorrendo-se ao velho adágio segundo o qual: "o que não mata, engorda", por isso a fila de compradores é enorme.

Maria Teresa, 30 anos, comerciante, contou que o desemprego a levou ao negócio e nesta altura, com o marido desempregado, sustenta a família. "Para não morrer de fome, tive de vir parar no mercado da Estalagem, mas graças a Deus vendo há mais de cinco anos e consigo sustentar a minha família", contou.

Para comercializar, Teresa compra a caixa de coxa a dois mil Kwanzas nos armazéns, para preparar a Sandwiche, é necessário acordar todos os dias as duas horas da manhã, temperar com alho e vinagre, permanece durante três a quatro horas e logo pela manhã leva ao mercado. "Fritamos com óleo vegetal, depois de pronto, cortamos o pão ao meio, metemos o frango, o repolho, já preparado, a maioneise, e está pronto para comer", contou. Segundo Teresa, o negócio é rentável. Os principais clientes são os

trabalhadores, os jovens que vendem no mercado, os roboteiros, os estudantes, as mulheres grávidas, que têm quase sempre vontade de comer uma "chandula".

Para Marta Pimental, outra vendedora, explicou que aquele negócio é bastante complicado porque tem de levantar muito cedo, preparar a Sandwiche e ir ao encontro dos clientes. "Sou viúva, o meu marido morreu na guerra há muitos anos", revelou. Continuando, Marta disse ser bastante cansativo, o fogo e o óleo quente que a faz mal. Neste momento, estou com problema de tensão alta por causa da quentura, mas como não tenho quem me possa ajudar, não consigo outro emprego por falta de formação, tenho de me sujeitar a isto", lamentou. Entretanto, Marta salientou que com este negocio conseguiu comprar um terreno no bairro da baixa de Cassanje, onde reside actualmente com os seus cinco filhos, paga propina dos filhos incluindo uma filha que se encontra a estudar na província do Uíge, na Universidade Kimpa Vita.

Para dar continuidade ao negócio, Marta lança o grito de socorro às autoridades para que a concedam o micro crédito. "Todavia, nós temos bons lucros, porque numa caixa podemos ganhar mil e quinhentos Kwanzas a 2 mil, dependemos muita das vezes da concorrência porque há dias que voltamos com as "chandulas" em casa. Numa coxa podemos cortar em três metades, isto quando vem coxas grandes, quando vem pequenas, cortamos a duas", revela, acrescentando que, "o nosso negócio tem mais saída quando os alunos estão em aulas, e no tempo chuvoso quando entram de férias, temos poucos clientes, mas dá pára se remediar".

Por sua vez, para Fátima Nsimba, outra vendedora, o negócio é rentável, mas é bastante cansativo, todos os dias tem que fazer o mesmo exercício: temperar o frango a meia noite, para depois vender no dia seguinte muito cedo, porém acrescenta estar habituada com essa vida, pois não há emprego para ela. "O que fazer" questionou-se, para depois responder que "é só aguentar".

"Nós que comercializamos esse tipo de negócio sofremos muito, temos muitos problemas de saúde, da pele, porque estamos expostas ao sol todos os dias, já não brilhamos, ficamos cheias de óleo na roupa, enfim, mas é aqui onde sai o nosso pão, não temos como reclamar", acrescentou conformada. O negócio, segundo aquelas vendedoras, é exposto ao sol e a poeira porque não há outro sítio para vender, clamando ainda por mais espaços para as mulheres que comercializam esse tipo de comida, pois ao apanhar muito sol, chega a fazer mal ao organismo humano, sobretudo na época das chuvas, com muita mosca à mistura. De acordo com a Dr. Paula

Barbeiro, o uso constante de chandula pode provocar intoxicação alimentar, que pode ocorrer devido a ingestão de alimentos contaminados, comprados na rua, que pode ocorrer durante o preparo ou da condição do alimento.

A especialista acrescenta que, podem ainda ocorrer outras contaminações, através de um ovo, um bife ou um frango mal cozidos e pode dar origem a outra doença como a febre tifóide e outras patologias. Paula Barbeiro começou por explicar que logo pela manhã as pessoas devem sempre optar pelo pequeno almoço, tomar um copo com leite, café uma sandwiche, um pedaço de fruta, evitando assim o problema que é frequente nos trabalhadores: a gastrite.

Entretanto, as chamadas chandulas têm muitos riscos de contaminação,

através das embalagens onde ficam o pão, a mesma está contaminada porque fica exposta ao sol e à poeira, às moscas, há bactérias que só podem ser vistas através de um microscópio. Todavia, como acrescentou, as consequências do uso constante destes alimentos, são bastante nefastas, podendo causar dor abdominal, porque os alimentos são mal confeccionados, muitas vezes as águas que se usam para lavar os alimentos são contaminadas. Sublinhou ainda que, devemos incluir sempre uma peça de fruta na nossa alimentação, evitar o excesso de maionese, gordura e açúcar.

A especialista aconselha que, as pessoas que trabalham distante devem sempre tomar um café ou ainda levar sempre alimentos confeccionados em casa, para evitar vários riscos de contaminação, os alimentos devem se comercializar em locais apropriados.

Disse ainda que, os alimentos vendidos na rua são bastante perigosos, porque o pão não é tapado, esse pão produz toxinas que fazem mal ao homem. Referiu por outro lado que, os alimentos devem ter sempre nutrientes do tipo A e B. São nutrientes diversificados e as verduras que fazem bem ao nosso corpo.

3.3 Os clientes não param de crescer

Semanário Angolense

06 de Abril de 2012

Tal como o número de comerciantes cresce devido a falta de emprego, os clientes também não param de crescer, porque alguns cidadãos não têm o hábito de tomar o pequeno-almoço em casa, por isso a Sandwiche é a "melhor" receita.

Ezequiel Manuel, funcionário público, 32 anos, contou que entra no serviço às 8 horas e 30 minutos, vive em Viana e trabalha na cidade. Diz não ter tempo de sentar à mesa para comer, por isso opta sempre pela compra de uma "chandula" para "matabichar". "Nem sempre a minha esposa tem tempo de preparar comida para mim, por isso compro mesmo essas sandwiches, de preferência de fígado porque chega a ser mais leve e menos gordurosa", revelou Ezequiel. Ezequiel defende que o governo deve implementar um sistema em que todos os trabalhadores comam nas suas empresas logo pela manhã, as empresas renderiam mais porque um indivíduo com fome não produz, daí é que tem verificado, sempre o problema dos atrasos.

Quem também falou ao nosso Jornal é Margarida Bernardo, trabalhadora de uma empresa de limpeza. Segundo contou, a viatura da empresa faz a recolha dos trabalhadores das 5 horas da manhã até às 6, por esta razão tem a rua como única solução para poder conseguir o pequeno-almoço. "Imagina começar a trabalhar das cinco horas a varrer às ruas da cidade, até mais tarde é impossível comer, somos obrigadas a comer mesmo a "chandula", contou ..

Para Margarida, que aufer 15 mil Kwanzas como salário, é impossível ter um bom mata bicho que custe pelo menos mil Kwanzas, daí recorrer ao mais barato, pese embora faça mal a saúde. "Paciência, Deus é quem sabe". De recordar que, para as que comercializam em frente dos recintos escolares, a hora do intervalo é mais frenética em termos de clientes.

3.4 Zunga provoca conflitos nos lares

Folha 8

07 de Abril de 2012

Pelas ruas, sobretudo de Luanda, as zungueiras percorrem com o olhar humilde e determinado. Do asfalto às ruas empoeiradas, passando por becos, lamas e lixeiras. São centenas que, partindo dos diversos bairros emergentes e desordenados, às primeiras horas do dia, cruzam-se no centro da cidade.

O trânsito infernal que caracteriza Luanda, assim como o banho de poeira e o sol, cada vez mais ardente, são, contrariamente ao que parece, os menores dos males que as vendeiras enfrentam.

Os fiscais que rondam a cidade em busca de infracções e caracterizam-se pelo tom áspero e austero com que se dirigem às vendedeiras é, segundo as mesmas, o maior desafio enfrentam diariamente.

A relação entre as zungueiras e fiscais está muito distante de ser harmoniosa. As zungueiras queixam-se da maneira que estes indivíduos actuam, sobretudo porque muitas vezes acabam por ficar com a mercadoria e o dinheiro.

"Dizem que oferecem as coisas no beiral mas temos dúvida que este é o destino de tudo que recebem", duvidam as vendedeiras. O confronto com os fiscais para as zungueiras significa humilhação e um arrombo no orçamento familiar, sustentando o carácter corajoso delas. Provenientes das diferentes províncias do País tais como Benguela, Uíge, Malange, dentre outras, estas mulheres carregam a dignidade, coragem e solidariedade como algumas das principais qualidades. No entanto, além das dificuldades que enfrentam na rua, muitas convivem com a incompreensão do companheiro no lar, contrariamente ao desejo que carregam de regresso à casa entre as 19 e 21 horas (muitas com criança no colo).

Segundo apurou o Folha8, muitas têm problemas com os maridos pelo tempo que ficam fora de casa, entre 15 à 16 horas. "Ainda assim consigo fazer os deveres de casa, mas a primeira falha que ele (marido) notar é suficiente para termos problemas", revela Manuela Tomás.

Continuando, acrescentou que, tal como ela, muitas, devido ao cansaço do trabalho têm dificuldade de satisfazer os intentos sexuais do parceiro o que provoca conflitos entre ambos. "Mas também não podemos deixar de trabalhar porque é daí que sai o sustento da família", argumenta, por sua vez Maria das Dores.

Algumas, entretanto, reconhecem que, por vezes, permanecem na rua sem razões, sobretudo quando o negócio corre bem. "Aproveitamos para ficar mais algum tempo entre as amigas e tchilar um pouco para tirar o cansaço e festejar o dia", conta, revelando que sempre que chega em casa a cheirar bebida tem problemas com o marido.

A coragem e determinação contagiante das zungueiras nem sempre é suficiente, no entanto, para conquistar a admiração e respeito dos familiares, porquanto muitos manifestam vergonha pelo que a esposa, mãe ou irmã faz. Joana já foi vítima deste preconceito, manifestado pelo próprio marido. "Encontrou-me na rua a vender e porque eu estava empoeirada, apresentou-me como prima dele aos colegas, isso aconteceu há cerca de oito anos". Panzo Domingos é esposo de duas zungueiras há mais de doze anos pelo que reconhece o valor das mesmas no sustento das respectivas famílias. Porém, defende a necessidade das mesmas esforçarem-se no

cumprimento das obrigações do lar, bem como para manterem-se higiénicas.

"Condeno a postura deste marido (que apresentou a mulher como prima) mas é preciso as zungueiras cuidarem-se também", argumentou, garantindo que as suas esposas assim fazem pelo que problemas têm "apenas quando atrasam ou deixam de cumprir deveres importantes, são zungueiras mas não deixam de ser mulheres".

O sociólogo, Manasses de Neves defendeu a necessidade de os maridos, assim como a sociedade respeitarem essas mulheres porque deixaram de ser simples e insignificantes zungueiras e passaram a ser "uma marca do País, precisam de alguma organização mas não de deixar de vender, fazem parte das características da cidade".

3.5 Rede viária liga o Huambo às províncias vizinhas

Jornal de Angola
07 de Abril de 2012

As estradas secundárias que ligam o Huambo às províncias do Bié e Kwanza-Sul, passando pelas vilas do Bailundo e do Mungo, estão em reabilitação.

As vias que ligam a comuna do Luvemba / Kassongue, na província do Kwanza-Sul, num percurso de mais de 80 quilómetros, à vila do Mungo, via Calussinga, na província do Bié, numa extensão de 75 quilómetros, estão a ser reabilitadas, depois de várias décadas de intransitabilidade.

A acentuada degradação, aliada ao perigo de minas, estiveram na se do abandono destas vias pelas populações, que preferiam percorrer longas distâncias, mas em segurança, utilizando as estradas nacionais já reabilitadas.

As províncias do Bié, Huambo, Kwanza-Sul e Benguela sempre estiveram ligadas por uma rede de estradas secundárias. Mas o tempo apagou muitos desses caminhos. Hoje, com a paz, muitas populações regressaram às suas áreas de origem e aumentou a circulação de pessoas e bens.

As autoridades locais estão a criar condições para facilitar o intercâmbio entre o campo e os centros urbanos. A técnica da obra na estrada Bailundo/Luvemba Kassongue, Sara Santos, afirmou aos jornalistas que a empreitada começou em Fevereiro deste ano e está orçada em mais de 100 milhões de Kwanzas. Parte de mão-de-obra que trabalha nestas obras é local. Pelo menos, 35 jovens encontraram aqui o seu primeiro emprego

e já conseguem sustentar as suas famílias. Os trabalhos ficam concluídos no primeiro trimestre de 2013. Dos 89 quilómetros do percurso, oito já foram asfaltados. Até Agosto vão ser concluídos 32 quilómetros que estão a ser terraplanados.

3.6 Província de Luanda com novos mercados

Jornal de Angola
12 de Abril de 2012

Luanda vai ter mais 112 novos mercados, 18 municipais, de mil metros quadrados, 80 de bairro e 14 Para venda de peixe, além de uma rede de cem quiosques, anunciou em Luanda o ministro da Economia. Abraão Gourgel, que fez a revelação num encontro, no Centro Turístico de Belas (Futungo 2), com Administradores municipais e empresários, durante o qual falou dos mecanismos de acesso ao programa de crédito às micro, pequenas e médias empresas, referiu que a construção dos mercados está orçada em 43,6 milhões de dólares e que o objetivo é transferir o comércio de rua para locais autorizados e organizados.

Cada município, revelou, vai ter dois mercados geridos pelas administrações locais a quem os comerciantes pagam mensalmente cem kwanzas. Abraão Gourgel disse que o processo de identificação dos vários espaços para a instalação dos mercados está a ser feito em parceria com o sector privado e que a seguir são selecionados os vendedores. O ministro declarou que os mercados municipais têm um espaço para comércio de frutas e de legumes, talho e peixaria, bens industriais, vestuário, calçado, bijutarias e peças de artesanato, gerador alternativo, balneários, cozinhas comunitárias, Balcão Único do Empreendedor e um ponto de recolha do lixo.

Os bairro com dimensões entre 200 e 300 metros quadrados, afirmou, são instalados em espaços privados e tutelados pelos empreendedores, sob controlo das administrações municipais.

No âmbito programa de incentivos às pequenas empresas também vão ser construídos 14 espaços de venda de peixe em Cabo Ledo, Mussulo, Ramiro, Mabunda, Trapalhães, Chicala, E Praia Amélia, Praia de Santiago, bairro dos Pescadores, Hoga, Sarico e bairro Ngola Kiluanje. O programa também prevê construção de quiosques nas vias públicas e em zonas com número de consumidores, consumidores, casos da Maianga, Mutamba imgombota, Ilha de Luanda Cacuaco e Viana.

3.7 Objectivo: Alargar a base tributária

Novo Jornal

13 de Abril de 2012

Um dos objetivos do PERT é alargar a base tributária e isso só será possível trazendo mais pessoas e empresas para o controlo da administração fiscal fazendo com que também estas contribuam para a arrecadação de receitas do Estado.

"É necessário continuar a incentivar a população a aproximar-se da administração tributária e cumprir voluntariamente as suas obrigações fiscais. Os órgãos de comunicação social jogam um papel importante, enquanto veículos de informação, para transmitirem eficazmente a nossa mensagem, pelo que contamos com o vosso apoio" - alegou José Dinis Dungo, responsável pelo departamento de Justiça Tributária, da Unidade Técnica Executiva da Reforma Tributária (UTERT).

Segundo o responsável, a esmagadora população angolana desconhece as suas obrigações fiscais e, através de anúncios em todos os meios de comunicação, incluindo a internet, folhetos, publicação de artigos e realização de programas de rádio e televisão, realizando palestras nas Universidades e Instituições do Ensino Médio, tem procurado reeducar a população. O Projeto do Executivo para a reforma tributária (PERT) está também a trabalhar com o Ministério da Educação para introduzir conteúdos sobre tributação nos programas dos diversos níveis de ensino. As instituições dedicadas à educação são um espaço privilegiado para que todos tenham a cultura de pagar impostos. Temos de ter consciência do dever e do orgulho em contribuir para a satisfação das necessidades colectivas, como por exemplo, de construção de estradas, hospitais, escolas, centrais de fornecimento de energia eléctrica, caminho-de-ferro, pagando os seus impostos" - a firma José Dungo. O responsável acrescenta ainda que existem muitos angolanos que pagam impostos em função dos factos Tributários que praticam. É o caso do pagamento do imposto de Sisa, para a transmissão de um imóvel, o pagamento do imposto predial urbano, o pagamento do imposto sobre o rendimento do trabalho, para os trabalhadores por conta de outrem e o pagamento do imposto de consumo. "É óbvio que muitas pessoas e empresas ainda se encontram fora do circuito formal da economia e, como consequência, não pagam os devidos impostos, razão pela qual têm sido aprovadas várias medidas para reverter esse quadro", explica o responsável do UTERT. Os analistas do PERT afirmam que esta é uma questão que merece a

devida atenção. Dentro daquilo que são as políticas fiscais, o que está previsto é que o vendedor ambulante tenha um cartão de contribuinte. Ao abrigo da nova legislação, que será publicada brevemente, os vendedores ambulantes deverão ser tributados em sede de Imposto Sobre o Rendimento do Trabalho. Como é do conhecimento geral, para este tipo de contribuintes estão a ser criados mecanismos simplificados de inscrição e de declaração dos rendimentos das suas actividades, com o objectivo de facilitar o cumprimento das suas obrigações fiscais.

Segundo o PERT, para o processo de cobrança de impostos serão adoptadas várias políticas. Há que distinguir entre a cobrança voluntária e a cobrança coerciva. A primeira é aquela em que o contribuinte espontaneamente cumpre e paga o imposto. A segunda acontece quando o contribuinte furta-se ao pagamento do imposto, fazendo com que o Estado accione os meios ao seu dispor para garantir que a receita seja efetivamente arrecadada.

Para a cobrança voluntária, além das campanhas de sensibilização, foram criados alguns mecanismos de facilitação, como por exemplo a possibilidade de pagar os impostos por cartão multicaixa ou fazer a declaração e liquidação através do Portal do Contribuinte, que está em fase experimental Quanto à cobrança coerciva, além do Regime Simplificado de Execuções Fiscais e das Medidas Excepcionais de Controlo de Contribuintes em Situação de Irregularidade Reiterada, o novo Código Geral Tributário também prevê vários tipos legais de crimes tributários, como forma de combater a fraude e a evasão fiscal.

Desde a constituição do Programa Executivo para a Reforma Tributária, foram implementadas uma série de medidas, entre as quais se destacam a publicação do Decreto Presidencial n. 66/11, sobre as medidas excepcionais de controlo dos contribuintes em situação de irregularidade reiterada.

O principal objectivo é limpar o cadastro de contribuintes evitando duplicações do NIF (numero de identificação fiscal); O Regime Simplificado de Execuções Fiscais, que devolveu ao Estado o poder de proceder à cobrança coerciva dos impostos; A aprovação dos novos Códigos Transversais, nomeadamente, o Código Geral Tributário, o Código do Processo Tributário e o Código das Execuções Fiscais, e, ainda, os Códigos Tributários (Imposto Industrial, Imposto sobre o Rendimento do Trabalho, Imposto sobre a Aplicação de Capitais, Imposto de Selo e Imposto de Consumo).

Houve também um grande esforço de sensibilização do público para a necessidade de cumprir com as obrigações fiscais e a introdução de melhorias nas repartições fiscais, de modo a melhorar a relação dos contribuintes com a administração tributária.

3.8 Obrigações fiscais chegam ao mercado informal

Novo Jornal

13 de Abril de 2012

Uma das novidades da Reforma Tributária, será a cobrança de impostos a vendedores ambulantes. Sensibilizar toda a sociedade sobre as iniciativas realizadas no âmbito da reforma e sobre a importância de todos pagarem os impostos é uma actividade prioritária do PERT (Projecto Executivo para a Reforma Tributária). Segundo responsáveis do PERT. Com este objectivo, tem-se desenvolvido várias iniciativas para dar a conhecer as novidades introduzidas no nosso sistema de tributação.

O comércio ambulante tem um papel importante na actual conjuntura, mas é preciso que esses agentes económicas paguem impostos e cumpram as suas obrigações para com a sociedade.

Questionado sobre a valia dos vendedores ambulantes pagarem impostos, o analista económico Mário Pinto de Andrade, fez referência à Grécia antiga, onde havia o ditado que dizia: "o rico deve pagar impostos e os pobres que não vivam sempre na sombra da sopa do Estado". Ou seja, pobre também deve, apesar de ser-lhe dada "uma sopa" (em sentido figurado), deve ser ensinado a pescar e a trabalhar. Depois de ter um trabalho, passa a pagar impostos como todos os agentes económicas, porque o Estado precisa de ter receitas fiscais para poder investir nos programas económicos e sociais.

"Nesse aspecto acho que este programa de reforma tributária está a fazer um bom trabalho: sensibilizar os cidadãos que há uma responsabilidade de todos nós, ricos ou pobres, de termos de pagar impostos desde que tenhamos uma profissão. Nesse aspecto, os vendedores ambulantes e todos que os têm um pequeno negócio devem contribuir pagando impostos. E pagando impostos pode-se melhorar os seus negócios, porque terão um documento que poderá justificar o seu rendimento mínimo e beneficiar também dos próprios programas de incentivo que o Executivo tem", defende Mário Pinto de Andrade.

"Deve haver um programa de educação financeira, sensibilizando os cidadãos da importância de pagar

impostos", avança o analista. O programa pode ser feito "com palestras, com peritos organizados, com uma linguagem mais simples para que todos entendam a importância de se pagar impostos". "Mais vale muitos a pagar menos, do que poucos a pagar muito" - conclui o analista.

O que pensam os vendedores ambulantes?

Segundo vários economistas angolanos e estudantes universitários do curso de economia, não existem números oficiais sobre a quantidade de Cidadãos que fogem às obrigações fiscais ou têm comportamentos fraudulentos. Mas estão seguros que ela é longa e abrange a esmagadora maioria dos angolanos que, em muitos casos, nem sequer tem ainda o estatuto de contribuinte.

Basta olhar para o que se passa nas ruas de Luanda, onde milhares de vendedores ambulantes oferecem as suas mercadorias, vendem de tudo e no final não pagam impostos. O Novo Jornal foi à rua e constatou que quase nenhum vendedor ambulante sabe o que é um imposto e para que serve. "Pagar mais o quê? Nós não ganhamos quase nada e não vamos extrair do nosso lucro valores para dar ao Governo.

Eles é que têm o dever de nos pagar" - afirma com precisão uma das vendedoras ambulantes da capital. Preocupado com a situação, Deslandes Monteiro, estudante de Direito Económico, acredita que ainda há muito que se fazer. "O país ainda é bastante jovem, por isso há que se reeducar a população quanto a questões ligadas ao pagamento das contribuições fiscais" e apelou;

3.9 As iniciativas que este ano vão mudar Luanda

O País

13 de Abril de 2012

Luanda vai, ainda este ano, levar uma volta. As iniciativas de impacto social imediato, propostas pelo Executivo no âmbito do Programa de Desenvolvimento das MPME's (micro, pequenas e médias empresas nacionais), contemplam uma melhoria assinalável na limpeza da cidade, com a criação de 25 pontos de transferência de lixo, a distribuição de kits de recolha à população e a constituição de brigadas de limpeza, a criação de 18 mercados populares municipais, 80 mercados de bairro e 100 quiosques, a criação de inúmeras micro-empresas através do acesso ao microcrédito, a criação de 100 balneários públicos, de 11 cozinhas comunitárias e de 14 quadras polidesportivas (2 por município). Nos quatro programas que constituem as

iniciativas desenhadas para Luanda (Programa Luanda Limpa, Programa Mercados Populares, Programa de Apoio ao Pequeno Negócio em Luanda e Programa Equipamentos Sociais), serão investidos perto de USD 131,1 milhões. O investimento público ascenderá a USD 56,5 milhões, o apoio ao investimento privado USD 63 milhões e as despesas de funcionamento estão estimadas em USD 11,6 milhões.

Qualquer dos programas distribuir-se-á, na concretização dos objectivos fixados, pelos sete municípios da província de Luanda - Belas, Cacuaco, Cazenga, Ícolo e Bengo, Luanda, Quissama e Viana.

Luanda Limpa

No âmbito do programa Luanda Limpa o Estado pagará, consoante um valor a definir, o lixo em bruto recolhido e entregue em pontos de recolha e pontos de transferência. As Unidades Técnicas Municipais poderão adquirir e distribuir kits de saneamento, incluindo luvas, máscaras, fatos de macaco, ferramentas de recolha do lixo e sacos, pela população e será também disponibilizado microcrédito para que as pessoas que recolhem o lixo possam adquirir os respectivos kits. Far-se-á ainda a aquisição e atribuição de 600 motociclos de transporte de lixo. Os pagamentos pela recolha de lixo serão efectuados em vouchers ou cheques, que poderá depois ser convertido em dinheiro nas agências bancárias. O lixo chegará aos pontos de transferência a partir dos pontos de recolha, do trabalho efectuado por equipas motorizadas ou das entregas feitas espontaneamente e, todas as operações realizadas a partir dos pontos de transferência serão da responsabilidade da Elisal. Nos pontos de transferência o lixo será pesado em báscula e será emitido um voucher ou creditada a conta bancária de quem procede à entrega. A operação Luanda Limpa arrancará em Maio após terem sido identificados os locais para pontos de transferência, instalados os pontos de transferência e recolha, adquiridos os kits de saneamento e adquiridas e atribuídas as motas de transporte de lixo. Até Maio saber-se-á qual o valor que será pago por cada quilo de lixo e estará operacionalizado o processo de pagamentos com o sistema bancário e a Elisal.

Mercados Populares

O programa Mercados Populares contemplará os mercados populares municipais' os mercados populares de bairro, os mercados de peixe e ainda uma rede de 100 quiosques. Serão instalados dois novos mercados populares municipais de mais de mil metros quadrados ou reconvertidos mercados existentes em cada município da Província de Luanda e seis novos mercados (ou reconvertidos mercados já

existentes) no município de Luanda. Os 18 novos mercados serão mercados mistos, ou seja, abrangerão frutas, legumes, talho, peixaria, bens industriais como electrodomésticos, roupa, vestuário e calçado, o comércio geral realizado pelas quitadeiras e ainda artesanato. Contarão com terreno pavimentado, cobertura em estrutura metálica e depósito de água, bem como com um escritório, gerador, Balcão Único do empreendedor, balneários públicos, cozinhas comunitárias, fossa céptica e poço roto. Em cada mercado municipal será ainda implantado um ponto de recolha Luanda Limpa. As rendas a pagar pelos vendedores situar-se-ão abaixo dos Kz 100 diariamente, ficando a gestão dos mercados municipais cometida às administrações municipais.

Em cada bairro será instalado um ou mais mercado popular, num total de 80 mercados. Trata-se de mercados com 200 a 300 m², a instalar em terrenos privados, cuja exploração ficará a cargo de privados sob o controle da administração municipal.

O privado entregará o terreno para instalação do mercado a custo zero, recebendo em troca 60% das rendas pagas pelos comerciantes. O Estado, por sua vez, investirá na infraestrutura e benfeitorias, ficando com 40% das receitas. Estes mercados de pequena dimensão que polvilharão a cidade e se destinam a captar os vendedores ambulantes das zonas onde serão inseridos, terão um carácter misto no que respeita aos produtos que neles serão comercializados e contarão com terreno pavimentado, cobertura em estrutura metálica, depósito de água, escritório, gerador, Balcão Único do empreendedor, balneários públicos, fossa céptica e poço roto, assim como com um ponto de recolha Luanda Limpa.

Nas zonas ribeirinhas onde tradicionalmente existe comércio de peixe em Luanda serão implantados 14 mercados especificamente dirigidos ao comércio de peixe. A criação destes mercados especializados tem em conta as necessidades adicionais de higiene e conservação e a forte tradição de venda ambulante de peixe em Luanda. Os mercados de peixe contarão com terreno pavimentado, cobertura em estrutura metálica, depósito de água, bancadas em pedra ou aço inox, escritório, gerador, Balcão Único do empreendedor' balneários públicos, fossa céptica e um ponto de recolha Luanda Limpa.

A par dos mercados será criada uma rede de 100 quiosques, que se localizarão nos passeios das vias públicas nas zonas com maior poder de compra em Luanda (Mutamba, Ingombota, Ilha de Luanda, Maianga, Belas, Viana sede, Cacuaco sede, etc.). Com a criação desta rede pretende-se fixar o comércio ambulante em instalações dignas, prestar um melhor serviço à população de Luanda e formalizar a econo-

mia. Haverá dois tipos de quiosques: os que integram serviços de cafetaria, pastelaria e venda de tabaco e jornais e os quiosque multiusos, onde poderão marcar presença a florista, o comércio de bijuterias e artigos de fantasia, a papelaria, a tabacaria e a venda de jornais. Nos quiosques, que serão servidos por gerador, existirá um WC público. O suporte publicitário (um mupie) que neles será implantado será gerido em conjunto com o Governo Provincial, de modo a financiar as infraestruturas do programa.

Os novo mercados, cuja criação envolve um investimento de USD 43.580, do qual USD 33.280 será investimento público e USD 10.300 investimento privado, entrarão em funcionamento a partir de Julho, mês em que se prevê sejam inaugurados.

Apoio ao pequeno comércio

Estima-se que o Programa de Apoio ao Pequeno Comércio em Luanda, que apoiará as actividades económicas existentes, bem como as cooperativas agrícolas e piscatórias existentes, venha a abranger mais de 250 mil pessoas. No âmbito das diferentes actividades existentes serão abrangidas 146.250 pessoas e criados 29.250 empregos. As cooperativas agrícolas, controladas pelas autoridades tradicionais, terão acesso a um pacote de apoio no valor de USD 350.000, iniciativa que envolverá 97.200 e gerará 48.600 empregos. As cooperativas de pesca terão acesso a um kit de apoio no valor de USD 15.000, iniciativa que irá envolver, estima-se, 3.000 pessoas e gerar 600 novos empregos. O programa terá o seu início a meio do mês de Maio, ascendendo o custo total dos apoios previstos a USD 39.775.

Equipamentos sociais

Uma rede de 100 balneários públicos a serem instalados em todos os municípios' um total de 14 quadras polidesportivas e de 11 cozinhas comunitárias darão corpo ao Programa de Equipamentos Sociais. Cada balneário público, que incluirá fossa céptica e poço roto, custará USD 70 mil. Nas cozinhas comunitárias, cinco no Município de Luanda e uma em cada um dos restantes seis municípios, que serão associadas aos mercados populares municipais, o Estado investirá nas infraestruturas e equipamentos e apoiará as cozinheiras que neles operarão através do recurso ao microcrédito, não subsidiando, todavia, os alimentos. As cozinhas comunitárias servirão refeições a baixo custo, dirigidas às populações de menores rendimentos. A construção dos equipamentos sociais contemplados no programa, que mobilizará um investimento de USD 18.170 (do qual USD 10.500

público e USD 8.120 privado), estará concluída no mês de Julho.

A coordenação do programa de iniciativas de impacto imediato em Luanda ficará cometida ao Ministério da Economia, cabendo a coordenação executiva ao Governador de Luanda. A Comissão Administrativa do Município de Luanda será responsável pela gestão do programa no terreno.

3.10 Lotadores contra roboteiros

Agora

14 de Abril de 2012

Os jovens que fazem o serviço de lotação de táxis na avenida 21 de Janeiro têm se insurgido constantemente contra os roboteiros.

O caso mais recente ocorreu com "Neloy", jovem que exerce tal actividade naquela área. O mesmo contou ao AGORA que os lotadores aproveitaram-se de si, na tarde desta quarta-feira, depois de ter cumprido a sua jornada laboral, quando os mesmos lhe interpelaram, pedindo que lhes pagasse 200 Kwanzas, por ter vendido naquele recinto.

"Assim que me preparava para sair depois de ter acabado de vender apareceram, dizendo que tinha de pagar o espaço, caso contrário seria agredido fisicamente", contou o jovem benguelense que tem naquela zona o seu ganha pão.

Os vendedores ambulantes daquela circunscrição contaram que os lotadores, geralmente, julgam-se proprietários do espaço e consideram por isso que os vendedores e os taxistas devem 'largar' uma gorjeta de 100 a 200 kwanzas.

Trata-se de um fenómeno que acontece com muita frequência, nas paragens do Triângulo, Moagem e na Padaria. "Onde estão os agentes da ordem pública?", questionam as nossas fontes.

3.11 Mercado Cantinton provoca acusação de desvios

Folha 8

14 de Abril de 2012

O 1º secretário do MPLA no distrito da Samba, Eduardo Fernando está a ser acusado de usar indevidamente o dinheiro do mercado 1º de Agosto, conhecido por Cantinton localizado na Maianga e criado em 2004. A acusação é feita por dois antigos funcionários do referido mercado Eugénio David e Noé Manuel, argumentando que o mercado é público

pelo que os valores provenientes do mesmo devem ser cabalizados aos cofres do Estado. Os mesmos dizem que foram expulsos do mercado por descobrirem os supostos desvios.

A referida versão, no entanto, é contrariada por Eduardo Fernando que exibiu documentos que dão conta que o mercado é privado e propriedade da empresa Spetec de que o mesmo é sócio.

"É falsa a informação de que o mercado é público", garantiu acrescentando que Noé Manuel e Eugénio David não "foram expulsos mas abandonaram o trabalho, saíram de gozo de férias no 21 de Abril de 2008 e já mais voltaram", acusou. Continuando manifestou-se preocupado com o comportamento dos antigos trabalhadores e pondera recorrer à justiça.

"Difamam-me e se eu recorrer à justiça dirão que estão a ser perseguidos" alega, garantindo que tentou reenquadrar os mesmos "mas negam-se". Por outro lado, Eduardo Fernando garantiu que a proprietária do mercado tem pago os impostos necessários.

3.12 Zungueiras ganham mais à noite

Folha 8

14 de Abril de 2012

Nas principais paragens com maior afluência de pessoas encontra-se um número invariável de comerciantes, que a luz da vela ou candeeiro carregável expõem a disposição os diferentes produtos a venda, aproveitando os fregueses que por alguma razão atrasaram a adquirir os produtos para o consumo imediato. Muitos destes, por causa do serviço ou da escola, não chegam a tempo de ir aos super mercados ou cantinas tendo como solução as zungueiras nocturnas.

O número de comerciantes no fim da tarde tende em aumentar, face a aderência dos consumidores nos principais pontos das paragens da cidade capital. A concorrência tem sido cerrada com as cantinas dos "malianos" ou "senês".

Os ambulantes através da fluência dos consumidores que acorrem nos locais abandonam o recinto por volta das 10 horas da noite, esperando o último cliente.

Para Manuela Mulato de 28 anos de idade, peixeira a mais de 6 anos, a venda de produtos no período nocturno tem sido benéfico, quanto aos ganhos, disserta que a venda ambulante progride neste período do dia "noite", "à noite aproveitamos as pessoas que estão a vir do serviço e que não com-

praram o jantar, e é a altura do dia em que vendemos mais", acrescenta também, que, neste período já não solvem os produtos como nos anos anteriores. Mas, não deixa de salientar os perigos que advêm neste período, "o nosso maior problema à noite, já não são os fiscais nem a polícia mais sim os gatunos" referiu.

Através das invariáveis do mercado e da economia angolana, a venda dos produtos em locais impróprios para comercialização tem sido o meio de subterfúgio dos angolanos sem oportunidade de emprego, devido a morosidade das políticas de integração no mercado de emprego.

Muitos não se preocupam com as condições de conservação dos produtos, nem com o local na qual vende, mas, sim com os ganhos provindos da prática.

Os lucros provenientes da mesma, para os comerciantes têm sido um grande reforço para as melhorias da condição socioeconómica das famílias. Os zungueiros de vários sítios com maior afluência, destacam que neste último trimestre a venda aumentou gradativamente.

Benefícios da prática

A técnica da venda ambulante, traz consigo muitos benefícios às famílias e ao próprio comerciante, muitos destes conseguem educar academicamente os filhos e a si, pagar a construção da própria casa, ter um fundo de saúde, roupa entre outros. Como nos fala Tia Maria de 38 anos de idade vendedora de carne a mais de 9 anos.

Malefícios da prática

Os comerciantes que ocupam os arredores dos mercados do São Paulo, Congolenses, Paragem da Cuca, Grafanil e Viana passaram a vender nas passagens áreas para peões, estradas para viaturas e passeios.

A zona do São Paulo é a mais crítica quando se trata de tráfego das viaturas, as estradas em mau estado de conservação também têm sido razões dos congestionamentos, independentemente da hora. O mais absurdo são as zungueiras que ocuparam a passagem área inviabilizando a passagem aos peões, inundando a mesma de lixo, perigando não só a ela, mais também a quem frequenta o recinto.

Reacções do GPL

Em reacção a este desiderato, o Governo da Província de Luanda "GPL" determinou, alguns locais para as zungueiras comercializarem os produtos. Mais pelo sim e pelo não, as quitandeiras preferem permanecer nas ruas. As mesmas justificam: "os

clientes já estão habituados com o local em que vendemos e nas bancadas dificilmente conseguimos vender grandes quantidades da mercadoria" afirmaram. Por outro lado, o ex governador, José Maria, ainda no seu consulado, ordenou a caça às zungueiras, medida que estava a ser mal interpretada pelos fiscais da área comunitária.

Bento Sebastião Bento, actual governador de Luanda prefere manter a cidade suja, com visões nas eleições de 2012.

3.13 Estrangeiros ditam as regras do jogo

O Independente

14 de Abril de 2012

O mercado do Rocha Pinto é hoje um ponto de referência obrigatória para os comerciantes que pretendam transacionar mercadorias em pequenas ou grandes quantidades. É mais do que nunca a afluência de caminhões principalmente carregados com produtos agro-pecuários são dominados maioritariamente por gente estrangeira proveniente do Oeste de África.

A língua não é problema. Eles entendem-se mesmo assim com os nacionais ... Não tenhamos quaisquer dúvidas de que a paz abriu caminho para os comerciantes. Eles são unânimes em dizer que a vida das pessoas melhorou com os adventos da paz" e que esta criou abertura em todas as vias rodoviárias. Aquilo que não era normal, disseram referindo-se ao tempo em que a -senhora- guerra condicionava tudo.

Neste mercado, todos os dias chegam mais de 50 caminhões carregados de mercadorias diversas fundamentalmente produtos agrícolas. A batata, a cebola o tomate, o alho entre outros produtos, são provenientes das províncias do Kwanza-Sul, Huambo e Benguela.

Mas, nem todos os dias são santos, como nos conta o camionista Augusto João. Ele diz que os estrangeiros inundaram o mercado com os mesmos produtos provenientes do exterior do País, e que por vezes são obrigados a baixar o preço sob pena de verem os seus produtos a apodrecer.

Por dentro do mercado

Outrora o que se assistia dentro do mercado, era o lamaçal, o que dificultava a circulação das pessoas que ali se deslocavam. O barulho e o cheiro nauseabundo, pareciam não preocupar mais as pessoas que muito frequentam aquele local. Mas mesmo assim este cenário não impedia os estrangeiros de continuar a

realizar o negócio de animais como o porco, o carneiro e o cabrito, entre outros produtos agrícolas..

Hoje, o cenário é outro. As ruas estão pavimentadas e limpas, e na entrada podemos ver os roboteiros que aguardam a chegada de camiões para a descarga dos produtos. É desta forma que ganham o seu pão.

A maior parte das vendedeiras trajadas de panos e com calções por dentro, nas faces vê-se no rosto escorrer o suor do ganha pão e a disposição de vender os seus produtos sempre com um sorriso, aos clientes. Não muito distante do descarregamento ouvimos a voz de um ambulante, "arreou,arreou!", forma popular de mostrar que determinado produto está em saldo. Segundo um dos fiscais do parque, pelo interior do mercado circulam cerca de quatro mil pessoas por dia. Entretanto no mercado, os produtos podem ser vendidos a grosso e a retalho.

Muita gente sacrifica a sua vida familiar em busca do pão, para o sustento dos filhos e, por vezes acabam prejudicados pela falta de carinho e atenção que deveriam prestar aos seus progenitores. Eles saem muito cedo de casa e só regressam ao nascer da noite.

Algumas vendedeiras que foram abordadas pela nossa reportagem, contam que os seus filhos são os mais lesados. Entretanto, alegam querer uma vida melhor para a família. Por exemplo, Arminda Joaquim vende numa barraca de comes e bebes na estrada que dá acesso ao mercado (Quinta João), ela diz que chega às 06h da manhã. Faz a limpeza do recinto, e somente a partir das 7 horas começa a receber os primeiros clientes. Aqui, segundo nos conta" também serve almoços, e a bebida é muito barata em relação aos restaurantes espalhados pela cidade.

Como se desenvolveu o mercado do Rocha Pinto

A nossa reportagem desdobrou-se dentro do bairro a fora para conversar com alguns cidadãos que possuem uma idade já avançada. Um dos moradores é o Sr. Francisco Tunga que tem aproximadamente 64 anos de idade. Ele conta-nos que o processo de ocupação do bairro foi da seguinte forma: primeiro as pessoas (refugiados) ocupavam os talhões e construíam junto aos locais onde viviam familiares ou gente da mesma terra de origem; Depois juntavam-se em casa dos familiares e conforme pudessem, construíam nos quintais dos que no bairro ainda tinham espaço e alugavam.

Manuel de Sousa, um ancião de 74 anos de idade proveniente da província do uíge, observa que o Rocha Pinto começou a crescer a partir do momento em que foi construída a estrada do aeroporto para o

Futungo. Ele sublinhou que a maior parte da sua população são deslocados de guerra: o Rocha Pinto é um caminho directo quem vem do Kwanza-Sul, era por ali que chegavam os deslocados.

Adianta ainda que a população do bairro é um mosaico constituído por pessoas oriundas de diferentes províncias: primeiro foram os bakongos, depois surgiram as famílias do Kwanza-Sul e muitas do Uíge, e as demais são oriundas, da província do Zaire. João Pedro, topógrafo de profissão, actualmente desempregado, é membro da Associação de Amigos do Rocha Pinto, habita no bairro desde 1971 numa casa que herdou do pai (um antigo comerciante).

Ele refere que quando o pai mandou construir a casa não existia mais nenhuma à volta e que o bairro foi crescendo, depois da independência, com gente que vinha a procura de segurança quando começou o conflito armado. Pedro, acrescenta ainda que o bairro cresceu muito e que as ruas não são urbanizadas, porque na altura era quase impossível o funcionamento da fiscalização da administração local devido a guerra.

Nos dias que correm, o Rocha Pinto transformou-se num enorme quintal com algumas dezenas de portas, em que só entra quem é "magro". Há casebres e ruelas no interior do bairro que nem motorizadas conseguem circular.

No caso daquelas pessoas que têm as casas em becos estreitos, diante da situação a frustração é ainda maior. Por exemplo, se alguém morre as pessoas não conseguem entrar com o caixão para dentro da residência. Porém, os populares, já não se preocupam por uma simples razão: Dentro do Bairro, existem já casas funerárias, têm inclusive salões para realização de óbitos, com toda a decoração, ao mesmo tempo que também estes salões servem para a realização de festas.

3.14 Medicamentos da morte vendidos nos mercados informais

Agora

14 de Abril de 2012

Já não há dúvidas que os medicamentos expostos a céu aberto constituem perigo para a saúde. Os vendedores têm consciência disso, mas teimam em comercializar os fármacos nos mercados informais, em locais e condições inapropriados.

Com a desactivação do Roque Santeiro, os comerciantes viraram as 'baterias' para os mercados

do Kikolo, e do Km 30 (Viana), aonde são vendidos medicamentos de todas as espécies, géneros e origens, incluindo os contrafeitos.

No geral os que compram não o fazem por ignorância. A falta deles nos locais apropriados e os elevados custos são apontados como os principais factores que impelem os cidadãos a recorrer à esses locais, tal como disse um dos compradores ao AGORA. "Os mercados são a nossa salvação, porque oferecem aquilo que o Estado não dá aos seus cidadãos".

No Kikolo, os fármacos não estão expostos ao sol, há sombras improvisadas com chapas de zinco. Porém, sujeitos a poeira, ao vento, e ao calor.

Neste mercado encontramos o jovem Roque, 28 anos, funcionário público, a efectuar as compras, fazendo-se acompanhar de uma receita médica passada pelo hospital Josina Machel. O jovem procurava fármacos de foro neurótico (cerebrocelina, neurobión e vitaminas com sais minerais).

"Não é segredo para ninguém que actualmente os hospitais servem mais para diagnosticar. Salvo alguns casos na pediatria de Luanda, os demais, nunca têm medicamentos indicados, passam receitas para que os familiares do paciente os consigam, seja de que forma for", desabafou, acrescentando ser inconcebível não haver medicamentos nas unidades hospitalares públicas mas em contra partida serem vendidos nos mercados informais.

O estudante 'joga' largas culpas ao Executivo, questionando mesmo as actividades da Policia económica que tem apreendido medicamentos nesses locais. "A Policia nem devia prender esses vendedores porque estão a fazer o que as instituições públicas não conseguem fazer". desabafou.

Outra compradora que diz responder pelo nome de Alda, entende que os elevados preços praticados nas farmácias é outro factor que 'empurram' os doentes ou pelo menos os seus familiares aos mercados informais. "A minha irmã foi submetida a uma cirurgia para dar à luz, apesar da operação ter corrido bem, queixa-se de muitas dores. Então fomos ao hospital e deram esta receita (exibiu-a) nas farmácias, o preço dos remédios é três vezes superior ao que encontramos aqui, preferimos correr todos os riscos, à ver a nossa irmã morrer a pretexto da mal conservação dos productos nesses locais", referiu.

Por seu turno os vendedores disseram ter consciência que a venda de medicamentos expostos ao sol, ao vento e poeira ou mesmo a temperaturas inadequadas

pode levar as pessoas à morte, mas alegaram persistir por falta de emprego.

"Todos nós sabemos que é proibido vender medicamentos na praça, temos formação básica de enfermagem, não temos emprego, não temos outra saída para sustentar as nossas famílias. Quando a fome aperta tudo serve", sublinhou Fidel.

Quem abastece o mercado informal? O AGORA tentou encontrar a resposta, questionando os vendedores, mas na sua maioria, foram cautelosos. Porém, como soe dizer-se, 'o peixe morre pela língua'. Sem citar nomes, Fidel confidenciou que grande parte dos medicamentos chegam aos mercado informal por via das organizações não-governamentais, que têm alvarás, a pretexto de destiná-los à supostas comunidades alvos." Conseguimos através das associações que têm alvarás. Eles levantam os fármacos em grandes quantidades, depois acabam por venderem-nos. Geralmente são levantados nos armazéns da Mulemba", contou.

Quanto aos de origem belga, francesa e portugueses o interlocutor confessa não ter conhecimento da porta de entrada, mais não descarta a possibilidade de haver redes bem organizadas no próprio sistema de Saúde, que a partir das fronteiras de Cabinda com a República do Congo, nos portos e aeroportos bem como na santa clara fazem escoar os fármacos para o interior. " Esta é uma questão de fronteiras. Como sabes, para além da terrestre, o país tem outras que são os portos e os aeroportos. É justamente aí onde deve haver o controlo, e a própria direcção nacional de medicamentos e equipamentos tem de trabalhar com as autoridades ", sugeriu.

Já no mercado do Kazenga, vulgo Asa Branca, existem alguns vendedores, mas não com maior intensidade como no mercado dos Kwanzas ou mesmo no do Kikolo.

Araújo Ndulo, revendedor naquele mercado, há três anos, afirmou ter estudado enfermagem na RDC, mas de regresso à pátria que, segundo ele, o viu nascer, a sorte lhe foi madrasta. " Sou angolano natural do Uíge, estudei no Congo, voltei aqui para trabalhar mas não fui atendido e por isso, vendo medicamentos". Adiante, o suposto enfermeiro revelou como conseguem abastecer as suas bancas "Compramos às 4 horas da madrugada no mercado dos Kwanzas. Nessa hora, às terças feiras os fornecedores aparecem sempre em viaturas e despacham as caixas, mas nunca nos atrevemos a perguntar a origem".

Vietnamitas e chineses no negócio. No mercado do Km 30, em Viana, deparámo-nos com dois cidadãos

chineses, cada um deles com uma caixa contendo vários medicamentos. Depois da saudação de praxe pedimos um dedo de conversa como se de clientes se tratasse. Aceitaram sem rodeios. Procuramos saber os seus nomes, disseram mas, diga-se, ficamos sem compreender absolutamente nada. Então preferimos tratá-los por amigos, e assim fizemos de forma recíproca.

Num português sofrível, um deles mais do que o outro foi soltando palavras que se entendem, começando por explicar a função de cada um dos fármacos que traziam no pequeno caixote. "Este serve para dor de cabeça gripe e também é um tranquilizante e este é uma pílula anti conceptiva, para as meninas, o outro é xarope para aumentar a erecção masculina", enquanto falava, ia, mostrando um a um os medicamentos, mas o que mais chamou-nos atenção foi o afrodisíaco que, segundo ele, aumenta a erecção do órgão masculino. Trata-se de um líquido caseiro supostamente feito a base de ervas chinesas . A nossa curiosidade não demorou a ser confirmada. "É feito de ervas vindas da china", confirmou.

Ao fim de cerca de 20 minutos de conversa despedimo-nos e entramos para o mercado, onde conseguimos identificar filas enormes de bancadas com medicamentos expostos, mas ali os vendedores são mais cautelosos. Quase todos não aceitaram falar à nossa reportagem com excepção de um que apesar de não se ter identificado, respondeu-nos seguintes termos:

" Falar a um jornal é trair a si mesmo", sublinhando que se explicar como conseguem os produtos estaria ele próprio a denunciar a sua fonte de sustento".

Convivência. Apesar dos vários alaridos sobre a proibição da venda dos medicamentos a céu aberto, o próprio Executivo incentiva essa prática, através das administrações dos mercados que são instruídos a proceder a cobrança de taxas diárias, aos vendedores de fármacos.

" Quem paga taxa adquire direitos" , disse um deles, argumentando que " se a actividade fosse ilegal, os fiscais não permitiriam a venda cobrando taxas diárias de 150.00Kz".

3.15 Negócio ambulante

A Capital

14 de Abril de 2012

Apesar das várias medidas visando combater a venda nas bermas, pessoas como o senhor Carlos Monso consideram que tal actividade é, ainda assim, um mal necessário.

Fora do inconveniente que é a desordem que as vezes se apodera das vias, a presença de mercados de bermas facilita a vida a muitos transeuntes desprovidos de tempo para compras nos espaços oficiais.

"Considero-os como mal necessário", declarou.

É que, segundo Carlos, os serviços ali expostos são usados com a maior naturalidade, porque entre recargas telefónicas, vestuários, bebidas e alguma "fast food", os pedestres e automobilistas fazem a sua vontade, pese embora, custarem um pouco a mais que nas lojas e armazéns.

"São mais caros", constatou, para adiante considerar que, ainda assim, "compensa o facto de estar ali à mão".

Outro automobilista que disse não dispensar qualquer oportunidade de compra que lhe surge foi Gonçalves. Ele confessou que já comprou de tudo pelas estradas por onde passa. "Vendem muitas coisas úteis", disse.

Apesar disso, defendeu a necessidade da transferência dos vendedores para uma zona segura para si e para os rendimentos nos cofres do Estado, como mercados maiores onde caibam todos, para se evitarem cenários de atropelamentos, como é frequente acontecer. "Só precisam de estar organizados".

Uma posição também partilhada por ambulantes que temem pela sua vida. Mas, por falta de emprego, a venda ambulante, como disse pedro, é a fonte alternativa para quem precisa de alimentar a si e a família.

"Se nos derem um espaço, nós vamos", garantiu um deles, o que parece paradoxal quando se sabe que o governo fez investimentos em novos mercados, mas um sem número de pessoas continua a preferir a rua como espaço para a venda dos mais variados produtos, deixando o Estado sem hipóteses de taxar a actividade, com o propósito de arrecadar receitas para o Tesouro Nacional. Mercados como o do Panguila, por exemplo, tem grande parte do seu espaço às moscas, por falta de pessoas que possam realizar aí as suas vendas.

3.16 Mercados improvisados preocupam as autoridades

Jornal de Angola

18 de Abril de 2012

A administração do Cacuaco que acabar com os pequenos e improvisados mercados ao longo da

Estra- da Nacional 100, foi anunciado numa reunião presidida pela administradora municipal. Rosa dos Santos disse estar preocupada com os pequenos mercado junto às paragens de táxi por se registarem com frequência acidente de viação naqueles locais. A administradora pediu ao comando da Polícia e às repartições da Fiscalização, do Urbanismo do Ambiente que definam locais para os táxis pararem sem provocarem acidentes. A Polícia no Cacuaco anunciei que, na semana passada, registei oito acidentes que provocaram um ferido e danos materiais avaliado em 1,1 milhões de kwanzas.

3.17 Jornal versus informal

Novo Jornal

20 de Abril de 2012

No mercado formal, as pessoas estão registadas e obedecem às normas, respeitam. os direitos dos vendedores e demais trabalhadores, além dos funcionários da administração auferirem de um salário como funcionários públicos.

O caso particular é o dos trabalhadores eventuais admitidos pelos mercados que são pagos consoante os valores arrecadados.

No mercado informal dá-se completamente o inverso. Não há respeito por normas, não há direitos para os trabalhadores, vendedores e clientes, e ainda há a irregularidade de salário. Por incrível que possa parecer, este é o tipo de comércio que mais está em crescimento no país.

Numa recolha de opiniões relativamente aos dois tipos de mercados e às vantagens e desvantagens, constatou-se que, qualquer que seja a opção, é a única alternativa para muitos cidadãos que não têm outra forma de garantir a sua sobrevivência e da família. Para João Paulo da Silva, vendedor de geradores, nunca foi seu desejo ser comerciante nos mercados, mas a falta de oportunidades na vida levou-o a decidir-se por este "honesto e humilde" rumo para cuidar dos seus filhos.

O vendedor conta que não está bem informado sobre os mercados formais e informais da capital, mas garante que os mercados ajudam a ter uma chance de lutar pela sobrevivência para sustentar a família. Sobre a recolha de valores anárquicos que as administrações e alguns "piratas" realizam, o vendedor entende que é uma questão a ter em conta, uma vez que o Governo Provincial de Luanda deveria, de forma mais atenciosa, através dos serviços de fiscalização, ajudar a minimizar a situação. "Caso o GPL resolva acabar com os mercados paralelos, evitaríamos muitos estragos, como é o caso

do excesso de lixo, cobranças . aos vendedores ambulantes e morte de vendedores que comercializam nas ruas", enumerou.

3.18 Privatização de bens não reduz presença de vendedores

Novo Jornal

20 de Abril de 2012

São vários os locais em Luanda onde se assiste à venda ambulante, fundamentalmente nas horas de ponta. Na Avenida de avenida Deolinda Rodrigues, também conhecida como estrada de catete, o Largo do Sweto junto ao IMIL (Instituto Médio Industrial de Luanda), a Avenida Ho Chi Minh, a Avenida Revolução de Outubro, a Ngola Kiluanje e 21 de Janeiro, entre outros, regista-se, com grande afluência, a uma aglomeração de vendedores. Durante o acto de comercialização dos seus produtos, muitas vezes, os vendedores são surpreendidos por agentes da fiscalização afectos ao GPL. Com corridas de um lado para outro, muitos dos artigos são apreendidos e levados para as administrações municipais ou para a direcção da fiscalização de Luanda. Há ainda relatos de mercadoria desviada para casa de alguns fiscais.

Os vendedores revelam que a aplicação desta medida, não é a mais apropriada para os retirar destes locais e nem para reduzir a sua presença nas ruas da capital. Os vendedores justificam que a exiguidade de espaços e a falta de clientes nos mercados oficiais fazem com que tenham que circular pelas ruas ou fixar-se em pontos centrais, onde conseguem realizar mais negócio.

Questionados sobre as represálias que sofrem por parte dos agentes da fiscalização, os comerciantes respondem com outra interrogação: "Vamos fazer mais como? Podem receber as nossas coisas, mas como não temos sítios onde possamos estar mais à vontade para desenvolvermos a nossa actividade e, conseqüentemente, vermos os nossos lucros ganhos, não temos outra alternativa se não voltar às ruas".

Apesar de perderem muitas vezes os produtos do seu negócio, a presença dos vendedores naqueles locais continua a marcar o dia-a-dia da cidade capital, sobretudo dos automobilistas por serem os principais clientes, bem como dos transeuntes.

Aproveitar engarrafamento

Para conseguir comercializar mais produtos durante o dia e facilitar os automobilistas que não têm tempo

para realizar a compra numa loja, os vendedores ambulantes aproveitam uma nova janela de negócio.

Em pleno trânsito, nas vias principais da cidade e periferias, já não é novidade observar a venda ambulante durante as pequenas paragens que os automobilista efetuam, aguardando muitas vezes o sinal luminoso, inúmeros engarrafamentos que todos os dias atrapalham a vida dos luandenses.

Entre os materiais comercializados, encontra-se de tudo: mobílias de vários modelos, tapetes, rádios, televisões, comida, peças de carro, roupa, gasosa, malas e outros instrumentos que nem passam pela imaginação das pessoas.

O preço é negociado mesmo no local, durante o andamento do carro ou quando estiver em pausa a aguardar o retomar da marcha, sem direito a reclamações ou a devoluções. Simão da Silva, mas conhecido por "Simba", vendedor no troço 10 de Maio, disse ao Novo Jornal que este tipo de venda é um perigo para a saúde, a sua vida e a dos seus colegas, alegando que isto só acontece "devido à falta de emprego ou de um negócio rentável" nas bancadas.

"Nem todos os que comercializamos os produtos na estrada começámos a desenvolver o nosso negócio aqui, mas a falta de boas vendas nas bancadas de certos mercados levou-nos a enveredar por este triste caminho que chega a ser perigoso. Nesta actividade, safa-se quem tem mais força para resistir às corridas e à rapidez nos trocos", salientou: sustentando que muitos dos seus companheiros já perderam haveres de elevados valores devido a este tipo de venda, pois, muitas vezes, o cliente recebe o produto e não paga, simplesmente acelera a viatura e vai.

Para prevenir esta situação é necessário, segundo Marinela da Cunha, ex-estudante da 10ª classe e vendedora de gasosa e água mineral na estrada de Cacuaco-sede, adjacente ao Carrocel, reduzir o elevado valor de cadastramento nos mercados. A vendedora aponta o caso do mercado do Kicolo, onde para conseguir uma bancada ou um lugar é preciso pagar um valor correspondente a 15 mil kwanzas.

A jovem conta igualmente que teve de abandonar os estudos porque o seu pai já não se encontra em vida e a mãe está a viver sérios problemas de visão o que dificulta que cuide da família e da casa.

3.19 Pescado e frescos á venda a ceu aberto

Novo Jornal

20 de Abril 2012

Na rua Henrique Gago da Graça, vulgarmente conhecida como mercado das Pedrinhas, na comuna da Terra Nova, distrito do Rangel, em Luanda, comercializa-se de tudo um pouco. Mas a atenção recai para venda de produtos perecíveis, como peixes das mais variadas espécies e carnes dos mais diversificados tipos, diante de Charcos de água e aglomerados de lixo.

A falta de saneamento básico e redes de esgotos fazem com que as águas provenientes das cargas pluviais e dos quintais próximos fiquem estagnadas sem um canal. O mercado é um cartão-de-visita sim que muitas residências vizinhas tornaram os seus quintais em cantinas, com armazéns à volta de quase toda a circunscrição.

Os comerciantes daquele local dizem que não é sua vontade vender naquelas condições mas é aí que o Produto melhor anda. "Dentro da praça não nos adianta entrar porque lá o negócio não anda", explicou dona Tó, que há mais de seis anos vende naquelas condições. "Antes estávamos no quintalão, onde pagávamos fichas de 100 kwanzas dia. Depois de um tempo, e até hoje sem qualquer justificação, tiraram-nos de lá, por isso, viemos parar aqui", recordou. Outra comerciante que falou à nossa reportagem é a dona Zilda. A vendedora afirmou que os produtos que vende superam o de muitos supermercados. "O Grande problema é quando vêm jornalistas aqui, não falam a verdade e, com isso, afugentam os clientes", manifestou a comerciante, responsabilizando a administração pelo actual estado da via. "Essa rua era fluida, transitiva-se bem. Hoje, a coisa está péssima. A administração tem que fazer alguma coisa ou que, pelo menos, voltemos ao quintalão", sugeriu a vendedora.

Naquele lugar, a par de pescado e frescos, são também comercializados diversos produtos, quer alimentares, quer de vestuário e calçados.

ILEGAL E PRECÁRIA

Segundo o administrador da Comuna da Terra Nova, há um programa em estudo de forma a erradicar o mercado das Pedrinhas, por estar a ser gizado um conjunto de obras próximo ao local onde se efectuam as vendas. De tal modo, Esteves Machado aponta a venda naquele local como sendo ilegal e precária, não dignificando os produtos que os cidadãos consomem e que são provenientes deste mercado. .

Assegurou que estão a ser identificados outros espaços, para onde, de forma ordeira e respeitando as questões de higiene e salubridade, poderão ser transferidas as vendedoras do actual mercado das Pedrinhas.

"Neste momento, estamos a fazer estudos e análises, com o intuito de revitalizarmos o anterior mercado do quintalão, porque, em certa medida, aglutinava um grande número de senhoras. Por motivos de força maior, extinguiu-se, contribuindo em grande medida para a venda ilegal na rua, com todos os riscos que correm no exercício desta atividade comercial", salientou.

Esteves Machado considerou necessário que haja esforços conjuntos entre o executivo local e os moradores para a extinção imediata do mercado, para que possa haver um local que dê maior dignidade à área, de forma a alterar o actual quadro de venda anárquica e ilegal.

Em relação aos emolumentos pagos pelos vendedores no mercado dos Congolenses, aquele responsável assegurou que as receitas arrecadadas são direcionadas para a conta única do tesouro. "Com os devidos procedimentos legais, os valores seguem para o tesouro. Contudo, o mercado, enquanto estrutura física, requer trabalhos de manutenção e, para que tal se efetivem, há custos. Desses valores é deduzida uma parte a favor do mercado, para que tenha melhor apresentação. Por isso, as receitas não são tão avultadas, assim como não ficam no bolso de ninguém", garantiu Esteves Machado.

O Novo Jornal questionou aquele responsável sobre a existência de 300 lugares vazios dentro do mercado dos Congolenses, quando se verifica um grande número de vendedores ilegais, tanto no mercado das Pedrinhas, como na rua Lino Amezaga. "Estes são os chamados caça clientes. Traduzo: a senhora que tem o seu espaço dentro do mercado paga a tarifa e, ao mesmo tempo, cria uma outra bancada fora, antecipando a entrada do cliente. Depois, as mesmas alegam que dentro do mercado o negócio não anda. Não se percebe. Por isso, o meu apelo e, como reiterarei anteriormente, é necessário que nos unamos e, com o esforço de todos, possamos banir estes males".

Os vendedores no mercado dos Congolenses pagam uma ficha diária de 100 kwanzas. Já os lojistas pagam por mês entre 5.200 e 7.800 kwanzas, de acordo com a dimensão da loja.

3.20 Administrações recebem 25 por cento das receitas

Novo Jornal

20 de Abril de 2012

Dos emolumentos pagos por dia pelos vendedores do mercado do Asa, Branca, no Município do Cazenga, 25 por cento ficam nas contas da administração da "praça e os restantes 75 são direcionados para a conta única do tesouro, confirmou-nos esta semana o administrador do mercado, Adão Gomes João.

"Do valor global que arrecadamos, excepto segunda-feira, que é o dia de limpeza geral no mercado, 25 por cento fica para as despesas do mercado e dali pagamos os salários aos trabalhadores eventuais, a manutenção do espaço, a energia, água e outras situações 'que vierem a ocorrer Adão Gomes João considerou de "irrisório" o montante que gere por dia, face às necessidades que o mercado apresenta. "Os nossos trabalhadores ganham muito mal. Pesamos, às vezes, dizer o valor que recebem por mês, por ser tão ínfimo. Mas estamos a fazer tudo, em colaboração com o administrador municipal, para que haja aumentos salariais", exortou. Sandra Costa, vendedora de fardo, disse que não se justifica o que se assiste no mercado do Asa Branca. A senhora contou que o "Deus nos acuda" surge durante a época chuvosa. A totalidade do mercado fica ao cuidado das águas e não resta muito espaço de manobra, se não mesmo vender em condições péssimas.

Loreth Manuel manifestou total descontentamento face à realidade que o Asa Branca apresenta. "Andamos na lama, vendemos na lama, estamos sujeitos a apanhar várias doenças. Pagamos a ficha todos dias, mas a realidade do mercado é precária no tempo chuvoso. Para cobrar vêm rápido, mas para resolverem os nossos problemas andam as curvas. Têm que melhorar o estado da praça porque está muito mal", exortou.

Por sua vez, o director dos Serviços Comunitários do Governo Provincial de Luanda garantiu que os valores arrecadados pelos mercados vão para a conta única do tesouro, apesar de 25% permanecer nos mercados para a devida manutenção e demais serviços.

Joaquim Neto assegurou que no país ainda não existe uma lei ou decreto criado para estipular as regras da distribuição dos valores que vão para os mercados ou para o tesouro, mas garante que as pessoas que estão 'cadastradas num mercado devem fazer o pagamento

das fichas nos dias de trabalhos, excepto às segundas-feiras.

"Se o vendedor não aparecer no mercado, é obrigado a pagar os dias e que não vendeu", frisou, acrescentando que tudo está a ser feito no seu departamento para reduzir a concentração de pessoas nas ruas e os níveis de saneamento básicos nos mercados.

O responsável informou ainda que existem 53 mercados oficiais. Várias comerciantes foram unânimes em solicitar às autoridades competentes que intervenham e se dê outra visibilidade à praça. "O mercado não é só o do lado da administração. Esta parte também pertence ao Asa Branca, temos lixo e grandes charcos, mesmo no interior do mercado, e os fiscais não conseguem dar-nos respostas quando perguntamos", denunciaram.

Os comerciantes da área do pescado e dos frescos contam com uma câmara frigorífica e pagam, por semana, mil kwanzas, para além da taxa diária de 100 Kwanzas.

3.21 São os zungueiros que no dia-dia despertam a cidade

O Independente

21 de Abril de 2012

São na sua maioria jovens menores de 24 anos provenientes de diversas províncias do País, particularmente da região sul.

Vêm para Luanda a busca de melhores condições de vida, o que em alguns casos tem sido difícil de ser materializado pois, muitas vezes, a sorte lhes tem sido madrastra.

São tratados com alguns atributos tais como "raboiteiros", "zungueiros" e em alguns círculos são também chamados como os despertadores da Urbe.

Diariamente rasgam os becos pelas manhãs, aproveitando o facto de ser neste período em que as donas de casa pegam no balde e vassoura para a limpeza, ou na roupa para lavar. Com eles a vida das donas tornam-se mais facilitadas, porque não têm que se deslocar, e muito menos o preço dos detergentes é módico.

Têm sempre como o slogan: "É omo, é sabão, é lixívia, é pepsodente, é lixívia, etc" ... Este é o refrão dos pequenos comerciantes anunciando a sua passagem pelas ruas e ruelas dos bairraos. As senhoras preferem-lhes devido ao baixo preço que praticam em comparação com os diversos mercados

informais das zonas suburbanas. São os zungueiros dos detergentes e produtos de higiene e limpeza que diariamente "invadem" as nossas casas, conquistando a simpatia dos moradores. É mesmo um alívio para as donas de casa.

Mas, o mais caricato, é que rasgando as ruas e becos as suas vozes acabam por despertar aquelas pessoas mais ensonadas que trabalham na função pública. Quem não entende a dinâmica destes jovens, acaba concluindo que se trata de uma miniempresa, a julgar pela sua pontualidade, e ao mesmo tempo pela responsabilidade que se traduz em cada um dos seus rostos. Há os que passam as seis horas, os das seis e trinta, e por aí em diante, sempre em decadência.

As suas actividades começam logo pela manhã, e termina um pouco depois das onze horas. Em alguns casos, para facilitar os compradores, os zungueiros deixam o produto em forma de "Kilapi."

Falar dos zungueiros, tem muito que se lhes diga! A sua proveniência é a que menos suscita dúvida. Quase todos os nossos entrevistados foram unânimes em dizer que são do Huambo, Bié K. Sul e Norte. Alguns Luandenses não fogem as regras. Eles zungam devido a dificuldade de encontrar emprego. Associado a estes jovens, hoje assistimos também a um grupo de "zungueiros" provenientes da China, Vietname e cidadãos provenientes do Oeste de África, que com eles concorrem nesta luta desenfreada do seu ganha-pão.

Abel João é um menino de aproximadamente 19 anos, proveniente da província do Huambo, disse a nossa reportagem que "chegou a Luanda em meados do mês de Março último, porque precisa arrecadar algum dinheiro para custear as suas propinas escolares na província de origem." "Vivia apenas com a minha madrastra, e esta não tinha como suportar os meus estudos. Por isso mesmo decidi vir para Luanda para conseguir algum e tentar concluir a minha quarta classe" disse

Os Lucros

Estes jovens conseguem arrecadar de lucro diário o equivalente a dois mil kwanzas, de acordo com as vendas feitas. Os mais ousados, chegam mesmo a lucrar o dobro.

Segundo os nossos interlocutores, em alguns casos, com este dinheiro conseguem pagar o aluguer do quarto em que vivem, comprar alimentos, roupa para a família (fardo) na província, e por vezes quiçá este dinheiro serve mesmo para "cair na noite" nos bairros em que vivem. O actual custo de vida em Luanda, é impensável com a vida da "zungaria" que

fazemos. Penso que precisamos de apoios para estudar para que amanhã sejamos também alguém" acrescentou Abel.

Este é o dia a dia dos jovens zungueiros que ao raiar do sol até antes do meio dia espalham-se por quase toda a cidade, satisfazendo as necessidades das donas de casa que têm a possibilidade de os esperar nos seus quintais apenas pelo grito dos ambulantes: "É omo, é sabão, é omo, entre outras denominações dos detergentes ...

Manuel João "Manucho" como é carinhosamente chamado pelos companheiros, disse a nossa reportagem que chegou a Luanda, proveniente da província do K. Sul em princípios de Janeiro do ano em curso.

"Concluí a 4a Classe o ano passado e tive que abandonar os estudos. Saí do K. Sul com o apoio da minha mãe e, aqui, vivo no Rangel num quarto de renda", partilhado por mais três colegas (zungueiros).

"Esta vida é muito dura. Os meus pais são pobres e ninguém me pode ajudar. Por isso é que tenho que rodar pela cidade para garantir o meu sustento".

Para estes jovens, o período matinal, é o que mais rende.

Manucho também sustenta que depois das dez da manhã, o negócio já não anda.

"Os clientes preferem comprar os produtos de manhã muito cedo, até antes das nove. Depois das dez, retiramo-nos, para fazer o balanço resultante das vendas. As onze horas, regressamos a casa, e preparamo-nos para passar pelos armazéns para comprar novos produtos.

Miller, é outro jovem (zungueiro), de 21 anos de idade. Teve que abandonar a sua terra natal (Huambo) ainda criança, como consequência da guerra que assolou o país em 1992. Conta ainda que devido as dificuldades financeiras em casa de um parente onde vivia no bairro da petrangol, foi aconselhado a exercer uma actividade lucrativa. "Foi aí que optei pela zunga, vendendo alguns produtos pela cidade e arredores. Mas como as pessoas não pagavam em tempo oportuno, tive mesmo que abdicar do negócio depois de cair em falência".

Afirma ser um dos primeiros vendedores ambulantes a enveredar pela venda de detergentes. Miller garante que "com as vendas, conseguia alimentar-se e vestir-se bem. Hoje tenho um filho, e dependo da minha esposa que também é uma vendedeira ambulante". salientou

Nos últimos tempos, Miller ocupa-se da aprendizagem de uma profissão, patrocinada pela esposa. "Encontro-me a fazer um curso de carpintaria no centro profissional do Sambizanga.

Com o advento da Paz, muitos destes jovens já despertaram as consciências e desta forma com a livre circulação de pessoas e bens -pelo menos os provincianos- já começaram a regressar as suas zonas de origem.

"Em Luanda a vida é muito agitada. Com este (lucro) não se pode traçar grandes planos. O nosso desejo é mesmo voltar a casa" explica o jovem Miller

3.22 Vendedores ilegais de livros são presos na Lunda-Norte

Jornal de Angola
23 de Abril de 2012

O comando provincial da Polícia Nacional na província da Lunda Norte prendeu, entre os dias 12 e 17 deste mês, dois cidadãos, no município do Chitato, por venda ilegal de livros escolares.

De acordo com um documento da corporação, chegado ontem à Angop, trata-se de Osvaldo Constantino e Tumba Baptista, este último funcionário da escola do primeiro ciclo de ensino Osvaldo Serra Van-Dúnem. Foram também detidos dois cidadãos nos bairros do Tchinguvo e Camaquenzo 2 no mesmo município, por exercício ilegal de actividade farmacêutica.

O documento anuncia a detenção de 15 cidadãos por prática de crimes de natureza comum, registados no mesmo período na província.

3.23 Moto-taxistas do Zaire recebem novos capacetes

Jornal de Angola
24 de Abril de 2012

Mais de 300 moto-taxistas de Mbanza Congo, província do Zaire, receberam, sexta-feira, da Associação dos Jovens Angolanos Provenientes da Zâmbia (AJAPRAZ) uma doação composta de capacetes de protecção rodoviária e dois mil kwanzas para o abastecimento de combustível.

A doação foi entregue pelo presidente da AJAPRAZ, Bento Raimundo, que reconheceu o trabalho que os moto-taxistas desempenham no transporte público e incentivou-os a respeitar as regras de trânsito.

Bento Raimundo prometeu que a sua associação, em parceria com o governo da província do Zaire e a administração municipal de Mbanza Congo, bem como a direcção provincial da Polícia Nacional e dos órgãos de viação e trânsito, vai apoiar os moto-taxistas na obtenção da carta de condução.

"A província do Zaire é uma região histórica. Daqui sai petróleo, cujas receitas vão para o Orçamento Geral do Estado, mas ainda há muita coisa a fazer", disse Bento Raimundo. É com o dinheiro das receitas do petróleo que se constroem infra-estruturas, como caminhos-de-ferro, escolas e hospitais, e são reabilitadas estradas e pontes, frisou. A AJAPRAZ procedeu ainda nesta cidade à entrega de bens alimentares, incluindo lanches para os idosos, arroz, fuba de milho, óleo, massa alimentar e açúcar, além de sabão, banheiras, cadeiras de rodas e cobertores.

O vice-governador do Zaire para o sector político e social, Rogério Zabila, agradeceu o gesto de solidariedade da AJAPRAZ e disse que os bens vão aliviar as necessidades alimentares dos idosos na província, enquanto os capacetes de protecção vão, de certa forma, contribuir para a redução dos índices de mortalidade nas estradas.

3.24 GPL vai construir 112 mercados

Angolense
27 de Abri de 2012

O Governo da província de Luanda vai investir mais de 131 milhões de USO na implementação de quatro programas que constituem as iniciativas de impacto económico e social imediato desenhadas para Luanda, designadamente, o Programa Luanda Limpa, Programa de Apoio ao Pequeno negócio, Programa de Equipamentos Sociais, bem como o Programa de construção de novos Depois de apresentado recentemente pelo ministro da economia, Abraão Gourgel, o programa de instalação de mercados reuniu o governo provincial de Luanda na última sexta-feira, 20, para estudar as linhas da sua operacionalização.

O referido programa prevê a construção de um total de 112 mercados, sendo 80 mercados populares de bairros, 18 mercados populares municipais e 14 de venda de peixe. Os primeiros serão instalados numa área de 200 a 300 metros ao quadrado, enquanto os segundos em terrenos de 1000 metros ao quadrado.

Os novos empreendimentos contemplam balneários públicos, cozinhas comunitárias, fossas cépticas e pontos de recolha de lixo. A exploração destes empreendimentos ficará a cargo de privados sob controlo das administrações.

No âmbito deste programa prevê-se ainda que o privado entregará o terreno para instalação do mercado a custo zero, recebendo em troca 60% das rendas pagas pelos comerciantes. Por sua vez, o Estado investirá na infraestrutura e benfeitorias, ficando com 40% das receitas.

O ministro da Economia anunciou que os vendedores destes mercados deverão pagar uma renda diária de 100 kwanzas, gerido pelos administradores dos respectivos mercados.

De acordo com o ministro da Economia, estes mercados destinam-se essencialmente captar os vendedores ambulantes com vista a concretização de um dos objetivos do Executivo que visa a redução da informalização da economia. Ou seja, acabar com os mercados das esquinas.

"Lixo agora vai dar dinheiro"

Num encontro recente com a juventude, o governador da província de Luanda, Bento Joaquim Sebastião Bento, ou simplesmente Bento Bento, no seu jeito eloquente anunciou que "o lixo agora vai dar dinheiro". Na verdade esta medida da comercialização do lixo faz parte da Iniciativa de Impacto económico e social imediato em Luanda, matéria que mereceu análise no encontro do GPL.

No âmbito do programa Luanda Limpa, segundo apurou o Angolense, o Estado pagará, consoante um valor a definir, o lixo em bruto recolhido e entregue em pontos de recolha e pontos de transferência.

As Unidades Técnicas Municipais poderão adquirir e distribuir kits de saneamento, incluindo luvas, máscaras, fatos-macacos, ferramentas de recolha de lixo e sacos para população.

O Angolense apurou também que será disponibilizado micro crédito para que as pessoas que recolhem o lixo possam adquirir os respectivos kits.

Ao Governo da Província de Luanda caberá também a aquisição e atribuição de 600 motociclos de transporte de lixo. Os pagamentos pela recolha de lixo serão efectuados em cheques, que poderá depois ser convertido em dinheiro nas agências bancárias.

O lixo chegará aos pontos de transferência a partir dos pontos de recolha, do trabalho efetuado por equipas motorizadas ou das entregas feitas espontaneamente. Todas as operações realizadas a partir dos pontos de transferência serão da responsabilidade da Elisal.

3.25 Onde pára o dinheiro arrecadado?

Novo Jornal

20 de Abril de 2012

NUM PAIS com escassas oportunidades de trabalho, o comércio tem sido uma das principais saídas para o sustento familiar. Primeiro foram os anos de guerra, que desarticularam a atividade económica, empurrando a população para actividades informais. O difícil acesso a bens de consumo também propiciou a prática da venda desregrada e muitos encontraram na comercialização informal de produtos a única forma de subsistência. Consciente do papel do comércio informal e da venda ambulante no tecido social, o Governo sentiu necessidade de pôr alguma ordem e criou vários mercados oficiais, 53. ao todo, que passaram a servir de contraponto ao Roque Santeiro, durante anos o principal ponto de venda -, da capital, até à sua extinção definitiva, em 2010.

O fim da guerra, há 10 anos, diversificou a economia e fez eclodir novas actividades, mas isso não significou o surgimento de uma oferta de emprego proporcional à procura. Se num primeiro momento, após o fim da guerra, se criou emprego, nos últimos tempos, a curva faz-se em sentido contrário. O desemprego está a aumentar, empurrando muitos angolanos para a prática da venda, que fica fora das exigências

profissionais.

Quando as pessoas se vêem frustradas por não terem sucesso profissional, acabam por entrar num mundo contrário à daquele indivíduo que se encontra sentado na bancada de um mercado formal, como é o caso do mercado São Paulo, e acaba a rcer essa actividade na rua.

No país, existem dois modelos de mercado: o formal, que é o comércio reconhecido pela lei, onde são gárantidos os direitos dos profissionais, bem como daquele que tem o registo regularizado, o considerado mercado tradicional em qualquer parte domundo. A praça informal, ao invés, chegá a ser um negócio exercido de forma aleatória, com maior preferência nas ruas.

Um dos mercados formais mais antigos de Luanda era o do Kinaxixi., seguido pelo mercado São Paulo, que mais tarde viria a dar origem ao antigo mercado Roque Santeiro. Este último já foi encarado como um erdadeiro marco inquestionável no comércio informal, tendo sido um local onde se encontrava de tudo um pouco.

O extinto Roque Santeiro nasceu no meio da década de 80, quando o país vivia mergulhado numa das mais violentas guerras de África. A capital do país era a "fortaleza" onde o povo procurava refúgio e a segurança das suas rendas diárias. Inaugurado oficialmente em 1991, como Mercado Popular da Boavista, mais tarde nome Roque, devido à popularidade da telenovela brasileira "Roque Santeiro", exibida no país naquela altura. O novo nome vingou e permaneceu até à sua morte.

Os comerciantes foram transferidos, 18 quilómetros a norte de Luanda, para o mercado municipal do Panquila no município do Dande, no Bengo, mas a população deste novo ponto de venda extinguiu-se com a transferência. Muitos vende - e dores recusam ir para o panguila, optando por outros mercados ou pela rua.

A Direcção Provincial dos Serviços Comunitário tem 53 mercados registados, onde são cobrados pelas administrações dos espaços valores pelas fichas que permitem a venda no local.

A verba arrecadada pelas administrações serve para a manutenção dos espaços de venda e para pagar os serviços de limpeza, água e luz nos locais onde estes bens existem. Mas, fazendo a conta ao número de vendedores e aos valores pagos por estes, muitos comerciantes questionam o que é feito com as quantias arrecadadas, pois não observam grandes nem pequenas mudanças nos mercados, nem em termos de higiene, nem em infraestruturas.

"O excesso de lixo e a falta de manutenção destes mercados leva-me a entender que há qualquer coisa que não conseguimos perceber direito, pois como vendedor tenho direito de ser informado sobre o uso do nosso dinheiro", manifestou o vendedor de roupa João Domingos, morador no Cacucaco, garantindo que há uma grande organização nos mercados.

3.26 Venda Ambulante preocupa administração dos distritos urbanos

Continente

27 de Abril de 2012

O administrador do distrito da Maianga, José Marta, manifestou-se preocupado com o crescimento diário da venda ambulante na sua área de jurisdição. O responsável salientou que uma boa parte desses vendedores, são cidadãos estrangeiros que entram ilegalmente no país.

Realçou que, a solução para redução do fenómeno consiste em primeiro lugar, na identificação das fontes de abastecimento dos seus armazéns, tendo Concluído que, os armazéns desses imigrantes são os principais responsáveis do fomento de venda ilegal um pouco por toda cidade.

"Facto que vem nos preocupando bastante é a maneira como esses estrangeiros encontram facilidade de realizar os seus negócios no nosso país", sublinhou José Marta. Para o combate cerrado do fenómeno, o responsável disse ser necessário implementar mercados nos distritos. Manifestou-se, por outro lado, preocupado com a necessidade de se reactivar os balneários públicos e os quiosques com a máxima urgência, no sentido de dar cobro a todos estes problemas que afectam negativamente a imagem da cidade de Luanda. Por seu turno, a administradora do distrito do Sambizanga, Mara Baptista, sublinhou que a construção dos mercados distritais, não vão produzir os efeitos preconizados pelo executivo, no que tange o combate ao fenómeno da venda ambulante. A governante sublinhou que, "é necessário que se faça uma investigação profunda, no sentido de se encontrar caminhos fiáveis para a situação que preocupa as autoridades governamentais do país". Disse ainda que existem lugares vagos no mercado do São Paulo, apesar das autoridades terem tentado sensibilizar algumas vendedoras, no sentido de abandonarem as vendas nas ruas. "Portanto, elas entram no primeiro dia e constatam que o que ganham ao vender na rua não é o mesmo que no mercado oficial. Então acabam por regressar à rua", disse, lamentando que esta realidade seja ainda vivida actualmente. Em seu entender deve-se sensibilizar todos os membros da sociedade, para se combater os males que enfermam a cidade capital. Já no município do Kilamba Kiáxi, as dificuldades encontradas para o combate da venda ambulante, tem se agravado com sucessivos atrasos salariais que se verificam nos últimos dias.

3.27 É uma exigência de adultos para crianças

A Capital

28 de Abril de 2012

O sociólogo João Baptista Lukombo descreve o fenómeno do trabalho infantil como sendo um comportamento basicamente evidenciado em famílias desfavorecidas.

"A legislação laboral estabelece uma idade determinada em que a pessoa pode começar a trabalhar que é por volta dos 18 anos. Então é preciso que haja respeito por esta idade", encoraja o

também professor universitário, ao apelar para a necessidade de se apurar se há vínculos oficiais ou não, em relação à determinado trabalho efectuado por um menor.

"Geralmente, no sector informal vemos meninos a lavar carros e a vender nas ruas. Este tipo de trabalho independentemente da idade, é informal", avançou, quando apontava como causas prováveis do fenómeno o facto de, em muitas famílias haver dificuldades financeiras, daí, os pais obrigarem os filhos a vender para ajudar.

"Outros casos são consequências de situações sociais como a fuga à paternidade, separação dos pais e irresponsabilidade", apontou o especialista, que considera um grave crime o emprego de menores por empresas informais, e enfatiza que caso sejam identificadas, as autoridades competentes devem actuar. A infância e a adolescência são idades em que a criança deve estar sob a responsabilidade dos pais ou de algum encarregado de educação, entende o sociólogo, ao ser libertada para se empregar, o primeiro campo vital afectado é a sua educação.

"O seu aproveitamento escolar torna-se basicamente reduzido. Quando a criança começa a ganhar dinheiro com o negócio, raras vezes consegue conciliar o mesmo com as actividades escolares, pois, nesta idade, ela não tem consciência de valores. Alguém deve estar sempre por perto", anexou. "Estando nas ruas a vender, estes menores podem-se deparar com companhias que venham a desvia-las para o alcoolismo, o fumo e as drogas.

Por outro lado, continua, João Lukombo, uma criança a cuidar de outras, por falta de experiência, pode influenciar negativamente os mais novos, porque a irmã considerada mais crescida, pode não ter capacidade de responder à certas situações do dia-a-dia, na ausência de um adulto. "De igual modo, a pressão com a qual convive diariamente pode impedir a assimilação e concentração desta criança no que concerne a questões escolares".

Em 2011, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) numa mensagem divulgada no âmbito do Dia Mundial Contra o Trabalho Infantil, que se assinala, a 12 de Junho de cada ano, estimou que mais de 200 milhões de rapazes e raparigas estejam envolvidos em alguma forma de trabalho. A OIT destaca que três em cada quatro das crianças e adolescentes que trabalham estão expostas às piores formas de exploração laboral infantil (tráfico humano, conflitos armados, escravatura, exploração sexual e trabalhos de risco, entre outros), actividades que "prejudicam de forma irreversível o seu desenvolvimento físico, psicológico e emocional".

3.28 Em 2013 GPL contará com Comando de Polícia Fiscal

O Independente

28 de Abril de 2012

Por sua vez, o presidente da Comissão Administrativa da Cidade de Luanda, José Tavares Ferreira, anunciou para 2013 a criação de um Comando Municipal de Polícia fiscal.

Explicou que a construção das suas estruturas já está projectada, e vai funcionar em co-ordenação com os comandos de divisão da Polícia Nacional, cujo objectivo inclui a segurança pública.

Anunciou ainda que no âmbito das competências da Comissão Administrativa de Luanda, vai proceder a nomeação nos próximos dias de um director para os Serviços de Fiscalização, que vai velar pelo sector nos seis distritos sob sua alçada.

Informou a retirada de vários armazéns para a periferia da cidade, e o encerramento das chamadas casas de processo, (local onde os vendedores ambulantes e mercados ilegais armazenam os produtos de vendas). Esta acção, prosseguiu, vai ser acompanhada de um programa da criação de mercados distritais e de bairros, bem como a criação de feiras, cujo objectivo é acabar com a venda ambulante.

Para José Tavares, 95 por cento dos vendedores que circulam pelas ruas da zona baixa da cidade de Luanda, que abrange o distrito da Ingombota, são provenientes de outras localidades da província.

Por outro lado, pediu a colaboração das comissões de moradores, igrejas, associações cívicas, no sentido de ajudarem a sensibilizar as populações a acatar as orientações das autoridades neste sentido.

O presidente da Comissão Administrativa da cidade de Luanda, José Tavares, defendeu também a necessidade da rápida reactivação das comissões de moradores a partir dos bairros, no sentido de colaborarem com as autoridades policiais na recolha de informações para a detenção de supostos criminosos.

3.29 Luanda cria unidade de Polícia Fiscal

Jornal de Angola
28 de Abril de 2011

O presidente da comissão administrativa da cidade de Luanda, José Tavares Ferreira, anunciou a criação no próximo ano de um comando municipal da Polícia Fiscal.

José Tavares Ferreira, que falava num encontro alargado da comissão administrativa, explicou que a unidade policial vai funcionar em coordenação com os comandos de divisão da Polícia Nacional.

No âmbito das competências atribuídas à comissão administrativa de Luanda, o novo director dos serviços de fiscalização vai ser nomeado nos próximos dias.

O presidente do município de Luanda anunciou também a transferência de vários armazéns para a periferia na cidade e o encerramento das chamadas "casas de processo", onde são armazenados produtos destinados à venda ambulante.

A medida, prosseguiu, vai ser acompanhada da criação de mercados distritais e de bairro e da realização de feiras com o objectivo de reduzir a venda ambulante.

O presidente da Comissão Administrativa admite, entretanto, que 95 por cento dos vendedores que circulam na baixa da capital são provenientes de outras localidades da província e a medida vai dar outra imagem à cidade de Luanda.

3.30 Médicos advertem perigos

A Capital
28 de Abril de 2012

A bordado a propósito sobre o assunto, Valdano Manuel, estudante de medicina, afirma que a maior parte das consequências do trabalho infantil são de âmbito psicológico, embora haja igualmente as do fórum físico. Ao destacar as consequências de âmbito físico o nosso entrevistado apontou entre várias, alterações a nível da coluna vertebral, aparecimento de hérnias epigástricas como resultado do afastamento dos músculos rectais, abdominais para além de outros tipos de hérnias que, segundo disse, são, geralmente, originadas pelo carregamento de pesos.

Explicou ainda que a coluna vertebral possui curvas naturais a nível do pescoço bem como à nível do abdómen que, quando se carregam pesos, há uma grande incidência sobre a mesma.

Por isso, aconselha aos pais que pensem seriamente nos trabalhos que atribuem aos filhos, porque as repercussões são sérias. Por sua vez,

Gualdino Mateus, pai de seis filhos, quatro dos quais menores, opõe-se a que crianças façam trabalhos forçados. Para ele é um comportamento inaceitável.

"Acho que isto, no fundo, é falta de afecto e muito egoísmo da parte destes pais. Se eu tiver afecto pelo meu filho de tenra idade, ainda que não tenha dinheiro em casa ou esteja a passar por dificuldades, nunca o enviarei para as ruas para ganhar dinheiro", porque, alega, "é minha responsabilidade e da mãe batalhar para sustentar os filhos".

"Quando não conseguirmos mais, não serão os nossos filhos, ainda menores, a se sacrificarem pela família", acrescentou o pai, que aconselha outros pais no sentido de prestarem atenção à idade certa em que os filhos devem começar a trabalhar, sem querer, como disse, ser apologista de que os filhos devem ser sustentados pelos progenitores ao longo da vida toda.

"Haverá o momento para eles tomarem conta das suas vidas. Mas só quando tiverem maturidade física e psicológica suficiente para levarem as suas vidas avante e, daí, poderem ajudar os próprios pais", observou.

3.31 Moto-taxistas do Zaire recebem novos capacetes

Jornal de Angola

24 de Abril de 2012

Mais de 300 moto-taxistas de Mbanza Congo, província do Zaire, receberam, sexta-feira, da Associação dos Jovens Angolanos Provenientes da Zâmbia (AJAPRAZ) uma doação composta de capacetes de protecção rodoviária e dois mil kwanzas para o abastecimento de combustível.

A doação foi entregue pelo presidente da AJAPRAZ, Bento Raimundo, que reconheceu o trabalho que os moto-taxistas desempenham no transporte público e incentivou-os a respeitar as regras de trânsito.

Bento Raimundo prometeu que a sua associação, em parceria com o governo da província do Zaire e a administração municipal de Mbanza Congo, bem como a direcção provincial da Polícia Nacional e dos órgãos de viação e trânsito, vai apoiar os moto-taxistas na obtenção da carta de condução.

"A província do Zaire é uma região histórica. Daqui sai petróleo, cujas receitas vão para o Orçamento Geral do Estado, mas ainda há muita coisa a fazer", disse Bento Raimundo. É com o dinheiro das receitas do petróleo que se constroem infra-estruturas, como caminhos-de-ferro, escolas e hospitais, e são reabilitadas estradas e pontes, frisou. A AJAPRAZ procedeu ainda nesta cidade à entrega de bens alimentares, incluindo lanches para os idosos, arroz, fuba de milho, óleo, massa alimentar e açúcar, além de sabão, banheiras, cadeiras de rodas e cobertores.

O vice-governador do Zaire para o sector político e social, Rogério Zabila, agradeceu o gesto de solidariedade da AJAPRAZ e disse que os bens vão aliviar as necessidades alimentares dos idosos na província, enquanto os capacetes de protecção vão, de certa forma, contribuir para a redução dos índices de mortalidade nas estradas.

4. OGE, INVESTIMENTOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA

4.1 Angola necessita de investir ainda mais construção de infra-estruturas básicas

Jornal de Angola
02 de Abril de 2012

Angola precisa de investir 20 mil milhões de dólares em telecomunicações, transportes, energia e águas ao longo da próxima década, para alcançar o nível de Infraestruturas de outros países em desenvolvimento, de acordo com um estudo comparativo do Banco Mundial divulgado em Washington.

No estudo "As Infraestruturas de Angola: Uma Perspectiva Continental", publicado pelo Banco Mundial, as investigadoras Nataliya Pushak e Vivien Foster estimam que Angola tem gasto 4,3 mil milhões de dólares por ano em infraestruturas, o equivalente a 14

por cento do seu produto interno bruto, a maior parte em transportes. O investimento tem sido financiado pelo Orçamento de Estado e a China é, "de longe, a mais significativa fonte de financiamento externo", afirmam as investigadoras.

"Para responder às suas necessidades de infraestruturas mais prementes e alcançar os países em desenvolvimento noutras partes do mundo, Angola precisa de expandir os seus activos de infraestruturas em áreas chave", adiantam.

No campo das telecomunicações, Pushak e Foster identificam como projetos mais necessários a ligação por fibra óptica às cidades capitais vizinhas, um cabo submarino e ainda acesso universal a sinal GSM e instalações públicas de banda larga. Possuir ligação nacional por estrada de boa qualidade com duas faixas de rodagem e permitir o acesso por estrada a zonas agrícolas são os objetivos no domínio dos transportes.

Alcançar estes alvos ilustrativos de infraestruturas em Angola custa cerca de dois mil milhões de dólares por ano ao longo de uma década, indo as maiores fatias para a energia (785 milhões de dólares) e águas (574 milhões).

O estudo indica ainda que as ineficiências em infraestruturas custam a Angola perto de 1,3 mil milhões de dólares por ano, cinco por

cento do Produto Interno Bruto (PIB), recursos que podem, em larga medida, ser recuperados com o aumento das tarifas de eletricidade de e abrandamento do ritmo do investimento rodoviário, cujo orçamento é habitualmente excessivo.

Além de um programa de estradas que parece ultrapassar a capacidade de execução das entidades responsáveis, outras decisões "não têm sido as ótimas", como a falta de investimento em água e saneamento ou em redes de distribuição de eletricidade que permitam que se tire totalmente partido da maior capacidade de produção. No futuro, refere o estudo, as autoridades angolanas têm ainda capacidade de atrair mais investimento privado para estes projetos. "Dados o tamanho e intensidade da economia de Angola, deve ser alcançável a médio prazo atrair um volume de investimento privado mais significativo, em particular no sector de energia, libertando assim fundos públicos para outras necessidades sociais prementes", recomendaram as investigadoras.

4.2 AIA pede descentralização dos investimentos públicos

Jornal de Angola
05 de Abril de 2012

O presidente da Associação Industrial de Angola (AIA), José Severino, apontou terça-feira em Luanda a descentralização dos investimentos públicos e privados como uma das formas para acelerar o desenvolvimento e acabar com as assimetrias regionais que se registam no país.

Em entrevista à Angop, o responsável disse que Angola precisa de crescer de modo acelerado para acabar com as assimetrias regionais e para competir com as economias de outros países a nível da região e do continente.

Com a integração de Angola na zona livre de comércio da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), disse, o país deve crescer acima dos dois dígitos para poder competir na região, principalmente com a África do Sul, cuja economia domina o mercado da região e do continente.

"Nós temos que crescer a uma taxa de dois dígitos para dar um salto, porque competitividade na região tem na África do Sul um factor do minador de mercado", disse José Severino, acrescentando que "os

angolanos devem ser parceiros activos da África do Sul e de outros países da SADC e de África".

O presidente da AIA considerou que a economia angolana não pode estabelecer metas de evolução e o seu crescimento à semelhança dos indicadores da África do Sul, que já tem uma base material grande,

tendo que crescer rapidamente e por via da descentralização dos investimentos em todo o país.

Ainda sobre a descentralização dos investimentos, José Severino referiu que o Programa de Investimento Públicos (PIP) já visa a descentralização, pelo que se regista um índice elevado de cumprimento da execução da carteira de investimentos públicos e um maior impacto deles sobre a vida das populações, principalmente desde que os governos provinciais começaram a assumir parte dessa carteira.

O presidente da AIA referiu que, em determinados períodos, houve programas de investimentos públicos em que o grau de cumprimento ficava abaixo dos 40 por cento, mas que, a partir do momento em que se passou a descentralizar, passou a 70 por cento, logo no primeiro ano e a apreciação que se faz hoje é de 75 por cento.

Ainda na senda da descentralização, o líder associativo realçou que as autarquias são a "chave mestra", mas salientou que é preciso os governos provinciais assumirem a liderança do desenvolvimento das respectivas regiões.

José Severino defendeu a ideia segundo a qual cada província tem os seus problemas e objetivos próprios e quem está no terreno tem a vocação de os dominar melhor. "Portanto, a articulação entre o poder local e central tem que ser muito mais dinamizada."

4.3 Angola vai justificar discrepâncias em relatório

Jornal Expansão
13 de Abril de 2012

O Ministério das Finanças vai justificar em relatório, até ao final do ano, como foram gastos os 32 mil milhões USD de "discrepâncias" nas contas públicas, detectados pelo próprio organismo, mas divulgados pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) em Dezembro do ano passado.

Equivalente a 25% a 30% do Produto Interno Bruto (PIB), o valor das "discrepâncias", que em princípio se julgava desaparecido, ocorreu entre 2007 e 2010 e foi tido como "residual", após balanço das receitas

catalogadas pelo Ministério das Finanças e os gastos anotados pelo banco central.

A explicação inicial dada em conferência de imprensa no fim de mais uma missão do FMI pelo ministro da tutela, Carlos Alberto Lopes, foi de que se tratou de pagamentos efectuados pela Sonangol em nome do Estado sem, contudo, anotar e registar conforme exigem os padrões de contabilidade. Entretanto, o Governo já "actualizou" a informação prestada no princípio do ano, segundo deu a conhecer em entrevista ao *Expansão* o representante da organização monetária no País, Nicholas Staines.

"O Governo fez grande esforço em actualizar a informação e tentar explicar os gastos da maior parte deste montante, mas não terminou", disse o cidadão maltês ao serviço da instituição de Bretton Woods, sem avançar mais detalhes, considerando ser este um trabalho em progresso. Depois de publicado o relatório, caberá ao Governo defender e estabelecer a credibilidade do mesmo, sobre os gastos efectuados com o dinheiro.

O FMI vai liberar 132,9 milhões USD da última tranche do empréstimo de 1,33 mil milhões USD, após aprovação da última revisão da implementação do acordo stand-by que assinou com Angola, em Novembro de 2009, para revitalização da economia nacional abalada pela crise económica e financeira global.

O relatório da organização liderada pela francesa Christine Lagarde, que precedeu a liberação do último pagamento, aborda extensivamente a questão dos 32 mil milhões USD. A implementação do programa stand-by já terminou e sobre Angola vigorará agora uma fase de "vigilância elevada" até que grande parte do crédito seja reembolsada. Porém, o Fundo continuará a manter discussões com as autoridades nacionais sobre essas discrepâncias.

Antes da aprovação, a influente organização não governamental baseada em Nova Iorque Human Rights Watch instou o Fundo a não liberar a última tranche do empréstimo, antes de Angola justificar o montante em discrepância mencionado.

"É normal haver residual"

Entretanto, é sempre "normal" haver nas despesas de cada Estado "residuais", montantes que não podem ser contabilizados, mas não tão altos quanto ao nível dos 32 mil milhões USD, diz Nicholas Staines.

"Idealmente fica-se com um residual de menos de 1%. Países africanos com capacidade têm um residual de 0,25% e quando chega a 1% já se considera alto", esclareceu o representante do FMI em Angola. "E 32

mil milhões USD, dependendo de como se conta, correspondem a 25% do PIB", indicou.

A crise que obrigou Angola a recorrer ao FMI não foi unicamente causada pela queda de preços de crude no mercado internacional, mas também de dificuldade de contabilidade, transferência de receitas do sector petrolífero para o orçamento, que não era feita atempadamente, afirmou Nicholas Staines.

O programa stand-by focou-se primeiro na estabilização da economia e depois nas causas. Entre outras medidas, tratou de "insular" a economia angolana das oscilações do preço do crude no mercado internacional.

4.4 AJPD-Relatório revela meandros da corrupção em Angola

O País

13 de Abril de 2012

A AJPD identifica no seu relatório, apresentado esta semana em Luanda, 10 sinais e caminhos mais visíveis da corrupção em Angola.

O líder da AJPD, António Ventura, diz mesmo que "até a distribuição de bicicletas ou de outros meios que possam influenciar o sentido de voto dos cidadãos, no contexto da campanha eleitoral, são consideradas corrupção (eleitoral)".

A constatação da AJPD é de que nos últimos anos "gestores na Administração Pública, no Executivo central ou local, logo depois ou num curto espaço de tempo, começam a exibir carros de luxo e outros bens de elevado valor financeiro, adquirem imóveis (casas) em Angola e no exterior (com preferência na África do Sul e Portugal) começam a ser sócios de empresas no país e no estrangeiro, realizam viagens de lazer no exterior em 1.ª classe, hospedam-se em hotéis de luxo, fazem consultas de saúde no exterior em clínicas privadas

caras e começam a ostentar despesas pessoais".

Aquela associação cívica afirma ter baseado a sua pesquisa em relatórios já publicados, na análise de palestras realizadas até recentemente e no discurso do presidente da República sobre a "Tolerância Zero a Corrupção".

António Ventura admite que o actual nível de corrupção no país já é uma violação de direitos económicos e sociais. "Progressivamente, vamos informando os cidadãos da necessidade de se combater a corrupção e, sobretudo, do impacto que

ela está a ter na efectivação dos direitos económicos e sociais".

Sob o título "A Topografia da Corrupção e da Falta de Transparência em Angola", o relatório da AJPD, com mais de 60 páginas, faz recurso a legislação angolana, relativamente a corrupção, designadamente a Lei da Probidade Pública, incluindo as Convenções Internacionais.

António Ventura precisou que o informe começou a ser elaborado em janeiro de 2010 e constitui um documento que pode contribuir para que procuradores, juizes e o presidente do Tribunal de Contas possam "estar atentos e identificar práticas de corrupção e de falta de transparência a nível dos gestores públicos".

Ele lamentou que "daquilo que temos estado a acompanhar, para além da aprovação da Lei da Probidade Pública e algumas medidas administrativas que têm sido tomadas pelo Executivo, não conseguimos ainda vislumbrar que de facto o combate à corrupção tenha surtido os seus efeitos".

Ainda assim, o activista cívico promete que no próximo ano a sua organização voltará a fazer outros estudos sobre o impacto da corrupção e a sua relação com os direitos humanos em determinados sectores da vida social.

"Vamos concretizar essas práticas que aqui identificamos, que são dez, no sector concreto da vida social", afirmou.

A AJPD diz que em cada ano civil, a Assembleia Nacional de Angola aprova o Orçamento Geral do Estado, para cobrir as despesas de serviços básicos tais como a água potável, saneamento e tratamento do lixo, esgotos sanitários, transportes públicos, drenagem das águas pluviais, energia, estradas, mas que os gestores públicos "não conseguem executar os projectos sociais que visam suprir estas necessidades e recorrem permanentemente ao discurso da insuficiência de verbas".

Relativamente ao tráfico de influência' a associação diz ser muito recorrente pessoas que assumem cargos de relevância no Executivo "abusarem da sua real ou suposta influência, ou ainda da sua posição, para facilitar o acesso de familiares, amigos de infância ou contemporâneos na escola ou noutra local para ascenderem a funções públicas relevantes, ao emprego na função pública ou ao crédito bancário e aos negócios, ou ainda à celebração de contratos públicos para prestação de serviço." No seu relatório, a AJPD denuncia a criação de empresas fictícias para prestarem serviços essenciais sempre que se aproxima

a realização de qualquer grande evento promovido por órgãos do Estado ou serviços a ele afectos ..

"Muitas destas empresas só têm existência jurídica, não têm existência física, não têm experiência de trabalho e subcontratam outras empresas com melhor e muita experiência, podendo ser nacional ou estrangeira, com preferência para empresas portuguesas ou chinesas; muitos sócios e administradores são meros testas-de-ferro", refere o documento.

4.5 Angola vai justificar discrepâncias em relatório

Jornal Expansão
13 de Abril de 2012

O Ministério das Finanças vai justificar em relatório, até ao final do ano, como foram gastos os 32 mil milhões USD de "discrepâncias" nas contas públicas, detectados pelo próprio organismo, mas divulgados pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) em Dezembro do ano passado.

Equivalente a 25% a 30% do Produto Interno Bruto (PIB), o valor das "discrepâncias", que em princípio se julgava desaparecido, ocorreu entre 2007 e 2010 e foi tido como "residual", após balanço das receitas catalogadas pelo Ministério das Finanças e os gastos anotados pelo banco central.

A explicação inicial dada em conferência de imprensa no fim de mais uma missão do FMI pelo ministro da tutela, Carlos Alberto Lopes, foi de que se tratou de pagamentos efectuados pela Sonangol em nome do Estado sem, contudo, anotar e registar conforme exigem os padrões de contabilidade. Entretanto, o Governo já "actualizou" a informação prestada no princípio do ano, segundo deu a conhecer em entrevista ao *Expansão* o representante da organização monetária no País, Nicholas Staines.

"O Governo fez grande esforço em actualizar a informação e tentar explicar os gastos da maior parte deste montante, mas não terminou", disse o cidadão maltês ao serviço da instituição de Bretton Woods, sem avançar mais detalhes, considerando ser este um trabalho em progresso. Depois de publicado o relatório, caberá ao Governo defender e estabelecer a credibilidade do mesmo, sobre os gastos efectuados com o dinheiro.

O FMI vai liberar 132,9 milhões USD da última tranche do empréstimo de 1,33 mil milhões USD, após aprovação da última revisão da implementação do acordo stand-by que assinou com Angola, em Novembro de 2009, para revitalização da economia

nacional abalada pela crise económica e financeira global.

O relatório da organização liderada pela francesa Christine Lagarde, que precedeu a liberação do último pagamento, aborda extensivamente a questão dos 32 mil milhões USD. A implementação do programa stand-by já terminou' e sobre Angola vigorará agora uma fase de "vigilância elevada" até que grande parte do crédito seja reembolsada. Porém, o Fundo continuará a manter discussões com as autoridades nacionais sobre essas discrepâncias.

Antes da aprovação, a influente organização não governamental baseada em Nova Iorque Human Rights Watch instou o Fundo a não liberar a última tranche do empréstimo, antes de Angola justificar o montante em discrepância mencionado.

"É normal haver residual"

Entretanto, é sempre "normal" haver nas despesas de cada Estado "residuais", montantes que não podem ser contabilizados, mas não tão altos quanto ao nível dos 32 mil milhões USD, diz Nicholas Staines .

"Idealmente fica-se com um residual de menos de 1%. Países africanos com capacidade têm um residual de 0,25% e quando chega a 1% já se considera alto", esclareceu o representante do FMI em Angola. "E 32 mil milhões USD, dependendo de como se conta, correspondem a 25% do PIB", indicou.

A crise que obrigou Angola a recorrer ao FMI não foi unicamente causada pela queda de preços de crude no mercado internacional, mas também de dificuldade de contabilidade, transferência de receitas do sector petrolífero para o orçamento, que não era feita atempadamente, afirmou Nicholas Staines.

O programa stand-by focou-se primeiro na estabilização da economia e depois nas causas. Entre outras medidas, tratou de "insular" a economia angolana das oscilações do preço do crude no mercado internacional.

4.6 A divisão administrativa não tem relevância na formação da receita

Jornal Expansão
13 de Abril de 2012

A província do Bengo perdeu 95% da sua fonte de tributação com a divisão administrativa de Luanda. Acha que existe potencial para recuperar-se desta realidade? Importa em primeiro lugar esclarecer que apenas uma parte da receita fiscal arrecadada em cada província é retida localmente nos termos do Decreto

Executivo n.º 80/99, de 28 de Maio. Significa dizer que a nova divisão administrativa é praticamente inócua em matéria da arrecadação fiscal gerada no Bengo, já que cerca de 90% da receita fiscal são direccionados para a Conta Única do Tesouro (CUT) e constituem os designados Recursos Ordinários do Tesouro (ROT) que constituem a base das receitas do OGE.

As dotações financeiras atribuídas ao Bengo, antes ou depois da actual divisão administrativa, quer para as despesas correntes, quer para as despesas de capital, no caso os investimentos, provêm quase que na totalidade do OGE, incluindo as verbas distribuídas de forma descentralizada às municipais.

Assim, os municípios de Icolo e Bengo e o da Kissama, agora integrados na província de Luanda, vão continuar a canalizar as suas receitas fiscais para a CUT.

Se a previsão das receitas fiscais do Bengo para 2012 fosse o valor arrecadado em 2010, cerca de 33,9 milhões USD, percebe-se com algum entendimento que a província arrecadaria apenas 1,6 milhões USD, que representa 5%. Qual é a sua análise sobre a inversão deste quadro?

A actividade económico-social e administrativa da província está estruturada em matéria de despesas, por "actividades permanentes", "programas", tendo para o efeito atribuído, por via do OGE/2012, um valor de cerca de 25,6 mil milhões Kz, e para a execução do seu Programa de Investimentos Públicos, foi-lhe consignada uma dotação de cerca de 8 mil milhões Kz, onde cada um dos seus municípios tem disponíveis cerca de 237 milhões Kz, para serem aplicados em actividades locais.

Não me parece, portanto, existir qualquer afectação, em matéria de fontes de formação da receita, a actual divisão administrativa, no quadro da actual lei de finanças públicas. Entretanto, entendo que deveríamos começar a pensar numa Lei de Finanças Locais, que desse coerência à "política de proximidade" que se pretende institucionalizar, mas que também, por outro lado, faz apelo para que os órgãos locais do Estado sejam munidos de mais competências técnicas e processos eficientes que permitam garantir uma boa utilização dos recursos públicos e, deste modo, garantir uma descentralização e desconcentração responsável e voltada para o interesse do cidadão.

Acredita que a geminação do Bengo com demais cidades do mundo, tal como Luanda tentou fazer há anos com a cidade francesa de Bordéus (mas não

avançou), é uma boa saída desta situação económico-financeira?

Não creio que os processos de geminação das nossas cidades com outras urbes do mundo tenham grandes impactos ao nível do crescimento e do desenvolvimento que pretendemos. Acredito que as geminações possam apenas concorrer para trocas de experiências em áreas de governação e gestão urbana, e na obtenção de modelos já testados e que possam trazer melhorias à vida dos cidadãos.

O facto de o actual governador do Bengo ter sido ministro das Relações Exteriores (1999-2008) constitui, à partida, um passo relevante para atracção de investimentos de países com os quais trabalhou no cargo anterior, visando o desenvolvimento da província?

Acredito, sim, que o perfil e as qualidades de liderança e os valores que são apanágio do actual governador provincial do Bengo possam proporcionar o ambiente ajustado à atracção de investimentos de natureza externa, mas sobretudo projectos com capital nacional.

A província do Bengo tem a vantagem de estar geograficamente posicionada no litoral, com todo o potencial que é por isso gerado, e tem um interior propício ao desenvolvimento da agricultura, associada ao facto de estar próxima do maior mercado consumidor, que é a cidade de Luanda com os seus cerca de 4 milhões de habitantes.

O estilo de governação e o ambiente político e institucional que é gerado são um factor decisivo para a prática de negócios. E estou em crer que o governador João Bernardo de Miranda e a sua equipa dispõem de potencial para fazer com que isso aconteça.

O presente programa de investimentos públicos atribuí 100

Milhões Kz (cerca de 1 milhão USD) para estudos e projectos do futuro porto comercial do Dande, no Bengo. Que vantagens económico-financeira encara neste projecto?

A implementação de um porto comercial na região do Dande, com a dimensão e o nível de modernidade tecnológica que o crescimento do País já exige, vai induzir um significativo desenvolvimento na região, na criação de empregos, mais o aparecimento de um conjunto de outras actividades que são correlatas e que estarão no perímetro funcional da actividade portuária.

Temos a experiência do impacto do Porto do Lobito naquela região do centro do País.

Estou em crer que no médio prazo, com a implantação do Porto Comercial no Dande, haverá um deslocamento natural de algumas actividades, nomeadamente de apoio logístico à actividade petrolífera no offshore, a metalomecânica, a construção e reparação naval e outras actividades que são fomentadas pelos terminais portuários, como é o caso da transportação rodoviária e, quiçá, a extensão do Caminho-de-Ferro de Luanda a essa infra-estrutura.

Uma vez que o peso da tributação do Bengo está afectado, de forma

negativa, quanto tempo calcula para uma rápida recuperação diante do presente cenário, e porquê?

Esclarecida, no meu ponto de vista, que a recente divisão administrativa que retira da província do Bengo os municípios de Icolo e Bengo e Kissama não tem qualquer relevância, à luz do actual ordenamento jurídico, na formação da receita da província, já que a quase totalidade da despesa pública é assegurada por via das dotações orçamentais que todos os meses são atribuídas por via da designada "quota financeira", a questão não se coloca dessa maneira.

Outrossim, creio que os pressupostos que presidiram a essa divisão administrativa tenham que ver com questões que se prendem com o ordenamento do território numa perspectiva do crescimento da cidade de Luanda e, quiçá, no planeamento da orla marítima.

4.7 As repercursões económicas da divisão administrativa de Luanda

Jornal Expansão
13 de Abril de 2012

Manhã de quarta-feira, 26 de Julho de 2011. Os corredores da Assembleia Nacional mostram-se movimentados com a presença de 174 deputados face à aprovação de um dossiê que, à partida, "não demonstrava" que alteraria em larga escala a conjuntura económico-financeira da província do Bengo. O assunto resumia-se na "Alteração à divisão político-administrativa das províncias de Luanda e Bengo".

Na referida sessão extraordinária, 173 deputados votam a favor, um contra e nenhuma abstenção. Estava então definido: sete municípios para a capital do País, enquanto a Ingombota, Maianga, Rangel,

Samba e Sambizanga deixavam de ter tal categoria e passam para a de distritos urbanos.

Desta feita, Luanda passa a ter como municípios Viana, Cacuaco, Cazenga, Belas, Luanda, Icolo e Bengo e Kissama, entre estes, os dois últimos pertenciam ao Bengo. De forma contrária, o Bengo ficou com menos dois municípios, detendo os de Ambriz, Bula Atumba, Dande, Dembos, Namuangongo e Pango Aluquem.

Estava então consumado um dossiê cujo argumento de fundo, segundo o ministro da Administração do Território, Bornito de Sousa, oito dias antes da aprovação, quando apresentava a proposta em plenário, resulta de estudos que foram feitos no âmbito do ordenamento do território, do planeamento da orla marítima e do desenvolvimento harmonizado do perímetro Luanda- Bengo.

O governante indicou, na altura, que a integração dos municípios da Kissama e Icolo e Bengo na província de Luanda visa garantir o enquadramento e a coordenação dos novos projectos de desenvolvimento urbano na malha infra-estrutural de Luanda e Bengo.

Ressaltou, igualmente, que o Executivo pretende dar resposta à necessidade de assegurar uma maior eficiência na organização e funcionamento das instituições e serviços, face ao crescimento urbano que se vem registando nas respectivas províncias.

Entretanto, passados quatro meses, já em Dezembro último, na cerimónia de cumprimentos de fim de ano, o governador do Bengo, João Bernardo de Miranda, revelou em Caxito que a província perdeu cerca de 95% das receitas fiscais com a integração dos municípios de Icolo e Bengo e Kissama em Luanda.

"O desmembramento dos municípios de Icolo e Bengo e Kissama empobreceu a nossa província, fundamentalmente no que à economia diz respeito", era a evidente nostalgia de um governador que lançava apelo aos seus quadros a fim de ajudarem o executivo local na criação de condições que visam a mobilização de investidores nacionais e estrangeiros a direccionarem investimentos para a província.

O consultor Galvão Branco explicou nesta semana ao Expansão que a nova divisão administrativa é praticamente inócua em matéria de arrecadação fiscal gerada no Bengo, "já que cerca de 90% da receita fiscal são direccionados para a Conta Única do Tesouro e constituem os designados Recursos Ordinários do Tesouro, que, no fundo, constituem a base das receitas do Orçamento Geral do Estado (OGE).

As dotações financeiras atribuídas ao Bengo, antes ou depois da actual divisão administrativa, quer para as despesas correntes, quer para as despesas de capital (investimentos) provêm quase que na totalidade do OGE, incluindo as verbas distribuídas de forma descentralizada às administrações municipais, aclarou o consultor.

"Assim, os municípios de Icolo e Bengo e o da Kissama, agora integrados na província de Luanda, vão continuar a canalizar as suas receitas fiscais para a Conta Únicado Tesouro", ressaltou.

Tendo como base o argumento segundo o qual 90% das receitas das províncias são direccionados para a CUT, o Bengo, sem a nova divisão administrativa e tendo ainda como previsão para este ano a receita de 2010, teria chamado para si 3,3 milhões USD do total de 33,9 milhões USD.

Por outro lado, agora com a nova divisão administrativa e incluindo o indicador de 2010, a receita da província ficaria em 160 mil USD, enquanto 1,4 milhões USD, que representam 90%, seriam direccionados à CUT.

Receitas em análise

O município de Icolo e Bengo foi a "galinha de ovos" da província do Bengo. A região possui empreendimentos industriais geradores de lucros milionários, sem descartar a Kissama, que era o "baluarte" do investimento turístico da região, através da zona de Cabo Ledo. Projectos como a Coca-Cola Bottling, Águas Bom Jesus, fábrica de cimento, fábrica de cerveja Companhia de Bebidas do Bom Jesus (Cobeje), produz as marcas Cuca, Nocal e N' gola, Cerâmica de Catete, só para citar estes, davam, até à divisão administrativa de Luanda e Bengo, um impulso económico ao volume de receitas fiscais para a província.

A Cobeje instalou em 2010 uma linha de produção, com os últimos modelos de equipamentos tecnológicos da indústria cervejeira mundial, avaliada em cerca de 30 milhões USD, com capacidade para 145 mil hectolitros de cerveja por mês (cerca de 1,8 milhões de grades de 24 latas de 330 mililitros cada uma), o que supera em 31,8% a produção anterior ao investimento acima referenciado.

Foi no Icolo e Bengo, concretamente na região de Catete, que a Coca-Cola Bottling instalou a primeira fábrica no País, em 2000, através da SABMiller, que é uma das maiores cervejeiras mundiais, presente em mais de 60 países.

Para o presente ano, a Coca-Cola prevê um crescimento de 15% e atingir uma quota de mercado

de 63% a nível do País. Tal crescimento, avançado em Janeiro último ao Expansão pelo director-geral da Coca-Cola Company, Artur Miranda, inclui também, em análise, o contributo da fábrica do Icolo e Bengo, região que agora pertence a Luanda.

A Kissama é o município que se assumiu como zona de maior investimento turístico, outro contribuinte fiscal que não deve ser descartado. A praia do Sangano, naquela região, está em crescente desenvolvimento de infra-estruturas turísticas, razão que atrai para o local milhares de turistas nacionais e estrangeiros a gastar dinheiro em lazer.

Em Janeiro passado, o ministro do Turismo, Pedro Mutinde, conferiu posse aos directores gerais e seus adjuntos de três pólos de desenvolvimento turístico, entre os quais o de Cabo Ledo, visando a sua consolidação e conseqüente contribuição ao Produto Interno Bruto.

A região consta na agenda de prioridade do Executivo para fomento turístico, devido ao desafio da criação de um milhão de empregos directos e indirectos no País até 2020, bem como a atracção de quatro milhões de turistas, no mesmo período, visando a massificação de um plano de mobilização do turismo interno.

É esta região, no caso Cabo Ledo, que também foi retirada do Bengo e integrada em Luanda.

Contudo, foi graças ao investimento industrial, na região de Icolo e Bengo, que a província obteve em 2010 receitas fiscais avaliadas em 3,2 mil milhões Kz (cerca de 33,6 milhões USD). Com a integração desta região e também da Kissama em Luanda, se as receitas fiscais do Bengo previstas para o ano corrente fossem as de 2010, então a província arrecadaria 1,6 milhões USD, que representa 5%, perdendo para Luanda uma receita tributária de 32 milhões USD.

Na análise do Expansão, tomando como referência o indicador tributário da província referente a 2010, como sendo a previsão de 2012, ainda que a receita crescesse ao ritmo da previsão da economia nacional, projectada para uma taxa de 12,8% no Orçamento Geral do Estado 2012, Bengo obteria, mesmo sem Kissama e Icolo e Bengo, perto de 1,8 milhões USD, o que, em termos práticos, conseguiria uma diferença adicional (positiva) de 200 mil USD em relação aos 1,6 milhões USD que representam 5% da receita de 2010.

Em 2011, Icolo e Bengo e Kissama foram contemplados com investimentos públicos avaliados em 241,5 milhões Kz (2,2 milhões USD), cada um,

para desenvolver projectos integrados de combate à pobreza e desenvolvimento rural. Contudo, agora que integram a geografia económica de Luanda, a verba de 2011 cresceu para 45,01% em 2012, passando para 331,08 milhões Kz (3,2 milhões USD).

A província do Bengo perdeu os municípios que mais estavam a desenvolver-se e a catapultar o seu crescimento económico. A indústria extractiva, que ganhou um novo impulso nos últimos anos, vê agora as receitas a "escorresar" para Luanda, através de Cabo Ledo, que é a região onde grandes construtoras de obras públicas e construção civil exploram inertes para execução de empreitadas.

O novo porto comercial do Dande, um dos municípios da província, não tem início de obras agendado, como forma de se prever o seu contributo a médio prazo para a recuperação do volume de receita fiscal.

O actual programa de investimentos públicos destina 100 milhões Kz (1,05 milhões USD) para estudos e projectos do futuro porto do Dande, embora se vaticine que venha a adquirir infra-estruturas com dimensões superiores às do porto de Luanda, o maior do País.

Mãos à obra

O governador João Miranda tem poucos recursos para no curto prazo reverter o presente quadro tributário, porque perdeu os dois municípios mais rentáveis. Mais do que lamentar a "pouca sorte" que enfrenta no leme da governação local, importa arregaçar as mangas e lançar mão à obra. A captação de investimentos é um desafio que visa conferir utilidade às reservas fundiárias dos arredores de Caxito para a implantação de indústrias.

Com esta nova era de múltiplos desafios, é pretensão do governo local fazer do Bengo uma região rica com empresas de exploração agro-pecuária, a julgar pelas extensões de terras e água para irrigação. Em 2011, o programa de investimentos públicos atribuiu 4,5 mil milhões Kz (47,8 milhões USD) para o desenvolvimento agrícola da região da Quiminha, projecto sob responsabilidade do Ministério da Agricultura.

Para o ano corrente, face às etapas já realizadas do referido projecto, o programa de investimentos públicos atribuiu 850 milhões Kz (8,9 milhões USD), que representam 18,6% do total concedido em 2011. Quiminha tem uma barragem que permite acumular bastante água para irrigação de mais de 50 mil hectares de terras aráveis na região, um cenário satisfatório para os agricultores.

No entanto, como o azar dificilmente vem só, o perímetro irrigado da Quiminha está localizada no município do Icolo e Bengo, e, conseqüentemente, pertence agora a Luanda.

Com a desanexação de Icolo e Bengo, a capital do País ganha 76,9% das 13 mil cabeças de gado bovino que a província do Bengo possuía, uma situação que coloca cépticos economistas abordados pelo Expansão quanto ao revirar de página a curto prazo.

O economista José Cerqueira avançou nesta semana ao Expansão que "não há maneira de o Bengo recuperar rápida nem lentamente de um golpe tão rude. Receio que o Bengo acabará por ser anexado pela província de Luanda. Se isso vier a acontecer, que seja no quadro duma reforma administrativa metódica, e não meramente expeditiva como a reforma que criou o problema com que se debate agora o Bengo".

Na análise de Cerqueira, o Bengo terá de receber fundos excepcionais para compensar 100% da quebra de receitas, até que se adoptem as medidas administrativas que corrijam a situação duma forma estrutural. Perante este quadro, considera que o choque é duro e reduz o potencial da província "duma forma irreparável, se não forem tomadas medidas administrativas correctivas".

Divisão consumada

No início de Abril corrente, os governos do Bengo e de Luanda consumaram a assinatura de autos que incluem a transferência de bens móveis e imóveis e dos recursos humanos de Icolo e Bengo e Kissama para Luanda.

O governo do Bengo compromete-se a imprimir nova dinâmica para atrair investimentos, e proporcionar rápido aumento de infra-estruturas socioeconómicas, que garantam o fomento de postos de trabalho e se atinja célere progresso das populações.

Ao Bengo resta consumir a pretensão de transformar o município dos Dembos, localizado no epicentro em relação aos demais municípios, no segundo maior centro da província com projectos de desenvolvimento agrícola, a seguir ao Dande.

Quanto ao Dande, município que alberga a capital do Bengo (Caxito), Cerqueira acha que 1 milhão USD para estudos que visam a construção do futuro porto comercial é "muito pouco", aclarando que para um porto de grande envergadura o montante poderá ascender a 10 milhões USD.

"Estudos sérios, que abarquem todos aspectos de arquitectura, engenharia, economia, finanças, sociologia, administração pública, empreendedorismo saúde, recursos humanos implicaria uma verba 10 vezes superior á atribuída", advoga.

Receia o risco de o estudo contemplar apenas questões físicas de engenharia, deixando depois todas questões anexas, igualmente importantes, por resolver. Os especialistas das ciências sociais, explica, designadamente economistas, antropólogos e sociólogos, sem esquecer especialistas da educação, da saúde e da administração pública, deverão estar associados aos grandes e pequenos projectos, sob pena de, caso contrário, os grandes problemas levantarem outros.

4.8 PGR recusa investigar contas de José Eduardo Dos Santos

Angolense

20 de Abril de 2012

Depois do conhecido advogado ter feito a denúncia em Outubro último, tendo apresentado o número da conta bancária e o referido banco onde supostamente está o dinheiro, a Procuradoria Geral da Republica, num despacho exarado a 17 de Março e transcrito a 30 do mesmo mês, diz não ter competência para dar continuidade a investigação e transferiu toda a responsabilidade a Assembleia Nacional, dizendo que "este é o órgão competente para o efeito de investigação".

David Mendes, para começar, acha estranho que só agora a PGR aparece com tal comunicado.

O Presidente do PP disse, por outro lado, que vai interpor recurso. "Vamos reclamar ao próprio Procurador-Geral por insatisfação dessa resposta e "veremos, então, que passos vamos tomar a seguir", garantiu, prometendo que "nós não vamos parar".

"O Procurador diz que não tem competência para instaurar um processo-crime contra Eduardo dos Santos, mas, em nosso entender, tem competência para investigar se os factos ocorreram, porque se a competência é da Assembleia Nacional, mas a Assembleia Nacional só pode se pronunciar quando existem factos que provam que os elementos trazidos como queixa são verídicos e susceptíveis de serem tidos num crime de peculato", esclareceu David Mendes.

De reacar ainda que o referido documento da PGR nada diz em relação ao tratamento que vai ser dado às restantes figuras citadas na queixa, nomeadamente Pierre Falcone, Elísio de Figueiredo e Manuel

Vicente, o actual ministro de Estado e da Coordenação Económica. Recordemos aqui a queixa apresentada pelo Presidente do PP:

"AO DIGNÍSSIMO DR. PROCURADOR GERAL DA REPÚBLICA LUANDA, PARTIDO POPULAR - PP, com sede nesta cidade de Luanda, na rua Cte Valodia, 5º andar, nº 59, neste acto representado pelo seu presidente, MANUEL DAVID MENDES; Vem apresentar contra: JOSÉ EDUARDO DOS SANTOS, cidadão Angolano, com residência na Cidade Alta, presidência da república; ELÍSIO DE FIGUEIREDO, cidadão Angolano com residência em parte incerta; PIERRE JOSEPH FALCONE, cidadão Francês com residência em parte incerta. E; PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA SONANGOL, cidadão Angolano, com residência profissional, nesta cidade de Luanda, na Rua 1º Congresso do MPLA; QUEIXA CRIME Nos termos do artigo 73º da Constituição da República de Angola, por quanto:

1º Há indício bastante, de terem, os queixados, em concertação criminosa, tenham cometido crimes de peculato, previsto e puníveis nos termos, conjugados, dos artigos 313º e 437º do Código Penal. Pois;

2º Os queixados usando 'artifícios, conseguiram retirar dos cofres do Estado Angolano avultados montantes financeiros;

3º O expediente usado foi o de transferir dinheiros para conta Acc.

CO-101457 Escrow Agreement 3.06.97 do banco USB Geneva, da SONANGOL, onde foram depositados mais de USO 77 4.193.545,00 sob cobertura de pagamentos de dívidas externas. Todavia;

4º Os valores referenciados foram transferidos nos dias: 1- 02.10.1997- USD 290.322.5-80,62 2- 08.01.1998 - USD 48.387.09-6,77 3- 09.03.2000 – USD 96.774.19-3,54 4- 12.04.2000 - USO 241.93-5.483,85- 5- 06.07.2000 USD 96.774.193,54.

5º A partir da conta da SONANGOL." foram feitas transferências para a contas números 275748 e 275903 da Campal Inc., no BANQUE INTERNATIONALE A LUXEMBURG;

6º Conforme documento, que se juntarão nos autos, a Campal era uma empresa pertencente JOSÉ EDUARDO DOS SANTOS, que é representado pelo senhor Elísio de Figueiredo, uma pessoa muito bem conhecida em Angola;

7º Conforme, ainda, documentos, a ser junto nos autos, na conta da Camparal, foram depositados mais de USO 37.112. 67,46;

8º O sr. ELÍSIO DE FIGUEIREDO , conforme os documentos se juntar, era dono da TUTORAL e nela foram depositados mais de USD 7.331.199,53. Ainda;

9º O sr. PIERRE JOSEPH FALCONE, de acordo com os documentos a juntar nos autos, era detentor de várias empresas de várias contas de entre ela a Acc.01-88-126279-03 e Acc 45-885 do Bank Leumi Le-Israel Geveva , conta Acc CO-325794 do banco UBS Geneva e conta 1.038.915 do banco Ferier Lullin & Cie Geneva onde foram depositados mais de 59.954.664.00.

10º Nas suas operações, mesmos, usaram, de entre outros, os seguintes bancos: CITI - BANK NA BANQUE INTERNATIONALE A LUXEMBOURG, BANQUE DE GESTION E MANO DE ROTHSCHILDE.

11º Sendo o PARTIDO POPULAR uma pessoa colectiva com personalidade jurídica e constituído exclusivamente por Angolanos, sente-se como uma parte ofendida e, para salvaguardar os seus direitos. Assim, aberto o competente processo crime, requer que seja admitido como assistente nos autos, nos termos do disposto no Código processual Penal.

FEITO EM LUANDA, AOS 10 DE OUTUBRO DE 2011. PELO PARTIDO POPULAR DR. DAVID MENDES (ADVOGADO EM CAUSA PRÓPRIA)".

José Eduardo dos Santos, é o actual presidente da SADC representação de Angola.

5. GOVERNAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA

5.1 AJPD preocupado com a corrupção

Novo Jornal

6 de Abril de 2012

Até dezembro do ano passado, Angola ocupava o 168º lugar na lista dos países mais corruptos do mundo, publicada pela organização não-governamental Transparência Internacional, sendo o pior lugar dos países lusófonos.

No âmbito da implementação do Programa de Direitos Humanos, Boa Governança, Transparência e Desenvolvimento Sustentável, a Associação Justiça, paz e Democracia vai proceder ao lançamento do relatório intitulado «A Topografia da Corrupção e da Falta de Transparência em Angola», na próxima segunda-feira, numa das unidades hoteleiras de Luanda Segundo a nota, acompanhada de um resumo executivo, os sinais e caminhos mais visíveis da corrupção no país, de acordo com a pesquisa efetuada à legislação vigente, Convenções Regionais da SADEC, União Africana e das Nações Unidas, são passíveis de ser combatidos utilizando a lei.

O documento refere que os membros do Executivo central ou local e gestores de empresas públicas condicionam a realização de grandes investimentos à sua participação nas empresas interessadas à prestação de serviço pelas suas próprias empresas nas áreas em que trabalham.

A associação considera ainda partindo do adágio popular "o cabrito come onde está amarrado", que o agente público enquanto exercer a sua função deverá gerir a coisa pública de modo a tirar o melhor proveito individual ou privado possível para a sua vivência, sobrevivência e enriquecimento, mesmo que seja de forma ilícita. Sobre os sinais exteriores de riqueza imediata nos últimos anos, a AJPD sustenta que muitos são os agentes público: tão logo assumem responsabilidades de gestão na administração pública, executivo central ou local, num curto espaço de tempo, começam a "exibir de forma assustadora carros de luxo e outros bens de elevado custo financeiro", adquirindo de igual modo casas em Angola e no exterior, nomeadamente em África do Sul e Portugal Tornam-se também sócios de empresas Angolanas e estrangeiras, realizam viagens

no exterior em 1ª classe hospedando-se em hotéis de luxo efetuam consultas no exterior nas clínicas privadas e ostentam despesas pessoais diferentes do rendimento que auferem, momento para o outro.

No lançamento do relatório serão abordadas questões relativas ao repetido discurso de falta de verbas para a realização de serviços básicos como justificar a não concretização de projetos sociais.

5.2 Censo populacional está marcado para o mês de Julho do próximo ano

Jornal de Angola

06 de Abril de 2012

Angola prepara o primeiro recenseamento populacional, 38 anos depois da Independência Nacional. De acordo com o diretor do Instituto Nacional de Estatística (INE), Camilo Ceita, o arranque está marcado para 16 de Julho do próximo ano. É nessa altura que os recenseadores vão sair à rua para a recolha de dados. Os angolanos vão dar elementos que permitem revelar a demografia, migração, orfandade, fecundidade, educação, emprego e rendimentos, condições de habitabilidade, posse de bens, acesso aos serviços, atividades agrícolas e mortalidade. Em declarações ao Jornal de Angola, por ocasião do seminário sobre "Sistema de Registo Civil e Estatísticas Vitais", realizado em Luanda, Camilo Ceita referiu que o INE já está a trabalhar e o senso vai ser um marco histórico. O Executivo aprovou a legislação para o senso populacional, tendo sido definido o dia 16 de Julho de 2013 como o momento do arranque dos trabalhos de campo. "É com base nesta data que tudo está a ser feito, mas antes disso há um trabalho que tem de ser feito, particularmente a atualização cartográfica em todo o país". Camilo Ceitas informou que nesta primeira fase estão no terreno geógrafos, cartógrafos e topógrafos, em todo país. Acrescentou que o trabalho de atualização da cartografia começou em seis províncias: Malange, Kwanza-Norte, Kuanza-Sul, Bengo, Uíge e Zaire. Para o Cunene, Kuando-Kubango, Namibe e Huambo vai começar em breve uma formação para os agentes recenseadores.

"Este trabalho de actualização cartográfica é crucial, porque vai permitir definir as unidades censitárias, que são as áreas de cada recenseador", disse Camilo Ceita. Senão for feita esta atualização cartográfica não vai ser possível ter uma informação de base. "É importante fazer este grandioso trabalho para depois fazermos a recolha de dados, que começa no dia 16 de Julho de 2013. Contamos com a colaboração de toda população, porque esta tarefa não é só da

responsabilidade do INE, mas de todo o país". O seminário sobre "Sistemas de Registo Civil e Estatísticas Vitais" recomendou a criação de políticas nacionais e incentivos por parte do Executivo, que visam melhorar o acesso aos serviços do Registo Civil nas Conservatórias e maternidades, aproximando-os das comunidades, sobretudo nas áreas rurais. Recomendou, igualmente, a actualização da legislação nacional do Registo Civil, a execução do Programa Africano para o Melhoramento dos Serviços do Registo Civil e Estatísticas Vitais e preparar os planos a nível nacional. Recomendou ainda a utilização dos dados dos recenseamentos e inquéritos demográficos para produção de estatísticas vitais e a criação de um mecanismo de descentralização uniforme para a recolha, tratamento e divulgação dos dados.

O Instituto Nacional de Estatísticas produz e divulga informações oficiais para apoio das decisões políticas, económicas e sociais de diversas entidades, sendo a mais importante o Executivo.

5.3 Papel de sobas e seculos foi destacado no Cubal

Jornal de Angola

08 de Abril de 2012

O administrador municipal do Cubal disse que as autoridades tradicionais são imprescindíveis para educarem a população sobre os princípios da boa convivência e do respeito pela vida a favor da unidade e da reconciliação nacional. Enquanto líderes comunitários, afirmou António Saraiva, desempenham um papel crucial na mudança de mentalidades. "Os sobas e seculos não devem alhear-se dos comportamentos dos prevaricadores e inimigos da paz", referiu e acrescentou: "A paz é uma realidade em Angola, veio para ficar e aqueles que pretenderem perturbá-la têm do Estado a devida resposta". O poder tradicional, disse, é determinante na educação para uma boa convivência, união das famílias e respeito pela vida humana. O administrador municipal sugeriu às autoridades tradicionais que incentivem a população a usar corretamente as terras, com o aproveitamento das zonas férteis ou baixas, para o relançamento da atividade agrícola que minimize a falta de chuva. António Saraiva lembrou a importância da população participar no processo de atualização e do registo eleitoral.

5.4 Conselho de Concertação Social aprecia relatório do grupo técnico

Jornal de Angola

13 de Abril de 2012

Os membros do Conselho Nacional de Concertação Social apreciaram ontem o relatório do grupo técnico para o Estudo da Evolução do Salário Mínimo Nacional, com base na capacidade de pagamento da economia.

Na sua primeira sessão ordinária, orientada pelo Vice-Presidente da República, Fernando da Piedade Dias dos Santos, o Conselho Nacional de Concertação Social

reiterou a vontade de continuar a trabalhar com o Executivo na promoção e desenvolvimento económico e social do país e na realização de acções que visem a melhoria do bem-estar da população.

Os membros do Conselho pronunciaram-se, de igual modo, sobre as linhas estruturantes da Pauta Aduaneira que orienta o fomento da produção nacional mediante o desagravamento dos impostos que recaem sobre os factores de produção.

A sessão também serviu para dar a conhecer aos membros do Conselho Nacional de Concertação Social sobre as actividades desenvolvidas quanto à reforma tributária em curso no país e que se encontram sustentadas pelos princípios, objectivos e prioridades definidos nas linhas gerais do Executivo para a Reforma Tributária.

O comunicado de imprensa revela que durante os cerca de 14 meses de trabalho efectivo, as actividades respeitaram à organização da administração fiscal, melhoria do sistema normativo fiscal e para-fiscal e introdução de soluções legais determinantes para potenciar uma maior arrecadação de receitas. No decurso deste período, as actividades cingiram-se também ao lançamento de uma activa campanha de comunicação que resultaram numa maior adesão e cumprimento das responsabilidades fiscais.

Quanto ao programa de apoio ao Pequeno Negócio, aprovado pelo Executivo, o Conselho foi informado sobre os principais avanços obtidos, principais actividades e constrangimentos, bem como sobre as questões críticas do programa.

No sector da saúde, foi apreciado o regulamento que estabelece a organização e funcionamento da Comissão Nacional de Prevenção e Auditoria de Mortes Maternas e Neonatais, órgão especial de consulta, auscultação, intersectorial e multiprofissional para

questões de prevenção, auditoria, mobilização e advocacia do processo de redução da mortalidade materno-infantil no país.

Nesta primeira sessão, o Conselho Nacional de Concertação Social apreciou também o diploma sobre a alteração da Estrutura Indiciária do Regime Jurídico da Carreira de Enfermagem, já em vigor.

Este diploma visa adequar a estrutura indiciária da carreira de enfermagem ao contexto actual, garantir os princípios de equidade salarial para o pessoal das categorias mais baixas, bem como motivar os profissionais de saúde para o desempenho adequado das suas funções.

Na Educação, os membros do Conselho tomaram conhecimento de um Memorando sobre o Reajustamento das categorias dos docentes, técnicos e especialistas do sector. O documento faz uma abordagem sintética dos procedimentos adoptados para a actualização das categorias dos profissionais da educação e das medidas para ultrapassar os constrangimentos surgidos durante a execução do cronograma previamente estabelecido.

O documento apresenta também os primeiros resultados alcançados e a estratégia a adoptar para a materialização das orientações do Executivo.

5.5 Administrações municipais e governo Provincial com paralisação garantida

Novo Jornal

13 de Abril de 2012

Está instalado o braço de ferro entre o Governo Provincial de Benguela e o Sindicato da Saúde, Administração Pública e Serviços que determinou, em plenária, a paralisação interpolada, numa primeira fase, dos trabalhos nas 10 administrações municipais da província de Benguela e governo provincial. A paralisação foi decretada para vigorar a partir de 7 de Maio por um período inicial de cinco dias. Finda a primeira semana, os trabalhadores voltam às suas tarefas normais até convocação de nova greve.

A derradeira plenária teve lugar no dia 11 de Abril, na sala nobre da união dos sindicatos da província de Benguela, perante representantes daquele sindicato no total dos 10 municípios da província. A declaração de greve fez saber que os representantes das comissões das administrações municipais e dos funcionários do governo provincial partem para este movimento de protesto por verem insatisfeitas as reivindicações que vinham sendo apresentadas e

debatidas há mais de um ano com o governo de Benguela, enquanto entidade patronal. Em respeito pelo estabelecido por lei, o secretário para os assuntos jurídicos do sindicato, Custódio Cupessala, garantiu o cumprimento, na primeira fase da greve, dos serviços mínimos, como atendimentos fúnebres. "A não se encontrarem solução nestes cinco dias iniciais, então partiremos para a segunda etapa da greve".

A fase seguinte da paralisação está acordada para 28 de Maio e deverá terminar somente quando o patronato e empregados chegarem a entendimento.

CONSISTÊNCIA JURÍDICA

A plenária sindical realizada a 11 do corrente foi presenciada por delegados de todos os municípios da Província que aprovaram o calendário grevista. A derradeira tentativa para impedir a marcação da greve, conta Custódio Cupessala, foi realizada pelo Governo de Benguela, no exacto dia da reunião.

"Fornos chamados para mais uma ronda negocial, mas sem qualquer facto provado", adiantou.

Aquele responsável conta que da parte do executivo de Benguela nunca encontraram indícios que provasse vontade de ultrapassar os problemas.

Indagado se o governo local teria capacidade para debelar o problema salarial, o interlocutor sindical reconheceu que não, adiantando que a discórdia está no facto de "sabendo que não podia resolver localmente o problema, o governo provincial devia ter a responsabilidade de enviar por escrito as preocupações ao governo central e não o fez. "Tudo nunca passou de conversas verbais entre dirigentes locais e centrais", resume, argumentando que contactos verbais não devem ser considerados sérios porque não acarretam consistência jurídica.

O secretário para os assuntos jurídicos do Sindicato da Saúde, administração Pública e Serviços confidenciou ao Novo Jornal que as conversações decorrem há mais de um ano como forma de encontrar caminhos para ultrapassar as preocupações dos seus afiliados, na verdade, o caderno reivindicativo, contendo os pormenores das reclamações, foi entregue a 16 de Fevereiro de 2011.

MAIS DE 1000 TRABALHADORES

Quanto a números, Cupessala adianta que "são mais de mil trabalhadores das administrações de toda a província, mais os trabalhadores do governo provincial" que reclamam, sobretudo, igualdade salarial.

O Sindicalista explicou que o debate não anda à volta do aumento salarial. A diferença nas remunerações incomoda e obrigou à elaboração do caderno. Para comparar, Custódio Cupessala sugeriu que se olhe para um técnico médio ou superior a trabalhar no Ministério da Educação, Saúde ou outro e um do governo provincial ou das administrações. Os números são muito diferentes, ganha-se muito menos nos sectores que defendemos", frisa.

Quanto ao Governo Provincial, a razão de fundo para a adesão dos seus funcionários está relacionada com o não pagamento dos subsídios de deslocação.

No geral, desde 2007 que se acumula a dívida, que já ascende a sete milhões de kwanzas. "Sempre houve do governo a garantia de que o subsídio seria pago e hoje, dia 11, o secretário do governo foi 'claro em dizer que não há como pagar esse dinheiro. A dívida existe porque houve deslocações e essa despesa deve ser paga, segundo determina a lei"

5.6 Formação no IFAL para inspectores

Jornal de Angola

16 de Abril de 2012

O Ministério da Administração do Território (MAT) realiza, a partir de hoje, em Luanda, o IV curso de capacitação de inspectores e sub-inspectores dos serviços de inspecção do aparelho da administração local do Estado. De acordo com uma nota do MAT, curso, com duração de um mês e a decorrer no Instituto de Formação da Administração Local, visa o aperfeiçoamento das técnicas na detecção de irregularidades na gestão do erário. A acção formativa visa ainda actualizar os formandos sobre matérias ligadas à inspecção, proporcionando todas as ferramentas indispensáveis ao melhor desempenho da sua actividade profissional. Com este curso, o MAT pretende que no final os participantes estejam aptos a prevenir actos lesivos à gestão financeira e patrimonial dos órgãos da administração local e cooperar com as inspecções de outros sectores, com realce para o Ministério da Administração Pública, Emprego e Segurança Social.

5.7 Por Alegada má governação Mawete João Baptista chamado no ``Kremilin``

Angolense

20 de Abril de 2012

Segundo apurou este Jornal, líderes religiosos locais (católicos e protestantes) têm vindo a censurar as ações do governador no que toca as suas políticas nos planos de desenvolvimento socioeconómicos que não agradam os habitantes do enclave.

"Sempre que é criticado, a resposta é que: tudo o que eu faço é do conhecimento do camarada Presidente da República, José Eduardo dos Santos", comentou um membro do executivo local solicitando o anonimato.

A preocupação da direcção dos camaradas, surge numa altura em que, se constata em Cabinda uma onde de protesto contra a governação de Mawete João Batista.

"Lá vem as eleições, somos obrigados a rever o comportamento dos nossos governantes", confidenciou ao Angolense uma fonte do Kremilin (Sede do MPLA).

Membros da sociedade civil reconhecem haver um elevado índice de sub-alimentação no seio das famílias da província. Cabinda é considerado por muitos como o "Kuwait" da África, graças às suas enormes reservas de petróleo. A população, no entanto, pouco lucra com essa riqueza natural do território, segundo comentam.

Habitantes locais não entendem, como é que a cidade de Cabinda fica regularmente às escuras, devido a avaria de grupos geradores.

Seis dos 22 grupos geradores colocados na central térmica de Malongo estão avariados, afetando seriamente a capacidade de distribuição da empresa nacional de eletricidade, ENE. A ENE tem contrato de fornecimento de 36 megawatts, com a empresa Agrekko, 25 dos quais a partir da central térmica de Malongo, 5 megawatts da estação junto ao palácio e 6 a partir de grupos geradores instalados nos bairros Lussava, Chiueoa, Madómbolo e Povo Grande.

"É uma pouca-vergonha", resumem os cabindenses, considerando que na administração de Aníbal Rocha, era raro acontecer tais situações.

"Na sua terra natal, Uíge, foi desqualificado e foi transferido para "destruir" Cabinda", resmungam os habitantes de Cabinda.

"Ele não dá ouvidos a quem quer que seja", desabafou a mesma fonte, acrescentando que Mawete João Baptista está permanentemente fora da província.

Recentemente, a UNITA acusou o governo provincial de uso excessivo da força quando um grupo de pessoas pretendem contestar algo negativo. Contactado por Angolense, Mawete João Baptista, classificou de infundadas as informações segundo as quais, ele tem governado mal a província. "Cumprimos os programas superiormente aprovados. Ninguém age a margem da lei", defendeu o governador, salientando que, muitas figuras pretendem apenas denegrir a sua imagem.

Cabinda é uma das 18 províncias da República de Angola, que é limitada ao norte pela República do Congo, a leste e ao sul pela República Democrática do Congo e oeste pelo oceano pacífico.

A capital da província de Ca da é a cidade de Cabinda, conhecida também por "Tchiowa". Tem uma superfície de 7 km² e cerca de 300 000 habitantes.

A população de Cabinda pertence na sua quase totalidade aos povos bantu, mais concretamente ao grupo Fiote cuja língua, é o Ibinda, um dialetos do Kikongo.

Administrativamente, a província é constituída pelos municípios de Cabinda, Cacongo, Bucuzau e Belize.

5.8 Crescimento demográfico exige mais transportes públicos

Semanário Factual

21 à 28 de Abril de 2012

Devido ao crescimento demográfico do município de Viana, face ao realojamento de milhares de novos moradores, torna-se difícil satisfazer as necessidades de transportação.

É que, se antes Viana albergava setecentos mil habitantes, esse número cresceu duas vezes nos últimos cinco anos, com a criação dos Zangos 1, 2, 3 e 4, para além dos bairros chamados "Quinhentas casas" e "Vila chinesa".

Os Zangos acolheram actualmente milhares de pessoas retiradas de zonas de risco de vários municípios de Luanda, com destaque para o Cazenga, a Praia do Bispo, a Chicala, o Bairro Operário e mesmo o Sambizanga.

O município de Viana era, por si só, uma área industrial, mas, com a transferência de novos moradores, a região tornou-se mais extensa, superando de longe o então mais populoso município de Luanda, o Cazenga, que teria, antes da transferência dos moradores, dois milhões de habitantes nas suas três comunas, Tala-Hadi, Hojya-Henda e Cazenga.

Enquanto se desafogou o Cazenga, o município de Viana é actualmente o receptor de mais moradores, fazendo com que os problemas de transportação piorassem.

Em princípio, nota-se que milhares de viaturas circulam diariamente de Luanda a Viana, vendo-se táxis, diversos tipos de veículos ligeiros e camiões, mas chama a atenção o facto de somente, de vez em quando, se verificar um ou outro autocarro da TCUL, totalmente carregado de passageiros, sem espaço para mais ninguém! Perguntar-se-ia porquê?

Claro que a razão é visível: milhares de moradores de Viana trabalham em Luanda, e à hora de deixarem o serviço a estrada de Catete enche-se de transeuntes na expectativa de apanharem um táxi ou outro tipo de veículo, e também um autocarro da TCUL. Mas estes passam cheios de passageiros, não dando chance a quem quer que seja para subir.

O reflexo desse quadro é ver gente a pé de Luanda a Viana, particularmente no período entre as 16 horas e as 20 horas, altura em que o engarrafamento faz morada e, entre o andar e o não andar, os peões preferem caminhar em vez de esperarem pelo autocarro da TCUL.

A solução seria aumentar a frota da TCUL

É que a estrada com destino a Viana é uma via expresso, mas os engarrafamentos acabam por desmentir essa frase: são mais carros privados a circularem pela via, do que viaturas públicas, pois, nem toda a gente tem capacidade para desembolsar diariamente 500 Kwanzas para táxis, quando no autocarro da TCUL o preço é de 30 Kwanzas.

Há também o comboio, mas este jamais pode superar a demanda, tanto que ele não passa pelo largo Primeiro de Maio mas surge na zona de Viana a partir do Gamek. Ora, como apanhar os comboios se as pessoas estão distantes deles?

A solução seria mesmo aumentar a frota de autocarros da TCUL, a empresa do Estado que assume o ónus da transportação de pessoas, na sua maioria de baixa renda.

Soube-se que, em Fevereiro deste ano, foi anunciada a entrada de mais cem autocarros da TCUL, e esperava-se que Viana pudesse ser o primeiro município de Luanda a ser beneficiado.

Mas tal não acontece e o resultado é as pessoas caminharem em vez de pagarem os cem kwanzas cobrados pelos taxistas. É que, de Luanda a Viana, o percurso fica em mil Kwanzas, nos dois sentidos.

E poucas são as pessoas com posses para gastarem, por dia, esse valor, quando o salário mínimo nacional, equivalente em Kwanzas a 120 dólares, ainda não foi revisto.

Ademais, as populações dos Zangos são mal servidas pelos autocarros da TCUL, pois, apenas dois veículos passam diariamente com destino a Calumbo, uma comuna de Viana / que tem um mercado de venda de diversos produtos, incluindo bagre e cacusso, pescados no rio Kwanza, que passa pela região.

Um ou outro autocarro da TCUL é visível aqui e ali, mas, grosso modo, a sua ausência é notável.

É um dilema que vem piorando, apesar de, todos anos, a TCUL receber novos autocarros, o que não condiz com o aumento da população de Luanda, hoje a atingir seis milhões de habitantes.

A transportadora-mãe é a TCUL e, como tal, a ela cabe a primazia de introduzir no mercado mais viaturas, sempre olhando para o crescimento demográfico da capital, onde os sistemas modernos de transportação ainda inexistem ...

o choque é duro e reduz o potencial da província "duma forma irreparável, se não forem tomadas medidas administrativas correctivas".

Divisão consumada

No início de Abril corrente, os governos do Bengo e de Luanda consumaram a assinatura de autos que incluem a transferência de bens móveis e imóveis e dos recursos humanos de Icolo e Bengo e Kissama para Luanda.

O governo do Bengo compromete-se a imprimir nova dinâmica para atrair investimentos, e proporcionar rápido aumento de infra-estruturas socioeconómicas, que garantam o fomento de postos de trabalho e se atinja célere progresso das populações.

Ao Bengo resta consumir a pretensão de transformar o município dos Dembos, localizado no epicentro em relação aos demais municípios, no segundo maior

centro da província com projectos de desenvolvimento agrícola, a seguir ao Dande.

Quanto ao Dande, município que alberga a capital do Bengo (Caxito), Cerqueira acha que 1 milhão USD para estudos que visam a construção do futuro porto comercial é "muito pouco", aclarando que para um porto de grande envergadura o montante poderá ascender a 10 milhões USD.

"Estudos sérios, que abarquem todos aspectos de arquitectura, engenharia, economia, finanças, sociologia, administração pública, empreendedorismo saúde, recursos humanos implicaria uma verba 10 vezes superior à atribuída", advoga.

Receia o risco de o estudo contemplar apenas questões físicas de engenharia, deixando depois todas questões anexas, igualmente importantes, por resolver. Os especialistas das ciências sociais, explica, designadamente economistas, antropólogos e sociólogos, sem esquecer especialistas da educação, da saúde e da administração pública, deverão estar associados aos grandes e pequenos projectos, sob pena de, caso contrário, os grandes problemas levantarem outros.

5.9 Ministério forma polícias para os municípios do país

Jornal de Angola
25 de Abril de 2012

O Ministério da Administração do Território pode vir a introduzir, nos cursos ministrados pelo Instituto de Formação da Administração Local (IFAL), formação de polícias municipais e de gestão da protecção civil, anunciou, na Bibala, o titular da pasta.

Bornito de Sousa fez a revelação ao discursar na cerimónia de abertura das IV jornadas técnicas do IFAL, que decorrem desde segunda-feira na Bibala.

A formação, disse o ministro, pode evoluir para um curso de gestão de desastres, a ser ministrado em estreita cooperação com as escolas de formação do Ministério do Interior e da Polícia Nacional e com instituições congéneres de outros países.

O ministro também anunciou, para breve, a realização de cursos para altos dirigentes dos governos provinciais e de gestão e administração autárquica e referiu a importância do estreitamento da cooperação do IFAL com o plano de implementação do sistema integrado de informação e gestão da administração do território nos municípios e nos governos provinciais. As jornadas, que terminam na sexta-feira, debruçam-se sobre a

experiência dos cursos ministrados este ano e fazem o diagnóstico das necessidades de formação, do sistema de avaliação pós-formação e do ensino à distância com recurso às novas tecnologias de informação e comunicação.

O ministro da Administração do Território lembrou na abertura da acção de formação que o Executivo continua a apostar na melhoria das condições de vida das populações.

Bornito de Sousa, que falava na abertura das IV jornadas técnicas de formação do IF AL, que decorre até sexta-feira, disse que o Executivo continua a desenvolver esforços para melhorar as condições de vida das populações, designadamente nos domínios da educação, da saúde, da habitação social, do abastecimento de água potável e da prestação de serviços administrativos a indivíduos e empresas.

5.10 Planos directores para os municípios exigem o envolvimento dos cidadãos

Jornal de Angola
26 de Abril de 2012

A elaboração dos planos directores municipais deve contar com a participação de todos os actores políticos, sociais e especialistas de diferentes ramos do saber científico, defendeu na terça-feira, no Lubango, o director nacional do Ordenamento do Território.

Manuel Zanguí dissertava sobre a Lei do Ordenamento do Território durante uma formação dirigida aos vice-governadores para a área técnica e infra-estruturas e administradores municipais adjuntos e técnicos das províncias da Huíla, Namibe, Cunene e Kuando-Kubango.

Na sua opinião, a participação dos diferentes segmentos da vida política e social e de especialistas de várias áreas possibilita uma análise crítica sobre a integração das componentes urbanísticas de cada região do país.

Para o arquitecto, os planos directores municipais são o reflexo da política municipal em termos de ordenamento do território, urbanismo e ambiente, que servem de quadro global de referência da organização territorial.

"Toda a gente com cumplicidade e com tarefas que incidam no ordenamento do território precisam de contribuir com o seu conhecimento neste processo de desenvolvimento territorial. Este é um momento

de democratização das questões ligadas à terra e ninguém deve ser ignorado", defendeu.

Manuel Zanguí esclareceu que a elaboração de qualquer plano director urbanístico obedece às fases de deliberação, definição de termos de referência, concursos públicos, constituição de equipa e caracterização de diagnósticos da situação existente. A criação do plano municipal passa também pela definição de uma estratégia de desenvolvimento integral.

A formação decorre até hoje e são abordados temas como a gestão fundiária e organização de concurso público, com o objectivo de preparar os participantes para elaborarem planos directores executáveis e adaptados às especificidades de cada reg

5.11 Administração do Território lança sistema de informação

Jornal de Angola
27 de Abril de 2012

O Executivo lançou em Saurimo o Sistema Integrado de Informação e Gestão da Administração do Território, numa iniciativa do ministério de tutela.

O sistema visa a informatização dos serviços das administrações municipais e a criação de um ficheiro de informação nacional.

O programa foi apresentado pela administradora da empresa responsável pela instalação, Natália Ramos, acompanhada da governadora provincial do Kuando-Kubango, Cândida Narciso. Estiveram também presentes o administrador municipal de Saurimo, Gregório Miaso, e quadros do governo provincial.

Em declarações à imprensa, Natália Ramos explicou que o Sistema Integrado de Informação e Gestão da Administração do Território permite ter um conjunto de indicadores que auxiliam a definição das políticas de desenvolvimento do país ao nível local.

Este programa vai abranger, na primeira fase, 53 administrações municipais de todo país.

6. URBANISMO E HABITAÇÃO

6.1 Autoridades da província do Bié apostam na construção de casas

Jornal de Angola
03 Abril de 2012

Um total de 200 casas sociais são construídos, ainda este ano, em sete municípios da província do Bié, garantiu no Chitembo o vice-governador para a Esfera Técnica e Infra-estruturas.

Andrade Adolfo disse que numa primeira fase são construídas 100 residências até Dezembro, nas regiões de Camacupa, Chinguar, "Chitembo, Catabola, Cunhinga, Cuemba e Nharea, para reduzir o défice habitacional na província. Além da construção das casas, também são feitos lancis, passeios, redes técnicas de baixa e alta tensão, sistemas de abastecimento de água potável e outros equipamentos sociais. O governante aconselhou os municípios daquelas regiões, especialmente do Chitembo, a colaborarem com as empresas de construção civil na reservação dos materiais de construção para que sirvam o programa do governo em tempo oportuno.

O administrador municipal do Chitembo, Daniel Mucanda, enalteceu o desempenho do Executivo na concretização do projecto de habitação que está a atingir as zonas mais longínquas desta comunidade. Andrade Adolfo sublinhou que outras residências podem ser construídas nas comunas de Soma Kwanza, Mumbwé, Molenguei, Matumbo e Caxingues.

Garantia de apoio

O governo da província do Bié apoia as construções auto-dirigidas a nível dos municípios, garantiu o vice-governador Andrade Adolfo. "A direcção provincial das obras públicas e urbanismo criou mecanismos para apoiar as construções auto-dirigidas em colaboração com as administrações municipais", referiu.

O governo está disponível para ajudar as populações para a construção autodirigidas, disse, referindo que tal programa começou em 2009 nos municípios do Cuíto, Chinguar, Chitembo, cuemba, catabola, Camacupa, Cunhinga, Nharea e Andulo de forma lenta e que agora é de maneira eficiente.

6.2 Bairro da Luz no Lobito em fase de requalificação

Jornal de Angola
03 de abril de 2012

A população do bairro da Luz foi 10, informada sobre as alterações feitas no Projeto Integrado de infra-

- Estrutura de Benguela (PIIB) que prevê a requalificação daquela zona urbana do município do Lobito, recentemente aprovada pelo Conselho de Ministros. O administrador do Lobito, Amaro Segunda Ricardo, disse que o projeto prevê colocar asfalto em todas as ruas, nova rede de esgotos, passeios e lancis para as águas pluviais e iluminação pública.

Do projeto consta ainda arranjo no largo central do bairro, quadras para a prática de basquetebol, futebol de salão, um mini parque infantil, sanitários públicos e bancos para descanso. o futuro, disse, o bairro em termos de infraestruturas urbanas ganha uma nova imagem, igual ou superior ao da Restinga.

Amaro Ricardo esclareceu que o projeto, na sua globalidade, está orçado na ordem dos 54 milhões de Dólares, mas referiu que engloba já não só a intervenção no bairro da Luz, como também os canais de Drenagem das valas do Lobito, Benguela e Baía Farta. As obras do projeto estão a ser executadas pela Odebrecht e são financiadas por uma linha de crédito do Brasil. Cerca 17 mil cidadãos residentes naquela zona beneficia do projeto.

O bairro da Luz é o primeiro do município do Lobito a beneficiar de obras do género. Emblemático, com excelentes moradias e ruas, nos últimos tempos não possui nenhum metro quadrado de asfalto.

Domingas Quando, moradora do bairro da Luz, revelou ao Jornal de Angola que com a execução do Projeto de requalificação, o bairro apresenta nova imagem, o que contribui para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos ali residentes. Belchior Salomão Jorge considerou que a intervenção chega em boa hora, pois referiu que na época chuvosa a população daquele bairro tem passado por inúmeras Vicissitude devido à falta de esgotos para o escoamento das águas pluviais.

6.3 Governo Constrói milhares de casas

Jornal de Angola
03 de Abril de 2012

A primeira pedra para a construção de três mil fogos habitacionais na província do Uíge vai ser lançada amanhã, no município do Bungo, segundo decisão saída de um encontro entre o vice-governador para o sector Técnico e Infraestruturas e as empresas seleccionadas para o efeito.

Afonso Luviluco esclareceu que encontro serviu para informar as empresas da disponibilidade das verbas para o pagamento das primeiras percentagens, com vista ao arranque das obras. Na reunião, ficou acordado um prazo de cinco meses Abril a Agosto como limite' uma vez que o ano civil termina em Setembro.

"Por isso, preferimos ouvir os empreiteiros para saber da sua disponibilidade para a execução do programa, condições disponíveis, custos e prazos estabelecidos para confirmarmos do grupo de empresas seleccionadas o arranque dos trabalhos ainda este mês, para se evitarem quaisquer embaraços", afirmou.

A primeira fase do processo teve início com a seleção das empresas que apresentaram propostas de elaboração de projetos urbanísticos para aferir da sua real capacidade.

Na segunda fase, sublinhou, após a elaboração dos planos urbanísticos, contrataram-se outras empresas para a execução das infraestruturas, começando com a limpeza dos terrenos, abertura dos armamentos e o loteamento dos 25 hectares de terrenos disponíveis em cada um dos municípios onde vão ser erguidas as habitações.

"Temos um projeto-modelo, mas pretendemos diversificar, atendendo à expansão geográfica da província, que possui 16 municípios, mas apenas 14 estão abrangidos neste primeiro processo", referiu. Dos 14 municípios abrangidos, constam o do Ambuíla, Cangola, Bembe, Buengas, Bungo, Damba, Quitexe, Quimbele, Maquela do Zombo, Milunga, Mucaba, Puri, Sanza Pombo e Songo. Cada uma delas vai beneficiar de 200 residências.

O diretor do Gabinete de Estudos e Planificação do governo provincial do Uíge, Francisco Nosse Manteiga, esclareceu que havia muitas dificuldades para pagar as empresas, porque as mesmas não tinham os seus impostos regularizados.

As empresas devem para o efeito reunir, entre outros documentos, alvará de empreitada de obras públicas, a escritura da sociedade publicada no Diário da República, comprovativo da caução definitiva, declaração de ausência de dívida para com o Estado, respectivos planos de mão-de-obra e uma exposição dos seus equipamentos. Muitas empresas locais e também as que vêm de Luanda não apresentam o registo estatístico atualizado, certidão de registo comercial e o próprio cadastramento e isso, segundo o responsável, tem dificultado "o nosso trabalho".

Concurso público

O governo provincial do Uíge procedeu, também, à abertura do Concurso público de qualificação de empresas para a construção, reabilitação e apetrechamento de infraestruturas económicas e sociais em todos os municípios, ao abrigo do regime jurídico relativo à Contratação Pública.

Das ações a serem executadas constam a construção e apetrechamento de seis hospitais municipais, escolas nos municípios do Uíge e Quitexe, edifícios para os órgãos de Justiça Militar e um Centro materno-infantil. As empresas nacionais e estrangeiras de construção civil também podem concorrer à execução de projetos de expansão da iluminação pública da cidade do Uíge, instalação de para-raios no município e reabilitação da casa protocolar do governo provincial.

A escola pré-universitária, as vias de acesso ao município sede, os edifícios da Ex - Câmara Municipal e dos Registos, o palácio da administração do Quitexe e o hospital do Negaje, constam, igualmente, da lista das infraestruturas cujas obras estão abertas a concurso público.

OJornal de Angola apurou, junto do governo provincial, que a província do Uíge prevê, igualmente, adquirir 1.100 cabeças de gado bovino, 20 tractores com as respectivas alfaias agrícolas e ambulâncias, tendo já lançado o concurso.

6.4 Mais casas no lar do Patriota

A Capital
07 de Abril de 2012

Foi um momento de satisfação quando, no passado Sábado, 30, um grupo de associados da Cooperativa O Lar do Patriota, em Luanda, recebeu do Presidente António Henriques da Silva "Dinguanza" as chaves das respectivas residências depois de algum tempo de espera.

A cerimónia de entrega das chaves foi simbólica, mas repleta de alegria, sobretudo pelas palavras de encorajamento, pronunciadas pelos associados ora beneficiados, felizes pela concretização do sonho da casa própria. Em breves considerações, António Henriques da Silva felicitou os beneficiários pela perseverança e destacou as virtudes de um dos maiores projectos habitacionais, com seis mil residências já construídas em ambiente devidamente urbanizado.

Desta vez, segundo António Henriques da Silva, foram entregues 14 casas, muitas outras hão-de se seguir, tendo em conta o início da fase de expansão do projecto Urbanização Harmonia.

Falando sobre o futuro, o Presidente da Cooperativa prevê a construção, na zona de expansão, de importantes infraestruturas de lazer, como sejam campos de golfe, parque aquático e um jardim botânico.

6.5 Aumenta o número de maridos com medo de construir

Folha 8

07 de Abril de 2012

Estranhamente muitos maridos/pais manifestam-se indecisos perante a possibilidade de construir uma casa e fugir da renda, contrariamente ao outrora e ao que seria normal: manifestarem-se orgulhosos.

Muitos maridos, segundo constatou o Folha8, consideram "perigoso" a possibilidade de construir uma casa e apresentam como razão o desentendimento conjugal que é cada vez maior. Estes homens argumentam que presentemente muitas esposas, ao invés de contentarem-se com os companheiros que constroem moradia para a farrulia, optam por ser mal agradecidas, planejam separação com o objectivo de apoderarem-se das casas.

"É uma situação triste mas é verdade", afirmou Carlos Silva para depois sustentar a afirmação. Há cerca de dois anos, depois de outros tantos sem a ver, encontrou-se com uma antiga namorada que já estava casada e a viver em casa de aluguer enquanto aguardava pela conclusão da casa própria que estava a ser construída pelo marido.

A mesma manifestou-se interessada em voltar com o ex, mas apenas depois de a casa que estava a ser construída pelo marido terminasse.

"Ela disse-me taxativamente isso: Depois da casa estar pronta, criaria uma variante (problema) com o marido mas de maneira a este ser culpado e ela então

ficaria com a casa uma vez que tinham dois filhos", recorda, acrescentando que se arrepiou ao ouvir tal plano.

E mais. "Passei a pensar quantas mulheres pensam e agem como ela?"

Em busca de mais situações do género, Folha8 encontrou a do casal lida e Albano, este de mais de 60 anos e mais velho da esposa de quase 30. Segundo o que se apurou do casal, o marido suspeita que a mulher, com quem tem dois filhos, tem amante e ele anseia encontrar provas antes de concluir a casa para, desta feita, ter razões para accionar a separação e ela perder o direito à casa.

"Ela não vale nada, vive a meter-se com os jovens do bairro e acusa-me de eu estar a namorar com as miúdas", conta para sepois sustentar "ela engana-se a pensar que vai ficar com a casa porque este é o plano dela".

A moça, por sua vez, confessou ter um plano semelhante ao do marido. Ou seja, pretende ter provas que "ele está a namorar com miudinhas" e, desta feita, levar ao tribunal onde há vários meses o casal tem processo.

Além destes, Folha 8 constatou inúmeras histórias de casais que fingem continuar juntos quando não estão. Aguardam por garantias judiciais ou de acordos familiares para consumarem a separação e, desta feita, ver com quem fica a casa.

Sabe-se da existência de casais nesta situação que enquanto não se separam efectivamente dão-se ao luxo de ter no quarto de casal duas camas de solteiro em que os dois dormem separadamente até a separação efectiva.

A preocupação do Folha 8 ao abordar o assunto deve-se ao facto de não haver luz no túnel a indicar tendência para a diminuição de casos. Pelo contrário. Cresce o número de lamentações da parte dos esposos em vias de se separarem das esposas e consequentemente perder as moradias que tão dificilmente construíram para os lares que constituíram. Muitos maridos, por exemplo, revelaram preferir continuar e morrer em casa de renda por desconfiar da mulher.

A referida situação periga o futuro dos jovens crescidos em lares em que os filhos assistem ao fingimento dos pais, sobretudo porque muitas vezes cada um pretende contar com o apoio dos filhos e atira-os contra o parceiro. Na sequência, estes filhos não beneficiam dos ensinamentos dos progenitores.

Os responsáveis pela harmonização dos lares que constituem a sociedade angolana são chamados a fazer mais do que fazem sob pena do alastramento do número de casais desanvidos aumentar.

Pouco se fala do assunto mas ...

Pese embora pouco ou nada ecoe sobre casos do género a verdade é que são inumeráveis. Os mais atentos receiam que este tipo de comportamento frustre em certa medida o sonho de futuro seguro para as gerações vindouras. E que, segundo estudos, "as casas habitadas por pais que não se falam invariavelmente geram filhos rebeldes", pois pais que não se falam são incapazes de programar a dois, o que dizer aos filhos, em matéria de educação moral e cívica. Apoquento o facto de muitos dos casais estarem em rota de colisão por disputarem a casa em que residem com pais e netos.

6.6 Lançado projecto para construção de casas sociais nos municípios

Jornal de Angola
9 de Abril de 2012

Um projeto que visa a construção de 50 fogos habitacionais, das 200 casas previstas, em cada um dos seis municípios do interior da província de Benguela, foi lançado esta semana, no âmbito da política nacional de habitação.

Para concretização do projecto, que entra em execução a partir deste mês, foram assinados, nos municípios da Ganda, Caimbambo, Cubal, Chongoroi, Balombo e Bocoio os actos de consignação das empreitadas, pelo director provincial do Urbanismo e Habitação de Benguela, Zacarias Camuenho, e os empreiteiros. As obras em cada município estão orçadas em 169,7 milhões de kwanzas.

Na Ganda, o administrador municipal, Caetano Mateus Lopes, disse que o acto constitui uma grande valia para a localidade, uma vez que carecia de espaços para alojar quadros técnicos. Afirmou que a empreitada também abre uma possibilidade de garantir lotes de terrenos urbanizados, para distribuir a todas as pessoas interessadas em construir uma habitação própria e condigna.

No município do Cubal, a construção de 50 das 200 habitações previstas, arranca em terrenos urbanizados nas mediações do campo de futebol. O administrador municipal, António Saraiva, cumprir os prazos estabelecidos e à população a fiscalização, controlo e o acompanhamento da empreitada. António Saraiva

referiu que o Executivo a tem responsabilidades acrescidas com o povo, daí a necessidade do empreiteiro desdobrar esforços no sentido de, nos termos dos acordos assumidos, cumprir as suas atribuições para que faça a entrega das casas sociais à comunidade.

No município do Bocoio, o lançamento do projeto decorreu no bairro de Canjongui, periferia do município, onde foram preparados 25 hectares, em cerimónia presidida pela administradora Deolinda Valiangula. Na primeira fase, com a duração de seis meses, vão ser construídas 50 casas sociais. Para construção das 200 casas em cada município da província de Benguela vai modernizar a vila e garantir bem-estar social aos munícipes. No Chongoroi, as 50 casas das 200 previstas começam a ser construídas a partir de hoje. A assinatura do acto de consignação da empreitada decorreu na urbanização de 25 hectares que já conta com toda a infra-estruturas.

O administrador municipal, Francisco Miguel, manifestou a sua satisfação pelo facto do município terem em breve as primeiras 50 casas sociais que vão mudar a imagem do Chongoroi.

6.7 Nova zona habitacional em Capenda-Camulemba

Jornal de Angola
9 de Abril de 2012

Um de total de 200 casas sociais vão ser construídas no município de Capenda-Camulemba, na Lunda-Norte, no quadro do programa de fomento habitacional, disse ontem ao Jornal de Angola o responsável da empresa BSH, construtora encarregue da empreitada.

O arquitecto Alci Ribeiro Heim, que falava à imprensa a propósito da visita do governador provincial ao município, esclareceu que está tudo a postos para dar início às obras, com a instalação de um estaleiro para o armazenamento do material, e garantiu que as primeiras casas serão entregues em Setembro próximo, dando origem a um novo bairro. Neste momento está a ser feito o trabalho de limpeza e loteamento dos terrenos, além do traçado dos arruamentos. Dentro de 20 dias vai ser erguida a primeira casa modelo. O novo bairro de Capenda-Camulemba vai beneficiar mais de mil famílias.

As residências são do tipo T-3 e ocupam um espaço de mais de milímetros quadrados, com onze ruas, obedecendo a moderna os padrões urbanísticos, de forma a dignificar a sede do município.

Alci Ribeiro Heim garantiu estarem salvaguardadas as questões de impacto ambiental através da criação de zonas verdes, assim como a preservação das árvores existentes.

O arquitecto assegurou que, tendo em conta a importância e dimensão da obra, o projeto vai proporcionar mais de 80 empregos aos jovens do município de Capenda- Camulemba, formados em diferentes centros profissionais da província. Os engenheiros de construção civil e tipógrafos vêm de Luanda.

6.8 Governador deu início à construção de três mil fogos

Jornal de Angola

10 de Abril de 2012

A primeira pedra para a consução de 3.200 casas na província do Uíge foi lançada oficialmente, no município do Bungo, pelo governador Paulo Pombolo que colocou o primeiro bloco num terreno com 250 mil metros quadrados, destinado à construção de um bairro de habitações sociais.

Nos restantes municípios da província também vão ser erguidas, simultaneamente, 200 casas.

As novas centralidades compreendem habitações com três quartos. A empreitada inclui construção de arruamentos, sistemas de esgotos e valas de drenagem, loteamentos, passeios e a criação de espaços verdes para recreio e lazer, espaços comerciais, escolares e desportivas, que vão ser construídos nos 16 municípios da província do Uíge, em áreas de 250.000 metros quadrados, reservadas em cada município.

Paulo Pombolo disse que a construção das habitações visa dar melhores condições de alojamento aos funcionários públicos e às populações. "As primeiras casas ficam concluídas em Agosto deste ano. Seleccionámos várias empresas para construírem as habitações nos municípios, para a sua conclusão ser mais rápida", disse o governador do Uíge, acrescentando que os empreiteiros vão cumprir os prazos estabelecidos nos contratos assinados, além de serem obrigados a executar as obras com qualidade e segundo as memórias descritivas. O governador provincial do Uíge esclareceu que a construção de novas centralidades habitacionais na província enquadra-se no programa nacional de habitação. O projecto vai contribuir para melhorar a imagem arquitectónica das localidades onde a maior parte das infra-estruturas foi destruída durante a guerra.

No Uíge, as novas centralidades, em construção, em todos municípios, vão ser erguidas em áreas de 250 mil quilómetros quadrados. Além de habitações, são construídos, arruamentos, zonas verdes, espaços de utilização colectiva, espaços comerciais e estacionamento de viaturas.

Benefícios da paz

Paulo Pombolo afirmou no Bungo que a província regista um acelerado crescimento em todos os sectores. O governador disse que nos últimos dez anos foi possível construir e reabilitar várias estradas principais, secundárias e terciárias, escolas, hospitais, centros e postos de saúde, habitações e actividades agropecuárias, apoiar a iniciativa privada e o empreendedorismo, facto que garantiu maior diversificação da economia nacional que dependia apenas da produção petrolífera.

Na província do Uíge, referiu, foram construídas, em dez anos de paz, 230 unidades sanitárias, entre hospitais municipais, centros e postos de saúde, 1.172 escolas, que permitiram a inclusão de mais de 14 mil alunos no sistema normal de ensino, a criação da Universidade, que possibilitou o ingresso de mais de 1.700 estudantes no ensino superior, a instalação da energia eléctrica proveniente da barragem hidroeléctrica de Capanda, o melhoramento dos serviços de abastecimento de água potável na sede provincial, municípios, comunas e aldeias.

Distribuição de motorizadas

O governador provincial do Uíge esclareceu que, para além das infra-estruturas construídas e dos serviços, a província necessita ainda da construção de mais equipamentos sociais e a melhoria dos serviços públicos colocados à disposição da população.

No município do Bungo, Paulo Pombolo falou sobre a necessidade de serem construídas mais escolas com vista a integrar as crianças que ainda se encontram fora do sistema normal de ensino, mais unidades sanitárias, sistemas de abastecimento de água e fornecimento de energia eléctrica às populações e reabilitação das vias de acesso, sobretudo as secundárias e terciárias.

O governador do Uíge entregou no Bungo toneladas de bens alimentares para as populações carenciadas da localidade, roupa usada, mantas, equipamentos desportivos, ferramentas agrícolas, equipamentos de cozinha, chapas de zinco, rádios e bicicletas para as autoridades tradicionais e motorizadas para os funcionários da administração local.

"Ainda temos muito por fazer. Faltam ainda serviços para melhorar a vida da população", concluiu o governador.

6.9 Lançada a primeira pedra para construção de moradias

Jornal de Angola
10 de Abril de 2012

O Executivo prevê construir este ano 200 fogos nos municípios de Cambambe e Golungo Alto, no âmbito do subprograma habitacional.

O governador provincial, Henriques Júnior, lançou ontem oficialmente nas duas localidades a primeira pedra que dá início às obras.

No município de Cambambe, a empresa Company Construtora promete concluir, até Agosto, as primeiras 100 casas do tipo T-3, a serem erguidas numa área de 25 hectares. As restantes residências começam a ser construídas em 2013.

O administrador municipal de Cambambe, Mateus António da Costa, disse que o projecto resolve os problemas habitacionais que os municípios enfrentam.

No Golungo Alto, depois de ser lançada a primeira pedra para a construção das 200 residências, o projectista, Carlos Delgado, da construtora Horizonte Global, esclareceu que numa primeira fase são construídas casas bi-familiares ou, se preferirem, casas gemiadas e unifamiliares (casas em lotes independentes).

Para a segunda fase, está prevista a construção de edifícios com pequenas lojas e habitação, numa área de 25 hectares.

O vice-governador para a Área Técnica e Infra-estruturas, Erlindo Lidador, os administradores municipais de Cambambe e Golungo Alto respectivamente, Mateus António da Costa e Cirilo Mateus, membros do governo, entidades tradicionais, estudantes e convidados testemunharam lançamento da primeira pedra.

6.10 10 mil casas Serão construídas pela empresa de origem chinesa Citic

Jornal Expansão
13 de Abril de 2012

Em 4 centralidades na província de Benguela, sendo 3 mil na cidade com o mesmo nome e igual número na cidade do Lobito, enquanto os municípios de Catumbela e Baía Farta terão, cada, 2 mil residências. As habitações serão erguidas sob a égide da SONIP e, na primeira fase, deverão beneficiar 60 mil cidadãos.

6.11 Dignidade é o que falta

Semanário Factual
14 à 21 de Abril de 2012

Desde há cinco anos que nasceu a ideia, pelo Executivo, de transferir populações da cidade de Luanda para a periferia, ou seja, em lugares mais seguros, depois de retiradas de zonas de risco.

Essa medida, a princípio, foi encarada como uma saída para a melhoria da vida dessas populações, tendo então nascido o Zango 1, com casas do tipo T3, inacabadas, sem canalização de água e com energia eléctrica.

Para quem abandonou zonas de risco, naturalmente que as novas casas recebidas pareciam boas, pese a sua não conclusão que as tornaria mais agradáveis.

Na sequência, e porque a necessidade assim obrigava, passou-se a falar de requalificação da cidade de Luanda, particularmente daqueles então municípios com um aglomerado populacional a viver em condições precárias.

Daí o surgimento do Zango 2, igual ao Zango 1 em termos de condições habitacionais, com casas com grandes quintais que possibilitam a construção de anexos.

Mas, retirar moradores de várias zonas, implicava um esforço enorme, porque seriam aos milhares os habitantes de diversas zonas então contemplados na requalificação.

Para o efeito, o Executivo contou com a cooperação brasileira e chinesa, através da qual as casas foram construídas diferenciadamente, umas com portas de madeira prensada e janelas de vidro e sem tecto falso, e outras com portas e janelas de chapa trabalhada, com tecto falso e com rede de canalização de água.

Logo a seguir surgiu o Zango 3, construído há três anos, com casas do tipo T3, com tecto falso, com janelas de vidro em vez de chapas, com quintais maiores, mas, tal como nos outros dois Zangos, a canalização de água é apenas uma quimera.

A tubagem de água chega aos quintais, mas nenhuma gota cai dela, um mau trabalho executado pela Empresa Pública de Águas de Luanda (EPAL), que não se preocupa em verificar o estado da rede.

Face ao número de habitantes a realojar, as autoridades autorizaram a construção, pela empresa brasileira Odebretch, do Zango 4, de forma desigual: Do lado esquerdo da estrada com destino a Calumbo ergueu-se o Zango 4, com casas inacabadas, mal construídas, sem beleza estética, desalinhas e nada atraentes.

Do lado direito da estrada de Calumbo ergueu-se o outro Zango 4, com ruas asfaltadas, com casas do tipo T3 muito maiores, bem elaboradas, já pintadas e com o sistema de distribuição de água interno, embora tenham quintais estreitos onde apenas pode caber uma viatura.

Mas, nesta zona, nenhuma gota de água sai das torneiras instaladas, recorrendo os moradores, sempre que podem, aos tanques reservatórios de habitantes mais abastados ou, então, esperam pelo camião cisterna da administração municipal de Viana que procede à distribuição de água aos habitantes.

Aqui se levanta a questão: como criar aglomerados populacionais sem se olhar primeiro para sua dignidade? Se as pessoas saíram de zonas de risco, com todas as carências, o normal seria encontrar melhores condições de vida, em vez dos mesmos problemas deixados anteriormente.

Porque não é concebível que novas centralidades sejam consideradas urbanas, sem jardins, sem arvoredo, água potável instalada, energia eléctrica regular e ruas asfaltadas.

Dir-se-ia que a requalificação da cidade de Luanda, agora com nova divisão administrativa, não leva em conta as condições para os realojados saídos do populoso município do Cazenga, da Samba, da Praia do Bispo, do bairro Operário e da Terra-Nova, e de outras localidades.

No passado, Luanda assistiu também à transferência de moradores para novos aglomerados depois de serem retirados dos Coqueiros e da Mutamba, zonas então em crescimento.

Mas as casas dadas a essas comunidades transferidas para as zonas das Bês e das Cês, no Rangel,

obedeciam aos padrões, ou seja, foram construídas ordeiramente, asfaltadas as ruas, com todos os sistemas de água, de electricidade e de esgotos totalmente funcionais.

Quer dizer, as populações sentiram na pele a mudança de vida para melhor e viram respeitada a sua dignidade!

Por isso se nota que a dignidade está longe das populações realojadas às pressas, nos Zangos, sem um plano director, porque os anteriores espaços habitados por elas têm agora novos donos, estrangeiros, na sua maioria, que erguem novos prédios, com muitos andares, quais caixas de fósforo amontoadas.

Portanto, requalificar Luanda é uma necessidade que se impõe, mas ela não pode ser levada a ferro e fogo, como se o realojamento coubesse à gente contaminada com alguma enfermidade contagiosa.

É que a dignidade deve ser sempre considerada quando se trata de seres humanos, letrados ou não. Porque realojar por realojar, não faz sentido, a menos que esse realojamento supere de longe as condições deixadas pelos moradores, antes.

Só assim as populações sentirão que a atenção sobre si vale a pena, quando poderem beneficiar de todos os serviços: água, luz, postos médicos, escolas, rede bancária, jardins, campos de lazer, enfim, tenham disponíveis os meios para uma vivência totalmente condigna ...

6.12 Autóctones beneficiam do projecto 1 milhão de casas

Semanário Angolense

14 de Abril de 2012

O lançamento do projecto de construção de oitocentas residências de baixa renda nos quatro municípios do Namibe, destinadas à população em extrema pobreza, compreendendo, ocorreu no município pecuário do Virei, na passada terça feira, 10.

Trata-se dos municípios do Virei, Tombwa, Bibala e o Camucuio, contemplados com duzentas residências a cada, a partir da data do lançamento do primeiro tijolo, ou bloco, pela governadora da província, Cândida Celeste da Silva, nas terras do carneiro.

De acordo com o director provincial das Obras Públicas, Urbanismo e Construção, arquitecto Carlos de Sá, as respectivas residências deverão ser concluídas até ao mês de Junho, próximo.

O município do Virei, que possui um potencial em termos de gado bovino, caprino e ovino, dista 130 quilómetros da capital da província. Num passado recente, essa localidade conheceu poucos incentivos com vista a desenvolver-se, colocando-se hoje na cauda dos quatro municípios no capítulo do desenvolvimento infraestrutural.

A administradora municipal, Juliana Fonseca, ainda terá de enfrentar dificuldades de toda ordem, designadamente de falta de acomodação de professores, enfermeiros e outros técnicos que decidiram desafiar o deserto das terras do carneiro, trabalhando para as comunidades locais, predominantemente pastoris.

Outros quebra-cabeças

Além da escassez de água, a degradação das vias, a ausência de infraestruturas comerciais e de lazer também constitui um outro quebra-cabeças.

O projecto de edificação de novas residências está orçado em Kz. 125.358.358 (cento e vinte e cinco milhões, trezentos e cinquenta e oito mil e trezentos e cinquenta e oito Kwanzas), bastante aplaudido pelos munícipes, que querem ver o seu município desenvolver-se.

Apesar de o projecto de construção destas residências estar direccionado para a população carenciada, vulgo pobre, questiona-se, no entanto, os critérios de distribuição, tendo em conta o oportunismo crónico.

A governadora provincial, Cândida Celeste da Silva, considera o programa um passo importante para o desenvolvimento dos municípios, reiterando que, além de trazer melhorias à vida das populações, o projecto também se enquadra no compromisso assumido publicamente pelo chefe do Executivo angolano, eng^o José Eduardo dos Santos por altura das eleições de 2008, quando anunciou a construção de um milhão de casas em todo o país.

«Estas casas fazem parte da quota atribuída às populações dos municípios do Virei, da Bibala, do Camucuio e o Tombwa, que estão contemplados com duzentas residências a cada, ao passo que o município do Namibe terá uma centralidade de 4 mil residências», esclareceu, a governante.

Gado por construção de casa

Tais residências juntam-se a um outro programa de luta contra a fome e a miséria, que está a ser executado nos municípios da província e que compreende o tipo de residências evolutivas, em que o Estado constrói dois quartos, cozinha e casa de

banho e o feliz contemplado procede aos acabamentos, depois da sua ocupação.

Na localidade do Munda, 45 quilómetros a Sul da sede do município do Virei, na linha limítrofe com o município da Chibia, província da Huila, o Semanário Angolense constatou a construção de residências inseridas nesse programa de luta contra a fome, financiadas pela Casa Civil da Presidência da Republica, através da Secretaria para os Assuntos Sociais.

Oito mil dólares é o custo de cada uma dessas habitações, também destinadas às comunidades vulneráveis de entre a população sinistrada pelas cheias de Março do ano 2011.

No encontro com a população, Cândida Celeste incentivou os autóctones no sentido de que, apesar da transumância que se tornou cultural, as comunidades devem concentrar-se num só lugar, para permitir que o Estado coloque ali, escolas, hospitais, água e outros bens indispensáveis à vida dos autóctones.

A governante informou que os empreiteiros que estão a realizar obras nesta localidades estão igualmente orientados no sentido de negociarem com a população interessada em erguer a sua própria casa, através de permuta com o gado ou seja, três a quatro cabeças de gado para a construção da casa pessoal, comparticipando depois a administração municipal com o resto.

«Três ou quatro cabeças de gado é o suficiente para um cidadão pagar ao empreiteiro a construção da sua própria casa, a outra parte a pagar, ficará por conta da Administração do Município», anunciou Cândida Celeste da Silva.

6.13 Construtoras portuguesas têm projectos na vila do Soyo

Jornal de Angola

17 de Abril de 2012

A empresa Sociedade de Construções Soares da Costa obteve o contrato para a empreitada do projecto de construção das habitações dos quadros da Angola LNG, no município do Soyo, província do Zaire, informou o grupo num comunicado enviado ao regulador do mercado português.

No documento divulgado pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, o grupo Soares da Costa informou que a sua participada vai executar a obra em consórcio com a empresa Moniz da Maia Serra e

Fortunato (MSF). As duas empresas têm uma participação de 50 por cento cada.

A obra tem um prazo de execução de 36 meses e o valor total de adjudicação é de 252 milhões de dólares, o que representa um acréscimo de aproximadamente 19,5 por cento na carteira de encomendas da Soares da Costa no mercado angolano.

O projecto destina-se a alojar os técnicos e respectivas famílias da unidade industrial de recolha, armazenagem e distribuição de gás natural da Angola LNG, no Soyo, tendo os edifícios do complexo industrial sido já construídos também pela Soares da Costa. O contrato prevê a construção de 317 habitações de várias tipologias, numa área habitacional total de 10 mil metros quadrados e de diversas infra-estruturas e equipamentos de apoio.

6.14 Governador efetuou remodelação

Jornal de Angola
20 de Abril de 2012

O governador da província de Luanda, Bento Bento, exonerou dos cargos de coordenadora da Comissão provincial de Redimensionamento Empresarial e coordenadora da Comissão Provincial para a Venda & O Património Habitacional do Estado, Rosa Luís de Sousa Micoló, em despachos datados de 17 de Abril de 2012.

Em outros dois despachos, data dos do mesmo dia, o governador de Luanda, nomeou Eduardo Costa Gabriel para exercer, cumulativamente, as funções de coordenador da Comissão Provincial de Redimensionamento Empresarial e coordenador da Comissão Provincial para a Venda do Património Habitacional do Estado.

A medida, referem os despachos do governador de Luanda, resulta da necessidade de dar continuidade ao tratamento técnico dos processos para a venda do património habitacional do Estado e da compra e venda de imóveis de redimensionamento empresarial.

6.15 Moradias em construção prontas dentro do prazo

Jornal de Angola
20 de Abril de 2012

As obras das primeiras cem casas, de um total de 200, iniciadas em Março, no município do Cuvelai, província do Cunene, no quadro do programa

habitacional, encontram-se em fase avançada e os trabalhos vão ficar concluídos até ao fim de Julho.

O governador da província, António Didalelwa, constatou ontem, no local, o andamento das obras e recebeu garantias dos empreiteiros quanto ao cumprimento dos prazos estabelecidos.

As moradias estão a ser projetados, numa primeira fase, numa área de 12 hectares, onde já foram feitos os trabalhos de desminagem, limpeza e loteamento dos terrenos. Os 12 hectares vão ser ampliados em função das necessidades e das exigências do programa de construção. O governador disse que o Projeto vai ajudar a diminuir a falta de habitações no município, principalmente para os quadros do Cuvelai. Com a conclusão dos 200 fogos habitacionais, o município vai passar a ter uma outra imagem e a vida das populações vai melhorar, uma vez que o projeto também contempla a construção de uma escola, creche, centro médico e espaços verdes. Estrada em mau estado a estrada que liga Ondjiva a Mu-kolongondjo, sede do município do Cuvelai, está neste momento a receber trabalhos de restauro. A empreitada está a cargo da empresa AFA que, nesta altura, realiza trabalhos em locais considerados críticos, onde as obras consistem em terraplanagem e colocação de passagem hidráulicas.

O governador do Cunene, que percorreu os 178 quilómetros e visitou o estaleiro da empresa encarregue da reabilitação da via, pediu à empresa para realizar os trabalhos com maior celeridade e cumprir os acordos contratuais. O município de Cuvelai é constituído administrativamente por quatro comunas - Calunga, Cubati, Mupa e Mukolongondjo e a população dedica-se à agricultura.

6.16 População terá casas com melhores condições de saúde pública

O País
20 de Abril de 2012

A coordenadora do projeto do Jardim Botânico, Irene Barata, garantiu que as famílias que vivem no aterro com cerca de um milhão de toneladas de lixo e nas cercanias daquele bairro do Golfe II serão transferidas para áreas com melhores condições de saúde pública.

"No momento da concepção do projeto nós sabíamos que há pessoas que moram ali, o que constitui um grande problema de saúde pública, porque os lixiviados são extremamente contaminados, visto que todas as substâncias letais

ficam nela e podem causar graves problemas à população que vive em cima ou ao redor da lixeira", explicou.

O projecto foi oferecido pela Cooperativa Cajueiro ao Governo Provincial de Luanda há mais de três anos. Engloba as três grandes lixeiras que se encontram naquela circunscrição. Comporta ainda a construção de espaços Temáticos, de leituras, de organização de congressos, seminários e outros onde os estudantes poderão desenvolver projetos de investigação científica.

Atendendo à falta de jardins que se regista naquela zona, prevê-se que o Jardim ajude no desenvolvimento e na melhoria paisagística. Será também um espaço onde os habitantes poderão passear mais e aprenderem sobre o clima e as espécies vegetais existentes no nosso país.

"O estudo para a implementação do mesmo está feito e estamos a aguardar a determinação para o início das obras de recuperação daquele perímetro onde será erguido o parque", explicou a responsável.

Assim que receber o aval para o arranque das obras, a direcção do projecto pretende efectuar um estudo para se apurar a quantidade de biogás que sai do local tendo em conta que no aterro do Golfe II foram depositados diversos resíduos. Essa actividade será feita antes da cobertura do próprio lixo, que servirá ainda de entulho.

A segunda fase compreende a recuperação paisagística daquilo que será o primeiro grande projeto de recuperação ambiental em Angola.

"O projeto quer mostrar o que nós podemos fazer com os resíduos e educar as pessoas o porquê que é importante não deitar lixo no chão, fazermos a reciclagem, como é que podemos aumentar o ciclo de vida dos produtos e de que é feito alguns materiais", garantiu Irene Barata frisou, revelando que haverá um pavilhão educação ambiental onde os interessados poderão aprender o q

6.17 Bento Bento garante solução aos irmãos Gorita

O País

20 de Abril de 2012

Contra todas expectativas dos "despejados do Maculusso", Bento Bento surpreendeu - os na tarde de sexta-feira, 13, ao ir pessoalmente à cabana onde se encontravam reclinados os irmãos Gorita, a fim de se inteirar de um assunto, que já não era desconhecido para os homens do seu pelouro.

Só que desta vez, o número um luandense preferiu sair dissimuladamente, um sinal que indica, sem sombra de dúvidas, que as informações prestadas pelas delegações que aí estiveram antes de si, se é que lhe chegaram, terão criado um mar de inquietações àquele que também costuma a ser considerado como o "grande cabo eleitoral" do MPLA.

O gesto do governador, que, segundo os despejados, apareceu apenas com dois seguranças bastante dissimulados, reanimou a esperança desses órfãos, ao ponto de não puderem conter a emoção, quando explicavam sobre os movimentos do novo homem forte da cidade capital.

"O carro parou bem à frente da cabana, ele desceu e dirigiu-se para a entrada, onde se esforçou a projetar a cabeça e parte do tronco para dentro do abrigo", contaram, adiantando que, minutos depois, deram por conta da súbita reacção tomada de pânico pelo dirigente, ao reerguer-se para fora.

Na suposição do cenário desolador que Bento Bento terá visto dentro da casa adaptada, os Gorita fazem constar a habitual disposição conjunta dos bens de cozinha e da casa de banho, adaptada ao esgoto da estrada da rua Che Guevara, mais lençóis, panos e colchões, para além de os electro domésticos entrarem sempre na junção Inevitável.

Quase suspirou de alívio, soube ainda O PAÍS por meio das vítimas, que encararam a presença das pessoas que se aproximavam, ao darem pela presença carismática do dirigente que arrasta e conquista popularidade no e para o MPLA, como o motivo da contenção de seu presumível cansaço.

Para sacudir a pressão e a impressão gravadas através da acção que os seus próprios olhos tinham avistado dentro da cubata, ele perguntou à família há quanto tempo estavam aí e como é que as coisas tinham chegado a tal ponto.

Paciente, os Gorita detalharam novamente os pormenores que envolveram toda a problemática, tendo-se cingido no facto de ainda possuírem os documentos que remetem automaticamente a casa a seu favor.

Recorde-se que os interlocutores deste jornal viviam na cobiçada residência do Maculusso, quando em novembro de 2011 foram surpreendido por urna sentença do tribunal, que ditava o seu despejo, o que lhes deixou com muitas inquietações, embora não tenham feito qualquer tipo de resistência para se retirar da casa, por ter sido uma ordem do Tribunal

de Luanda, órgão que consideram competente para o fazer, conquanto tenham reprovado a forma como a instituição da justiça o fez.

Na sequência da preocupação do homem forte de Luanda em relação ao quadro real encontrado fora e dentro da famosa tenda do Maculusso, o governador prometeu reparar o problema, começando por enviar alguém em seu nome, logo a seguir à sua partida.

"Como as pessoas estavam a aglomerar-se cada vez mais para o verem e nos verem a conversar com ele, o político avisou-nos que se havia de retirar e outra pessoa viria continuar a busca e o interrogatório, a fim de acrescentar nos dados que o próprio já levava na bagagem", explicou a família despejada, tendo revelado que, antes disso, Bento Bento lhes propôs irem a um lugar mais confortável que a cubata, onde ficariam até se rever e repor a veracidade dos factos, por causa das chuvas.

À semelhança do presidente da Comissão Executiva de Luanda, José Tavares, que foi o primeiro a fazer uma oferta do género, o governador viu a sua proposta rejeitada, tendo até ouvido dos aflitos que, a ser assim preferiam transferir a cubata para dentro do quintal da vivenda de onde foram retirados injustamente. Ao que tudo indica, os Gorita não estão dispostos em aumentar a distância que já os separa da vivenda familiar para mais de um metro que seja, já que construíram a choupana que os abriga entre o espaço do passeio da residência em disputa e a berma da estrada de que se servem os mais variados clientes do famoso restaurante Veneza.

Para conservar este sentido de ligação com a habitação onde muito deles nasceram, todos os dias, os desalojados acarretam água a partir do quintal da mesma e têm-na como a fonte de abastecimento de energia eléctrica, que chega ao seu novo habitat por meio de uma arriscada ligação' vulgarmente conhecida como "puxada".

Curiosamente, nunca apareceu ninguém da parte dos que ganharam a casa pelo tribunal para lhes desencorajar desta actividade, que, aos olhos da lei, pareceria invasão de privacidade, sempre que fosse feita sem a autorização dos novos proprietários.

Repercussão política

A promessa de enviar alguém feito pelo governador de Luanda não estava a ser levada a sério pelos irmãos Gorita, habituados a receber promessas vãs desde o Novembro do despejo. Por isso, a família espantou-se, quando, horas depois, apareceu Norberto Garcia, "identificando-se como secretário provincial do MPLA para os assuntos políticos e

sociais", segundo contou a este jornal o mais velho dos Gorita, Heliodoro da Silva, que se convenceu assim de que, afinal, Bento Bento não havia ido à tenda do Maculusso "fazer turismo", segundo suas palavras.

Contaram ainda que Norberto Garcia não acreditou no que via, indicando que tem frequentado o restaurante Veneza mas sem nunca ter tido a oportunidade de ver aí a cubata, nem mesmo ouvir falar do caso.

Depois de questionar se a família tinha um advogado, ao que os desalojados responderam afirmativamente, o político do MPLA ligou imediatamente para ele, para agendar um encontro.

De acordo com os interlocutores de O PAÍS, Norberto Garcia lhes terá referido que o assunto já constituía um processo para ser dirigido ao Tribunal Supremo.

"Ele pediu e viu os documentos de casa e disse que não havia muitas dúvidas da nossa legalidade", reforçaram, depositando esperanças no encontro que o jurista marcou com o advogado da família.

6.18 Famílias realojadas no Zango III

Jornal de Angola

26 de Abril de 2012

Mais de cem famílias que residiam ao longo da drenagem do Suroca, município do Cazenga, sem o mínimo de condições, foram realojadas na passada sexta-feira, no Zango III. As operações de realojamento inserem-se no Programa de Saneamento executado pela Unidade Técnica de Gestão do Saneamento de Luanda, criada por despacho presidencial em Março de 2010, com a missão de atender à macrodrenagem da capital.

João da Bananeira viveu um dia de confusão emocional provocada pela ambivalência: por um lado, estava feliz por ir viver numa casa em condições e segura, por outro, sentiu-se triste por ter de abandonar o local onde passou toda a sua vida. "Foi aqui que nasci, cresci, namorei a mãe dos meus filhos e fiz amizades. Infelizmente, eu e muitos dos meus contemporâneos somos forçados a deixar o Suroca", comentou ao Jornal de Angola. "É melhor assim, porque aqui quando chove é um Deus nos acuda. Há famílias que perderam quase todos os haveres e a chuva já causou muitas mortes aqui, no Suroca. Estou feliz pelo facto do Executivo me contemplar com uma casa no Zango".

Além de João da Bananeira, outros moradores do Suroca também mostraram a sua satisfação. Por saírem de uma zona de risco. "É difícil, mas o que mais nos alegra é que vamos viver numa zona segura", afirmaram alguns realojados, enquanto observavam as suas velhas casas a serem demolidas e arrumavam a mobília nos camiões cedidos pela Unidade Técnica.

Beneficiárias

Susana Manuel, de 32 anos, desempregada, é uma das beneficiárias. Naquela sexta-feira não conseguiu conter as emoções quando recebeu as chaves da sua nova moradia. De 44 anos, Arlete Pepeca considerou a zona do Zango uma boa área, mas não está totalmente satisfeita, pelo facto de ainda não ter água potável, nem um mercado. Tal como Susana, Arlete confia que mais tarde ou mais cedo o Executivo trabalhe no sentido de resolver as falhas existentes.

O jovem Dionísio Nicolau, de 22 anos, estudante, também gostou do novo local onde vai passar a viver, mas lamenta a falta de escola e disse que pode perder o ano lectivo porque não sabe como se deslocar do Zango até ao centro da cidade para frequentar as aulas. O funcionário público Fernando Mafimba, de 44 anos, considerou que "o local está bem organizado. As casas são bonitas, mas estou triste pelo facto de ter recebido apenas uma casa do tipo T3, quando no acto de registo me foi prometido receber uma geminada", frisou.

"Todos sabemos que o Executivo tem feito muito trabalho para que as pessoas possam viver em melhores condições, mas não é possível resolver tudo de uma só vez. É necessário termos calma e sabermos esperar. Também é importante que o Executivo, antes de realojar famílias, prepare as condições básicas para não atrapalhar a vida dos pacatos cidadãos", realçou.

As crianças que saíram do Suroca e têm uma nova habitação mostraram-se satisfeitas. Inocentes, mesmo antes dos pais arrumarem a casa já estavam todas a brincar. Umas corriam de um lado para o outro, enquanto outras jogavam à bola em campo improvisado.

"São crianças. Encontraram aqui novos ares e já conseguiram fazer amizade. Elas já se esqueceram daquela zona de risco que é um martírio quando chove", disse o jovem Dionísio Nicolau, acrescentando que "cabe agora aos responsáveis do sector desportivo construir campos para a prática de desporto. É muito importante".

As famílias saídas do Suroca receberam casas de tipologia T-3, numa zona vasta do Zango. "Isto inse-

re-se na quarta fase do processo de realojamento de cidadãos que vivem em áreas consideradas de risco na cidade de Luanda", esclareceu ainda Dionísio Nicolau.

Duas mil casas

No Zango-III, já estão construídas centenas de casas, na sua maioria T-3, pintadas de castanho e azul. São igualmente visíveis postos de luz com e sem cabos. Falta agora construir escolas e postos de saúde.

"Tive de deixar os meus filhos no Suroca, porque aqui ainda não há escola do ensino médio. O Executivo, através do governo provincial de Luanda, ajudou-nos, ou seja, tirou-nos das péssimas condições em que vivíamos e pôs-nos em boas, mas agora tem de complementar as boas condições com outros serviços básicos, como escolas e hospitais", referiu um dos novos moradores.

As últimas enxurradas acompanhadas de fortes ventos que se abateram naquela zona fizeram com que as chapas de algumas casas voassem, o que gerou algum descontentamento entre os moradores.

"Esperamos que as pessoas que estão no processo de evacuação e realojamento dos populares do Cazenga tenham mais paciência, porque reconhecemos que não é uma tarefa fácil, porque surge sempre um intruso a querer estragar o bom trabalho do Executivo", sublinhou um deles.

Um dos responsáveis do estaleiro da empresa chinesa que está a construir as casas no Zango, Shao Hong Deng, garantiu que os trabalhos estão a decorrer sem sobressaltos e esclareceu que já foram construídas 1.500 casas, faltando outras 500 por construir.

Para a operação de realojamento, que teve início às 8h30 e terminou cerca das 23h00, foram mobilizados vários motoristas, entre angolanos e chineses, pertencentes às empresas que construíram as referidas casas e mais de 50 camiões.

6.19 Alto ai! Afinal a cidade do Kilamba foi construída para mostruário

Continente

27 de Abril de 2012

De um tempo a esta parte o Executivo inclui no seu roteiro a visita à Cidade do Kilamba, como um ganho da paz e a demonstração do novo modo de vida que se pretende para o povo de Angola aos dignitários de outros países e personalidades estrangeiras que passam pelo nosso país. Até aí tudo bem, pois na

verdade é um ganho inquestionável, pois são poucos os países da região que têm projectos similares ao Kilamba, como os presidentes da Namíbia, África do Sul, Libéria, Uganda e outros que tiveram o privilégio de percorre-la e fizeram questão de frisar, nestas ocasiões. Mas para os "kaluandas", que fizeram longas bichas para se candidatarem a um dos tais apartamentos que mostra o nível de vida do angolano a subir e nunca foram chamados para ocupar ou estabelecer o pré-contrato como previsto, ficam com os cabelos em pé, sempre que esta cidade é apresentada aos estrangeiros como cartão postal, pois o que anseiam é ter casa lá e não ver na televisão como é que elas são. Por isso em jeito de brincadeira, quando alguém pergunta se já conseguiu a sua residência na Cidade do Kilamba, outro responde que aquelas casas são um mostruário, destinadas a receber inquilinos só depois das eleições. Oh, como esta brincadeira começou nos finais do ano passado, era tida como uma simples forma de exteriorizar o bom humor, mas há 4 meses do pleito eleitoral, parece que o vaticínio de quem pariu esta ideia, apontou na mosca como se costuma dizer, pois ninguém sabe como é que se pode ter uma casa naquela Nobel cidade.

Muitos jovens executivos que fazem por merecer, porque são turbo trabalhadores que amealharam o seu dinheiro com muito sacrifício, previam descansar no Kilamba ainda o ano passado, mas como parecia normal, em função do tempo que a administração da cidade dispunha, dava-se desconto, mas até a data não se encontrar mecanismo para distribuição das casas, já é suspeito e por isso pergunta-se: Que critérios, serão adotados para nós podermos ter acesso a uma casa no Kilamba? E já agora, como é que as 11 ou 13 famílias foram lá parar? Por acaso, alguém poderia responder estas perguntas que nos dias que correm é como descobrir o ouro?

Ora por aquilo que a história nos conta as cidades fantasmas são decorrente de catástrofes naturais ou acidentes nucleares como foi o caso de Pripyat na Ucrânia onde a população foi evacuada por causa do acidente nuclear de Chernobil em 1986, ainda a cidade de Bodie na Califórnia, habitada na época de explosão mineira em 1885 e abandona em seguida quando o ouro terminou. Antes dela ainda foi o velho Airão, no estado de Amazónia / Brasil.

Pelo que faz sentido perguntar na actualidade uma cidade fantasma? Parece só a nossa quilamba. Não vale apenas dizer que não é, porque é. se não vejamos a quanto tempo foi construída ?

Há mais de dois anos. Quem lá reside? 11 Famílias e qual é a capacidade instalada? Lendas contadas e muitas vezes levadas a sério, a esta designação, que se atribui á cidade, pode causar traumas e transformar

em realidade, achamos que não é o espírito que norteou a cria da cidade do Kilamba, pois o patrono, criou a sua marca que é ``o mais importante é resolver o problema do povo `` dai os jovens e velhos alimentarem esperança nesta cidade para a solução dos seus problemas e não fazer dela um cartão postal de Luanda e Angola pois pode sê-lo com os moradores.

6.20 Centralidade do Kilamba “museu para visitantes”

Angolense

27 de Abril de 2012

Um caso que mereceu curiosidade foi quando um membro da comitiva do presidente da Gâmbia, Sheik Alhaji Ahya Jammeh, que visitou a central idade ter perguntado quem morava nestas "lindas residências".

"É um projeto lindo porque não há moradores?", Questionou aquele visitante que de imediato foi respondido por um dos responsáveis da central idade:

"a distribuição das residências está para breve".

Infelizmente, os que visitam a central idade nunca foram informados sobre os moldes para os cidadãos adquirirem casas na referida central idade, cujos preços são elevadíssimos.

"A central idade do Kilamba não passa mais de um museu para visitantes", atirou um membro afecto ao partido no poder que não quis identificar-se.

A nova centralidade quando for concluída irá receber cerca de 400 mil habitantes, em 80.000 habitações.

Depois da sua inauguração, milhares de pessoas acorreram para se inscreverem e obter uma casa. Os preços por cada apartamento, acabou com o "sonho" dos angolanos adquirirem uma residência na centralidade. A Nova Cidade do Kilamba surge de uma parceria público-privada e abrange a edificação de vinte mil apartamentos espaçosos dos tipos T2, T3 e T4, 24 creches e nove escolas primárias e oito secundárias, parques de estacionamento, paragens para transportes públicos e lojas. A terceira fase está prevista para Outubro de 2012 e contemplará 377 edifícios, 12 jardins infantis, seis escolas primárias e três se- cundárias.

A primeira fase foi concluída em Março do ano passado e até a conclusão prevêem-se 115 edifícios. Localizada nas imediações do Estádio Nacional 11 de Novembro, a nova centralidade está erguido numa área global de três milhões e 200 mil metros

quadrados. Este empreendimento integra-se na malha geral

da cidade de Luanda e é o primeiro passo importante do Executivo no sentido de dar resposta ao direito dos Angolanos a uma habitação com um mínimo de dignidade e de conforto. Refira-se que, cerca de uma dúzia de central idades ou cidades satélites de diversos tamanhos foram projetadas pelo então Gabinete de Reconstrução Nacional para serem construídas faseadamente nas dezoito províncias do país. Destas, quatro já estão em execução nas províncias de Luanda, Bengo, Cabinda e Lunda Norte.

6.21 Casas económicas na aldeia do Senga

Jornal de Angola

30 de Abril de 2012

Um projecto para a construção de 200 casas sociais está em curso na aldeia de Senga, regedoria de Chinfuca, município de Cacongo, 45 quilómetros a norte da cidade de Cabinda. O espaço físico (terreno) que compreende cada casa é de 80 metros quadrados e são do tipo T3 e enquadram-se no programa nacional do Executivo de construção de 200 casas sociais em todos os municípios do país. O lançamento da primeira pedra, que visou simbolizar o arranque das obras, aconteceu sexta-feira, 27, e foi presidido pelo governador provincial Mawete João Baptista. As obras terminam em Agosto e o governo da província, na perspectiva de conferir maior celeridade às mesmas, adjudicou-as a três empresas locais de construção civil, cabendo no caso daquelas empreiteiras de maior capacidade técnica a responsabilidade de Construir 100 moradias, ao passo que às de menor poderio cabem 50. Este é o segundo projecto idêntico em curso na província de Cabinda a seguir ao do município de Belize, onde o governo implementa o mesmo programa. O governador considerou o projecto de relevante na vida da população local.

6.22 Habitação Social

Ondaka

Abril 2012

Uma oferta rápida e massiva de moradias económicas, que sejam acessíveis para a maioria da população é uma prioridade que nos deve mobilizar a todos. O crescimento urbano acelerado é um dos maiores desafios enfrentados pelos países de África. É um desafio por ser um fenómeno que se encontra estreitamente ligado com os problemas de pobreza urbana, com todas as suas consequências. São problemas conhecidos entre nós, o da insegurança em relação à posse da terra, o das más condições de saneamento básico, o das más condições de habitabilidade das residências, para mencionar alguns.

Estudos mostram que o crescimento da população urbana não é apenas causado pela migração do campo para as cidades. Muitas vezes o principal factor é mesmo o do crescimento populacional. As Nações Unidas estimam que mais de metade da população angolana (57%) vive em zonas urbanas. Referem ainda que 85% dos que vivem nas nossas cidades, vivem em bairros precários, sem serviços adequados e oferecendo más condições de vida. Cinco em cada seis habitantes vivem em habitações com deficiências. Por outro lado, a urbanização oferece também enormes oportunidades e pode ser um factor de desenvolvimento e não de empobrecimento. Quando a urbanização é feita de forma que mobiliza as próprias populações para o desenvolvimento e gestão dos seus bairros, oferecendo-se assistência técnica para esse desenvolvimento, consegue-se canalizar o enorme investimento que os cidadãos fazem já na construção e aperfeiçoamento das suas casas. É com este propósito que a Development Workshop está a arrancar com um projeto que, no âmbito da política habitacional do governo, visa aumentar a oferta de habitação social. Este projeto iniciará com um foco na cidade do Huambo e incluirá várias componentes: Desenvolvimento urbano, que incluirá o ordenamento do espaço e a oferta de serviços básicos de água e saneamento. Esta componente será feita em estreita coordenação com as autoridades de forma a garantir a segurança da posse da terra aos moradores e a evolução da qualidade dos serviços - algo que depende do investimento público; Assistência técnica para os moradores que optarem por autoconstrução. Assistência técnica irá concentrar-se nos aspetos chave da construção e janelas, redes de água, energia e esgotos, e na cobertura.

Crédito à habitação. Esta componente irá buscar servir a maioria da população que sendo

economicamente activa não tenha acesso a crédito bancário nem tenha posses para investir.

São dois os desafios fundamentais deste projeto: conseguir servir a população que mais necessita deste tipo de serviços mas tenha algumas posses para pagar o crédito recuperar os investimentos feitos de forma a ir aumentando de escala e, assim, servir cada vez mais pessoas.

Servir, rapidamente, um grande número de pessoas é importante para se conseguir ter um impacto na forma como as cidades se desenvolvem. E para isso é necessário adaptar soluções de baixo custo, envolver os moradores beneficiários e construir casas evolutivas. Casas que ao longo dos anos vão sendo ampliadas e aperfeiçoadas. Após a construção das primeiras casas modelo o projeto irá divulgar as condições de acesso utilizando, mais uma vez, o Ondaka e outros canais. A problemática da habitação social e da construção com tecnologia apropriada - tanto para as zonas urbanas como para as zonas rurais - continuará também a ser tratada neste espaço.

7. TERRA

7.1 Cadastro e regularização de terras

Ondaka

Abril de 2012

Depois do alcance da Independência de Angola, registaram-se Para melhorar a situação das zonas urbana de Angola devem no país, grandes movimentos de população. Foram envolvidos vários outros atores para além do governo. As particularmente intensos os movimentos do campo para cidade, universidades têm o papel de buscarem soluções para os principalmente devidos à guerra, pois as famílias buscavam desafios urbanos e de contribuírem para a difusão do nas cidades uma maior segurança. Após o fim da guerra a conhecimento através de publicações e debates. O sector diferença de oportunidades entre o campo e a cidade contribuiu privado pode, com projetos imobiliários, contribuir para a para manter a grande concentração de populações nas zonas redução da pobreza urbana e melhoria de serviços. Os líderes urbanas e peri-urbanas (as regiões periféricas em torno das comunitários podem criar ações nas comunidades para um cidades). melhor controlo das ocupações, principalmente na preservação A falta de mecanismos funcionais de atribuição de terrenos dos espaços destinados para a implantação de serviços (escola, levou as famílias que necessitavam de terra para construir a posto de saúde, estradas, campos desportivos, etc).

adquirir terra informalmente. Isto resultou num crescimento acelerado das zonas de construção informal. Estas zonas estão hoje confrontadas com a falta de infra estruturas sociais e outros serviços devido a falta de planificação do uso do solo. Face a esta situação, são necessárias medidas de requalificação das zonas peri urbanas. Requalificar permite aproveitar o investimento já feito pelos moradores e melhorar a organização e serviços nestas áreas. Mas os projetos de requalificação são muitos caros e se não forem bem elaborados criam conflitos e projetos de requalificação com a participação dos interessados. Ou seja, as pessoas afectadas têm de ser envolvidas em todas as fases do projecto, desde a identificação até à sua avaliação. Outro aspecto importante é que as pessoas afetadas pela requalificação não passe dos 10% das famílias que vivem num determinado bairro, para que o modelo de "sair de uma casa e entrar noutra" se efective sem constrangimentos.

Atualmente, o governo busca melhorar o controlo das ocupações. Para isso tem de se melhorar o

conhecimento sobre quem ocupa cada espaço e qual é a situação legal dessa ocupação. Chama-se a isto cadastrar. Para melhorar o sistema de controlo das ocupações e acelerar o processo de titulação dos terrenos é fundamental a criação de um cadastro. Em muitos países um cadastro também contribui para as receitas do estado, na medida que permite o controlo dos pagamentos a que estão obrigados os proprietários de terra.

7.2 Ocupação ilegal de terrenos tem implicações de foro técnico

Jornal de Angola

08 de Abril de 2012

O engenheiro civil António Venâncio disse na terça-feira, em Luanda, que a ocupação ilegal de terrenos e a construção desordenada têm repercussões do ponto de vista legal e técnico.

António Venâncio referiu à Angop, a única agência de notícias em Angola, que, em geral, a ocupação ilegal dos espaços traz consigo uma ocupação tecnicamente errada das localidades.

Além disso, provoca acidentes relacionados com o escoamento das águas pluviais, o tratamento das águas residuais, o traçado das vias e a implantação de serviços diversos.

A ocupação ilegal está ainda na origem da redução da qualidade de vida das populações que habitam as zonas onde isso acontece e dá ao solo um uso indevido.

"Para que um determinado grupo de habitantes possa ter uma boa qualidade de vida, precisa de estar inserido num meio que reúna infra-estruturas de saneamento, rede de transporte, abastecimento de água e energia, serviços de educação e saúde", explicou o engenheiro. A ocupação dos terrenos de forma ilícita cria uma série de situações irregulares que provocam desarticulação das infra-estruturas e dos serviços sociais. Esta situação é resolvida com a criação dos planos urbanísticos, esclareceu António

7.3 Moradores da lixeira Golf II com destino Incerto

Novo Jornal

6 de Abril de 2012

Amélia Gomes Capitão, 38 anos, é uma de entre as centenas de pessoas que vivem, na Lixeira do Golfe II, com as suas famílias aflitas. Não sabem aonde poderão parar com o avanço das obras de construção

do Jardim Botânico ou a possível expansão do condomínio Vida II e a futura edificação do Jardim Botânico, ambos a cargo da cooperativa Cajueiro.

Apesar da deficiência dos seus membros superiores, que limita severamente os seus movimentos, a cidadã prontificou-se em guiar a equipa de O PAÍS pelos becos do bairro da Lixeira em direção à sua residência de construção definitiva erguida no cimo do aterro. "Vivo neste bairro há dez anos com os meus quatro filhos e estou muito preocupada por não saber qual será o nosso destino quando arrancarem as obras de construção do Jardim Botânico ou a possível expansão do condomínio Nova Vida II. A administração Municipal do Kilamba Kiaxi registou-nos há alguns anos atrás e até agora não nos disseram mais nada", desabafou.

Numa das paredes principais da casa pode-se observar o que foi escrito pelos técnicos da administração municipal: "GPL 277, quarteirão 9, travessa M 4 e SN 8".

A casa de Amélia Capitão não difere das demais existentes no bairro. É um imóvel de um quarto, sala, latrina. O quintal descoberto é o caminho que dá acesso ao topo do aterro.

Nos dias de chuva, o sono da Amélia Capitão é substituído por um clima de medo e insegurança, por as vias de escoamento das águas terem sido fechadas pelas pessoas que ergueram as suas residências frente à sua. Aumentam nessas ocasiões os riscos de inundação ou desabamento.

"Levamos uma vida muito difícil porque para além do estado em que o bairro se encontra, a minha família vive numa situação de extrema pobreza. Quando chove de noite, assistimos o nascer do sol sentados em cadeiras de plásticos, a rezar para que o pior não aconteça porque ficamos sem espaço para dormir", disse a sua primogénita, Anabela Capitão Manuel, de 19 anos.

A esperança de ver o problema resolvido, a matriarca da família Capitão solicitou, por duas vezes, a intervenção do coordenador da Comissão dos Moradores do bairro, mas este limitou-se a aconselha-la a custear as obras de construção de uma barreira para impedir o desabamentos e facilitar o escoamento da água das chuvas.

Para sua tristeza, o dinheiro arrecadado da venda de carvão e petróleo, que estava a poupar para custear estas obras, teve que ser canalizado para a compra de medicamentos e combater o paludismo que a deixou acamada durante vários meses em 2011.

"Neste momento já não faço negócio porque gastei todo o dinheiro com a compra dos medicamentos só estou a conseguir criar os meus filhos graças à ajuda que recebo da minha irmã mais velha", explicou a munícipe, adiantando que "nenhum dos pais das crianças assumiu a paternidade". Os quatro são filhos de pais diferentes.

Anabela Manuel, primogénita de Amélia Capitão, não resistiu ao ou vir a mãe contar o drama em que vivem. Começou a chorar porque ela e seus irmãos serão obrigados parar de estudar caso não consigam dinheiro para pagar as propinas do colégio que frequentam.

Estudante da oitava classe, Ana bela explicou que a escola particular foi a única solução que os seus parentes encontraram para não deixá-la fora do sistema de ensino, por não terem conseguido vaga nos estabelecimentos de ensino público.

"A minha propina é de mil e 850 Kwanzas por mês e deve ser paga trimestralmente, mas acabámos de saber que caso não apareça ninguém de boa fé, que se disponibilizem ajudar-nos, seremos obrigados a deixar de estudar", desabafou a jovem que estava trajada de bata, pronta para ir à escola.

Amélia Capitão disse ainda quis saiu de Camabatela, no Kwanza Norte, a sua terra natal, fugindo de conflito armado, e só conseguiu erguer a sua residência com materiais de construção definitiva em 2007, com a ajuda da sua irmã que vive em Luanda há mais tempo. Mas neste momento não consegue custear as propinas da escola das crianças.

Com a ajuda da nossa interlocutora, a equipa de reportagem de O País percorreu algumas das ruelas e becos que conduzem ao topo da montanha de lixo. Durante o trajecto, foi possível divisar a presença de jovens consumindo álcool, comendo ao ar livre, mesmo estando num aterro sanitário. As senhoras tratavam da beleza.

o alto da lixeira, a 22 metros do solo, é visível o contraste existente entre as residências do bairro da lixeira e as erguidas no Projecto Nova Vida e no condomínio Nova Vida II, a Sul. As do norte foram construídas de maneira desordenada, desrespeitando as regras arquitetónicas. As crianças brincam no meio dos resíduos sólidos, usufruindo da imagem formidável proporcionada pelo desenvolvimento da cidade, com a esperança de um dia poderem viver Renda baixa atraí camponeses O preço cobrado pela renda de uma moradia naquele local tem estado a atrair os camponeses que diariamente decidem vir a Luanda em busca de melhores condições de vida.

Em cima, no amontoado de lixo, os ex-camponeses João Kitumba e Fernando Júlio explicaram as razões que lhes levaram a morar no bairro e a trocarem a agricultura pelos postos de segurança.

Os dois foram unânimes em afirmar que a principal motivação foi a falta de emprego. Com comercialização de produtos agrícolas não conseguiam sustentar as suas famílias. A escolha do local obedeceu a um único critério: o valor da renda das moradias. Pagam três mil Kwanzas por mês para se manterem numa residência de dois quartos, sala e casa de banho.

Embora exista um grande contraste entre a vida sossegada que tinha no campo e da agitada que leva na cidade, João Kitumba desabafou que teve dificuldade de adaptação no princípio, mas hoje, passados quatro anos, sente-se satisfeito porque conseguiu trazer a sua família para perto de si e os seus filhos estão finalmente a estudar.

Por seu lado, Fernando Júlio, que diz ser especialista em produção de batata rena e cebola, considera que o esforço que o trabalho de segurança exige é superior ao do campo, mas que a compensação é maior do que o que ganhava com a venda dos produtos acima mencionadas.

"Penso em regressar para a minha localidade, município do Ebo, província do Kwanza Sul, quando existirem facilidade de emprego e escolas para os nossos filhos estudarem. Enquanto isso não acontecer, prefiro continuar aqui neste bairro, mesmo com as péssimas condições", disse Júlio., consciente das doenças que estão sujeitos a contraírem.

Os dois apontaram que a falta de escolas públicas é uma das preocupações que mais afligem, tendo em conta que no bairro só há colégios e o valor das propinas não combina com os seus ordenados.

Já o cidadão Domingos Manuel Van-Dúnem explicou que o crescimento desordenado que ocorreu no bairro nos últimos anos levou o Governo a construir uma cerca de chapa à volta do local. Foram encerradas algumas ruas, para tentar impedir que as construções anárquicas chegassem ao aterro.

Apesar do esforço governamental, os populares derrubaram parte da cerca para construírem as suas residências. "Como os novos moradores estavam a construir de forma desordenada, fechando as ruas e becos, a Cooperativa Cajueiro cercou a lixeira, dizendo que fariam lá um Jardim Botânico e até hoje o projeto só continua no papel", disse Domingos Van-Dúnem.

O morador acredita que "a chapa só está a prejudicar muita gente, porque reduziu a rua a beco e as pessoas que têm carros estão impossibilitadas de os guardar em suas casas".

7.4 Mais famílias em zonas de risco são realojadas no bairro Zango

Jornal de Angola

12 de Abril de 2012

Pelo menos 120 famílias, que vivem ao longo da vala de drenagem do Suroca, no município do Cazenga, em Luanda, são transferidas, amanhã e sábado, para o Zango III, município de Viana. A operação de realojamento termina apenas no sábado devido ao elevado número de famílias abrangidas, disse, ontem, ao *Jornal de Angola* uma fonte ligada ao Ministério da Construção e Urbanismo. A transferência para o Zango, das 120 famílias abrangidas, insere-se na quarta fase do processo de realojamento de cidadãos que vivem em áreas consideradas zonas de risco na cidade de Luanda. As casas sociais, do tipo T3, foram construídas numa vasta área do Zango com infra-estruturas básicas, redes de esgoto, de água, de energia elétrica e amplos arruamentos, que conferem aos seus habitantes dignidade humana. As 120 famílias abrangidas vão para o Zango na sequência de um levantamento que identificou o número de habitações e de agregados familiares, acrescentou a fonte ao *Jornal de Angola*. As operações de realojamento fazem parte do programa de saneamento executado pela Unidade Técnica de Gestão do Saneamento de Luanda, criada por Despacho Presidencial em Março de 2010 com a missão de atender à macro drenagem da província de Luanda.

7.5 Os despejados da vivenda 173

A Capital

14 de Abril de 2012

Uma pequena abertura encontrada na berma da estrada, parte de um esgoto, serve de um improvisado quarto de banho onde todas as manhãs adultos e crianças de uma mesma família aproveitam para a limpeza do corpo todos os dias. É o quadro surrealista, pintado com cores negras, por que passa uma família atirada, insensivelmente, para as ruas da amargura por uma malfadada ordem de despejo, num processo que os lesados consideram viciado, mas que teve o mesmo efeito que um soco no estômago de quem se sente como legítimo herdeiro.

No interior da minúscula tenda erguida às pressas para abrigar as 12 pessoas despejadas há cinco meses na Rua Che Guevara, algures na rona do Maculusso, o cenário é, deveras, desolador. Os haveres retirados, à força, da vivenda ao lado em que viviam, ajudam a dar forma e a suportar as lonas e chapas que protege uma família que se viu, da noite para o dia, desprovida de um bem legado pelo pai, já falecido faz 11 anos. Ao fazer-se ao interior daquele abrigo, a desorganização está patente e comove não apenas os repórteres, mas, sobretudo, quem passa pelo local e confronta-se com a desdita de Heliodoro João da Silva, o mais-velho, e mais oito irmãos, além de três sobrinhos.

É naquele espaço de poucos metros à beira da estrada, que, todos os dias, os 12 membros daquela família comem, cuidam da limpeza corporal e dormem, suportando, não raras vezes, os impiedosos rios solares e a chuva que cai sem clemência. Mais dias, menos dias, está a chegar o tempo seco, onde terão que lidar com o penetrante frio que chega já em Maio e se arrasta até finais de Agosto. "Ainda bem que chega o cacimbo. É menos doloroso que o calor que faz nesses dias", afirmou Heliodoro da Silva.

E ele tem razão: cinco minutos no interior daquela improvisada tenda, a suportar o ardente sol que se faz sentir a partir das primeiras horas da manhã, ao que se junta o monóxido de carbono emitido a partir dos escapes das viaturas que passam pela área num incessante cortejo, são suficientes para anestesiar qualquer que faz naquele pequeno espaço, que todos os dias recebe 12 pessoas.

Heliodoro que se faz caminhar suportado por uma canadiana, pois teve a perna direita amputada alguns dias após o despejo ditado por uma sentença do Tribunal Provincial de Luanda, reúne forças suficientes para evitar as lágrimas. Criou, por mecanismos próprios, forças para olhar para aquela situação como algo rotineiro, na esperança de que tudo será resolvido a contento de quem se diz possuir de toda a documentação que certifica a propriedade do imóvel.

Os irmãos, sobretudo a jovem Zélia, não se conformam com tamanha humilhação. Ter de acordar todos os dias com barulho dos carros, com as estridentes buzinelas, com o fumo que incomoda e com os passos apressados de gente que procura chegar ao local de trabalho em tempo recomendado pela entidade patronal. E não é qualquer um que aguenta. Ela, em boa verdade, vive na rua por força da vontade alheia, que sem olhar para o calvário por que passariam os demais, decidiu alimentar apenas o seu capricho, privando uma maioria de um direito que lhes é conferido por lei.

Mas, ainda assim, com a lei a seu favor, por força dos documentos que dizem possuir, continuam a penar com quantas penas tem uma galinha. E lançam um grito de desespero: "até quando isso vai durar, meus senhores?"

Início do calvário

Se a perda do pai, em 2001, já foi um abalo para aquela família, o que eles certamente nunca chegaram a imaginar é que o pior estava por vir. A partir do momento em que se concluíram as exéquias fúnebres do então chefe de família e, por arrasto, proprietário da casa, que as coisas deixaram de ser as mesmas.

Uma cidadã, identificada por Isabel Ricardo da Cruz, com quem o pai teve três filhos nos idos de 80, passou a reivindicar também a titularidade do imóvel em causa, sugerindo, inicialmente, a venda do mesmo, pretensão, prontamente, recusada pelos membros da primeira família do ente falecido.

A recusa, segundo Heliodoro da Silva, atiçou a ira da senhora. "Ela começou a fazer das suas", recorda, para depois acrescentar: "contratou advogados e finalmente, usando documentos falsos, que apresentou ao juiz da Terceira secção de Cível e Administrativo do Tribunal Provincial de Luanda, que nos condenou à revelia e colocaram-nos na rua".

No dia em que tudo aconteceu (dia 04 de Novembro de 2011), apareceram homens com ares de poucos amigos, acompanhados de efectivos da Polícia Nacional, apresentaram um mandado de despejo ordenado pelo juiz da causa, Flávio Pimenta, julgando procedente a queixa movida pela cidadã Isabel Ricardo José da Cruz contra Heliodoro João da Silva e outros.

"Eles não tiveram piedade. Disseram apenas que a casa não nos pertencia e que a dona exigia nossa saída. Partiram vidros e quebraram as nossas coisas", lamentou a jovem Zélia, enquanto, em vão, procurava reprimir as lágrimas.

Os antigos moradores da casa número 173 da rua Che Guevara, ao Maculusso, distrito da Ingombota, contestam a sentença ditada pelo juiz do Tribunal Dona Ana Joaquina. Por isso, rebatem. Contam que tal decisão não tem razão de ser, uma vez que o então chefe de família, já falecido, foi colocado como inquilino naquele imóvel desde o dia 30 de Agosto de 1973, beneficiando de uma cedência da extinta brigada de Intervenção e Alojamento do então Ministério das Obras Públicas, Urbanismo e Habitação.

E viveu nesta condição de inquilinato até 1992, altura em que se candidata à compra do imóvel no âmbito

do processo de venda do património habitacional do Estado, ao abrigo da Lei 19/91. O processo de compra, recorda o filho mais-velho Heliodoro João da Silva, agora feito desalojado, foi concluído em 1994.

Espanta, por isso, a todos, lesados e advogados de defesa, o facto de ter aparecido um outro documento a atestar a compra da mesma casa, desta feita a beneficiara cidadã Isabel da Cruz. O pensamento de Heliodoro e dos restantes irmãos convergem num mesmo ponto: "presume-se logo que se trata de alguma fraude. Eles falsificaram os documentos. Como é possível o governo vender, ao mesmo tempo, um imóvel a duas pessoas", interrogou-se, ao mesmo tempo que respondia: "é impossível".

Por isso, o finca-pé: não arredar o pé daquele local, em defesa do que consideram ser um direito legitimado por lei e lacrado em documento, visto que a parte litigante "nunca foi casada com o nosso pai", pois este contraíra matrimónio apenas com a primeira com quem teve os filhos que, agora, vivem na rua da amargura, lançados à sua sorte, por conta de um processo já de si grávido de irregularidades, de acordo com fonte da equipa de defesa da família desalojada, liderada pelo advogado Pedro Kaprakata.

Desde que o caso conheceu a luz do dia, a senhora Isabel da Cruz nunca mais foi vista no local, mas entre os lesados há a clara convicção que por detrás da sua figura estejam a gravitar interesses de gente interessada no imóvel, mancomunados com uma filha da mesma, por sinal irmã dos lesados, cujo nome não revelaram, que estará a usar de vários estratagemas para ganhar a causa.

"É obrigação velar em defesa dos seus cidadãos. Acredito que estamos em presença de uma rede de falsificadores, que chegaram ao ponto de vender o património do Estado duas vezes. Para mim, pode tratar-se de um processo corrupto. Alguém, se calhar, facilitou as coisas para receber dinheiro. Ou seja, o esquema implicava a nossa saída, posterior venda e a divisão do dinheiro resultante do processo de venda", conjecturou Heliodoro da Silva.

Por isso, em nome dos demais irmão, ele bate o pé: "não vamos sair daqui. Acredito que se sairmos, é bem possível que a senhora que foi beneficiada pela sentença venha ocupar o lugar", jurou, no que foi apoiado pelos irmãos presentes na altura.

Enquanto prossegue a batalha judicial, agora com a entrada em cena de outras sensibilidades, continuam a aguardar no mesmo local, faça sol ou chuva, que a decisão se faça célere para, ao menos, abandonarem

aquele cenário humilhante de quem até Novembro do ano passado vivia com alguma dignidade.

Aguardam, por isso, que a luz que se faz presente ao final do túnel seja, como esperam, uma saída airosa para a dantesca forma de viver em que se viram obrigados a enfrentar por expedientes que julgam pouco ortodoxos.

7.6 São novas Centralidades?

A Capital

14 de Abril de 2012

Numa altura em que o Governo da Província de Luanda acaba de proibir a comercialização de terrenos fora do seu consentimento, eis que na zona norte desta província, mais concretamente no município de Cacuaco, assiste-se a uma ocupação que se pode considerar invasão de terras, mas a larga escala.

A forma exponencial como crescem os casebres de chapas, lembra o nascer de cogumelos. Durante o dia e à distância, a paisagem lembra um condomínio construído mediante as regras arquitectónicas mais sofisticadas. Tudo, graças ao reflexo do sol que provoca um poderoso brilho.

Entretanto, quanto mais perto, logo dá-se conta de que se está perante uma verdadeira ilusão de óptica. É mesmo um mar de casas de chapa, a que, vulgarmente se chama de "bate-chapas".

E, seus utentes, parecem não serem recém-chegados à capital do país, porque, tal como de dia, à noite o cenário quase que se repete. A paisagem fica completamente marcada de pequenos pontos de luz. São as lâmpadas no interior dos casebres, acesas pelos geradores eléctricos.

Impressionados com o fenómeno, a nossa reportagem deslocou-se ao local, onde conversou com alguns moradores. Cada um ao seu modo, explicou as diversas formas como foi adquirindo as parcelas.

Um deles é o jovem Armando Lito Campos que conseguiu o seu terreno por intermédio de uma lavradora.

"Comprei o terreno a uma camponesa há três anos. Na altura os preços rondavam os 500 dólares norte-americanos (Usd) e os mil Usd", frisou, informando ainda que, no começo, a maior parte das pessoas que ocuparam foram todos militares.

"Eles é que começaram a ocupar os terrenos das camponesas, à força e só depois é que as senhoras, também, entenderam vender tudo para não ficarem sem nada", evocou Armando que já vive no bairro há um ano.

"Fiz a minha cabana de chapas, depois de ver que o bairro começou a encher de gente e já com algumas casas de blocos", reforçou.

O cidadão Manuel Duas Horas é igualmente morador deste bairro que já começou a ser conhecido como 04 de Fevereiro. Ele foi lá morar em Junho de 2010. Disse que a situação hoje é mais calma se comparada com o momento em que começou a frequentar a zona.

"As casas estão a aumentar a cada dia que passa", ilustrou e, ao apontar para o horizonte, informou que aquela região era reservada para a exploração de pedras para algumas empresas de construção.

"Mas com a intervenção de muitos militares que também ocuparam aqui maior parte de terrenos, os fiscais deixaram de nos incomodar", certificou Manuel que vai mais longe ao dizer que o bairro é calmo em termos de segurança, mas lamenta a atitude de alguns grupos organizados que, alegadamente, se fazem passar por membros do comité do MPLA e, servindo-se disso, recebem, à força, os terrenos dos outros, a pretexto de que estão a urbanizar.

E foi mesmo no meio daquele emaranhado de cabanas e algumas casas, que encontramos um Comité de Acção do MPLA, vulgo CAP, com o número 197. Um dos membros do mesmo é Calucha António de quem soubemos que neste momento decorrem trabalhos de loteamento de terrenos na área, a fim de se acabar com a anarquia que se vinha verificando.

Segundo ele, algumas pessoas impedem o trabalho da Administração, insistindo em construir em zonas de risco.

Contactada ao telefone sobre o assunto, a administradora municipal de Cacuaco Rosa João Janota dos Santos adiantou à nossa reportagem que a invasão de terrenos não é novidade para ninguém, sobretudo em Luanda, tanto é que, a ocupação a que se assiste nos terrenos do Belo Monte começou em 2007.

"Parece ter mão de alguém, porque isso já é um fenómeno corrente em Luanda. Mas de nossa parte, estamos a estudar medidas para acabar com a anarquia", prometeu a responsável.

A administradora reconhece que sempre que o Executivo desaloja e realoja populares que vivem em zonas de risco, aparecem aproveitadores, que, atentos ao processo, mesmo não beneficiando de uma casa, usam a astúcia de ocupar espaços onde constroem cabanas, como forma de conseguirem casas.

"De forma pedagógica estamos a trabalhar na mobilização da população no sentido de pensar na Angola de amanhã", acautelou.

De facto o fenómeno não constitui novidade. Tanto é que, o Governo da província de Luanda detectou, em Março do ano em curso, uma acção ilegal e anárquica de loteamento e venda de terrenos no município de Belas, comuna dos Ramiros, por parte de uma auto denominada Associação de Camponeses para o Desenvolvimento Agro-pecuário e Pescas, Tala Hady.

Num comunicado, o GPL disse que a acção era praticada numa zona de difícil visibilidade e acesso e a revelia de todas as normas estabelecidas, e foi desarticulada pelos serviços de Fiscalização apoiados por efectivos do comando provincial da Polícia Nacional. Outras fontes deixaram claro à nossa reportagem que a habitação, virou já forma de sobrevivência de muita gente em Luanda.

"Vão recebendo casas, depois de alguns anos, vendem-nas a terceiros e voltam às cabanas de chapas", informou.

7.7 Levou o caso à justiça

A Capital

14 de Abril de 2012

Um dos moradores que se considera, directamente atingido pela invasão do terreno por Simão Paulo, é David Manuel, alegadamente, proprietário de um projecto de restauração em barracas, que, no entanto, viu-o demolido, por suspostos homens ao serviço do antigo governador da província de Luanda.

Manuel que clama por justiça, diz-se disposto a negociar com o antigo governador provincial, uma vez que ele demoliu a obra, mas, paradoxalmente, está a erguer algo similar ao que já lá estava a ser construído.

"Fui credenciado pela Comissão de moradores daqui e, posteriormente, pela Administração municipal de Cacuaco. Como em 2010 não se estavam a legalizar terrenos, então tive de aguardar.

Só nestes últimos meses é que comecei a mexer na minha obra", detalhou David Manuel, notando que

ficou surpreendido, num dia desses, por um telefonema a informa-lo que o senhor Simão Paulo estava a demolir a sua construção em companhia dos seus funcionários.

"Inclusive, levou o material todo para o seu condomínio", acusou, visivelmente com os nervos à flor da pele.

"Será que só os ricos é que podem?"

Pior é que ele inviabilizou o meu projecto e, a cem metros, está a fazer o mesmo que eu vinha fazendo. Que exagerada ganância deste senhor!", exclamou David Manuel, acrescentando que antes de iniciar as obras, teve o cuidado de dar entrada do seu projecto na Capitania municipal.

"Nada me foi dito sobre o senhor Simão Paulo que hoje se diz dono de toda orla e de todos, porque é intocável. Já fiz tudo para me encontrar com ele para que, no mínimo, me devolva o que gastei, já que ele se acha dono", atestou.

"Notifiquei o gerente dele junto da Divisão de Polícia de Cacucaco no sentido de pressionar o senhor Simão Paulo a vir negociar comigo", algo que ainda não conseguiu, mas já pensa em, "caso não chegemos a um consenso, o caso vai ao Tribunal, que, também, já foi informado". A rixa com o antigo dirigente da província de Luanda, teve, de acordo com Manuel, repercussões sérias no seu lar, tendo sido obrigado a viver, até ao momento, um clima de tensão com a esposa, devido aos valores gastos no projecto.

"Deixei o meu contacto telefónico com o seu gerente, mas este, até hoje não diz nada", queixou-se. Por seu turno, o soba da área, Ndala Silvestre, também se mostra descontente com o que considera cobardia e total falta de respeito. "Este senhor está a desrespeitar, inclusive a mim como soba.

Imagine que inaugurou o seu condomínio, porém, eu, nem sequer fui convidado. O pior não é isso. É que ele chegou, faz e desfaz, e já se intitula dono desta orla toda", desabafou a autoridade tradicional que questiona: "quem é o pai dele aqui na Barra do Bengo para ter tanta ousadia? Ele conhece de onde vieram os povos destas zonas?"

"Rogo que pela honra da sua esposa que é muito boa pessoa que Simão Paulo venha ter comigo para nos esclarecer o que ele quer com o povo e com a nossa orla. Que devolva o material do outro para dar sequência da sua obra", determinou o soba, para quem, a orla em causa, carece de vigilância permanente, devido aos estrangeiros que entram ilegalmente por lá.

"Ele quer ser dono de tudo, mas esquece-se de que os pescadores têm contribuído na vigilância do mar, tanto é que já prenderam vários estrangeiros que queriam entrar ilegalmente no país", observou, para depois, irado, referir que "ele, Simão Paulo, trabalha com chineses que não sabemos se são legais, e como pode querer estar a encobrir os estrangeiros por isso é que não quer ver mais ninguém naquela área".

A nossa reportagem tentou contactar a gestão do condómino do ex-governador de Luanda, nesta terça-feira, 10, mas sem sucesso.

Fomos apenas informados, por alguns funcionários que transportavam material de construção abordo de uma embarcação a motor, que o dono, dificilmente aparece e que o gerente se encontrava ausente.

7.8 Oficial da Polícia Nacional desafia autoridades no Kifika

Semanário Angolense
14 de Abril de 2012

Há anos que a administração municipal da Samba vem travando uma «luta sem quartel» contra Francisco dos Santos Sequeira, um oficial da Polícia Nacional colocado no aeroporto de Luanda, que teima erguer uma obra em plena via pública no bairro do Kifika, mais concretamente junto à futura subestação da EDEL. Uma obra que, segundo os moradores, não irá só atentar contra o plano urbanístico daquela zona, mas também colocar em perigo a circulação rodoviária.

Conhecido por «Kito» nos meios castrenses, Francisco dos Santos Sequeira é tido como useiro e vezeiro em práticas que visam abocanhar terrenos alheios, nos quais procede à construção de habitações para posteriormente vendê-las. «Ele serve-se da farda e da arma para usurpar terrenos alheios, e fazer das "suas" ... », queixa-se um morador do Kifika que, por razões de segurança, pede para não ser identificado.

No bairro muitos já ouviram falar de Sequeira, pelas piores razões, claro! O seu nome tem aparecido invariavelmente associado à usurpação e à venda de terrenos, mas, pelos vistos, poucos ousam enfrentá-lo, provavelmente, por temerem represálias ...

Na Administração Municipal da Samba, o oficial da Polícia Nacional é igualmente conhecido pela negativa. «Por duas vezes já procedemos à demolição da obra desse senhor, mas, pelos vistos, ele não desarma», revela um funcionário da edilidade, que fala sob o anonimato por, segundo ele, não estar autorizado a prestar declarações à comunicação social.

«Das duas vezes que ele foi notificado, não se dignou a aparecer na Administração», adiciona a fonte.

Há quatro semanas, contra todas as previsões, o muro foi novamente levantado. No dia 26 de Março, a obra viria a sofrer um novo embargo, desta vez ditado pela Administração Municipal de Belas, já que o Kifica passou para tutela do novo município.

Em resposta, contam os moradores, Francisco Sequeira mandou pintar as paredes, de forma ocultar a ordem de demolição ou, antes, ignorado a ordem de embargo da edilidade municipal.

Consta que o infractor não só mandou pintar o muro, como também ordenou que se afixasse num dos seus pilares um documento, ou seja, uma Declaração de Titularidade, com o objectivo de fazer passar a mensagem de que tudo estava dentro da legalidade.

Numa deslocação ao local, o Semanário Angolense constatou, de facto, a existência de tal documento, com data de 30 de Dezembro de 2011, supostamente assinado pelo administrador da Samba, Adão António Malungo.

Abordado sobre o assunto, o funcionário da administração da Samba que temos vindo a citar, disse tratar-se de um «documento enganado», visto que para aquela zona os únicos documentos válidos são os Contratos-promessa e não as Declarações de Titularidade.

«O documento que lá se encontra afixado não diz seguramente respeito àquela obra, mas de outra zona para a qual são emitidos este género de documentos», afirma convicta a fonte do SA. E adiciona «O infractor tem procurado tirar dividendos do vazio governativo criado com as mudanças de administradores. Não é a primeira vez que faz obras quando há mudanças».

As tentativas de colher a versão de Francisco Sequeira não foram bem sucedidas, visto que o oficial da PN tinha o seu aparelho portátil indisponível.

Contactado, o administrador da Samba remeteu o assunto à administradora de Belas, Joana Quintas. Esta, por sua vez, furtou-se ao contacto com o articulista não tendo respondido ao questionário que lhe havia sido enviado por correio electrónico.

7.9 Bento Bento garante solução aos irmãos Gorita

O País

20 de Abril de 2012

Contra todas expectativas dos "despejados do Maculusso", Bento Bento surpreendeu - os na tarde de sexta-feira, 13, ao ir pessoalmente à cabana onde se encontravam reclinados os irmãos Gorita, a fim de se inteirar de um assunto, que já não era desconhecido para os homens do seu pelouro.

Só que desta vez, o número um luandense preferiu sair dissimuladamente, um sinal que indica, sem sombra de dúvidas, que as informações prestadas pelas delegações que aí estiveram antes de si, se é que lhe chegaram, terão criado um mar de inquietações àquele que também costuma a ser considerado como o "grande cabo eleitoral" do MPLA.

O gesto do governador, que, segundo os despejados, apareceu apenas com dois seguranças bastante dissimulados, reanimou a esperança desses órfãos, ao ponto de não puderem conter a emoção, quando explicavam sobre os movimentos do novo homem forte da cidade capital.

"O carro parou bem à frente da cabana, ele desceu e dirigiu-se para a entrada, onde se esforçou a projetar a cabeça e parte do tronco para dentro do abrigo", contaram, adiantando que, minutos depois, deram por conta da súbita reacção tomada de pânico pelo dirigente, ao reerguer-se para fora.

Na suposição do cenário desolador que Bento Bento terá visto dentro da casa adaptada, os Gorita fazem constar a habitual disposição conjunta dos bens de cozinha e da casa de banho, adaptada ao esgoto da estrada da rua Che Guevara, mais lençóis, panos e colchões, para além de os electro domésticos entrarem sempre na junção Inevitável.

Quase suspirou de alívio, soube ainda O PAÍS por meio das vítimas, que encararam a presença das pessoas que se aproximavam, ao darem pela presença carismática do dirigente que arrasta e conquista popularidade no e para o MPLA, como o motivo da contenção de seu presumível cansaço.

Para sacudir a pressão e a impressão gravadas através da acção que os seus próprios olhos tinham avistado dentro da cubata, ele perguntou à família há quanto tempo estavam aí e como é que as coisas tinham chegado a tal ponto.

Paciente, os Gorita detalharam novamente os pormenores que envolveram toda a problemática,

tendo-se cingido no facto de ainda possuírem os documentos que remetem automaticamente a casa a seu favor.

Recorde-se que os interlocutores deste jornal viviam na cobiçada residência do Maculusso, quando em novembro de 2011 foram surpreendidos por uma sentença do tribunal, que ditava o seu despejo, o que lhes deixou com muitas inquietações, embora não tenham feito qualquer tipo de resistência para se retirar da casa, por ter sido uma ordem do Tribunal de Luanda, órgão que consideram competente para o fazer, conquanto tenham reprovado a forma como a instituição da justiça o fez.

Na sequência da preocupação do homem forte de Luanda em relação ao quadro real encontrado fora e dentro da famosa tenda do Maculusso, o governador prometeu reparar o problema, começando por enviar alguém em seu nome, logo a seguir à sua partida.

"Como as pessoas estavam a aglomerar-se cada vez mais para o verem e nos verem a conversar com ele, o político avisou-nos que se havia de retirar e outra pessoa viria continuar a busca e o interrogatório, a fim de acrescentar nos dados que o próprio já levava na bagagem", explicou a família despejada, tendo revelado que, antes disso, Bento Bento lhes propôs irem a um lugar mais confortável que a cubata, onde ficariam até se rever e repor a veracidade dos factos, por causa das chuvas.

À semelhança do presidente da Comissão Executiva de Luanda, José Tavares, que foi o primeiro a fazer uma oferta do género, o governador viu a sua proposta rejeitada, tendo até ouvido dos aflitos que, a ser assim preferiam transferir a cubata para dentro do quintal da vivenda de onde foram retirados injustamente. Ao que tudo indica, os Gorita não estão dispostos em aumentar a distância que já os separa da vivenda familiar para mais de um metro que seja, já que construíram a choupana que os abriga entre o espaço do passeio da residência em disputa e a berma da estrada de que se servem os mais variados clientes do famoso restaurante Veneza.

Para conservar este sentido de ligação com a habitação onde muito deles nasceram, todos os dias, os desalojados acarretam água a partir do quintal da mesma e têm-na como a fonte de abastecimento de energia eléctrica, que chega ao seu novo habitat por meio de uma arriscada ligação vulgarmente conhecida como "puxada".

Curiosamente, nunca apareceu ninguém da parte dos que ganharam a casa pelo tribunal para lhes desencorajar desta actividade, que, aos olhos da lei,

pareceria invasão de privacidade, sempre que fosse feita sem a autorização dos novos proprietários.

Repercussão política

A promessa de enviar alguém feito pelo governador de Luanda não estava a ser levada a sério pelos irmãos Gorita, habituados a receber promessas vãs desde o Novembro do despejo. Por isso, a família espantou-se, quando, horas depois, apareceu Norberto Garcia, "identificando-se como secretário provincial do MPLA para os assuntos políticos e sociais", segundo contou a este jornal o mais velho dos Gorita, Heliodoro da Silva, que se convenceu assim de que, afinal, Bento Bento não havia ido à tenda do Maculusso "fazer turismo", segundo suas palavras.

Contaram ainda que Norberto Garcia não acreditou no que via, indicando que tem frequentado o restaurante Veneza mas sem nunca ter tido a oportunidade de ver aí a cubata, nem mesmo ouvir falar do caso.

Depois de questionar se a família tinha um advogado, ao que os desalojados responderam afirmativamente, o político do MPLA ligou imediatamente para ele, para agendar um encontro.

De acordo com os interlocutores de O PAÍS, Norberto Garcia lhes terá referido que o assunto já constituía um processo para ser dirigido ao Tribunal Supremo.

"Ele pediu e viu os documentos de casa e disse que não havia muitas dúvidas da nossa legalidade", reforçaram, depositando esperanças no encontro que o jurista marcou com o advogado da família.

7.10 Falta de patrulhamento nocturno facilita meliantes

O País

20 de Abril de 2012

Tido como um dos moradores mais antigos, Domingos Van-Dúnem queixou-se de que a falta de patrulhamento por parte da Polícia Nacional tem facilitado as acções dos marginais. Os moradores instituíram um "recolher obrigatório" a partir das 19 horas.

Segundo o cidadão, que tem a sua residência perto do aterro e a escassos metros da avenida Manuel de Castro Van-Dúnern "Loy", o que preocupa não é o cheiro nauseabundo, os mosquitos ou as moscas que lá existem: o pior é o elevado índice de criminalidade.

"Eu e mais três vizinhos fomos assaltados a escassos metros das nossas casas há três meses, depois de termos ido acompanhar até à avenida um jovem que nos viera visitar", disse Van-Dúnem, mostrando um dos dedos da mão esquerda que foi fraturado naquele fatídico e inesquecível dia.

Questionado se apresentaram queixa à Esquadra da Polícia mais próxima, Domingos Van-Dúnem explicou que já informaram diversas vezes às autoridades competentes sobre o estado em que se encontra o bairro e solicitaram uma esquadra móvel. Mas até agora nada foi feito para inverter o quadro.

Para colmatar a ausência de condições básicas para o bem-estar da população, como água potável e luz elétrica, Domingos Van-Dúnem construiu um tanque de água subterrâneo com mais de dez metros

de profundidade e está neste preciso momento a usar o 28º gerador. Caso haja alguma avaria e não tenha recuperação, o 29º gerador já se encontra guardado num dos seus aposentos.

"Estou neste bairro há dez anos e só beneficiamos de um chafariz em 2008 quando se aproximavam as eleições. No princípio, jorrava água todos os dias, depois ficou dia sim, dia não, e agora faz meses ou mesmo anos sem sair o líquido precioso", contou.

Há dois meses, os moradores contribuíram com 500 Kwanzas cada. O valor serviu para comprar um terreno, nas imediações do mercado do Cajueiro, e estão neste preciso momento à espera que os técnicos da Edel montem um posto de transformação de energia e sua distribuição pelas residências.

O nosso interlocutor manifestou-se I esperançoso de que serão realojados ' num outro sítio, caso as obras do condomínio Nova Vida TI e do Jardim Botânico englobe as suas propriedades. O facto de ter havido um I cadastramento por parte da Administração Municipal do Kilamba Kiaxi, há oito anos, aumenta ainda mais as esperanças dos moradores do bairro da lixeira do Golfe II.

7.11 Martelo demolidor actua na Marconi

Continente

20 de Abril de 2012

A acção ocorreu, depois de já terem sido deitadas abaixo mais de vinte residências naquela área. Os moradores em causa, dizem que deverão ser transferidos para a zona do Zango 3, em Viana. Foi notório a insatisfação de muitos moradores,

manifestado com dor e tristeza por deixarem o bairro que os viu nascer.

Os mesmos acreditam que vão passar por muitas dificuldades no Zango devido a distância que separa aquela zona do centro da cidade, onde muitos chefes de famílias têm o seu local de trabalho, o que põe em causa os custos de deslocação. Os moradores temem também que o ano lectivo seja comprometido para as suas crianças que frequentam a escola, uma vez que, até ao momento, não foram garantidos se as autoridades poderão assumir o enquadramento das mesmas nas escolas do novo bairro, onde vão residir agora em diante. Para evitar esta situação, segundo os moradores, terão que encontrar outras alternativas. Alguns mesmo já começam a pensar em deixar os filhos com parentes ou vizinhos, para que estes continuem a estudar. Como se sabe, o Sambizanga é um dos distritos de Luanda incluído no âmbito do projecto de requalificação, cuja execução das obras começa exactamente no Sector da Marconi, onde foi lançada a primeira pedra pelo Presidente da República, José Eduardo dos Santos. O Executivo quer com este ambicioso projecto, transformar o Sambizanga numa nova centralidade.

7.12 Antigo GPL no centro

A Capital

28 de Abril de 2012

Populares que habitam uma zona adjacente à barra do Bengo, município de Cacuaco, 'estão descontentes ante a suposta ocupação forçada de suas terras. Em causa está uma vasta extensão onde pode-se constatar a instalação de placas de ocupação. O principal acusado está a ser o antigo governador da província de Luanda, Simão Paulo que, alegadamente, depois de comprar algumas parcelas à camponesas locais, tenciona expandir-se.

"Estamos sob a alçada do senhor Simão Paulo. Ele chegou cá depois de ter comprado as lavras das senhoras que estão ao longo do rio onde construiu um condómino que funciona como hospedaria", denunciou um popular sem se identificar, acrescentando que, nos últimos dias foram surpreendidos com o que chamou de "uma atitude cruel de Simão Paulo, quando este, alegadamente, mandou demolir a obra de um cidadão que pretendia construir uma barraca. "Disse simplesmente que o terreno era dele", o que põe cada vez mais apavorados os camponeses que notam no novo vizinho uma tendência expansionista já que, ele apenas havia comprado algumas lavras, mas a população está a ser obrigada a abandonar a área toda.

"Para além da hospedaria, também pós gado", e, não obstante, as terras dele foram crescendo ao ponto de colocar placas em toda extensão da boca do rio. "Não entendemos o que o senhor quer connosco ao privatizar uma zona que desde sempre foi utilizada para trabalhos de costura de redes e atracação das nossas embarcações", queixou-se um pescador.

Os queixosos alegam que o ex-governador não está a respeitar sequer as entidades locais, passando por cima de todos e tudo.

"Neste momento os chineses estão a montar postos de média tensão que vão levar energia até ao condomínio e, por abuso, o senhor Simão Paulo não abordou a Comissão de moradores nem o soba, mesmo, sabendo que alguns destes postos estão a ser erguidos em terrenos alheios", denunciou outro popular, triste, porque em consequência da invasão, brevemente "Já não vamos poder realizar o ritual aos nossos antepassados, porque o rico está a vedar a orla toda".

Martins Pedro, outro pescador descontente com a atitude de Simão Paulo, pressente que o futuro da pesca na orla da boca do rio esteja comprometido a curto prazo.

"Sou o responsável pelas embarcações que fazem travessia da população", identificou-se, e disse que havia muitas lavras na orla do rio que pertenciam a uma Associação de Camponesas da Barra do Bengo. "O senhor Simão Paulo foi comprando as parcelas, ao ponto de acabar com a Associação, porque o projecto dele começa na zona do Panguila e se estende até aqui", revelou, lamentando depois que, desde então, "não podemos circular ou pescar livremente, porque o rico diz que o cheiro do peixe incomoda seus clientes".

7.13 Guerra das terras assola província do Huambo

Semanário Factual

28 à 05 de Maio de 2012

Huambo regista conflitos sobre posse de terra, devido à inexistência de registos de propriedade apropriados e a um plano de desenvolvimento rural aprovado sem participação pública.

Carlos Figueiredo, director da organização Não-Governamental DW - Development Workshop - Huambo - considera que a falta de cadastro e de plano director de urbanização participativo tem potenciado graves conflitos urbanos e periurbanos.

O activista, que falava à imprensa à margem do encontro sobre Métodos de Gestão Urbana, disse o crescimento urbano do Huambo não ter tido em consideração a elaboração de planos directores participativos, para a construção de cidades inclusivas, democráticas e sustentáveis.

"O custo de fazer um desenvolvimento numa forma que não previna conflitos acaba por ser, muitas vezes, maior, tanto do ponto de vista social e económico. A sociedade fica sempre a perder, sempre que algo envolve uma via do conflito. "

Moisés Festo, coordenador do Projecto Terra, disse que a gestão participativa é um instrumento fundamental para a prevenção de conflitos urbanos.

Conforme a fonte, apesar de este modelo de gestão do solo estar previsto na Lei do Ordenamento do Território, as Administrações Públicas Municipais elaboraram e aprovaram os seus planos directores, sem a participação legítima de grupos menos favorecidos na política pública local.

Moisés Festo acrescentou que, se não forem participativos, a sociedade vai ficar isenta do que vai acontecer na sua própria comunidade e surgem conflitos, de tal forma que haverá divórcio entre o Executivo e a comunidade.

O encontro organizado pela DW reuniu a sociedade civil e os funcionários da administração pública, municipais e provinciais. Debruçou-se sobre os Métodos de Gestão Urbana da Namíbia e Relevância para o Contexto do Huambo.

Na ocasião, Carlos Figueiredo disse a plena realização da gestão democrática ser o único instrumento para a garantia de promoção do direito à cidade para todos.

Aquela organização propôs ao Executivo do Huambo a instalação de um sistema informático de cadastramento e registo de ocupação, alegando que os cadastros e registo de ocupação são ferramenta fundamental para a gestão eficiente de uma cidade.

José Paulo Kay, vicegovernador do Huambo para os Assuntos Técnicos e Infra-estruturas, reconhece que ferramentas informáticas próprias facilitam o controlo do uso da terra.

"Esse elemento não só trará benefícios para o Executivo da Província na gestão dos terrenos urbanos, rurais e periurbanos, mas também irá facilitar aquilo que são os litígios existentes entre vários populares, relativamente a determinados espaços."

8. SERVIÇOS BÁSICOS

8.1 Estradas em péssimas condições frustram os Automobilistas

*Semanário Factual
de 07 á 14 de Abril de 2012*

sentido Cazenga/Mutamba, tem tirado o fôlego a qualquer motorista, devido ao nível elevado de deterioração em que se encontram aquelas vias. Os buracos, a poeira ou o lamaçal derivado das chuvas têm marcado o dia-a-dia de muitos automobilistas.

Muitas foram as promessas para a resolução dos problemas nestas vias, mas, até ao momento, nada ainda foi feito, com vista a reduzir o sofrimento dos automobilistas.

Em Setembro de 2011, parte do troço da avenida Hoji-ya-Henda foi interditada para trabalhos de melhoramento.

Hoje, quem passa por esta via se depara com enormes buracos e charcos de água que dificultam a circulação e aumentam as possibilidades de acidentes rodoviários.

Após a sua tomada de posse, Maria Clementina Gomes da Silva, administradora do distrito do Rangel, município de Luanda, prometeu melhorar a Situação do troço, mas, até ao momento, tudo se mantém na mesma.

Já na avenida gola Kiluanje, a sua deterioração tem causado inúmeros acidentes, devido ao constante uso pelos camionistas. Com a chegada da época chuvoso, a situação piorou, tornando-a intransitável.

a Avenida Hoji-ya- Henda, por exemplo, o troço que sai do Hospital Américo Boavida até à via férrea está a deteriorar-se a cada dia que passa, sendo notável a ausência de asfalto.

A circulação por aquela zona torna-se ainda mais difícil no período noturno, quando a atenção e a prudência são exigidas ao máximo.

Este é o panorama atual das estradas de Luanda, o que tem causado a frustração de muitos automobilistas que alegam ausentar-se no pagamento das taxas de circulação.

Francisco Mateus disse ao Factual "nós pagamos sempre as taxas de circulação, mas nunca vimos a melhoria das vias. Somos obrigados, durante o período chuvoso, a abstermo-nos dos nossos carros, para que estes não estraguem. Agora, eu questiono, onde vai o dinheiro arrecadado das taxas?"

Quinta avenida do Cazenga sem solução à vista O automobilista afirmou, igualmente, que "é preciso que se respeite o que é tirado dos cidadãos. A situação da via do gola Kiluanje, do Hoji-ya-Henda, bem como as outras avenidas, demonstra falta de preocupação dos Executivos locais".

Francisco Mateus fez recordar a situação que se vive no Cazenga, concretamente na sa avenida. "Eu presenciei, em Agosto de 2007, a escavação que fizeram aqui na avenida. Muitos, até o administrador, falaram que daria aí uma estrada com todos os suportes sanitários e de tráfego, mas, agora, a mesma se encontra totalmente deteriorada, apesar, nas imediações, estarem a escola Angola e Cuba e a antiga fábrica de borracha, Curbol".

Estas estradas, ao longo dos anos, recebem apenas obras paliativas, como a colocação de mais nada. este período chuvoso, as coisas passam para um estado caótico, pois nada é feito na época seca para a recuperação das vias.

O movimentar das máquinas só é visível já no começo da época chuvosa, quando todos procuram passar por uma imagem de que estão preocupados com o bem-estar dos cidadãos.

Estes tipos de encenação são sempre constatados, principalmente após a época chuvosa. Para muitos, o Executivo deve arcar com os danos causados pelo mau estado das vias, Segundo pesquisa realizada pelo Factual, no Brasil, um país que tem forte relação com Angola em vários domínios, o poder público é responsabilizado por danos causados por buracos, má conservação da via e ausência de sinalização, mas desde que a vítima tenha todas as provas.

8.2 Veículo a hidrogénio passa no teste das ruas

*Semanário Factual
de 07 á 14 de Abril de 2012*

Tecnologia de célula a combustível a hidrogénio e motores elétricos foi incorporada num veículo utilitário, dedicado à limpeza das ruas.

O veículo foi submetido a condições reais de operação na cidade de Basel, durante três meses,

inteiramente operado pelos funcionários da companhia de limpeza.

O resultado foi melhor do que o esperado: ele só teve de ir para a oficina uma única vez, para a troca de uma bomba de água e do conversor de tensão entre a célula a combustível e as baterias.

Segundo os técnicos, o teste demonstrou que as células a combustível estão prontas para serem usadas em aplicações reais do dia-a-dia, particularmente em nichos de aplicação, como nos utilitários de serviços públicos.

Economia de combustível

A principal vantagem do veículo a hidrogénio é a economia de combustível. Em vez de 5 a 5,5 litros de diesel por hora, equivale a um consumo energético de 180-200 MJ/h, o utilitário a hidrogénio gastou entre 0,3 e 0,6 kg de hidrogénio por hora, equivalente a 40-80 MJ /h.

Deve ser levado em conta que o custo inicial do veículo a hidrogénio é três vezes maior do que o mesmo modelo a diesel. Mas, os engenheiros argumentam que as células a combustível, um componente importante do custo inicial, custam hoje um décimo do que custavam há 10 anos, e essa tendência está a manter-se.

No quesito emissão de poluentes, embora as células a combustível só emitam vapor de água como resíduo, é necessário levar

em conta que o hidrogénio hoje é produzido pela reforma do gás natural. Ainda assim, o veículo a hidrogénio emitiu 40% menos CO₂ do que a versão a diesel, levando em conta todo o ciclo.

Sem vazamentos não foi detectada ocorrência de vazamento de hidrogénio, nem mesmo nas estações de reabastecimento, que eram operadas pelos funcionários do serviço de limpeza da cidade, que usavam o veículo.

Os testes continuar" noutra cidade que os engenheiros pretendem observar o comportamento do veículo a hidrogénio, conforme as suas peças se desgastam, a fim de calcular o custo total no "tempo de vida" do veículo.

8.3 Construção de latrinas nos arredores do Lubango

Jornal de Angola

11 de Abril de 2012

O Fórum de Medicina Tradicional em Angola (Fometra) inicia, ainda este mês, na Huíla, a construção de duas mil latrinas comunitárias nos bairros da Tchavola e Tchimúcia, arredores da cidade do Lubango. Em breves declarações feitas na segunda-feira à Angop, o director local da Fometra, Miguel Catengue, afirmou que, para a execução do projeto vão ser gastos 200 mil dólares. O objectivo é apoiar o Executivo na resolução dos problemas de saúde nas comunidades.

As latrinas e outras infra-estruturas sanitárias vão ser construídas nos 14 municípios que compõem a província.

A associação também vai pintar a estrutura física de cinco centros de saúde do Lubango. O Fórum de Medicina Tradicional em Angola existe desde Fevereiro e tem mais de 500 associados filiados.

8.4 O fardo dos catadores de lixo

O País

13 de Abril de 2012

No bairro da Sapú, na chamada zona da "Encanal" , em meio a uma zona residencial, está um dos grandes amontoados de lixo da cidade de Luanda. Os resíduos sólidos e o cheiro nauseabundo fazem com que os transeuntes cubram o nariz assim que se aproximam, em meio a reclamações sobre a situação.

Enquanto uns afastavam-se, outros penetram na lixeira em busca de alimentos ou objectos para vender. Lá encontramos Francisco, 35 anos. Carregava uma mochila, pastas, um saco e remexia o monte de lixo. "Apanhei tudo isso nas lixeiras aqui da zona", começou por explicar, mostrando-nos, instantes depois, latas de atum e bolachas que havia apanhado. "Vou levar a comida para casa, porque está boa, dá para aproveitar. As mochilas e as pastas vou lavar e vender no mercado", explicou.

Desempregado há vários anos, Francisco disse que não teve outra opção senão tornar-se catador. "É uma tarefa difícil porque tenho que ficar no meio do lixo. O que mais me incomoda é o cheiro, mas como já faço este trabalho há muitos anos fiquei habituado", explicou. Fruto da experiência, o jovem cumpre uma rotina que lhe permite tirar o maior rendimento possível. "O melhor é vir de manhã bem cedo, que é quando se encontra o melhor material,

inclusive comida, muitas vezes ainda em boas condições", explicou.

Para além de adultos, o universo de catadores inclui também crianças. Flora Madalena, nove anos de idade, é uma delas. No meio da lixeira, recolhia garrafas. Com um pau remexia no lixo, afastando os resíduos até encontrar o que procurava. 'Aqui cheira muito mal e tem muitas moscas e de manhã o sol queima-me, mas tenho que aguentar', referiu a menina.

Flora já estava na lixeira há várias horas e havia recolhido 29 garrafas de cerveja, que colocara cuidadosamente em um saco. Após um dia de trabalho, ela entrega os sacos à sua mãe, que vende o produto em Viana. "Pagam-nos 200 Kwanzas por 50 garrafas", explicou a menina, para quem a lixeira é uma fonte de sustento.

Apesar de ser um trabalho penoso, Flora dirige-se diariamente à lixeira em busca de garrafas, para apoiar na renda familiar. "Já estou habituada", concluiu a menina, encolhendo os ombros em sinal de resignação.

Tal como Flora, Armindo, nove anos, também estava na lixeira em busca de materiais de ferro e alumínio. Ele contou-nos que faz o mesmo diariamente para levar algum dinheiro para casa. Por cada quilo que recolhe recebe 10 Kwanzas, o que o obriga a buscar incessantemente, para conseguir levar algum dinheiro. O que consegue entrega aos pais e, nos melhores dias, faz um agrado a si mesmo, comprando bolachas.

"O mais triste é que passam algumas pessoas que gozam comigo, riem do que eu faço", lamentou Armindo. Entretanto, ele diz que não pode desistir. "Tenho que suportar tudo", resumiu. Instantes depois voltou ao meio da lixeira, sob sol intenso, em busca de material para vender.

Agastados com a situação, os moradores da zona reclamam do facto de não existirem contentores para colocarem o lixo, o que leva a que deitem os resíduos na lixeira, que existe há dois anos. "Passamos mal por causa do mau cheiro e é um risco devido às crianças que recolhem coisas no meio do lixo", lamentou Solange.

o cenário da Sapuí repete-se em vários outros pontos de Luanda. No bairro Ngwanha, no Sambizanga, encontramos várias pessoas recolhendo resíduos em uma lixeira. Dionísio, 36 anos, era um dos muitos que lá estavam. Explicou-nos que recolhe principalmente material de madeira, que revende a marceneiros. "Encontro muita coisa, é só ter paciência e suportar o cheiro", explicou. Com este trabalho, ele diz que

consegue semanalmente cerca de 2.000 Kwanzas, que o ajudam no sustento dos cinco filhos e esposa.

Apesar de hoje ser um dos catadores de lixo da capital, Dionísio contou-nos que a sua rotina já foi diferente. Foi empregado de limpeza de uma empresa de construção e fazia o mesmo serviço em diversas obras de construção. Contudo, foi demitido há três anos. Procurou incessantemente uma vaga, mas recebeu sempre resposta negativa. Ainda tentou vender produtos na rua, mas confessa que "não tinha jeito para o negócio".

O seu destino mudou quando, um dia, ao passar por um amontoado de lixo viu pessoas recolhendo resíduos. Decidiu fazer o mesmo e há um ano e meio que sobrevive deste trabalho. Morador da Boavista, Dionísio diz à família que trabalha num armazém, pois não quer que os seus filhos saibam o que faz. O seu sonho é deixar o trabalho no "lixão" e conseguir um emprego numa empresa de segurança.

Para além dos produtos que recolhem, os catadores também têm histórias inusitadas para contar. É o caso de Madalena, 48 anos. Ela conta que, no ano passado, enquanto recolhida roupas, encontrou duzentos dólares numa calça. "Foi muita sorte, nunca mais aconteceu, mas ajudou - me muito", contou - nos em meio a um sorriso.

8.5 Aterro condiciona remoção

Semanário Angolense
13 de Abril de 2012

Quando, há pouco mais de seis meses, a directora da Indústria, Geologia e Minas anunciava a remoção do material mal armazenado, convicta de que o regresso da tranquilidade era uma questão de tempo, garantia também que «o Governo tinha controlado o perigo». Este foi, de resto, um dos títulos escolhidos por este semanário na primeira reportagem sobre a «tóxica herança». Hoje, vê-se, o perigo parece não estar controlado, na medida em que o risco de contaminação continua intacto como os químicos que se encontram na fábrica. Isto mesmo foi admitido pelo director em exercício, Jonson Semedo, na hora da apresentação das causas do atraso. «O sol e as chuvas são uma grande preocupação», resumiu o responsável, assinando por baixo do que foi realçado por vários cidadãos. Quanto à questão fundamental, Jonson Semedo disse, categórico, que a inexistência de aterro sanitário condiciona a operação. Revelou que a província de Luanda, uma das hipóteses iniciais, está fora das contas, surgindo como alternativa o próprio Alto Catumbela. Nesta altura, indicou o director em exercício da Indústria, já só falta o

parecer da ELISAL, a empresa que vai construir o aterro. «Pode ser que venha a ser construído nas imediações da fábrica, é um aspecto por definir, que contará também com o subsídio do senhor governador», finalizou.

8.6 Barões do lixo

O País

13 de Abril de 2012

Os catadores são apenas a ponta do iceberg no que toca ao negócio do lixo, que cresce a cada dia em Angola. Na maior parte dos casos os resíduos são vendidos a grupos organizados que separam em função do tipo de material e enviam para

o exterior do País, para revenda ou reciclagem.

Para comprarem os produtos, os negociantes instalam postos nos bairros. Um dos compradores explicou-nos que integra uma cooperativa que trabalha com indianos e que paga de 10 a 15 Kwanzas por quilo. "Guardamos o que recolhemos, pesamos tudo no final do ano e os indianos levam em navios para outros países", explicou.

Segundo um dos integrantes da cooperativa, o negócio é rentável. "Se trabalharmos bem, em um ano podemos conseguir dez mil dólares ou mais", contou.

8.7 A recolha de resíduos sólidos urbanos e a fiscalização

Semanário Angolense

14 de Abril de 2012

Para confronto de semelhanças, entre a obra pública e o serviço público, o cidadão interessado na compreensão da problemática do lixo, a importância e o modo em como se deve processar a fiscalização, necessita recorrer ao artigo 186º da lei que rege as empreitadas públicas.

Diz o artigo, que o dono da obra deve definir com a maior precisão possível, nos elementos escritos e desenhados do projecto e no caderno de encargos, as características da obra e as condições técnicas da sua execução, bem como a qualidade dos materiais a aplicar e apresentâ-los mapas de medições de trabalhos, tão próximos quanto possível das quantidades de trabalho a executar, nos quais assentem a análise e o ordenamento por custos globais das propostas dos concorrentes à empreitada.

Ora, o processo de recolha e limpeza encaixa perfeitamente no regime jurídico das empreitadas públicas, como uma concessão de serviço público pelo qual o co-contratante, concessionário, se obriga, perante uma entidade pública contratante (GPL) concedente, a gerir, em nome próprio e sob sua responsabilidade e em respeito pelo interesse público (sublinhe-se interesse público) por um determinado período de tempo, uma actividade de serviço público, sendo remunerado, ou directamente pela entidade pública contratante concedente, ou através da totalidade ou parte das receitas geradas pela actividade cedida.

Está claro, que realizar uma obra pública ou prestar um serviço de limpeza à uma entidade pública, por via de um contrato administrativo, vai dar no mesmo em matéria de fiscalização. O que muda são os métodos técnico-físicos, as ferramentas ou o tipo de máquinas, a tecnologia dos equipamentos em movimento etc. Nunca o procedimento e a metodologia da defesa do interesse público. Este, será sempre imutável à luz do regime jurídico.

Ora, como devemos então proceder? Se para construirmos uma obra necessitamos de um projecto, com peças desenhadas e escritas, cálculos estruturais, mapa de materiais e de pormenores; para um serviço de limpeza pública e recolha de resíduos sólidos, necessitamos de um caderno de encargos bem definido e um programa de trabalho excelente, que possa estabelecer com a maior precisão possível as «regras do jogo». Se para a obra pública necessitamos de uma equipa de fiscalização para realizar o controlo da qualidade (eixo técnico da questão), o monitoramento e a supervisão geral da empreitada (eixo legal administrativo da questão), então para a limpeza pública, havemos de necessitar igualmente de uma equipa de fiscalização que se ocupe, não só das questões técnicas, mas sobretudo e antes de mais, das questões legais e administrativas em defesa do interesse público, em toda a sua extensão

económica, sem descuidarmos da vertente social que lhe caracteriza sobremaneira. Não rende para ninguém, uma fiscalização apática, inerte perante males tão graves como o desrespeito aos horários, a falta gritante de meios de recolha e de limpeza por parte da operadora, o desleixo impune dos sub-concessionários, a ausência de cações ou seguros, a facturação enlouquecida dos volumes fictícios achados a olho, o encurtamento dos itinerários, as falsas declarações das operadoras menos probas, a inaplicabilidade de multas legais sobre os prevaricadores reincidentes, a exposição prolongada de lixo em zonas proibitivas, a má qualidade da limpeza, o exagerado embaraço do trânsito automóvel e a moléstia da população residente com máquinas

inadequadas, ruidosas e o manuseamento errado dos resíduos em zonas habitacionais. Não rende também uma fiscalização desprovida de conceitos orientadores, que sejam efectivamente uniformes, para aplicação abrangente e que seja regulada por lei. É por isso que os fiscais, neste sistema, para se tornarem eficientes, haverão de aprender as técnicas, os princípios e as regras da fiscalização, sem o que apenas farão acompanhamento, à moda policial, sem resultados na qualidade final.

Para que a recolha de resíduos sólidos seja realizada com sucesso, precisamos primeiro definir um quadro de referências e obrigações técnicas, jurídicas e gerais que devem depois ser transferidas para o contrato administrativo. Sem este quadro legal, sem um caderno de encargos devidamente elaborado, não será possível realizar a fiscalização nos moldes em que se prevê no ordenamento sobre a matéria. A existência de um caderno de encargos, é, portanto, a condição «sine qua non» do sucesso da fiscalização do sistema e sub-sistemas do processo.

A responsabilidade da entidade pública, contratante ou concedente, é exactamente a mesma para as obras públicas ou para os serviços públicos e os procedimentos são transportados para cada campo, com as suas adaptações e especificidades, sem degradação do ambiente público na defesa do erário de todos nós os contribuintes.

A qualidade geral do serviço, deve ser avaliada em conformidade com o plano de trabalho aprovado pelo dono da obra ou concedente. Em obras públicas, por exemplo, a existência de um plano de trabalho aprovado pelo dono da obra, é obrigatória. A lei concede até 90 dias, o período legal para esta entrega ser efectuada, com a intervenção do fiscal, que o analisará e o conformará às exigências do contrato. Tudo isto é feito com a correlativa participação do dono da obra. Para o processo do lixo, as exigências serão tecnicamente as mesmas: sem plano de trabalho, a operadora caminhará a seus pés, na direcção que quiser, quando e como lhe apetecer, com a mira virada sobretudo para a vantagem económica e financeira, como será óbvio. Portanto, para fiscalizar o serviço, precisamos antes de mais, possuir um plano de trabalho! O mesmo terá abrangência territorial total para a área a que se destina, mas será repartido por etapas mensais, quinzenais e diárias, com os respectivos ritmos (relação entre volume e tempo) a indicação dos meios com que a operadora se propõe a realizar o trabalho; os prazos das tarefas e incluirá, obrigatoriamente, um plano financeiro estimado para orientação financeira do concedente.

Para que seja possível elaborar um plano de trabalho, documento legalmente exigível (lei da contratação

pública de 7 de Setembro) torna-se necessário possuir um caderno de encargos definidor das técnicas, dos modelos de limpeza com base na natureza dos resíduos, sua localização e volumetria, a maneira correcta de manuseamento e composição mecânica dos instrumentos e máquinas, sendo de especificar o arsenal técnico e tecnológico mínimo adequado para conviver com a cidade, as periferias de ocupação semi-padronizada e não-padronizada, as estações de transferência, aterro sanitário etc.

Esta forma de agir e estar no processo do lixo em Luanda, exige conhecimentos que se adquirem. Ou seja; fiscalizar a recolha de resíduos sólidos e de limpeza da cidade, exige do fiscal o domínio da lei que rege a fiscalização do serviço público, e não pode ser realizada por quem tem participação directa na recolha, como por exemplo a Elisal EP, que se revê ainda como uma operadora.

Veremos mais adiante tudo sobre os cadernos de encargos, pois tenho a promessa de uma entidade importante envolvida no sistema, de tornar-me a pesquisa mais facilitada.

8.8 Risco para a Saúde Pública

O País

13 de Abril l de 2012

A Juventude Ecológica de Angola (JEA), através do seu porta-voz, José Silva, manifesta-se preocupada com a proliferação de lixeiras na cidade de Luanda. "Persistem as lixeiras a céu aberto, principalmente nas zonas suburbanas, em distritos como Sambizanga e nos municípios de Viana e Cacuaco", referiu o ambientalista.

Para a fonte citada, o cenário actual resulta da falta de capacidade das operadoras de recolha de resíduos, tendo referido que em alguns casos trata-se mesmo de "desorientação" das empresas vocacionadas para o serviço. Para inverter a situação, o nosso interlocutor defende a evolução para um sistema integrado de produção, deposição e recolha do lixo.

Importa realçar que em Março deste ano o Governo Provincial de Luanda lançou um novo sistema de recolha de lixo, através do qual surgiram pequenas empresas que vão fazer coleta de resíduos porta-a-porta, inclusive nas zonas de difícil acesso. José Silva realça que a ideia da criação de brigadas já foi apresentada em 2005 e 2008, mas "falhou". "Tudo é muito bom quando é pensado, mas a questão essencial é a execução", frisou.

"Em alguns bairros a situação é lamentável. Há casos em que as operadoras recolhem o lixo nas zonas

urbanas e depositam em áreas suburbanas, contribuindo para a criação de lixeiras", denunciou.

Quanto aos catadores de lixo, o porta-voz da JEA realça que a situação resulta da pobreza em que muitos cidadãos estão mergulhados.

"É um perigo para a saúde pública, porque estes cidadãos fazem este trabalho sem nenhuma protecção e têm contacto com resíduos químicos ou tóxicos", acrescentou José Silva, acrescentando que o maior risco prende-se com o material contaminado de resíduos hospitalares, que resultam do trabalho de centros médicos da periferia.

8.9 Vala de drenagem ameaça populares

A Capital

14 de Abril de 2012

Várias famílias vivem com o perigo permanentemente à espreita nas ruas 06, 07 e 08, algures no Prenda ao longo de uma vala que, cada vez mais cresce.

As residências estão visivelmente expostas ao risco, faltando apenas que uma enxurrada das que Luanda tem recebido, se abata sobre aquela zona. Aliás, perante o cenário que a nossa reportagem viu, ressalta uma pergunta: como esta gente conseguiu viver assim, aqui, até hoje?

A resposta foi fácil de encontrar. Por exemplo, Marcos António, morador do bairro há 15 anos contou-nos que, quando lá foi construir, não encontrou a vala.

"Tudo isso deu-se por causa da inclinação do terreno. A vala surgiu por causa das construções. A medida que o bairro foi crescendo, as casas foram apertando a passagem das águas fluvias, o que influenciou o crescimento da vala", disse, com tranquilidade António, que, apesar da sua casa estar sob iminente risco, explicou-nos que "quando chove não sente qualquer perigo por causa da inclinação que ajuda a água a escorrer directamente para o mar".

Marcos António nunca ouviu falar em projectos do Governo quanto a uma possível intervenção no sentido de se "requalificar a zona. Contudo, referiu que espera que tal aconteça.

A única coisa de que ele sabe, é que a Odebrecht terminou obras no outro lado, deixando "este troço assim".

"No outro lado reabilitaram a estrada e desviaram a vala para o bairro. Até ao momento não sabemos quando é que eles voltam para rever esta situação", manifestou o morador, para depois dizer que, quando chove, o caudal de água na vala sobe, provocando situações de aflicção a muitas famílias.

Quem também arrisca a vida no local é Maria António. Tal como António, Maria afirma que há cinco anos, quando foi para lá residir "esta vala não era assim. Não existia todo este lixo, era boa".

"Nós os moradores é que estamos, mesmo, a provocar esta enchente de lixo"; reconheceu ao admitir de seguida que quando chove, as dificuldades vão para além do que se vê agora.

"Quando chove é triste. As pessoas vêem os seus mobiliários a serem levados pela corrente de água, suas casas desabar, enfim, as crianças, adiantou, transformaram a lixeira e a vala num espaço preferido de lazer.

Consequências, várias doenças, com predominância para o paludismo, vômitos e diarreias, tudo por causa deste lixo.

Dona Maria sabe que as casas serão demolidas, porque, algumas já foram marcadas, alegadamente pela construtora brasileira Odebrecht.

"Infelizmente ninguém sabe a data que vamos ser transferidos", reforçou.

Por seu turno, Marília de Oliveira que mora no bairro há mais tempo, isto é,

há 17 anos, não escondeu a sua repugnância perante o caos em que vivem.

"Passamos mal no tempo chuvoso. As pessoas ficam sem poder transitar dum lado para o outro da vala. Os perigos estão à vista de qualquer um que passe por aqui. Não precisa de explicações. E só olhar", lamentou

Segundo ela, quando não chove, é um alívio. Por esta altura, por exemplo, que na capital do país a chuva escasseia, "conseguimos transitar, embora com algumas dificuldades, mas remediamos".

"Quando chove o bairro torna-se uma autêntica lagoa, principalmente quando a vala enche. As águas entram nas residências, algumas pessoas ficam sem as casas e a mobília, chegando até a ocorrerem casos de morte", confirmou.

- "Aqui tem vala tem lixo, os homens da Odebrecht vieram, reabilitaram esta zona, terminaram, e até hoje não se sabe mais nada. Praticamente so-

brevivemos ajeitando-nos", continuou a queixar-se, acrescentando que por via disso, não têm acesso à água potável nem à energia eléctrica. Esta, se vem, é aquela que volta e meia, some.

"Para termos água, temos de atravessar para o outro lado. A situação de vida aqui é muito complicada", enfatizou a moradora, ela que também tem

conhecimento de que algumas casas naquela zona serão demolidas.

"A última vez que eles apareceram aqui foi em 2002. Lá vão 10 anos. Algumas casas já estão assinaladas, mas até agora não nos dizem nada", frisou ao observar que muitas moradoras passam mal, pelo facto de suas casas estarem a desabar.

"É complicado ter uma casa feita, um lado de chapa e outro de blocos", acentuou.

A nossa interlocutora afirma-se disposta a abandonar a área de risco, porém, considera ser uma posição difícil de tomar, já que se trata de abandonar definitivamente uma zona com a qual já se acostumou ao longo de muitos anos, mesmo com os riscos.

Ela lembra casos em que algumas crianças foram levadas pela água, tendo, muitas vezes, os corpos delas, desaparecido.

"Já tivemos dois casos de morte de crianças em consequência da chuva", por isso, "o que nós queremos, mesmo, é que o Governo acabe com a vala.

Mateus André disse que é morador da zona desde 1979. Em seu entender a vala chegou ao ponto em que está, para além das construções dos moradores que barraram as outras vias das águas pluviais, a intervenção da Odebrecht num só extremo, piorou a situação.

"Algumas pessoas já abandonaram esta zona por causa dos riscos de vida. Quando chove tudo isso fica alagado.

As pessoas perdem as casas, é triste", deplorou, ao confirmar que, ainda este ano, "tivemos um caso de morte depois destas chuvas".

8.10 Lixo: O negócio do momento

Angolense

20 de Abril de 2012

Em alguns pontos da cidade, os moradores são obrigados a identificar área para o depósito de lixo.

No distrito do Rangel, por exemplo, na Avenida Brasil, existem ruas intransitáveis devido ao avolumar de lixo e a falta de saneamento básico. Segundo os moradores, esta situação põe em risco a saúde e um atentado contra as suas vidas. "Os carros de recolha de lixo passam quando querem, não há uma organização de horários, nem dias e as vezes fica-se durante uma semana. Não nos resta outra solução senão deitarmos o lixo, mesmo aqui no chão", lamentou Maria dos Anjos, uma das moradoras.

Situações do género acontecem um pouco por Luanda. Na zona do Palanca, por exemplo nas ruas A, B e C, foram colocados contentores defronte a estrada e os moradores depositam neles os resíduos sólidos.

Em contrapartida, contam os moradores, as operadoras não recolhem o lixo na hora e transborda para o chão. "As vezes não temos lugar para passar, porque fica tudo cheio de lixo". De facto, limpar a cidade tem sido um grande desafio para o governo.

Se por um lado, as operadoras responsáveis pela limpeza reclamam a falta de pagamento, por outro lado, o governo reclama do mau trabalho prestado pelas operadoras. Recentemente, o Governo Provincial de Luanda manteve um encontro com as operadoras de lixo.

O encontro foi encabeçado pelo Vice-governador de Luanda, Adriano Mendes de Carvalho, onde se ficou a saber que muitas operadoras têm prestado um mau trabalho, com realce para uma que, inclusive, chegou a despejar o lixo que havia recolhido na cidade na orla marítima.

Neste encontro, o Governo Provincial deu uma semana para as operadoras deixarem a cidade limpa.

Pelo que sabemos, este prazo não foi cumprido. O lixo, um dos grandes problemas que enferma a vida dos luandenses, pode tornar-se no mais rentável negócio. O governador Provincial de Luanda disse isso mesmo quando incentivou os jovens a engajarem-se nesse negócio.

"Organizem-se e vendam o lixo ao governo. Este era um negócio apenas para alguns, mas agora vamos abrir ao povo", disse Bento Bento por ocasião do dia da juventude.

Segundo o Governo da Província de Luanda, brevemente sairá um diploma legal que vai tratar de detalhes relacionados com este negócio, por exemplo como as empresas devem estar constituídas, quais os principais requisitos, etc.

8.11 WC em escolas públicas

A Capital

21 de Abril de 2012

estudante da 11ª classe do Instituto Normal de Educação Física (INEF), Katiana Lomba, já perdeu completamente a noção da última vez que franqueou as portas da casa de banho da escola em que estuda

"Nem morta, não entro em nenhuma dessas casas de banho. Prefiro aguentar a aflição até chegar à casa", conforme disse, a ter de suportar o cheiro asqueroso inalado por quem passa nas proximidades dos balneários ali instalados, reflexo da precária higiene.

Reconhece que, geralmente, as zeladoras de limpeza daquela instituição escolar furtam-se de cuidar da higiene desses locais, apontando, antes, pelas salas de aulas, o pátio da escola e zonas adjacentes, mas não deixa também de apontar o dedo aos demais colegas que, quando em situação aflitiva, não se têm coibido de satisfazer as necessidades fisiológicas, inclusive, no chão dos balneários.

Mas, para Fátima Paulo, estudante da mesma escola, não tem como tal não acontecer. E explica: "as pias (vasos sanitários) há muito que não são limpas, acumulam dejectos e isto afugenta quem pretende usá-las", referiu, suspeitando, é claro, de toda a sorte de males que uma exposição àquelas condições pode provocar.

"Não há condições para utilizar as casas de banho, tanto dos rapazes como das meninas", reconheceu a jovem Paulo, para quem também a culpa é repartida entre quem deve zelar pela limpeza desses lugares e os estudantes.

"É muito triste o que temos estado a ver. Encontramos quase sempre fezes e urina no chão. É preciso ter muita coragem para frequentar esses balneários, aguentar o cheiro e os bichos que se criam nessas ocasiões", lamentou a estudante.

E é precisamente isso o que Fátima Paulo mais teme: contrair alguma doença por uso de lugares como "as casas de banho da escola onde !!! estuda, que não apresentam as mínimas condições de higiene. "Cor-

"Nem morto". Estudante da escola Ngola Kiluanji, Marcelo Manuel lamenta o facto dos seus balneários

apresentarem-se, geralmente, sujos, uma cenário que, entretanto, repele quem pensa frequentá-los. "Eu, entrar nessas casas de banho, nem morto", afirmou, perentoriamente.

À semelhança de outros colegas, a solução de Marcelo Manuel tem sido as cercanias da escola. À falta de melhor oferta, é nas redondezas onde tudo se vai 'descarregar'.

"Por isso é que mesmo nas imediações da escola sente-se o mau cheiro, pois ninguém suporta as nossas casas

de banho e somos obrigados a procurar lugares escondidos próximo da escola para satisfazer as nossas necessidades fisiológicas", reforçou

Manuel, no que é corroborado pelos demais estudantes com que o A Capital chegou à fala. Quase sempre, revela 'Ornelas António, que também estuda no Ngola Kiluanji, as empregadas de limpeza limitam-se a uma rápida limpeza do chão das casas de banho, não raras vezes com pouca água e outras vezes sem detergente quanto baste para inibir a presença de bactérias susceptíveis de transmitir alguma infecção.

"Elas (zeladores de limpeza) parece não se incomodarem com a limpeza das sanitas. Não limpam como deve ser e, de quando em quando, encontramos até bichinhos na sanita, o que é muito triste", queixou.

De uma coisa ele tem certeza: "não frequento nenhum balneário da minha escola. É nojento o ambiente que eles apresentam. Não há higiene possível. Só se estiver maluco", ironizou.

Os estudantes, ao que disseram à reportagem deste jornal, não entendem por que as escolas dispõem de tão pouco número de empregadas de limpeza, tendo em conta a dimensão dos estabelecimentos escolares. Uma outra preocupação, porém não menos importante, prende-se com as constantes falhas de água nas escola, facto que vem aumentar as reclamações dos estudantes já de si agastados com este tipo de constrangimen.

8.12 EX-habitantes do lixo vivem da reciclagem

O País

20 de Abril de 2012

Algumas das 500 famílias que residiam em condições de extrema pobreza na Lixeira do Golfe II e que foram realojadas na comuna de Calumbo, em Viana, pela Associação de Profissionais e Amigos de Combate à Pobreza (APA-CP), vivem atualmente da produção de diversos bens com materiais reciclados.

O secretário da APACP, Gilberto Domingos João, revelou a *O País* que para resolverem o problema da falta de emprego, que afectava a maioria dos realojados, a associação criou uma pequena empresa, denominada Vasso- Força, que produz vassouras, cadeiras, camas, cortinas e outros utensílios domésticos com garrafas e outros produtos reciclados.

A Vasso- Força emprega actualmente 21 realojados. Prevê aumentar o número de funcionários em função do crescimento da produção. "A nossa meta é infundável, estou sempre com previsões de realojar o pessoal que lá se encontra", disse o responsável, acrescentando que "fizemos um estudo profundo sobre a concorrência e pudemos constatar que as nossas vassouras têm mais qualidade em relação às que existem no mercado e estamos em condições de suplantar a concorrência".

Para resolver o problema da falta de emprego por parte da população em idade produtiva que habita naquela comunidade, a associação estabeleceu um convénio com diversas empresas de construção.

O projecto que visa oferecer melhores condições de vida aos moradores da lixeira surgiu em 2002 por iniciativa de algumas senhoras, liderada por Bibiana de Almeida, que se comoveram com a situação em que eles se encontravam.

Depois de um árduo trabalho de sensibilização, em 2005, foi transferido o primeiro grupo de dez famílias para a comuna do Calumbo por terem mostrado o comportamento adequado para viver num local com regras bem definidas.

"Não foi fácil tirar a população do aterro porque já não acreditavam na boa fé das pessoas e que pudesse surgir alguém para ajudá-las sem querer algo em troca. Mas como quem trabalha de forma honesta e seria facilmente consegue colher os frutos desejados, tivemos êxito", contou o responsável.

Os primeiros meses foram muito difíceis. Foram para uma área que não conheciam, recebiam água apenas três vezes por semana e os nativos da zona mostraram-se descontentes com a sua presença.

"Na altura em que chegámos aqui, encontrámos as comunidades dos bairros Venceremos, Irmãos Coragem e Canguia à espera para serem nossa presença", explicou Gilberto Domingos. Segundo ele, só conseguiram ficar descansados depois de convencerem os líderes destas comunidades que também estavam a "navegar na mesma maré de dificuldades".

Questionado se ainda se lembra da forma como a população vivia, Gilberto Domingos João mostrou-se Constrangido. Afinal, as pessoas não só viviam no lixo como do próprio lixo.

Contou que foi no lixo que eles ergueram as suas moradias por falta de cedência de terreno adequado. Alimentavam-se também do resto das refeições dos restaurantes que era depositado naquele local. A falta de alimentos foi suplantada com a criação de uma lavra comunitária com sistema de irrigação e as crianças fo-ram enquadradas nas escolas públicas, situadas nas redondezas.

Segundo Gilberto João, a população era explorada pelos cidadãos de nacionalidade maliana e senegalesa que os mandavam recolher garrafas, ferros e bronze em troca de baixas somas monetárias.

Ciente do rumo que o projecto levava, o Governo Provincial de Luanda cedeu um terreno com cerca de 48 metros de largura e 78 de comprimentos, no Zango IV, para autoconstrução dirigida. O local será ainda Construído um centro médico, uma escola, uma creche, a fábrica de materiais reciclados Vasso-Força e uma fábrica de Eco-bloco.

Apesar de os trabalhos de loteamentos terem sido paralisados devido a algumas dificuldades que a associação enfrenta, Gilberto João mostrou-se bastante confiante na continuidade do projecto, tendo em conta os esforços feitos pelo Executivo para melhorar o bem -estar da população.

A APACP está a estudar ainda a possibilidade de estabelecer parceria com uma empresa de construção civil para erguer inicialmente parte das residências do tipo T3, cuja planta e espaço será igual para cada um dos membros da comunidade. "A construtora fará inicialmente um quarto, a sala, a cozinha e caberá aos moradores concluir as obras sem fugirem das regras arquitetónicas estabelecidas", rematou.

8.13 Vala de drenagem no Prenda: Odebrecht citada independente

A Capital

21 de Abril de 2012

A reportagem "Vala de drenagem ameaça populares" publicada na última edição do semanário *A Capital* trouxe relatos de populares preocupados com o crescimento de uma vala de drenagem, localizada algures no bairro Prenda, em Luanda, que atribuíam responsabilidades à construtora Odebrecht. Esta, contactada a respeito, referiu que não teve intervenções na área especificamente mencionada pelos populares.

A empresa reconhece a necessidade de se efectuar trabalhos naquela área, porém é preciso que eles sejam programados e, então, adjudicados à construtora para futuras intervenções.

Entre 2004 e 2005, a Odebrecht efectuou trabalhos noutras áreas próximas dali. A construtora executou, a contrato do Ministério do Urbanismo e Construção, um grande programa de obras na estrada da Samba, incluindo a canalização de parte de uma vala de drenagem. Este trabalho foi, entretanto, ampliado em 2010 com a adjudicação de 300 metros da vala de drenagem no âmbito na sexta fase do Programa de Saneamento Básico de Luanda. Os trabalhos realizados ajudaram a melhorar substancialmente a qualidade de vida da população circunvizinha das valas construídas, pelo que se aguarda pela adjudicação de novas obras para que populares em situação aflita possam, também, experimentar a mesma sensação de alívio sentida pelos residentes das zonas intervencionadas pela construtora.

8.14 Programa económico e social de Luanda começa a ser executado no mês de Maio

Jornal de Angola

23 de Abril de 2012

O governo provincial de Luanda arranca no próximo mês de Maio, com um Programa Económico e Social Imediato, orçado em 121 milhões de dólares, tendo em vista o combate à pobreza.

A informação foi divulgada pelo director do Gabinete de Estudos e Planeamento do Governo Provincial de Luanda, Mário de Carvalho.

O Programa Económico e Social Imediato, disse Mário de Carvalho, prevê melhoras no saneamento básico da cidade, a criação de facilidades de acesso ao

crédito bancário, para criação de micro empresas e a construção de mercados populares e infra-estruturas desportivas.

No quadro deste programa, salientou, a limpeza da cidade fica aberta à participação das populações, cuja comparticipação nos esforços da recolha de lixo vai ser remunerada pelo Governo Provincial de Luanda.

Mário Carvalho informou que vão ser criados, em Luanda, 25 pontos de transferência de lixo, para onde as pessoas vão passar a levar os resíduos recolhidos em diferentes áreas da cidade.

O Governo Provincial, referiu, vai providenciar a distribuição de material de recolha de lixo à população, para que possa manusear os resíduos com garantias de higiene e segurança. Para os vendedores ambulantes, disse, o Governo Provincial vai criar uma rede de 80 mercados nos bairros da cidade, 14 dos quais para os municípios, e 100 quiosques.

Os vendedores vão pagar às administrações municipais uma taxa mensal no valor de 100 kwanzas, acrescentou Mário de Carvalho.

O governo de Luanda pretende reforçar o programa de apoio às micro empresas, com a formalização de pequenos negócios já existentes e com criação de cooperativas, através de micro crédito, com juros de apenas dois por cento.

O Governo Provincial de Luanda vai montar Balcões Únicos de Empreendedorismo, para permitir a criação do auto-emprego, a bancarização da economia e o aumento da produção agropecuária e pesqueira, que também são suportes básicos para o combate à pobreza. Em relação às infra-estruturas desportivas, Mário de Carvalho disse que vão ser construídos em Luanda dois pavilhões polidesportivos em cada município.

Mário de Carvalho disse que as cooperativas agrícolas são geridas pelas autoridades tradicionais, que vão ter acesso a um pacote de apoio financeiro, incluindo dois tractores, viaturas de transporte e outros meios. As cooperativas agrícolas de Luanda vão ser criadas nas localidades do Cacucaco, Icolo e Bengo, Quissama e Viana. No domínio das pescas, também vão ser criadas cooperativas cujos integrantes vão receber uma lancha em fibra, motor fora de bordo, redes, bóias, ferramenta e cabos de nylon, no valor de 15 mil dólares.

As cooperativas de pesca vão ser criadas nas zonas do Mussulo, Ramiros, Praia Amélia, Mabunda, Chicala, Ilha do Cabo, Hota Ganga, Bairro dos Pescadores, Sarico, Santiago, Calumbo, Funda e Cabala.

8.15 Descarga de excrementos próximo de residências

Semanário Factual

28 à 05 de Maio de 2012

A Prática está a ser levada a cabo há mais de dois anos, ao longo da via expressa que liga o município de Cacuo a Viana, à estrada nacional de Catete e arredores dos bairros Bitasapú e Mulenvos, considerados locais de preferência para o esvaziamento dos excrementos.

Moradores mostram-se constrangidos perante tal situação, dado o cheiro nauseabundo que se faz sentir durante os últimos dias no bairro Mulenvos, situação que fez mudar de residência centenas de famílias para o Malweca, onde se acolhem em casas de parentes e amigos, enquanto a situação imunda prevalece.

Alguns excrementos são jogados entre as águas paradas, feitas charcos, encontradas ao longo das estradas de Viana/Sambizanga, Cacuo /Viana e nas bermas da estrada direita de Catete, onde crianças recriam na ausência dos seus encarregados ao longo do dia.

As vítimas, maioritariamente crianças, agora permanecem distantes das residências dos seus pais. Algumas se furtam das aulas, pela falta de condições ambientais nos arredores do bairro, situação que os moradores consideram atentatória e crime contra a saúde pública.

Escola encerra por imundície

Afonso Lukemba, professor primário, assistiu ao encerramento temporário da escola onde seccionava, que acolhia mais de 79 crianças, pertencente a uma Igreja Protestante, dada a imundície e o aparecimento de vermes derivados dos excrementos, espalhados ao longo da via de acesso à instituição.

De acordo com as observações do Factual, os excrementos são jogados na vala de drenagem ao longo da via expressa Viana/ Cacuo, por camiões-cisternas conduzidos por pessoal asiático.

Moradores contam que período da madrugada, o meio-dia e o anoitecer são os momentos mais frequentes em que estas supostas empresas jogam os excrementos ao ar livre, nas proximidades das habitações, nos municípios de Viana e de Cacuo.

A saúde precária em Icolo e Bengo, em Viana e em Cacuo é o que tem preocupado maior parte dos familiares, uma vez estes não possuem protecção de pronto-socorro nas imediações onde são jogados os excrementos. Deste modo, os habitantes lançam um

apelo à fiscalização de Luanda, para que puna as empresas que assim têm procedido.

Na noite do dia 14, sábado, o Factual abordou os responsáveis que descarregavam excrementos ao longo da estrada que liga o bairro da Cuca ao Aterro Sanitário, em "Viana.

Empresas prevaricadoras serão punidas

As empresas prevaricadoras alegaram tratar-se de uma zona apropriada para o efeito, pois ocorria nas proximidades do Aterro Sanitário, embora estivessem milhares de habitações nos arredores. Fonte da Administração Municipal de Viana fez saber ao Factual existirem medidas severas para as empresas que procedam de forma a contaminar o ambiente dos moradores.

"Já recebemos reclamações dos moradores do Porto Seco, local isolado e espaçoso, onde empresas têm' descarregado dejectos, e, se continuarem a fazê-lo, poderão ser responsabilizados pelos seus actos", alertou a fonte.

Os campos de futebol abandonados no município de Cacuo transformaram-se em aterros sanitários, nos quais se deposita tudo quanto for deplorável e têm servido para estas empresas de sucção de dejectos.

O Factual procurou saber da Fiscalização Provincial de Luanda os locais de descargas de excrementos, mas esta foi peremptória em afirmar que" somente existem locais para resíduos sólidos e que, até ao momento, não foram criados espaços legais para dejectos".

9. GÉNERO E VIOLENCIA

9.1 Casos de violência no lar aumentaram no Huambo

Jornal de Angola
05 de Abril de 2012

A directora provincial da Família e Promoção da Mulher anunciou, na cidade do Huambo, que os casos de violência doméstica na província aumentaram no primeiro trimestre deste ano.

Maria do Rosário, que apresenta o balanço das atividades da jornada "Março Mulher" no Huambo, disse que, no primeiro trimestre, foram registados 275 casos de violência doméstica.

Entre os casos notificados, afirmou, estão queixas de abandono de lar, expulsões de casa, agressões físicas, adultérios, acusações de feitiçaria e incumprimento do subsídio de alimentação.

Dos 275 casos registados no primeiro trimestre, 195 foram resolvidos pela direção, 25 encaminhadas para o piquete da Polícia Nacional, dez para o tribunal provincial e 45 estão em estudo.

9.2 Reconhecidos nomes e rostos

A Capital
07 de Abril de 2012

Os moradores revelaram que os grupos são sobejamente conhecidos dos moradores, mas que se passeiam a vontade entre as redondezas, semeando o pânico às pessoas que por ali circulam.

No centro dos confrontos, ao que confidenciaram, estão, não apenas um ou dois grupos, mas sim seis diferentes associações de malfeitores, cujos nomes e rostos dos seus integrantes são bastante conhecidos do público.

E no meio de tudo isso mudam apenas as denominações dos bandos, os seus integrantes, mas os objetivos convergem: instalar a arruaça pública e, ao mesmo tempo, semear o pânico.

Pelo bairro Prenda, o destaque vai para as gang's 'Capela', 'De Las Vegas' e 'F1', estes últimos considerados os reis do assalto, que não tergiversam quando o assunto é apropriar-se de bens alheios, geralmente ao final da tarde e início da noite, período em que grande parte das pessoas regressam à casa.

"Esses atuam Geralmente na zona do Mercado do Prenda, nas imediações da clínica Girassol, das instalações do CDUA e da Faculdade de Arquitetura", revelaram.

Pelo lado do Catambor, estão no centro da contenda os grupos 'Quebrada', 'Caixa Baixa' e os 'Privas', um triunvirato que também não deixa os seus créditos por mãos alheias.

"Quando eles se encontram, o melhor é desaparecer", disse um dos moradores, estabelecendo uma analogia com a música de Calabete. É, recordaram, como aquele dito popular, segundo o qual é briga de elefante, quem paga é a formiga.

E sem a Polícia por perto, não há força capaz de fazer frente ao 'mau humor' desses grupelhos, que se Concentram de dia, como é caso dos Capelas, nas instalações desportivas do CDUA, mas, mais tarde, ao início da noite fazem das suas. "Queremos patrulhamento sério", solicitam os moradores aflitos.

9.3 Até a paz foi quebrada.

Capital
7 de abril de 2012

Contam os moradores que nem no dia reservado às celebrações dos dez anos de paz em Angola houve um acordo de paz entre as várias gang's que se confrontam entre o Prenda e o Catambor. Na quarta-feira, dia do feriado nacional, em plena luz do dia, as rixas voltaram a acontecer.

Os 'bandos errantes' cruzaram-se na arena geralmente escolhida para o medir de forças dos 'gladiadores'. que é a estrada que divide um e o outro bairro. E não é necessário aguardar pelo pôr-do-sol, pois que a contenda iniciou-se por volta das 14 horas, um período em que, naquele dia (quarta-feira), se observava pouca movimentação de viaturas e de pessoas.

A briga foi grande. Quem estivesse a passar pelo local teve que correr para escapar da fúria dos grupos. Eles estavam a usar tudo o que servia para ferir o outro e chegaram até a partir vidros de carros", contou um morador do Catambor, que diz ter escapado apenas por puro milagre, tal era a agressividade dos contendores.

Enquanto a paz era celebrada em vários pontos do país, algures entre o Prenda e o Catambor, a paz foi interrompida pela ação dos amigos do alheio, para quem, segundo reclamações de moradores, parecem não olhar a meios para lograrem os seus objetivos.

O domínio de zonas de influência precipita o leit motiv para o cometimento de crimes. Quando não muito, são as raparigas de um e de outro bairro que acabam por acicatar a escalada de violência. E explicam: "geralmente, um rapaz do Prenda está proibido de procurar ou namorar uma rapariga do Catambor e vice-versa. Sempre que isto acontece, a guerra também começa. até que uma das partes se renda", enfatizou um outro morador. Mas, como ninguém quer levar desaforo para a casa, o ajuste de contas passa a ser lei. E daí as 'guerras' que acontecem quase diariamente.

E não tem dia de Paz que amaine os ânimos já de si exaltados dos membros desses bandos de malfeitores, quase sempre integrados por elementos desocupados que encontram o crime como um escape para as suas frustrações.

9.4 Violência doméstica foi tema de palestra

Jornal de Angola
07 de Abril de 2012

A violência doméstica constitui o principal facto da desestabilização das famílias, sobretudo nas sociedades angolanas, disse ontem, no Wako Kungo, o superintendente da Polícia Nacional Américo Fernandes.

O oficial, que falava numa palestra sobre "violência doméstica" promovida pelo departamento de crimes contra pessoas da direção provincial de Investigação Criminal do Kwanza-Sul, afirmou que apenas a tomada de consciência de homens e de mulheres pode acabar com a situação.

Temos de tomar consciência, referiu, que o diálogo é a única via adoptar pelas famílias em detrimento de discussões que apenas agravam a situação e que muitas vezes, embora causadas por uma coisa simples, nos levam a crimes graves. A aprovação da Lei contra a violência doméstica pela Assembleia Nacional, disse, é um desencorajamento de ações violentas nas famílias e os prevaricadores devem ser denunciados.

9.5 Batalha campal na fronteira

A Capital
07 de Abril de 2012

Quando meras confrontações pareciam entre bandos rivais, geralmente integrados por menores de idade, parecia ser sol de pouca dura, os moradores do bairro Catambor e das imediações do bairro Prenda,

do distrito da Maianga, vêem-se, agora, diante de uma dura realidade: o que parecia ser uma brincadeira, ganhou contornos perigosos, dada a carga de violência que envolve a mesma, consubstanciado em manuseamento de material contundente e, quando não muito, armas de fogo.

Entre o meio da manhã e o início da noite, os moradores e o público que utiliza aquele perímetro que vai do mercador do Prenda à Clínica Girassol, descambando pelo antigo recinto desportivo que ficou conhecido como CDUA, são confrontados com autênticas batalhas campais que, não raras vezes, resulta em ferimentos graves. "Eles usam garrafas, catanas, pedras, paus e ferros. É muita selvajaria", reconhece uma moradora.

Ela, a moradora, que não se quis identificar por temer represálias, diz já ter testemunhado em diversas ocasiões este tipo de ajustes de contas, motivados por acesas rivalidades entre um grupo de rapazes proveniente do Prenda e um outro que emerge do bairro Catambor, que, tal como ironizaram, "nem se podem nem cruzar na rua", sob pena do pior acontecer.

Uma outra moradora conta que, nos dias que correm, passaram a ouvir, inclusive, disparos de armas de fogo. "É proibido ficar distraído mesmo quando se está a caminhar, A Polícia tem porque a qualquer momento toda a pessoa, pode ser confrontado com uma ordem de assaltado", salientou uma de agi das fontes.

Para muitos, este tipo de confrontos entre uma e outra zona, no caso o Prenda e o Catambor, está relacionado com um antagonismo antigo entre ambos.

"Sempre existiu esta rivalidade entre os dois bairros", recordou um antigo morador do Catarnbor, para depois. Acrescentar que a única diferença está no facto de, nos dias que correm, a alteração descambar para o muito violento, em detrimento da confrontação verbal, a custa de muito sangue que é vertido neste tipo de batalhas. E não há dias em que este tipo de guerrilhas não acontece. São todos os dias. E sempre com a mesma carga de violência cia", lamentaram os moradores.

I Estranham os moradores que a Polícia Nacional, que conta com uma unidade nas proximidades, não seja vista a prevenir e a garantir a ordem quando esses grupos estão em ação. "E a Polícia não aparece", perguntamos a dado momento da conversa. A resposta, esta, não se fez esperar: "É difícil ver a Polícia. Eles não aparecem. Parece. mais preocupada com outras coisas, com quem está a andar de mota, com as viaturas e a segurança de hotéis", disseram os

moradores, que sofrem na carne a acção dos bandos marginais.

O caso ganha repercussão maior por os bandos manusearem armas de fogo nalgumas das suas operações, não se coibindo de usá-las sempre que as brigas acontecem. "Temos que fugir, porque há tiro de verdade. Quem for apanhado no meio da confusão pode correr o risco de perder a vida, vítima de uma bala perdida", disseram, receosos.

E como se não bastassem apenas os confrontos, os assaltos passaram a fazer parte da conversa do dia-a-dia. Os casos e os números aumentaram de forma vertiginosa. Desde a zona do mercado do Prenda, à paragem de táxis, até às imediações da clínica Girassol, todo o cuidado passou a ser pouco para não cair nas malhas dos assaltantes, que se têm formado em vários grupos camuflados em transeuntes, prontos a fazer vítimas a qualquer hora do dia.

mplo, diz ter testemunhado o assalto de que foram vítimas várias pessoas que passavam defronte à Clínica Girassol "Os rapazes estavam enfileirados e toda e qualquer pessoa tinha que passar pelos mesmos, mas não o fazia sem que fosse completamente esvaziado dos seus haveres. Ficavam sem dinheiro, telefone móvel, e tudo o que tivesse valor", segredou à reportagem deste jornal.

Ele, conforme contou, apenas escapou porque vinha muito antes das outras vítimas e ainda teve tempo para realizar urna rápida manobra e colocar-se distante da alçada dos meliantes.

Um morador conta que, nalgumas vezes, nem quem é polícia escapa os delinquentes. Recentemente, adiantam, na zona de uma capela da igreja católica, que se acha nas imediações do Mercado do Prenda, um agente da corpo ração viu-se asaltado por elementos de um grupo conhecido por Fi que, sem veleidades, ficou-lhe com um computador, sem que o mesmo tivesse tempo para reagir. "É a zona deles. Parecem dominar tudo e não têm medo nem da presença da Polícia, que fica apenas a olhar sempre que há confrontos entre os grupos", afirmaram.

9.6 Aumento de criminalidade dificulta rapidez processual

Jornal de Angola

09 de Abril de 2012

O juiz de Direito e presidente do Tribunal Provincial de Cabinda está apreensivo com o número crescente de infrações de natureza criminal que se registam com frequência nesta cidade, o que provoca a superlotação das cadeias e dificulta a celeridade no processo de julgamento.

Convidado pelo Jornal de Angola a fazer uma avaliação sobre o movimento processual registado pelo Tribunal Provincial de Cabinda durante o ano passado, Domingos da Costa Mesquita referiu que, durante o período em referência, foram notificados por aquela instância judicial 1.740 Processos de "jurisdição criminal", dos quais 1.113 julgados e 627 transferidos para este ano.

Ao fazer a tipologia dos delitos penais, cujos processos deram entrada no Tribunal Provincial, destacou os crimes de consumo, uso e posse ilegal de estupefacientes, ofensas corporais, furtos qualificados nas suas diversas modalidades, roubos, assaltos à mão armada, homicídios e violações de menores.

Para o magistrado, o excesso de infrações de natureza criminal, além de provocar a superlotação das cadeias, obriga os juízes daquela instância judicial a dedicarem mais tempo de trabalho à análise e julgamento desses processos, para descongestionar as prisões, o que não tem sido possível devido ao número limitado de magistrados judiciais disponíveis na província.

"As cadeias estão superlotadas. Precisamos de as descongestionar, mas o Tribunal só dispõe de dois juízes de Direito e, humanamente falando, não é possível dar vazão, em tempo oportuno, ao número de processos de natureza criminal, porque os magistrados também se desdobram na análise de matérias de jurisdição cível administrativa, familiar, de trabalho e de menores. Para se poder garantir alguma celeridade aos processos remetidos ao Tribunal para julgamento e assim descongestionar as cadeias, considera que o ideal era ter pelo menos seis juízes, porque só "dessa forma, trabalhariam muito mais folgados e sem pressão".

Apesar do número limitado de juízes, considera excelente a qualidade de trabalho dos magistrados judiciais, mérito que se pode depreender pelo facto de aplicarem à risca "aquilo que o direito determina, baseado no princípio de que as decisões dos juízes não são definitivas mas sim passíveis de impugnação mediante recurso". O magistrado acrescentou ainda

que quando uma decisão do juiz causa inconformismo é sempre susceptível o recurso, para a mesma ser apreciada a nível do Tribunal superior, neste caso o Supremo, e, havendo a confirmação dessa alta instância da sentença na anteriormente aplicada, o sentenciador (juiz) "sai sempre mais vaidoso".

A par das infrações de natureza criminal cujo gráfico é preocupante, a jurisdição civil administrativa começa também a despertar apreensão, uma vez que, durante o ano passado, foram notificados pelo Tribunal provincial 641 processos dos quais 244 julgados e 397 transferidos para o presente ano (20 I 2). No que tange às infrações de jurisdição de família, revelou que o Tribunal Provincial de Cabinda acusou, durante o ano de 2011, a entrada de 309 processos, dos quais 128 julgados e 8 transferidos para o ano seguinte enquanto o de jurisdição de trabalho registou, no período em referência, 57 processos, julgou 29 estão em apreciação 28.

Durante o ano passado, registo ainda 53 processos de jurisdição d menores, tendo estes, na sua totalidade, sido finalizados (julgado naquele período).

Condições de trabalho

As condições de trabalho disponíveis não diferem muitos das existentes em outros tribunais do país juiz caracterizou-as como sendo normais, pese embora o orçamento que recebe ser exíguo para as necessidades da instituição, tendo em conta as carências do próprio mercado relativamente a bens e serviços. O pouco de que dispõe, cujo montante se recusou a revelar, tem permitido remediar e manter funcional o Tribunal. "Temos esperança de que bons ventos venham no sentido de se alterar o quadro das dificuldades com que nos depara- mos", referiu.

Outra questão que o deixa particularmente preocupado é a dos oficiais de diligência que, pelo facto do Tribunal não possuir transporte de trabalho, são obrigados, por vezes, a utilizar os seus próprios meios para proceder à entrega de notificações.

Esta tarefa, salientou o magistrado, afigura-se de extrema importância para o Tribunal, "pois sem ela não há trabalho, ou seja. Julgamentos". "As únicas motorizadas que facilitavam a mobilidade dos oficiais de diligência avariaram há três anos", revelou, acrescentando que o empenho dos mesmos tem sido fundamental, para nas sessões de julgamento estarem presentes as pessoas convocadas para o efeito.

Juizes municipais

O défice que a província regista em termos de juizes de Direito não só dificulta a celeridade dos processos remetidos ao Tribunal, como também impossibilita que a nível dos municípios, excluindo BucoZau, seja possível a sua presença.

Domingos da Costa Mesquita afirmou que já foi feito um pedido ao Conselho Superior da Magistratura para ser nomeado um juiz para o município de Belize, uma vez que. Já foram inauguradas as instalações do Palácio de Justiça.

"O Tribunal municipal de Belize não funciona por falta de juiz nomeado", explicou o juiz, para quem, com a indicação de um dos três juizes de Direito que o Tribunal dispunha para o cargo de presidente da Comissão Provincial Eleitoral, "as coisas tomaram-se ainda mais complicadas".

O magistrado não garantiu qualquer probabilidade de o Tribunal municipal de Cacongo, funcionar, salientando que, a nível da província, apenas funcionam dois tribunais: o de Cabinda e de Buco-Zau.

Perante o aumento exponencial de infrações de natureza criminal na região, pede às pessoas que tenham em atenção as leis existentes no país, pois a sua aplicabilidade incide sobre os prevaricadores.

"No nosso relacionamento diário entre pessoas, há comportamentos que a Lei proíbe" recordou, acrescentando que a única maneira de uma pessoa não se confrontar com a Lei "é inibir-se das más ações".

9.7 Polícia detém mais de 100 suspeitos

Jornal de Angola
13 de Abril de 2012

Entre os detidos apresentados pela polícia está um grupo de cinco jovens acusados de assassinar o filho do deputado Sapalo António, - líder do Grupo Parlamentar do Partido de Renovação Social (PRS). O crime aconteceu na madrugada de domingo, dia 25 de Março, por causa do roubo de um automóvel. Carlos Comprido Sampaio, de 20 anos, confessou ter sido o autor dos disparos. "Fui eu quem fez os disparos, mas não tinha intenção de matar. Era apenas para lhes assustar, um deles queria lutar comigo e para me defender fiz os disparos, mas não queria mesmo matar", insistiu o suspeito.

Ainda de acordo com Carlos Sampaio; o objetivo era apenas roubar o carro e depois vender a viatura de marca Toyota Fortuner, na província da Lunda-Norte, onde já tinha um cliente à espera do veículo. Carlos Sampaio contou ainda que depois de roubar a viatura amarraram os dois jovens, tendo-os posto no porta-bagagem, e foram até ao Cemitério da Camama. "Postos no do Cemitério da Camama, mas um deles queria lutar comigo foi aí que fiz os disparos", relatou, acrescentando que no momento não teve noção do que estava a fazer. "Estou muito arrependido pelo que fiz". Depois de assassinar os dois jovens, foram para a província de Malanje onde foram encontrados dias depois pela polícia.

O grupo é composto por vários elementos, entre eles duas raparigas, uma de 18 anos e a outra de 19.

A polícia apresentou também duas mulheres acusadas de terem assassinado os seus companheiros. Trata-se de Esperança da Conceição, de 25 anos, e Neide Dinis, de 23 anos.

Em entrevista aos jornalistas, Esperança da Conceição afirmou a sua inocência e desmentiu ter matado o seu marido. "Eu não matei o meu marido, ele é que começou a fazer confusão e partiu tudo 'O que tinha em casa. Partiu a mesa de vidro quando ele se baixou para tirar o televisor que estava no chão e entrou-lhe um caco na garganta, ele estava embriagado", justificou.

ERA ELE OU EU

Esperança da Conceição vivia com o marido há nove anos. As brigas eram constantes entre o casal. "Nós brigávamos quase todos os dias, fui aconselhada pela minha família a sair de casa, mas nunca aceitei porque amava ele. Pensava que um dia as coisas iriam mudar. Quando a pessoa não bebe é difícil conviver com quem bebe muito", afirmou a suspeita, acrescentando que a separação era definitiva e ele não quis aceitar. "Não matei ele", repetiu a mulher, mãe de dois filhos, Foi também apresentada Neide Dinis, de 23 anos, que confessou ter assassinado o seu companheiro, não manifestando qualquer sinal de arrependimento. "Eu quis mesmo lhe matar porque já estava cansada, Ele me perseguia todos os dias. Já fui duas vezes à 14ª esquadra, no município do Cazenga, apresentar queixa, mas a polícia não fez nada e ele não me deixava em paz.

A única solução que eu encontrei foi mesmo lhe matar, porque se eu não o matasse ele é que me mataria", afirmou a mulher. Neide Dinis, mais conhecida por Luz, conta ainda que só após a terceira denúncia é que foi preso e apenas porque no momento a polícia encontrou-o com drogas. "Ele vendia drogas, toda a família dele sabe, inclusive a própria mãe o ajudava a vender. Foi preso, nem se quer fez duas semanas, a polícia soltou-o. Pensei que ele sairia corrigido da cadeia, mas voltou pior", Recordou Neide Dinis.

A jovem, que contou a sua história muito calma, disse que a arma que matou o seu companheiro foi adquirida há quatro anos. "A arma que usei era mesmo minha. Comprei-a a 40 mil kz há quatro anos a um senhor em Cacuaco". A mulher explicou que comprou a arma para sua defesa.

Questionada como aprendeu a disparar, Luz respondeu que aprendeu na televisão através de um canal Internacional.

9.8 Delinquência soma e segue no bairro da Estalagem

Semanário Angolense

13 de Abril de 2012

A criminalidade, a falta de água potável e energia eléctrica são os principais problemas que afligem os municípios de Viana, concretamente no bairro dos Carneiros.

Rege a história que o nome do bairro surgiu em função de uma família cujo (nome) é Carneiros. A referida família vive num quintal onde comercializam aves.

O relógio marcava nove horas da manhã quando a nossa equipe de reportagem chegou ao bairro ao local, para retratar a realidade dos factos.

Ruas esburacadas, fios de energia soltos ao chão, pois há mais de cinco anos o bairro está as escuras.

Lixo por tudo quando era canto, transeuntes de um e de outro lado a procura do precioso líquido, crianças a beira da estrada. Este era o cenário que completava a realidade deste bairro. Segundo Marta Manuel, uma das moradoras do bairro, há mais de vinte anos que o índice de criminalidade tem aumentado naquela localidade. "Não temos energia há muito tempo, o bairro as noites fica as escuras. As vítimas são os que estudam no período nocturno, que têm de sair mais cedo porque o bairro está mal," lamentou. Acrescentou que existe uma esquadra próxima, mas nada faz. "Dizem sempre que vão resolver, mas

nunca resolvem. Os gatunos podem ser presos hoje, mas amanhã são soltos, não compreendemos como é que a polícia funciona", disse, admitindo que, "para mim eles estão mancomunados com os marginais", acusou. Outra moradora disse que tem sido uma constante o roubo de viaturas naquela zona, devido a falta de energia eléctrica. "Os bandidos quando não conseguem roubar, queimam os carros. É bastante triste ter uma esquadra policial aqui, mas que o patrulhamento não se faz sentir. Os assaltos, segundo os moradores, ocorrem durante o dia. "Já fui vítima por duas vezes", contou um outro morador.

No bairro não existe nenhuma escola estatal, nem hospital. As que existem são privadas e o mesmo se pode dizer dos centros médicos, e, sobretudo, sem qualidade para atender a população, como dizem os moradores. "O que nos ajuda são os geradores que também prejudicam bastante, porque temos de comprar combustível todos os dias, mas nem sempre temos dinheiro", disse.

As igrejas de segunda à sexta transformam-se em colégios. "Senão fossem as igrejas que ajudam na educação, as crianças e os adolescentes estariam sem saber ler e escrever", contou Bernarda Hugo, estudante e moradora do bairro disse que no capítulo da educação, o bairro está muito mal. Pedimos ao governo que nos construa aqui escolas para todos os níveis, não temos nenhuma escola no interior do bairro da Estalagem. Segundo os moradores, quando apresentam queixa na polícia, os agentes apenas fazem uma anotação e nada mais do que isso. "Mandam-nos reunir e colocar os nomes na lista. Prometem que o problema será resolvido, mas até agora nada", frisaram.

Outro problema, de acordo com os moradores, é o saneamento básico, pois as ruas estão esburacadas, o lixo atinge proporções alarmantes, para não falar das águas paradas.

Os postos de energia estão em mau estado, os fios estão ligados anarquicamente por parte dos moradores que fazem a chamada "pesca" de energia. Segundo apurou este jornal, a energia é fornecida por agentes privados que praticam preços bastante altos. "Neste bairro a energia não é para todos, muitos nunca viram uma lâmpada acesa em suas casas", contou o morador. Pedro Nguvo, de 65 anos, disse que já foi coordenador do bairro da Estalagem e diz que os problemas que o bairro enfrenta são desde o seu mandato. "O problema da energia e da água é desde o tempo colonial, estamos muito mal e a administração não faz nada por nós. Estamos em péssimas condições, queremos que as coisas melhorem o mais rápido possível", referiu o ex-coordenador.

9.9 Contestada presença da Pir em tribunal

Agora

14 de Abril de 2012

Os agentes antidistúrbio que se encontravam posicionados, a rigor, do lado em que o advogado estava sentado, lhe terão causado receio e desconfiança, quando, no seu entender o reforço dos tribunais, em caso de necessidade, deve ser feito com a polícia do tribunal e não com anti-motim.

Para o causídico, a presença da Pir na audiência "se configura num acto intimidatório que só visa demonstrar, que órgãos externos querem influenciar o comportamento da justiça", tendo prometido reportar os factos para apresentá-los às principais instâncias que superintendem o poder judicial.

A nossa fonte acrescentou, por outro lado, não haver razões para tais medidas, por se tratar de "um simples crime de injúrias e difamação e não de julgamento de delinquentes perigosos, ou da rede de traficantes".

David Mendes, que falava à imprensa no termo da remarcação do julgamento, motivado por irregularidades no processo, considerou discriminatória a atitude da juíza Mercedes João que orientou à Polícia para que os jornalistas não entrassem no tribunal.

Não se compreende o procedimento da magistrada, uma vez que o julgamento não decorria a porta fechada.

No seu ver, a imprensa é necessária na leitura da acusação e da contestação, ainda que depois a juíza proibisse aos jornalistas tirar registos e gravações magnéticas, do que discriminá-los.

O também activista cívico da associação Mãos Livres, desvalorizou as alegações do comandante municipal da Polícia do Lubango, Fernando Domingos, que à porta do tribunal barrou os jornalistas, por alegadas ordens superiores.

"No tribunal não há ordens superiores, ele é um órgão de soberania independente", defendeu o advogado.

A audiência interrompida ao começo, por irregularidades consubstanciadas na falta de notificação do arguido Emiliano Sikonekeny, foi também aproveitada pelos advogados dos manifestantes, para suprirem outra irregularidade relativa à não constituição de assistente nos autos do queixoso, no caso, Isaac dos Anjos, por sinal, o mais interessado no processo.

Mas por aquilo que se lhe conhece e do tribunal da Huíla que não distingue individualidades nas audiências, em termos de acomodação, dificilmente o governador irá ceder a petição do tribunal, para se misturar com os professores, tal como esteve Cunha Velho, seu vice para a área económica, também declarante no processo.

Remarcada 'sine die' espera-se de novo, grande frenesim nos corredores do tribunal provincial, já que a exígua sala de audiências não satisfaz à demanda de centenas de professores, activistas de direitos humanos e membros da sociedade civil, que já mostraram a sua solidariedade em ver o desfecho deste intrincado processo, numa altura em que o tribunal não dá sinais de transferir a sessão para um outro espaço mais cómodo, dos vários existentes na cidade capital da Huíla .

9.10 Polícia Nacional apresenta 102 elementos acusados de crimes

Semanário Factual

14 à 21 de Abril de 2012

O Comando Provincial de Luanda da Polícia Nacional apresentou na terça-feira, 10, um grupo de 102 elementos acusados de praticarem diversos crimes de natureza diversa.

Dos supostos criminosos, constam os elementos que mataram dois cidadãos e depositaram os corpos no Cemitério da Camama.

Em declarações à imprensa, o porta-voz da Polícia, inspector Nestor Goubel disse o destaque da operação ter sido o descobrimento de dois cadáveres no Cemitério da Camama.

"O destaque desta operação vai para o roubo da viatura no município do Kilamba-Kiáxi, concorrido com duplo homicídio e o descobrimento de dois cadáveres encontrados no interior do cemitério do camama", sublinhou.

Ainda de acordo com o porta-voz da Polícia Nacional, dos restantes crimes constam violações, assaltos à mão armada, homicídio voluntários, roubos qualificados e posse de droga.

9.11 Polícia detém cerca de 20 indivíduos

Semanário Factual

14 à 21 de Abril de 2012

No quadro das medidas preventivas e de combate à criminalidade, o Comando Provincial de Luanda apresentou, na terça-feira, 10, 20 cidadãos detidos por práticas de crimes de estupro.

Esta prática já tem tomado contornos alarmantes em Luanda, onde, diariamente, chegam a diferentes esquadras existentes denúncias sobre casos de violações sexuais, na sua maioria cometidas por jovens e adultos, com idades entre os 18 e 50 anos.

A maioria dos prevaricadores aponta para o consumo excessivo de bebidas alcoólicas e de drogas como factor das suas atitudes, enquanto outros o fazem conscientemente.

Segundo informação do Comando Provincial de Luanda, foram registados, no primeiro trimestre de 2010, cerca de 100 casos de violação sexual, dos quais foram vítimas adolescentes e jovens com idades entre os 14 e os 20 anos.

O Comando de Luanda regista, diariamente, cerca de dois a três casos, o que dá uma média de 60 a 90 casos por mês. Caso não sejam levadas a cabo medidas específicas de combate a estas atitudes, estima-se em cerca de mil e 80 casos de violência sexuais até ao final ano.

Face a este aumento brusco nos números de abusos sexuais, a justiça tem de ser mais célere e dura nas penas a este tipo de crimes. Os transgressores sexuais devem ser sinalizados e acompanhados a nível terapêutico, para que este flagelo conheça certa diminuição.

Pesquisas mostram que, no mundo, uma em cada seis mulheres são vítimas de violação sexual, antes de atingirem os 18 anos e cerca de 80 por cento das violações sexuais envolvem pessoas conhecidas pela vítima, sendo 34,2 por cento dos violadores membros da família, 38,7 por cento conhecidos professores, amigos, vizinhos e apenas sete por cento é cometido por desconhecidos para a vítima.

Na realidade angolana, a maioria das violações sexuais ocorre mais no período nocturno e nos locais abandonados e escuros. Infelizmente, poucos casos chegam ao conhecimento da Polícia, por vergonha, medo de represália dos prevaricadores ou por ser membro da família. Este facto diminuí a possibilidade de os agentes da justiça actuarem.

Na sociedade angolana, muitas mulheres, mesmo na vida conjugal, são vítimas de abuso sexual. Muitos acham que não se trata de violação se o agressor é namorado, marido ou é esposo da vítima.

Muitos destes casos passam por despercebidos aos olhos de muitos, em virtude de a vítima ter o direito de decidir o que faz com o seu corpo em todas as situações. Se a vítima não quiser ter um relacionamento sexual, não deve ser forçada a fazer o que não quer, mesmo que já tenha, voluntariamente, feito sexo com a mesma pessoa anteriormente.

O abuso sexual na família

As consequências do abuso sexual são delicadas e mais débil quando o abuso é praticado por um membro da família que deveria proteger a criança ou o adolescente.

A abusada sexualmente é, igualmente, vítima de maus-tratos físicos, facto que acaba por impulsionar a fuga de casa e por acabar em prostituição para sobreviver.

Em muitos casos, quando o abuso é descoberto, há outra problemática familiar a ser tratada, quando quem abusa da vítima é quem mantém a família.

Muitas vezes, a criança é acusada de ter causado a desagregação familiar, em vez de ser o adulto apontado como culpado.

Algumas vezes, a própria criança ou adolescente termina desmentindo o abuso sexual, na tentativa de reverter a problemática surgida no quadro familiar e na tentativa de não mais ter a culpa dos acontecimentos.

9.12 Violência Palestra

Agora

14 de Abril de 2012

Violência doméstica no país é preocupante. Um pouco por todo o país vêm sendo recorrentes iniciativas, visando a sensibilização da

população. No Waku Kungu, as autoridades locais decidiram no pretérito dia 5 realizar uma palestra sobre este fenómeno que tende a destruir famílias.

9.13 Mulher: Fardo na economia?

A Capital

14 de Abril de 2012

Não é por mero acaso que a empresa de assessoria de imprensa, gerida por Domingos Castro, só tem quatro funcionários do sexo feminino, num universo de doze. É que experiências por si vividas enquanto gestor empresarial levaram esse assessor a ser mais prudente na hora de seleccionar o colaborador a contratar para o quadro da instituição que dirige.

Até a dada altura, a preferência da empresa, por uma questão estratégica, passou a recair para a contratação de trabalhadores do sexo masculino, em detrimento de mulheres. Domingos Castro tem a explicação para esta opção" da empresa.

"A lei dá muitas regalias às mulheres", justificou o empresário. Entre o conjunto de regalias previstas na legislação laboral angolana, o gestor dá destaque particular à licença concedida às mulheres por razões de maternidade.

O empresário não se opõe a existência deste preceito legal, mas, enquanto gestor empresarial olha para esta regalia como um dos direitos que mais peso representa na estrutura de custos de qualquer empresa dependente de rendimentos advindos da sua própria produtividade.

Um olhar à Lei Geral do Trabalho permite ter uma noção das razões que sustentam a preocupação de quem tem sob sua responsabilidade um número significativo de funcionários do sexo feminino.

Pessoas como a estudante do curso de Gestão de Recursos Humanos, Paula Milena, associam-se à preocupação levantada por Domingos Castro. "Acaba por ser, na verdade, um grande prejuízo para a tesouraria das empresas", defendeu a estudante, argumentando que "afinal são três meses que a lei concede à trabalhadora em estado de mãe" a ficar em casa sem prejuízo sobre os seus salários.

Na verdade, como disse Domingos Castro, "são gastos anexos aos que estamos em condições de pagar".

E ao nível da sua empresa o recurso a licença de maternidade é frequente, razão pela qual optou-se pelo critério de contratação na base de acordos em como a funcionária se compromete a não conceber até a um dado período do início de funções.

Entretanto, não tem sido bem sucedido, a julgar pela explicação do gestor, que diz ter em mãos caso de uma empregada que, durante a entrevista para a sua

admissão na empresa, garantiu não ter planos para engravidar tão cedo. Mas, tal como informou, "ao final de três meses já estava grávida".

Preocupante não foi apenas o facto dessa funcionária ter quebrado o pacto, acabando em estado de mãe. Reside no facto de, por força disso, a empresa ter sido obrigada a recrutar alguém para a substituir, na condição de colaborador eventual, até ao fim da licença de maternidade a si concedida. Resultado: findo o período de licença, esse também passou a fazer parte do quadro de efectivos da empresa, por razões sentimentais, que inibiram os gestores a desfazer-se do novo funcionário.

Só que a decisão teve reflexo nos encargos da empresa, que se viu obrigada a rever em alta o orçamento interno, por influência do aumento da carga salarial.

Mas o pior, para a empresa, estava por vir. Domingos de Castro disse que passados alguns meses, uma outra funcionária, vendo-se em idade reprodutiva, decidiu fazer uma inseminação artificial, intervenção que forçou essa funcionária a esta cerca de um ano se exercer as suas funções, dado os cuidados exigidos em situações do género, com todos os custos que isso implica para a tesouraria da empresa.

Por essas e outras razões, Domingos Castro entende que empregar mulheres é um factor de risco para qualquer empresa, embora a questão em análise seja algo protegido por lei. Todavia, há, no lado de quem emprega, a necessidade de "manter os níveis de produção", contando com o concurso de todos os colaboradores ao serviço da empresa, tal como o gestor.

Mas essa sua experiência, como ele próprio disse, serve para si como uma lição que o levará a "pensar duas vezes antes de contratar uma mulher".

O olhar de um economista

Numa análise a respeito das implicações decorrentes da licença concedida à empregada para cuidado materno, a economista Judite Correia aconselha o empregador a reagir de maneira natural, quando perante situação do género.

Tudo por uma única razão: por ser um direito salvaguardado pela legislação laboral, não podendo, por isso, ser contrariado o seu usufruto.

Para contornar os encargos decorrentes do pagamento de salários à funcionárias ausentes por licença de maternidade, gestores como Domingos

Castro decidiram evitar, ao máximo, a contratação de trabalhadores do sexo feminino.

Todavia, especialistas em recursos humanos consideram que desprovidas de rostos femininos no seu leque de quadros, demonstra autêntico défice organizacional.

Um, desses especialistas é Herlânder Tomás. Segundo ele, os cerca de dez anos no ramo de recursos humanos levam-no a conclusão de a representatividade do género feminino nas empresas ainda é desfavorável, embora acredite que a situação venha a conhecer alguma inversão no futuro. Na empresa de construção civil Eusébios de Angola, onde teve a sua primeira colocação no departamento dos Recursos Humanos, a desproporção entre funcionários dos dois géneros era abismal.

Dos 700 funcionários que a construtora empregava na altura, 90 por cento perfaziam funcionários do sexo masculino, enquanto os restantes 10 por cento referente a mulheres, independentemente das funções que ocupavam.

Para essa empresa, a preferência por operários do sexo oposto à mulher pode, segundo Herlânder Tomás, ser explicado pela natureza do trabalho que determina o objecto social de uma construtora. Mas o mesmo argumento parece não ter justificação em empresas como a NDS, onde este especialista esteve ligado aos recursos humanos. E que, segundo ele, nessa empresa a realidade não era muito diferente, na medida em que a taxa de funcionários do sexo masculino situava-se na ordem dos 70 por cento, ao passo que a correspondente representatividade feminina era de 30 por cento.

A contribuir para essa desproporcionalidade desfavorável à mulher, está, no entender deste gestor de recursos humanos, a questão ligada às implicações decorrentes de regalias como licença de maternidade, enquanto factor inibidor na hora de recrutamento de funcionários do sexo feminino.

O especialista lembrou, porém, que perante a Constituição "todos são iguais", independentemente do sexo.

Erros a não serem cometidos

Herlânder Tomás opõe-se à existência de empresas que exigem das suas funcionárias um compromisso de não engravidarem antes de completar um ano de actividade.

"Não devemos colectar a maternidade como um factor determinante para a inclusão ou não de um profissional", sugeriu.

Quanto a questão levantada pelo gestor da empresa de assessoria de imprensa, sobre o facto de ter uma funcionária a quase um ano sem trabalhar, Herlânder disse ser justificável, desde o momento em que a Lei Geral do Trabalho defende este aspecto. Por exemplo: alguém que tenha gémeos pode gozar mais um mês, adicionado aos três meses previsto como período para licença de maternidade.

E mais, a Lei prevê que após o nascimento, no decorrer dos 12 meses, nenhuma empresa deverá despedir a funcionária, a não ser por situações respaldadas legalmente, mas sempre com o aval do MAPESS, que, para o caso, deve antes verificar se, de facto, "o erro é susceptível a demissão".

Em caso de factores de natureza clínica se a mãe não estiver em condições de prosseguir com a actividade anterior, poderá escrever a sua intenção à direcção. "Mas sem redução do salário".

9.14 Homicídios e violações preocupam magistrado

Jornal de Angola

16 de Abril de 2012

O juiz presidente do Tribunal do Zaire, Eugénio Domingos, mostrou-se preocupado com o aumento de casos de homicídio voluntário e violação sexual de menores na província. O magistrado judicial, que falava na sessão de abertura da primeira reunião de coordenação dos órgãos de administração da Justiça no Zaire, disse que a situação exige maior capacidade, empenho e entrega dos órgãos de Justiça para dar respostas em tempo oportuno. Eugénio Domingos defendeu que a celeridade processual deve ser permanente, para o cumprimento dos prazos. Informou que, durante o primeiro trimestre do ano, o Tribunal do Zaire registou 210 processos, sendo 77 correcionais, 68 de querela, 51 sumários e quatro transgressões. A reunião contou com a participação dos directores provinciais da Polícia de Investigação Criminal do Instituto Nacional da Criança, Inspeção das Atividade Económica, delegada da Justiça, procuradores provinciais e militares região norte, e autoridades tradicionais da província.

9.15 CPL tem três meses para diminuir o crime em Luanda

Novo Jornal

20 de abril de 2012

O elevado nível de criminalidade que se abate sobre Luanda levou o ministro do Interior, Sebastião

Martins, e o comandante Geral da PN, Ambrósio de Lemos, a reunir de emergência para traçar estratégias para acabar com a criminalidade em Luanda. Segundo uma fonte revelou ao NJ, o ministro começou por dizer que o comando provincial de Luanda tem três meses para resolver a situação da criminalidade na cidade capital. "Deu-nos a entender que a orientação veio mesmo do Presidente da República, que disse que o CPL tem apenas três meses para resolver a situação da criminalidade em Luanda, porque as pessoas não podem ir para as eleições com a insegurança que se tem registado nos últimos meses", frisou. A fonte disse também que a reunião foi proveitosa; porque o efetivo explicou ao ministro e ao comandante geral as dificuldades que tem enfrentado todos os dias. "Recebemos boas garantias por parte dos nossos responsáveis. Disseram-nos que, em três semanas, iriam resolver algumas necessidades básicas que pedimos, porque não se justifica que uma esquadra que controla um bairro apenas tenha um carro patrulha. Explicámos também que falta quase. Tudo nas divisões e esquadras".

A reunião, que estava prevista para o dia 10 de Abril só aconteceu no dia 11, por volta das 9h00, e prolongou-se fonte, o objetivo do encontro foi avaliar o nível da criminalidade em Luanda e traçar outras metas.

No dia 10 de Abril, o comandante Ambrósio de Lemos' e o segundo comandante Paulo de Almeida ficaram reunidos, durante mais de quatro horas, com os três responsáveis do CPL. Questionado sobre o motivo do encontro, a fonte do NJ respondeu que foi por causa das constantes reclamações do efetivo sobre a forma como os três responsáveis de Luanda têm tratado os seus subordinados. Nos últimos dias, as notícias sobre a criminalidade em Luanda voltaram a abrir os noticiários, que têm sido preenchidos com informações preocupantes sobre o sentimento de insegurança.

9.16 Cresce o numero de mulheres envolvidas em crimes

Jornal de Angola

20 de Abril de 2012

O Número de mulheres a cometer crimes violentos tem estado a crescer de forma assustadora em Luanda. A situação ganha contornos alarmantes quando a maior parte das mulheres detidas pela Polícia Nacional possui idades inferiores a 30 anos. A corporação faz a detenção de mulheres que cometem crimes de homicídio voluntário, assaltos, tráfico de droga, roubo e furtos de viaturas.

Esperança Conceição, 25 anos, está detida numa das unidades prisionais de Luanda por ter morto o marido, com quem vivia há mais de dez anos. Da relação resultou o nascimento de duas meninas com sete e quatro anos. Devido a desentendimentos constantes com o marido, no mês de Dezembro, Esperança abandonou a sua casa na zona da Sonéf e foi morar com a sua mãe no município do Cazenga. Este mês, o marido foi a casa da sogra pedir à mulher para retirar os seus pertences que havia deixado em casa. Esperança, na companhia de alguns familiares, foi retirar os seus bens, mas o marido pegou num martelo e começou a partir os eletrodomésticos. Essa atitude gerou então discussão entre o casal. A mulher pegou num caco e atingiu o marido no pescoço. Foi levado para o hospital mas acabou por morrer. O caco cortou-lhe a carótida. Agora Esperança está na prisão. Outro caso de violência é o de Helena Gomes que aos 22 anos foi detida por ter espancado, em companhia do marido, um mecânico até à morte. Ela contou à reportagem do Jornal de Angola que antes foi agredida por duas jovens numa das ruas do bairro quando regressava do mercado. Descontente, e na companhia do marido, foi a casa da mãe de uma das jovens no sentido de informar o sucedido, mas, segundo ela, foi muito mal recebida.

As coisas não ficaram por aí. Um grupo de jovens que consumia bebidas alcoólicas, diante da discussão, agrediu o marido de Helena Gomes, que em respostas também atacou os seus agressores, acabando na morte de um dos jovens. Apesar disso, Helena Gomes alega inocência, pois na altura da morte do jovem, tanto ela como o marido se tinham retirado do local dos acontecimentos.

Tentativa de assassinato

Neidy Barros, 25 anos, está detida por ter tentado assassinar o ex-namorado com uma arma de fogo, adquirida no Cacuo para se defender dos meliantes. Disse ao Jornal de Angola que durante um ano manteve uma relação amorosa com um jovem que era traficante de drogas. Segundo ela, o seu calvário começou quando o namorado lhe propôs uma viagem ao Brasil em busca de drogas que devia ser transportada para Angola, escondida na vagina para não ser apanhada pela polícia.

Neidy recusou a pretensão do namorado e diante da insistência do parceiro, terminou a relação. Ainda assim, disse Neide Barros, o ex-namorado não desistiu da proposta, situação que a levou a apresentar duas queixas na esquadra do Hoji ya Henda. Passado algum tempo, explicou Neide Barros, o traficante foi apanhado em flagrante com cocaína, vindo a ficar detido durante um mês na cadeia da comarca de Luanda. "Ele saiu da cadeia e

mesmo assim não desistiu dos seus intentos", disse, acrescentando que cada vez mais sentia que a sua vida estava nas mãos do ex-namorado devido à insistência para alinhar no negócio.

Certo dia, o ex-namorado ligou a pedir um encontro entre os dois. Durante a conversa, as coisas descontrolaram-se e Neide Barros, que havia levado a pistola para se proteger, disparou um tiro contra o ex-companheiro e fugiu. Neide disse que só usava a arma para se defender dos meliantes. Explicou que aprendeu a manejar uma arma de fogo através de filmes de ação que via na televisão.

Apenas em duas ocasiões usou a arma. Primeiro, quando foi alvo de um ataque de dois jovens que pretendiam violá-la à saída de uma discoteca. A segunda foi contra o ex-namorado que exigia participar no tráfico de droga. Disparou sobre ele.

A vítima está neste momento a receber tratamento médico: "tenho consciência de que o uso de armas de fogo é crime, mas adquiri-a para me defender dos delinquentes e tinha a intenção de a legalizar junto das autoridades" disse Neidy Barros. Ela culpou a polícia pelo sucedido, uma vez ter solicitado ajuda, que segundo ela, não resultou, porque o ex-namorado continuou a persegui-la.

Assassinato no cemitério

Humberto António, 25 anos, e Walter Augusto, 23, foram mortos por quatro homens no interior do Cemitério de Camama, depois de se apoderarem da sua viatura. O assassinato ocorreu no mês de Fevereiro e chocou pela violência como foi praticado. Carlos Comprido Sampaio, 19 anos, é apontado como autor dos disparos de que resultou a morte dos dois jovens. Os outros companheiros são Evaristo Mabanza João, Ernesto Domingos Pedro e Fuxi João. A arma do crime foi encontrada escondida na casa da namorada de Fuxi, Mariana Joaquim, 18 anos, mais conhecida por Dama Que Brilha.

Carlos Comprido Sampaio explicou ao Jornal de Angola que, em companhia dos amigos, foi ao bairro Nova Vida, onde empunhando uma arma AKM, obrigou Humberto António e Walter Augusto a pararem a viatura em que seguiam. Os marginais amarraram os dois jovens, colocando-os no porta-bagagem do carro e dirigiram-se para o Cemitério de Camama por volta das 22 horas.

Carlos Comprido Sampaio ordenou que os dois jovens saltassem o muro e já no interior do cemitério disparou contra as vítimas, que tiveram morte imediata. Consumado o crime, os meliantes levaram a

viatura para casa da namorada de Carlos Comprido Sampaio. No dia seguinte partiram para Malange com a intenção de venderem a viatura por 25 mil dólares. O "gang" tinha em duas mulheres dois elementos muito influentes.

Na Unidade Operativa de Luanda, cada mulher detida tem a sua história. Mas todas têm um traço comum: autoria ou conivência com crimes violentos.

9.17 Autores aditemem'' Violamos a jovem e não pagamos o combinado''

A Capital

21 de Abril de 2012

Encontram-se já detidos três dos quatro elementos que, recentemente, violaram uma jovem no distrito do Sambizanga. Os mesmos confessaram o crime que cometeram e garantem que tudo foi feito mediante um pré-acordo com uma jovem identificada por Nzola, cuja cláusula única dependia o pagamento de algum valor monetário após o serviço sexual prestado.

Não sabiam, porém, que ao violarem os princípios do acordo estabelecido, estariam também a abrir um mau precedente. De acordo com o combinado, seriam quatro mil kwanzas o valor total do pagamento pelo, serviço prestado, sendo que a cada um couberia valor de mil kwanzas.

Contudo, uma vez saciados, os quatro jovens mandaram a rapariga às urtigas, entregando-lhe somente mil kwanzas, um valor com que a mesma se viu totalmente insultada, daí que tenha apresentado queixa à Polícia, dizendo-se abusada sexualmente.

Os jovens, Ricardo de Melo dos Santos, vulgo 'Guigui', 16 anos, Mariano Pedro Orlando 'Careca', de 15 anos, e David Sousa Costa 'Davidinho', 16 anos, encontram-se já a contas com a Polícia e, mais do que isso, confessaram já a autoria do crime por que são acusados, apesar de cada um apresentar teses em sua defesa.

De acordo com o jovem Ricardo Melo dos Santos, a 'operação' foi previamente acertada com uma jovem que conheciam bem, por ser tratar uma colega de catequese. Reconhece no entanto, terem-se furtado ao pagamento mal viu satisfeito a libido.

"Quando falamos com ela não tínhamos os valores, mas dissemos que tínhamos e pedimos que aparecesse numa outra hora para receber os valores, explicou. A jovem não foi na Conversa. Desconfiava. E mais

ainda qual do os mesmos deixaram de aparecer no bairro. A jovem, esta, não penso duas vezes e, de imediato, apresento queixa. Este era o primeiro caso de género daquele qua teto, perguntamos:

"É a primeira vez que praticamos este acto afirmou, para depois revelar: "mas, tenho informações de que ela já tem feito isto com outros jovens da nossa rua. O importante par ela é o dinheiro que a pessoas lhe dão", acusou.

Mariano Pedro Orlando, um outro dos acusados, conta que tudo começou por culpa do David, com quem a rapariga tinha acertado os detalhes do 'serviço' "Ela disse que precisava de alguns valores ele disse que lhe daria o dinheiro, em troca de uma relação sexual ai", acrescentou.

Para o jovem David de Sousa, não havia crime de violação sexual. "Foi algo combinado", afirmou.

E depois esclareceu: "reconheço que não demos o dinheiro que ela pedir Ela só queixou à Polícia, porque a ti dela descobriu o que lhe fizemos e exigiu que ela se queixasse".

De Sousa garante que antes do acto ser consumado a jovem foi alertada: para o facto de que estariam envolvidos na cena sexual quatro pessoas. "Ela disse que não se importava desde que pagássemos o dinheiro", confessou.

Dos quatro jovens envolvidos, apenas um tal de "Lobo Negro" encontra-se foragido.

9.18 Aconselhamento familiar diminui a violência no lar

Jornal de Angola

24 de Abril de 2012

A Direcção Provincial da Família e Promoção da Mulher em Benguela registou, durante o primeiro trimestre deste ano, 348 casos de violência doméstica, menos 12 em relação a igual período do ano passado.

A directora provincial, Maria Idalina Carlos, declarou ontem à Angop, que dos casos atendidos, 241 foram resolvidos através do aconselhamento e outros 54 foram encaminhados para a Investigação Criminal, onde receberam devido tratamento.

Idalina Carlos afirmou, na ocasião, que dos vários casos notificados, destacam-se 98 por incumprimento de mesada, 46 por ofensas morais (maus-tratos psicológicos), 33 ofensas corporais, 26 casos de abandono familiar e 18 desalojamentos. A redução dos casos de violência deveu-se à realização de

actividades como feiras, palestras, seminários e várias acções de formação no sentido de valorizar cada vez mais o papel da mulher na sociedade e na família.

Maria Idalina Carlos informou que a Direcção da Família e Promoção da Mulher em Benguela vai continuar a promover, nos próximos meses, actividades que visam diminuir a violência doméstica, como palestras e sensibilização às populações dos bairros e comunidades para que conheçam a lei e se previnam deste fenómeno que destrói as famílias.

A responsável lembrou que a violência doméstica é crime.

9.19 Programa integrado apoia a mulher rural

Jornal de Angola

26 de Abril de 2012

O Conselho de Ministros apreciou ontem o Programa Nacional de Apoio à Mulher Rural (PNAMR), documento que contempla um conjunto de acções que visam potenciar a mulher rural na gestão de pequenos negócios, combater o analfabetismo e incentivar o surgimento de iniciativas locais geradoras de rendimento.

Em comunicado divulgado após a sessão de trabalho deste órgão consultivo do Presidente da República, o Executivo informa que o Programa Nacional de Apoio à Mulher Rural, cuja execução também visa criar condições para o surgimento de pequenas agências de desenvolvimento económico local, vai promover "maior inserção das mulheres rurais no processo de desenvolvimento económico e social do país, e do crescimento económico inclusivo e sustentável".

Trata-se de um programa integrado, coordenado pelo ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas, e que se propõe aumentar o rendimento familiar no meio rural, como forma de superação da pobreza e da desigualdade de género, bem como para a melhoria das condições sociais e de segurança alimentar das mulheres e das famílias.

Durante a sessão orientada pelo Presidente da República, no dia em que se assinalou o Dia Mundial da Luta Contra a Malária, o Conselho de Ministros tomou conhecimento de um memorando sobre o balanço de execução dos programas de luta contra as grandes endemias, tais como o VIH/SIDA, a malária, a tuberculose e a tripanossomíase, tendo no final recomendado a "continuidade da implementação dos

mesmos, com vista a alcançar os objectivos estabelecidos".

Apoio aos jovens

O Conselho de Ministros deu também luz verde ao Plano Executivo de Apoio à Juventude e o seu respectivo cronograma. Trata-se de um instrumento de trabalho do Executivo, que contempla acções concretas, através das quais se pretende estimular o empreendedorismo, fomentar o auto-emprego, dar acesso à formação profissional e à habitação, e permitir a criação de um ambiente favorável à sua participação em actividades desportivas, culturais e de acção cívica e voluntariado.

Ainda no domínio social, foi analisada uma proposta de lei de bases da protecção e desenvolvimento integral da criança, um diploma legal que consagra um conjunto de princípios e regras, com o qual se quer harmonizar o conjunto de instrumentos legais destinados proteger os direitos da criança.

Portadores de deficiência

O Conselho de Ministros deu também aval ao projecto de Decreto Presidencial que cria o Conselho Nacional da Pessoa Portadora de Deficiência e aprova o seu regulamento. O referido diploma vem instituir um órgão de consulta e de concertação multidisciplinar para a execução das tarefas inerentes à Política Nacional da Pessoa Portadora de Deficiência.

Durante a sessão, o Executivo também apreciou o Decreto Presidencial que aprova o regulamento para a prevenção e controlo da poluição das águas nacionais, decorrente da actividade de plataformas petrolíferas, de estabelecimentos industriais e de diferentes tipos de construções.

O objectivo é reduzir os actuais níveis de poluição e assegurar a observância das convenções internacionais sobre combate à poluição marítima.

Política externa

O Conselho de Ministros apreciou outros decretos referentes à política externa. Foram analisados os Decretos Presidenciais que aprovam os acordos de cooperação com a Alemanha, nos domínios da Cultura, Educação e Ciência, com o Ghana, no domínio económico, científico, técnico e cultural, e com o Brasil, no domínio económico, científico e técnico para a implementação do "Projecto Piloto em Doença Falciforme".

Na mesma esteira, foram apreciados projectos de Resolução que aprovam a declaração conjunta sobre

o estabelecimento de uma parceria estratégica entre Angola e o Brasil e o Acordo de Cooperação no domínio da Defesa entre os dois países.

Estatuto do INAD

Durante a sessão de ontem, o órgão consultivo do Chefe do Executivo deu luz verde à proposta de adequação do Estatuto Orgânico do Instituto Nacional de Desminagem ao actual quadro jurídico-constitucional, e também aprovou o Decreto Presidencial que transfere a tutela e a superintendência do Gabinete de Gestão do Pólo de Desenvolvimento Turístico do Futungo de Belas para o ministro de Estado e Chefe da Casa Militar do Presidente da República.

Energia eléctrica

O Conselho de Ministros analisou novos contratos no sector da electricidade, com vista a aumentar e melhorar o acesso das populações à energia. Foram assim aprovados contratos de construção de subestações de 60/15 KV, nas zonas do Golfe (Bairro 28 de Agosto), ENCIB (Camama), Chicala, Cacuaco (Vila), Avenida Comandante Gika e Sapú.

O comunicado indica que, no sector de Energia e Águas, foram analisados os programas de reestruturação da Empresa Nacional de Electricidade (ENE), da Empresa de Distribuição de Electricidade (EDEL) e da Empresa Pública de Aguas (EPAL).

O documento adianta que, na sequência do programa de reestruturação, foi analisada e aprovada a proposta de nomeação dos órgãos directivos da ENE e EDEL, sendo que a primeira passa a ter José Carlos Santos Neves como presidente do Conselho de Administração, e como administradores José de Jesus Marinho, Júlio Capitando, Judith de Nazaré dos Santos Lemos Rosas e Euclides Morais de Brito.

Conselho de administração

Na Empresa de Distribuição de Electricidade, a proposta de nomeação do Conselho de Administração tem na presidência Hélder de Jesus Garcia Adão e como administradores Ruth do Nascimento Cardoso, Armando João, Maria Alberto Mendonça da Silva, Maria Clara Graça Vieira de Andrade e Carvalho Sanches.

O Conselho de Ministros é o órgão de consulta do Presidente da República e Chefe do Executivo que aprecia a vida económica e social do país.

9.20 Desarmamento das empresas de segurança será gradual

Continete

27 de abril de 2012

Quando se fala de desarmamento em Angola, cujo programa do Governo teve início em 2008, as atenções ficam tão-somente viradas para a população civil, passando ao lado das empresas privadas de segurança, espalhadas em todo o país.

O certo é que, o processo caminha a um ritmo aceitável, mas, o que preocupa as autoridades, neste momento, são as armas em posse destas, não se sabendo para quando a sua recuperação, devendo estas firmas optarem pelas armas de defesa pessoal.

Era dado como certo que as quatro mil empresas de segurança privada existentes no país fossem obrigadas a entregar o armamento de guerra em sua posse, durante a fase coerciva do programa de recolha de armas em curso no país, o que não se verificou, alegadamente por esta operação, às empresas, estar dependente da revisão da Lei 19/92, que regula o exercício da atividade destas empresas.

Consta que, estão em posse das mesmas, perto de 20 mil armas de vários calibres, com destaque para metralhadoras do tipo AKM.

Este número elevado de material bélico está a preocupar as autoridades, tendo o ministro do Interior, manifestado, recentemente, a sua inquietação em relação a proliferação de armas de guerra por parte das empresas de segurança privada no país. Sebastião Martins que falava numa reunião da Comissão Nacional do Desarmamento dos cidadãos em posse ilegal de armas advogou, a adopção de mecanismos que permitam um maior controlo e fiscalização da utilização destes artefactos por parte das empresas privadas de segurança. "Constatamos que, algumas vezes, temos registado crimes que são cometidos com armas que estavam em posse de empresas privadas de segurança que não adoptam mecanismos de fiscalização, utilização e circulação dessas armas e que são algumas vezes desviadas para o circuito criminoso", disse o governante, acrescentando que, no âmbito da acção da Comissão Nacional do Desarmamento e na perspetiva de se começar a implementar de forma mais vigorosa a parte coerciva da recolha de armas de fogo em posse de civis, se vê também a questão do armamento inorgânico em posse dessas empresas para permitir um maior controlo.

Enquanto se aguarda pela revisão da lei, as autoridades policiais dizem que não vão precipitar o

desarmamento destas empresas de acordo com o comissário-chefe Paulo de Almeida, coordenador da Subcomissão Técnica, este Diploma deverá trazer respostas, sobretudo em relação ao tipo de armas

que devem ser utilizadas pelas empresas de segurança privada, onde ir buscá-las, o papel destas em relação ao sistema de segurança pública, e quem deverá ser o detentor deste tipo de empresas.

A Lei em causa está contemplada no programa do Executivo para o biénio 2011-2012. Os diplomas legais sobre esta matéria, são suportados por uma erva base institucional e um programa integrado, cujo objetivo é transformar, do comportamentos e atitudes do cidadão, projetando a sua acção para os valores que mais se coadunam com os princípios de paz individuais e coletivos.

Dados oficiais indicam que foram recolhidas até ao momento 86 mil armas que se encontravam ilegalmente com a população civil, estimando-se a resistência de quatro milhões de armas ilegais.

O Centro de Estudos Estratégicos, por seu lado, disse na pessoa do coronel Correia de Barros, que este número exagerado, alegadamente porque não estiveram 4 milhões de pessoas a combater durante a guerra, que perdera as suas armas.

Aquele oficial teceu estas declarações durante uma edição do Espaço Mesa Redonda do Programa Manhã Informativa da RNA.

Fontes ligadas ao Comando Geral da Polícia Nacional, são de opinião de que o desarmamento das empresas privadas de segurança deve ser feito de forma gradual, uma vez que alguns casos, estas empresas, e quanto estruturas auxiliares da Polícia, desempenham papéis importantes ali onde a presença dos agentes da corporação é frágil. O Código Penal prevê, no seu artigo 253.º, como mau penalização, a prisão de 8 a 12 anos para quem for portador ilegal de armamento de guerra.

O processo de desarmamento dos cidadãos em posse ilegal de armas, fogo teve início em Maio de 2008 compreende quatro fases: organização e sensibilização, entrega voluntária recolha coerciva e de controlo. Atualmente regista-se certa coexistência dessas quatro fases.

A Comissão Nacional para o Desarmamento, que integra vários departamentos ministeriais, foi criada por despacho Presidencial com objetivo é reduzir a proliferação de armas ligeiras e de pequeno porte, sobretudo as obtidas de forma ilícita durante a guerra.

9.21 Guardas desconhecem

continente

27 de abril de 2012

Na ronda feita pela nossa equipa de reportagem, nas empresas sedeadas em Luanda, ficamos a saber que o assunto não faz parte das conversas diárias do pessoal.

Até mesmo funcionários administrativos ignoram o assunto, alegando não terem recebido qualquer notificação, por parte das autoridades para o desarmamento do seu efectivo.

Guardas por nós contactados, são de opinião de que o desarmamento não tem razão de ser, tendo em conta os riscos que enfrentam no exercício das suas actividades, com marginais a quererem assaltar os postos por si guardados.

"Não faz sentido que as empresas de segurança também devem depor as armas", disse um guarda afecto à empresa Ango-Segu que guardava uma dependência do banco BIC nas imediações do largo do Kinaxixe.

O mesmo que preferiu não revelar o nome, disse ter já ouvido na sua empresa a possibilidade da mesma entregar os seus meios bélicos às autoridades, mas não concorda, tendo em conta a situação vigente no país, dando o exemplo do Brasil, onde marginais fazem uso de armas de fogo de grande calibre, enfrentando os guardas e Forças da Ordem e, até mesmo, o Exército. Referiu-se, por outro lado, os bancos comerciais, sobretudo em Luanda, tendo os seus autores aparecido munidos com armas de fogo. Outro guarda, que é também da mesma opinião é Geraldo Satchiboba, com quatro anos de serviço. Geraldo advoga que o desarmamento destas empresas deve ocorrer em simultâneo com a entrega de novo equipamento ao efectivo, que antes deverão passar por um treinamento para se adaptarem a trabalharem com os novos meios. Mesmo assim, tendo em conta a realidade angolana e não só, é de opinião que não há, por enquanto, outro meio eficaz de defesa que não seja uma arma de fogo. "É através desse meio que conseguimos proteger as nossas vidas e os estabelecimentos em que somos colocados", sustentou a fonte.

Na maior parte das empresas por nós contactadas, os responsáveis recusaram-se a falar sobre o assunto.

9.22 Kinguilas assaltadas

Agora

28 de Abril de 2012

O elevado índice de delinquência no Rocha Pinto tem deixado os moradores, transeuntes e comerciantes daquela circunscrição com os nervos à flor da pele.

De acordo com os populares os assaltos a mão armada ocorrem a qualquer altura do dia. Nesta segunda-feira, um grupo armado decidiu apoderar-se do 'kumbú' das 'Kinguilas' que exercem a sua actividade nas imediações do Bfa, na avenida 21 de Janeiro.

"Eu acho que eles vieram para assaltar um cliente do banco, mas como não estava a funcionar então atacaram as senhoras que trocam notas aqui fora", contou uma testemunha, descrevendo as características do artefacto mortífero: "Ameaçaram as senhoras com uma Aka de cano cortado, e recolheram o dinheiro, pondo-se de seguida em fuga de moto rápida".

O segurança da agência bancária tentou reagir mas também acabou por ser ameaçado e nem sequer teve ângulo para disparar.

O fraco policiamento estará na origem do elevado índice de criminalidade.

9.23 Recolhidas 86 mil armas desde 2008

Agora

21 de Abril de 2012

Os dados foram fornecidos nesta segunda feira pelo coordenador da Comissão Nacional de Desarmamento da População Civil.

Na ocasião, Paulo de Almeida informou que o principal foco registado durante o período em análise era a cidade de Luanda, mas não deixou de parte as demais províncias onde foram igualmente recolhidas grandes quantidades de armas de fogo.

"As armas eram geralmente usadas para acções delituosas", disse, acrescentando que a intensificação da recolha é um projecto instituído pelo Executivo que levou à criação das comissões em todas as províncias e municípios.

O responsável manifestou a sua satisfação com a forma como está a decorrer o processo e disse que o balanço até agora é positivo, considerando as 86 mil armas, recolhidas, sublinhando que está preocupado porque, "continuamos a ver pessoas a utilizar armas de defesa pessoal e a cometerem homicídios com elas, o que significa que ainda há muitos artefactos do género em posse dos cidadãos que estão a margem da lei".

A Polícia está a cumprir um prazo que o Executivo estipulou, que já foi prorrogado duas vezes e encerra este ano, data em que também termina a legislatura:

"Vamos esperar a próxima legislatura e o próximo Executivo para ver em que termos damos continuidade à campanha da recolha de armas". O programa de desarmamento da população civil começou oficialmente a ser implementado em 2008.

10. AMBIENTE

10.1 Falta prolongada de chuva compromete a agricultura

Jornal de Angola
04 de Abril de 2012

A ausência prolongada de chuva compromete o ano agrícola no Soyo, disse, ao Jornal de Angola, o chefe de secção da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas.

Luís Faustino lembrou que a primeira época agrícola, terminada em Dezembro, ficou comprometida por ter chovido apenas uma única vez e não no município todo.

Apesar das chuvas terem recomeçado em Março, referiu, não há hipóteses de se salvarem as culturas da primeira época por as sementes lançadas à terra terem ficado queimadas pelo sol. As culturas de mandioca, jinguba, milho, gergelim, feijão macunde e "outros produtos básicos", lamentou, estão comprometidas. Luís Faustino disse que se cair "chuva suficiente" nos próximos dias deve ser feita uma redistribuição das sementes e que os camponeses, prevendo eventuais períodos de seca, devem optar pela agricultura mecanizada, com sistema de irrigação.

Na impossibilidade de se exercerem agricultura mecanizada, sugeriu, os camponeses devem procurar cultivar junto dos rios para aproveitarem a humidade e criarem um sistema de irrigação rudimentar, com abertura de valetas que transportem a água até às plantações.

António Simba, presidente de uma cooperativa, declarou, ao Jornal de Angola, que a atividade dos camponeses está comprometida, mas que tem está confiante nos resultados das plantações junto ao rio.

10.2 Centro de estudos das alterações climáticas é instalado este ano na cidade do Huambo

Jornal de Angola
07 de Abril de 2012

O Centro Nacional de Ciência e Serviços para Adaptação às Mudanças Climáticas e Uso Sustentável dos Solos vai ser erguido, ainda este ano, no Campus da Universidade José Eduardo dos Santos (UJES), na província do Huambo.

A informação foi prestada em Luanda pelo responsável pelo projeto em Angola, Gabriel Miguel, adiantando que a instituição recebeu um financiamento do governo da Alemanha para a instalação, na qualidade de coordenador da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas.

Gabriel Miguel frisou que, enquanto decorrem as obras, o centro nacional desenvolve a sua atividade na Faculdade de Ciências Agrárias (FCA), da Universidade José Eduardo dos Santos, localizada a 11 quilómetros a Leste da cidade do Huambo. "Na província do Huambo já estão a ser criadas as condições para que se dê início aos trabalhos em prol do projeto", assegurou Gabriel Miguel.

No quadro do projeto, centros nacionais similares vão ser construídos no Botswana, Namíbia (sede central), Zâmbia e África do Sul.

No Huambo, o centro vai ter um funcionamento semelhante ao dos grandes centros de investigação, que, em vez de trabalharem de forma isolada, funcionam em rede. De acordo com o especialista Gabriel Miguel, Angola já identificou 22 projetos científicos ligados à

Agricultura, água, floresta, biodiversidade, clima e formação profissional, no âmbito do projeto.

Estações meteorológicas

A nível de Angola, o projeto contempla a instalação de dez estações meteorológicas, em parceria com o Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica (INAMET).

De acordo com Gabriel Miguel, estas estações meteorológicas vão ser instaladas em regiões ainda por identificar, onde vão ser

Incrementados os projetos científicos já definidos. As atividades desenvolvidas pelo projeto estão a ser implementadas por especialistas nacionais e estrangeiros, que têm vínculo com as instituições de investigação científica e desenvolvimento tecnológico e de centros de pesquisa. Gabriel Miguel garantiu, ainda, que os centros nacionais que vão ser instalados nesses países vão estar à altura de produzir uma investigação de "excelência". O projeto regional programado para o período de 2012 - 2016 está avaliado em 100 milhões de euros,

Suportados pelo governo da Alemanha. Metade deste montante vai ser distribuído pelos países africanos abrangidos neste projeto, para investirem em ações de investigação, formação profissional e outras iniciativas.

O início formal do projecto acontece ainda este mês, em Windhoek, capital da Namíbia, com a assinatura de uma declaração conjunta entre os países beneficiários.

10.3 Chuva destrói casas no Kwanza-Norte

Jornal de Angola
12 de Abril de 2012

Pelo menos 13 casas foram destruídas em consequência da chuva que caiu na semana passada sobre os bairros 1º de Agosto e Kipata, em N'Dalatando, e no município da Banga, província do Kwanza-Norte.

O porta-voz do Comando Provincial dos Serviços de Bombeiros e Proteção Civil, André da Costa Damião, disse ao Jornal de Angola que, em N'Dalatando, mais de 13 famílias ficaram desalojadas e, no município do Lucala, 34 moradias ficaram sem teto por causa da tempestade que assolou a região.

André da Costa Damião informou que, para minimizar o sofrimento dos desalojados, a delegação provincial da Assistência e Reinserção Social no Kwanza-Norte apresentou um plano de necessidades de emergência, composto por bens alimentares, chapas de zinco, utensílios de cozinha, colchões e tendas para acudir os sinistrados.

Na semana finda, os Serviços de Bombeiros registaram três incêndios de pequenas proporções no troço rodoviário do Zenza, no Bairro Azul, município do Cazengo, e no município do Gulungo-Alto. Os incêndios destruíram duas viaturas e uma motorizada e provocaram queimaduras a três pessoas. No mesmo período, foram registados quatro casos de invasão de abelhas no município do Cazengo. A unidade de bombeiros realizou 11 serviços de socorro e transportou sete feridos para o hospital provincial, vítimas de acidentes e incêndio.

Casos de Polícia

A Polícia Nacional no Kwanza-Norte tomou conhecimento, na semana passada, de 29 crimes de natureza diversa, 26 dos quais foram esclarecidos.

A média diária de crimes registados foi de quatro casos, segundo o porta-voz da polícia local, superintendente Gaspar José, que revelou a detenção de 16 pessoas entre os 19 e 40 anos.

Entre o rol de delitos estão 17 casos de ofensas corporais voluntárias, sendo 12 simples e cinco

graves, oito(8) furtos, três(3) casos de danos materiais e um roubo

Os crimes ocorreram nos municípios do Cazengo, com 20 casos, Ambaca, com quatro, Cambambe, com dois(2) Lucala, Gulungo-Alto e Samba-Cajú com um(1) caso.

No mesmo período, foram registados 12 acidentes de viação que provocaram três (3) mortos, 13 feridos e danos materiais avaliados em 1,3 milhões de kwanzas.

A Polícia de Viação e Trânsito na província do Kwanza-Norte apreendeu 10 motocicletas, por falta de matrículas, 22 cartas de condução, 11 livretes, 11 verbetes e 11 títulos de registo de propriedade, por infrações ao Código de Estrada.

Entre as infrações registadas estão o excesso de lotação, falta de capacete, uso de telemóveis durante a condução e a não utilização do cinto de segurança.

Foram também aplicadas aos infratores, pelos agentes reguladores de trânsito na província do Kwanza-Norte, 55 multas no valor de 564.878 kwanzas.

10.4 Plano estratégico ambiental do executivo necessita de verbas para a sua execução

Jornal de Angola
03 de Abril de 2012

A ministra do Ambiente, Fátima Jardim, afirmou ontem, em Luanda, que a execução do plano Estratégico Ambiental traçado pelo Executivo vai exigir do Estado e dos seus parceiros cerca de 198 milhões de dólares americanos para concretizar as ações de preservação e conservação do ecossistema.

De acordo com a ministra, que falava no programa "Espaço Público", difundido em conjunto pela Televisão Pública de Angola e a Rádio Nacional de Angola, este valor deve ser aplicado em ações de formação de quadros, criação de unidades de pesquisa e estudo, actualização e aumento do parque ambiental do país.

"É um plano estratégico com a duração de cinco anos e direccionado para honrar os compromissos assumidos pelo Executivo angolano no plano internacional, tendo em conta a preservação do ambiente", sublinhou.

Segundo a ministra, estão em curso ações para que em 2020 Angola possa orgulhar-se de ter honrado os compromissos assumidos pelo Executivo

angolano no plano internacional, tendo em conta a preservação do ambiente", sublinhou. ambientais.

Fátima Jardim defendeu o aumento, nos próximos anos, do orçamento anual para o sector.

O atual orçamento, estimado em 0,8 por cento do Produto Interno Bruto (PIB), segundo a ministra, ainda é insuficiente para a implementação das diversas ações em benefício do ambiente e do bem-estar da população.

"A partir de 2013, esperamos uma maior compensação, porque afinal ainda são insuficientes, apesar de termos orçamentos provenientes de outras vertentes ambientais, como projetos de sustentabilidade agrícola, água para todos e outros programas que interagem com o sector", destacou. Fátima Jardim admitiu que os fundos atribuídos ao Ministério do Ambiente têm aumentado ano após ano, o que demonstra o interesse do Executivo pelas questões ambientais.

Este ano, a prioridade vai para as áreas ligadas à conservação e preservação do ambiente e da biodiversidade. "Este orçamento revela os esforços empreendidos no que se refere às questões ambientais no país, inseridos em planos e programas traçados, bem como a implementação dos compromissos assumidos a nível internacional", disse.

A ministra do Ambiente acrescentou que o sector está a merecer mais atenção do Executivo e vários instrumentos legais, como a Lei de Bases do Ambiente, estão a contribuir para regular várias ações que ainda causam impacto danoso ao meio ambiente. Fátima Jardim reconheceu o apoio prestado por outros sectores que continuam a contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população, através das boas práticas ambientais.

Penalização às empresas

Fátima Jardim garantiu que o Ministério do Ambiente tem instrumentos legais para responsabilizar empresas de construção civil e operadoras petrolíferas que causarem impactos negativos ao meio ambiente com a sua atividade. "Estamos a aplicar os instrumentos que temos para responsabilizar todos aqueles que causam danos ao meio ambiente, quer sejam empresas petrolíferas, em casos de derrames de petróleo no mar, quer as construtoras", disse.

De acordo com a ministra do ambiente, todos os investimentos económicos e sociais que vierem a ser feitos devem ter um estudo prévio de impacto ambiental.

Fátima Jardim disse que, em relação à avaliação de impacto ambiental, regista-se uma adesão satisfatória de investidores que solicitam estudos.

"Só em 2011, o sector registou a entrada de mais de 100 documentos de estudo de impacto ambiental, que solicitavam licença", indicou a ministra Fátima Jardim. Os pedidos são provenientes de empresas petrolíferas, agrícolas, de construção civil e geologia e minas, segundo a ministra.

10.5 Estado do meio ambiente divulgado no final do ano

Jornal de Angola
12 de Abril de 2012

O Ministério do Ambiente está a preparar a Segunda Comunicação Nacional, que inclui também o segundo Inventário de emissão de gases de efeitos de estufa relativos aos anos de 2006 a 2011.

O elemento de ligação de Angola da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas, Abias Hungo, disse na terça-feira à Angop que a segunda comunicação nacional vai ser publicada no final deste ano, depois da publicação da primeira ter acontecido em 2011. O inventário de gases de efeito de estufa, de que constam dados por fonte e sectores de emissões de 2000 a 2005, já foi apresentado no relatório da Primeira Comunicação Nacional, publicado também em inglês na página web, www.unfccc.int das Nações Unidas.

Com o apoio do Fundo Mundial para o Ambiente (GEF) e do próprio Executivo angolano, foram identificados, em 2000, de acordo com o relatório, maiores emissões provenientes do sector da agricultura correspondente a 49 por cento, seguido das emissões fugitivas, com 43 por cento.

As emissões fugitivas são 'as provenientes de sistemas de selagem de válvulas de processo, de bombas, de compressores, ligações ou sistemas de drenagem.

No caso de Angola, este tipo de emissões derivam da exploração de petróleo.

De acordo ainda com o inventário, as emissões derivadas da queima de combustíveis em Angola atingiram os seis por cento, os resíduos e os processos industriais representaram cerca de um por cento cada. Entre outros dados, em 2005, as emissões resultantes da agricultura atingiram os 37 por cento, registando-se uma redução em comparação com o ano de 2000, enquanto houve o aumento nas emissões fugitivas que representaram os 50 por cento. Ainda em 2005, registou-se ainda 11 por cento

de emissões derivadas da queima de combustíveis fósseis e um por cento para cada sector da indústria e resíduos.

No quadro deste relatório, o ambientalista Abias Hungo admitiu a necessidade de Angola trabalhar cada vez mais para contribuir para a redução de emissões de gases de efeito de estufa, que danificam a Camada de Ozono.

O Governo angolano aprovou em 2008 a estratégia sobre as alterações climáticas, definindo importantes ações para o cumprimento dos seus objectivos.

No quadro dos compromissos assumidos a nível internacional, acrescentou Abias Hungo, Angola já tem elaborado e aprovado o seu Programa de Ação Nacional de Adaptação (PANA), a Primeira Comunicação Nacional (ICN), assim como a constituição da Autoridade Nacional Designada (AND), que trata de ações ligadas aos Mecanismos de Desenvolvimento Limpo (MDL).

10.6 Consequências da chuva em Luanda

Folha 8

14 de Abril de 2012

As chuvas que caíram sobre Luanda nos dias 20 de Março, 3 e 11 de Abril mantiveram a regra das restantes no que diz respeito aos estragos que provocam em virtude da capital do País não estar preparada para receber chuvas por mais simpática que esta seja. Grande parte das vias secundárias e terciárias ficam intransitáveis e, sequencialmente, o congestionamento aumenta nas vias principais, além de que muitas dessas também ficam intransitáveis. Tal é o caso da via que liga o município do Cazenga ao agora destruído do Rangel com destaque para a conhecida zona do triângulo dos congolezes e outras tantas partes da Avenida Brasil que, desta feita, está cada vez mais difícil de ultrapassar. Assim, os taxistas decidiram aumentar o preço da passagem, passando de 100 para 300 kwanzas para desalento dos passageiros que, no entanto, entendem a posição dos taxistas. "É condenável a postura deles (taxistas) mas devemos reconhecer que o estado destas ruas precipitam as avarias no carro", argumentou um dos passageiros.

10.7 Foi só um espirro de São Pedro

A Capital

14 de Abril de 2012

A verdade é insofismável, se o desespero necessitasse de um nome, ele, certamente, se chamaria Luanda. Após vários meses de uma preocupante estiagem, a chuva deu o ar da sua graça, abatendo-se, nos últimos tempos, sobre a capital do país. Acontece, porém, que, entre nós, sempre que a mesma se faz sobre Luanda, mais do que alegria, a sua chegada é prenúncio de um quadro trágico, sobretudo nas zonas periféricas, onde o saneamento básico teima em não chegar ou não é prioridade das políticas sociais do Executivo, apesar do muito propalado crescimento na vertical do betão armado.

Um simples 'espirro de São Pedro é quanto basta para os luandenses se verem acometidos com complicadas disfunções arteriais. Luanda entra, automaticamente, nos cuidados intensivos. É como se no dia seguinte todos se vissem anestesiados por vários minutos, tal é a devassa provocada pela descarga pluvial, como, aconteceu na última quarta-feira. É o mesmo chover no molhado de sempre. As obras que acontecem nos mais variados municípios e bairros revelam-se incapazes para conter a 'fúria' de São Pedro. Os buracos nas estradas assumem contornos de queijos suíços, nalguns casos, e, noutros, ganharam características de uma cratera.

As viaturas sucumbem à profundidade dos buracos, reduzindo, desta forma, o seu tempo de vida, ao passo que os automobilistas são obrigados a hercúleos esforços para vencer as ameaçadoras lagoas que se apossam de vários pontos da capital, não raras vezes 'minadas' por nada generosas crateras.

E a música é sempre a mesma: Luanda, a capital, não está preparada para lidar com o 'mau humor das chuvas. É uma justificação antiga, que já criou barba branca e que, já não encontra acolhimento entre os populares luandenses.

Como aconteceu com a última enxurrada, casas nos mais variados bairros tiveram os tectos arrancados pelo forte vento que se fez sentir, as ruas tornaram-se intransitáveis, enfim, foi o clamor dos Luandenses pela gritante ausência de transportes colectivos, um serviço já de si precário, além de terem que lidar com os caprichos dos 'candongueiros', Sorte, sorte mesmo, é o facto das chuvas terem demorado a chegar, fazendo-se sentir praticamente no mês de Abril, que é considerado o último mês chuvoso, sob pena

dos resultados finais revelarem-se trágicos.

É que noutras ocasiões, em condições normais, tudo o que aconteceu até aqui seria apenas uma espécie de

documentário Geralmente em Abril, o mês das chuvas mil, as enxurradas têm sido totalmente devastadoras.

10.8 Angola assina declaração para criação de um centro

Jornal de Angola
16 de Abril de 2012

Angola, Botswana, África do Sul, Namíbia e Zâmbia assinam hoje, em Windhoek, República da Namíbia, uma declaração para a criação do Centro da África-Austral para Ciências e Serviços para a Adaptação às Alterações Climáticas e Gestão Sustentável dos Solos (SASSACAL). A informação foi dada pela ministra do Ensino Superior e da Ciência e Tecnologia, que referiu que a iniciativa é do Governo Alemão e que o objectivo é atenuar os efeitos das mudanças climáticas na região austral do continente. Cândida Teixeira lembrou que o projecto começou a ser analisado em Setembro de 2009, na Namíbia, na primeira mesa-redonda para a criação do Centro Regional de Ciência. Em Março do ano seguinte, referiu, realizou-se, em Lusaka, a reunião do comité interino para a criação do SASSACAL. O encontro de Windhoek é o primeiro de ministros dos cinco países que fazem parte do projecto na região. Recentemente, Angola, Namíbia, Zâmbia, Zimbábwe e Botswana lançaram, em Catima Mulilo, Namíbia, a "Área Transfronteiriça de Conservação" do Projecto Okavango-Zambeze, criada para transformar a região austral de África no maior e melhor destino turístico do mundo. A "Área transfronteiriça de conservação do projecto okavango-zambeze, 440mil quilometro quadrados é limitada pelas bacias hidrográficas dos rios Kubango e Zambeze onde convergem as fronteiras dos cinco países .O projecto é considerado a maior área transfronteiriça de conservação do mundo definida como zona múltipla de recursos, como parques nacionais , reservas florestais de caça e fauna selvagens e terras comunitárias.Para ajudar a concretização do projecto o governo Alemão disponibilizou 20 milhões de euro para a comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC). A verba destina-se a desenvolver programas e a fortalecer entre outras acções que contribuam para a redução da pobreza o uso sustentável dos recurso naturais o património cultural e a melhoria das condições de vida das comunidades que residem no perímetro do projecto.Na cimeira da SADC realizada em Agosto de 2011, Luanda os chefes de estados de Angola de Botswana, Namíbia, Zâmbia e Zimbábwe assinaram o tratado do projecto OKavango – Zambeze.

10.9 Chuvas alarmam famílias

Jornal de Angola
20 de Abril de 2012

Várias famílias de M'Banza Congo estão a viver dias difíceis, em consequência das fortes chuvas que estão a causar grandes estragos a nível das comunidades da capital da província do Zaire Depois de um longo período de estiagem, que se verificou um pouco por todo o país, as chuvas, que se fazem acompanhar de fortes ventos, não param de cair todos os dias, em M'Banza Congo, criando vários embaraços às famílias residentes em casas de construção precária. Apesar das vantagens da chuva para a agricultura, a situação está preocupar a população, que lamenta a perda de vidas humanas e prejuízos materiais avultados, além de estar a desalojar várias famílias. A periferia da cidade tem sido a mais prejudicada, uma vez que ali existem centenas de Construções anárquicas, como é o caso dos bairros 11 de Novembro, 4 de Fevereiro, Álvaro Buta e Martins Kidito.

No mês passado, as chuvas destruíram cerca de 400 casas, deixando ao relento mais de 200 pessoas, que tiveram de receber apoio do governo provincial do Zaire. Na altura, o comandante provincial de Proteção Civil e Bombe no Zaire, Mankenda Lukengani salientou que as chuvas tinham danificado igualmente duas tendas Centro de acolhimento dos refugiados de M'Banza Magina, onde ai se encontram alojados alguns cidadãos angolanos provenientes Congo Democrático. Os templos das igrejas Evangélica Baptista de Angola e Pentecostal foram igualmente afetados pelas chuvas.

10.10 Abril das chuvas e problemas mil

Semanário Angolense
21 de Abril de 2012

O mês de Abril é, para os luandenses, um período muito difícil, devido às grandes enxurradas que, neste tempo, causam os diversos problemas aos habitantes da província de Luanda.

Os populares preparam-se sempre de modo especial, criando condições necessárias que os ajudem a ultrapassar as grandes dificuldades que geralmente enfrentam com as precipitações que, em Luanda, fazem jus ao velho adágio popular: «Em Abril, chuvas mil».

Depois do que se previa como uma estiagem sem precedentes no país, com a estação das chuvas a chegar ao fim sem, no entanto, chover na maior parte da estação, chegou Abril. Só na primeira quinzena deste mês, choveu muito mais do que nos últimos

seis meses, o que demonstra quão grande é a carga pluviométrica que este mês nos reserva.

Poucos meses antes, as pessoas reclamavam o facto de o país «ter cortado o vínculo com as chuvas», se assim se pode dizer, porque a maior parte do território nacional não recebia cargas pluviométricas desde Outubro do ano passado, facto que deixou muita gente frustrada, devido ao calor intenso que se fazia sentir e à poeira que irritava olhos e gargantas, sem esquecer a conjuntivite.

As reclamações mais veementes vieram dos camponeses, que são os que mais sofrem com a falta de chuvas, pois a estiagem estava a danificar as suas lavouras. Este problema era visível porque, nos principais mercados, da capital, e não só, assim como nos das demais províncias, começaram a faltar as verduras e as "frutas, realidade muito rara em Angola, uma vez que a sua terra é muito fértil, havendo fartura em produtos do campo.

A partir do mês de Fevereiro, algumas províncias começaram a receber a bendita «água das nuvens», situação que deixou muita gente feliz, principalmente os agricultores. Em algumas localidades, como em Malanje, a situação agravou-se, pois o que se pedia rapidamente passou a ser um grande problema. As cargas de chuva eram torrenciais, derrubando casas e estragando os produtos do campo.

Na cidade capital, a chuva passou de desejada a indesejada num piscar de olhos, uma vez que trouxe consigo duras consequências. Quando se pediu um pouco de água, começou a cair bastante e sucessivamente. Falta de preparação até quando?

Elísio Manuel, comerciante, considerou a chuva «um mal necessário, porque uns precisam dela, tal como os camponeses, mas outros nem tanto, tal como os pescadores. Já era hora de chover um pouco, a terra estava muito seca e havia muito sol, agora, está muito mais húmido.»

Há alguns anos que se habituou a dizer a Capital do país, Luanda, não está preparada para receber chuvas, porque as suas infraestruturas não resistem a grandes cargas. Mas a pergunta que se faz é a seguinte: quando esta parcela do país estará preparada para tal?

«Penso que, enquanto não mudarem a imagem da cidade, muita gente vai continuar a sofrer. As estradas não aguentam e começam a estragar-se rapidamente, as vias secundárias e terciárias não estão asfaltadas, tudo isso resulta em dificuldades quando chegam as chuvas.

Por isso, enquanto as coisas continuarem deste modo, Luanda nunca estará preparada para receber chuvas»,

afirmou Vasco Francisco, funcionário público.

Já Maria de Freitas, estudante universitária, é apologista de que o grande problema passa pela má organização da própria cidade. «Para mim, o problema não é a chuva, mas a grande desorganização que temos, cada um constrói onde bem entende e sem organização, as estradas e pontes não têm a segurança necessária e o próprio crescimento populacional dificulta bastante o processo de desenvolvimento da capital», apontou.

Muitas são as respostas em relação a esta pergunta, mas todas desembocam num único factor: a desorganização da cidade e a pouca aposta do governo em criar condições que ajudem a solucionar os problemas mais prementes, para que Luanda chegue a ser uma capital como deve ser.

Taxistas e linhas curtas

A realidade actual são as grandes dificuldades por que a população está a, devido aos engarrafamentos, que se agravaram, e os taxistas, que estão a exagerar nos preços das corridas e a percorrer linhas cada vez mais curtas.

Os mais visados são os estudantes que estão a sentir muitas dificuldades para poderem deslocar-se, principalmente os que estudam na cidade e vivem em zonas como Cazenga, Viana e Camama.

Numa das paragens mais concorridas da cidade, no troço Congolenses / Viana, o problema é grande, porque a maioria dos taxistas está a fazer linhas curtas e a cobrar tarifas acima do limite estabelecido.

«Eu vivo na Estalagem e estudo no! MEL, nestes dias está muito difícil voltar para casa, nós saímos às 17h45min e quando chegamos à paragem, encontramos-la muito cheia e os taxistas a cobrar 200 Kwanzas até à zona do Bar, que é metade do trajecto. Assim fica muito complicado, com o engarrafamento então, tudo piora», explicou Mateus Ndombe, estudante.

Os pais também se mostram muito preocupados com esta situação toda, porque dizem que agora têm de entregar Kz. 800 ou mais, por dia, aos seus filhos, devido à variação de preços impostos pelos taxistas.

10.11 A gestão ambiental

Jornal de Angola

23 de Abril de 2012

Polícia sem autoridade?

Outro caso, é o facto de, agora, os seus rebentos chegarem depois das vinte horas, devido à dificuldade em apanhar candongueiro, situação a que se alia os grandes engarrafamentos. Essas situações estão associadas à falta de segurança e são propícias aos meliantes, que se aproveitam disso para fazer das suas.

Marcos Sebastião empresário, diz estar preocupado com tudo que se está a passar, pois os seus filhos estudam na cidade e os bandidos aproveitam-se destas enchentes para poderem assaltar os mais fracos. Este é um caso que deixa todo pai incomodado. «Até os meus filhos chegarem a casa, não consigo ficar descansado e acredito que outros na mesma situação também sofrem bastante», lamentou.

Os populares, quando questionados sobre o facto de denunciar à polícia as práticas lesivas dos taxistas, são unânimes em afirmar que não adianta, «porque a própria Polícia está eivada de corrupção e não tem autoridade suficiente para conseguir travar a prática.

«Sempre que eles autuam um taxista a cometer até infracções graves, em troca de 500 ou mil Kwanzas, o assunto fica resolvido, então não adianta fazer queixa à Polícia», garantem.

Kirnbita, zungueira, disse que a situação está muito complicada, já que, para andar nos táxis, é preciso lutar, pendurar-se aos carros e pagar 200 Kwanzas por um trajecto curto. «É muito complicado para todos nós, mas vamos fazer como então, é mesmo assim, já estamos habituados, quando chega Abril, as coisas são péssimas, pior é que a Polícia nada faz, às vezes, os próprios agentes também pagam este preço», desabafou Kirnbita.

A população apela ao Governo para que encontre formas de estancar estas situações difíceis que fazem sofrer a população. As coisas não estão complicadas apenas nos Congolezes para Viana, mas em todas localidades de Luanda, em todas artérias da cidade onde circule um táxi, sobretudo nas horas de ponta e no período nocturno. O que é certo é que as pessoas das camadas baixas, sobretudo, e não só, estão a sofrer bastante com as variações de preços dos últimos dias.

Vivemos tempos em que as alterações climáticas e a degradação dos solos são uma realidade com a qual a maioria dos Estados se vê confrontada. Trata-se de um problema global, mas com a infeliz particularidade de afligir mais algumas áreas que outras. As soluções carecem de uma acção global concertada no sentido de reverter os efeitos gravosos das consequências das alterações climáticas e da degradação dos solos.

As regiões do planeta que os estudos apontam como mais vulneráveis em termos da absorção do impacto das alterações climáticas têm responsabilidades acrescidas. Devem preparar-se com medidas que ajudem a mitigar os efeitos nocivos dos problemas ambientais, sob pena de se verem seriamente prejudicados e sem muitas soluções.

Quando se trata de identificar as regiões vulneráveis, as atenções estão viradas para o continente africano. Previsões pontam para um considerável impacto das alterações climáticas em África, o que justifica a tomada de medidas por parte dos Governos. Esperemos que estas demonstrações de alerta que pairam sobre o continente ajudem as populações e os decisores públicos a promover medidas concretas de contenção.

Felizmente, em Angola as coisas, no que concerne às alterações climáticas e à degradação dos solos, estão totalmente salvaguardadas porque foram e estão a ser dados passos importantes para uma efectiva protecção ambiental. Angola tem políticas objectivas ligadas à segurança alimentar, redução da pobreza, aspectos ambientais e socioeconómicos, e uma gestão dos solos para o desenvolvimento sustentável.

O Executivo tem uma estratégia clara para fazer face aos desafios que as alterações climáticas acarretam, tendo lançado o Projecto de Apoio ao Sector do Ambiente (PESA) que visa a reforço da capacidade institucional do Executivo e outras instituições para a efectiva protecção do Ambiente e gestão sustentável dos recursos naturais.

Podemos dizer que as autoridades angolanas estão comprometidas com necessidade vital da preservação do Ambiente e dão todos os passos necessários no sentido do uso racional dos recursos naturais. Apesar de todas as medidas preventivas e das políticas adoptadas, não temos dúvidas de que a degradação ambiental tende a ser uma realidade tangível entre nós, fruto da pressão demográfica sobre os solos.

Urge a tomada de medidas concretas para pôr cobro à deterioração e degradação da base dos recursos naturais.

Existem outros objectivos por detrás do Projecto de Apoio ao Sector do Ambiente, um, deles é a necessidade das medidas a serem tomadas se reflectirem na adaptação por parte das populações às mudanças ambientais.

Numa altura em que estão em jogo metas relacionadas com a redução da pobreza e com a promoção do bem-estar sustentável, a agenda do Executivo eleva Angola a um patamar em que a avaliação do impacto ambiental e outros factores são inteiramente positivos. E estamos a conseguir, na medida em que o nosso país tem leis ambientais e uma gestão ambiental que asseguram o cumprimento das metas desejadas.

Todo o trabalho que Angola está a fazer em matéria de preservação do Ambiente e do uso racional dos recursos naturais permite ao país estar melhor preparado para as consequências económicas e sociais das alterações climáticas em Africa.

Temos razões suficientes para aplaudirmos o nosso sucesso em matéria ambiental, numa altura em que o nosso país aderiu a mais uma iniciativa alargada ao continente africano. Trata-se da declaração conjunta para a criação do Centro da África Austral de Ciência e Serviços de Adaptação às Alterações Climáticas e Gestão Sustentável dos Solos, subscrita recentemente na cidade de Windhoek, Namíbia.

O documento é um complemento de outras iniciativas já em marcha no país e cujo objectivo passa pela consolidação dos passos que foram dados.

Com esta iniciativa, os países da África Austral vão proceder à gestão sustentável dos solos, vão assegurar a cooperação e o fortalecimento da capacidade científica regional nos domínios da agricultura, biodiversidade, ambiente, florestas e água. A região é rica em recursos e precisa de instrumentos juridicos, devidamente ratificados por todos os países da região para facilitar o seu usufruto e permitir a sua preservação .

Angola é um país dotado de grandes extensões de solos aráveis e tem uma população com vocação agrícola. E vital a adopção de políticas para trayar a deterioração dos solos e a degradação ambiental!

E urgente a preservação do Ambiente, sendo igualmente importante lutar contra a degradação dos solos para viabilizar a segurança alimentar. Estamos

no caminho certo para sermos bem sucedidos no cumprimento das metas a que nos propusemos, executando um programa que assegura uma efectiva gestão ambiental!

10.12 Estiagem afecta a produção e provoca perda de colheitas

Jornal de Angola

25 de Abril de 2012

Camponeses do Kwanza-Sul estão preocupados com a estiagem na região, que está a afectar a produção agro-pecuária.

A situação é mais grave no litoral e na zona intermédia, mas no interior, embora tenha chovido nos últimos dias, não é o suficiente para que se atinjam os resultados previstos para a campanha agrícola de 2012.

Nesta situação estão os agricultores de 194 cooperativas agro-pecuárias e 419 grupos solidários, enquadrados na UNACA-Federação das Associações de Camponeses e Cooperativas Agropecuárias, que na presente época agrícola receberam imputs agrícolas avaliados em mais de 1,46 mil milhões de kwanzas.

O presidente executivo da UNACA no Kwanza-Sul, David Nunes, disse que o crédito agrícola de campanha foi cedido pelo Banco de Poupança e Crédito, Sol, BCI e o BAI-Micro-finanças.

O responsável da UNACA disse que, com estiagem que se verificou na primeira e segunda épocas agrícolas, perdeu-se a possibilidade de se alcançar as colheitas anteriormente planificadas.

10.13 Venda de « Area do Bungo» Camiões com fundo falso.

Semanário Angololense

28 de Abril de 2012

A primeira vista, o expediente parece ser limpo, mas, no fundo, trata-se de um verdadeiro «negócio da China»;

mais um dos muitos que têm servido para engordar de forma desmesurada os bolsos de uns tantos expatriados do país asiático em Angola.

O negócio ou, antes, o embuste faz-se da seguinte forma: o cidadão fixa um camião de areia, burgau, pedra ou de outros inertes usados na construção civil; de seguida mostra-se disponível para comprá-lo ao

vendedor chinês; ávido, este «mede o pulso» do cliente e fixa-lhe uma determinada quantia pela carrada, cobrando-lhe, por exemplo, 30 mil Kwanzas por 18 toneladas de areia.

Acertado o negócio, o camião leva o material ao local combinado. Chegado ao terreno, o chinês transmite a ideia de que está muito apressado, ao mesmo tempo que impõe como condição para que o negócio seja fechado o pagamento prévio da mercadoria encomendada. «Sem o pagamento, nada feito», dirá.

Sem minimamente suspeitar das intenções malignas do expatriado sino, o cliente abre os cordões à bolsa e entrega-lhe o dinheiro. O chinês recolhe-o, sem nunca exteriorizar os seus sentimentos de profunda alegria pelo negócio fechado ou, antes, pelo logro acabado de cometer.

Satisfeito, o «china» arranca a toda a velocidade, deixando atrás de si o cliente, a areia e as contas por fazer ... Num ápice, este descobre o «engano», visto que lhe foi entregue uma quantidade de areia inferior à combinada. Esboça um gesto de reacção, numa tentativa desesperada para inverter o passivo, mas já é tarde. Tarde demais.

Abalado, vai-se questionando sobre como fora possível ter sofrido uma burla assim, de tanto peso,

para finalmente chegar à conclusão de que o camião tinha um fundo falso. Só podia. «Um fundo falso?». «Sim, um fundo falso».

A notícia deste caso não é nova, e não se trata de mera ficção, visto que tem vindo a registar-se um pouco por esta Luanda fora.

Esta semana, um repórter deste jornal deu de caras com uma oficina de chineses, algures no Benfica, onde expatriados daquele país asiático procediam à «redução» de uma carroçaria de mais um camião que utilizam no novo «negócio» que descobriram para «lixarem» os incautos angolanos que lhes caírem na «conversa».

O «esquema» consistia na soldadura de uma chapa com uma certa altura sobre a base da carroçaria do veículo, algo que se assemelhava às malas de viagem com fundo falso.

Indiferentes à presença de estranhos, os operários chineses faziam-no nas maiores das calmas, como se tratasse da coisa mais normal deste mundo. Ora, isto é Angola!...

